

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

GEOGRAFIA HISTÓRICA, CIDADE E MEMÓRIA

Narrativas que revelam
a formação territorial
de Itabatã (BA)

Autora:
Maiara dos Santos Dias

Orientadora:
Prof^a. Eneida M. S. Mendonça



VITÓRIA (ES)
2019

MAIARA DOS SANTOS DIAS

**GEOGRAFIA HISTÓRICA, CIDADE E MEMÓRIA:
NARRATIVAS QUE REVELAM A FORMAÇÃO TERRITORIAL
DE ITABATÃ (BA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGAU-UFES), como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Eneida Maria Souza Mendonça.

Vitória (ES)
2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

D541g Dias, Maiara Dos Santos, 1993-
Geografia histórica, cidade e memória: : narrativas que revelam
a formação territorial de Itabatã (BA) / Maiara Dos Santos Dias. -
2019.
209 f. : il.

Orientadora: Eneida Maria Souza Mendonça.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Geografia Histórica. 2. Memória coletiva. 3. História oral. 4.
Crescimento urbano. 5. Cidades pequenas. 6. Itabatã. I.
Mendonça, Eneida Maria Souza. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 72

MAIARA DOS SANTOS DIAS

"GEOGRAFIA HISTÓRICA, CIDADE E MEMÓRIA: NARRATIVAS
QUE REVELAM A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ITABATÁ (BA)"

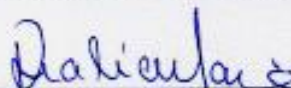
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 18 de março de 2019.

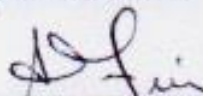
Comissão Examinadora



Prof.^a Dr.^a Eneida Maria Souza Mendonça
(orientadora – PPGAU/UFES)



Prof.^a Dr.^a Doralice Satyro Maia
(membro externo – UFPB)



Prof.^a Dr.^a Ana Lucy Oliveira Freire
(membro externo – UFES)

AGRADECIMENTOS

A vida é repleta de ciclos, fases e obstáculos, que nos permitem crescer e, ao mesmo tempo, nos tornam mais fortes. Um desses ciclos acaba de ser finalizado com esta dissertação de mestrado, resultado de uma pesquisa de dois anos de muito trabalho. Não sou mais a mesma Maiara, fui transformada pelo conhecimento, o verdadeiro devir, como dizia o filósofo Heráclito: “tudo flui e nada permanece”. Conheci pessoas incríveis, aprendi muito sobre a sociedade, cidade e economia, além do valor da memória para uma comunidade, e para mim mesma que cresci em Itabatã. Ao final de todo esse processo de crescimento e devir, só me resta agradecer ao Universo por tantos encontros e desencontros, obstáculos e conquistas.

Agradeço à Universidade Federal do Espírito Santo, que me acolheu desde 2010 quando iniciei a graduação, por todo conhecimento e experiências que pude adquirir no âmbito acadêmico. Agradeço imensamente à Capes/CNPq por todo apoio financeiro, não apenas no mestrado e fomento desta pesquisa, mas em minha trajetória acadêmica. À professora Eneida Mendonça (UFES), por sua orientação e todo o aprendizado de seus ensinamentos, sua paciência e incentivo para que eu pudesse finalizar esta pesquisa, e também continuar nos estudos. As experiências que adquiri no laboratório do Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da UFES (NAU-UFES), foram cruciais para minha evolução no âmbito acadêmico, e vão marcar para sempre minha trajetória.

Agradeço imensamente à minha família, por sempre me incentivar nos estudos e ser para mim um porto seguro, o motivo de muitas realizações que tive na vida. Obrigada mãe (Maria Helena Reis dos Santos), pai (Manoel Nunes Dias), e minhas admiradas irmãs (Manuela Dias e Mileide Dias) por todo amparo, e também pelo encorajamento, principalmente nos momentos de aflição. Agradeço em especial ao meu pai Manoel Dias pela grande contribuição nos levantamentos, pois me ajudou a entrar em contato com os moradores e ainda me levou para realizar as entrevistas, com toda paciência e interesse do mundo. Além disso, devo agradecê-lo profundamente por todo esforço em estar presente nas etapas de minha trajetória nos estudos. Ainda hoje me recordo de uma entrevista para uma bolsa escolar, em que meu pai interrompeu seu trabalho, na época temporário, e compareceu mesmo com respingos de tinta em sua roupa. Grande parte do que sou hoje, e das minhas maiores conquistas devo a ele.

Às professoras que compõem a banca Doralice Sátyro Maia e Ana Lucy Oliveira Freire, pelas orientações e indicações de leituras com a banca de qualificação, que foram fundamentais para nortear o trabalho. O olhar de vocês permitiu enriquecer o trabalho de maneira única, obrigada!

Aos moradores de Itabatã que se dispuseram a contar sobre a história do lugar. Sem os relatos e fotografias de vocês este trabalho seria impossível. Agradeço especialmente ao Seu Tixa (Sr. Firmino Griffio Ribeiro) e seus familiares, pelas preciosas informações e toda a atenção dadas à pesquisa.

Ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, especialmente às funcionárias da biblioteca e do Arquivo público, pelas informações e excelente atendimento.

Agradeço ao querido Syã Fonseca, pela compreensão e incentivo para prosseguir nessa desafiadora pesquisa. Por ter acompanhado de perto cada avanço deste trabalho, cada momento de dúvida e de descoberta; você sabe muito bem o empenho investido, e as inúmeras dificuldades que enfrentei.

Às queridas (ARQ)amigas e aos amigos que estiveram próximos nesses dois anos, e que compreenderam minhas ausências, torcendo para tudo acabar bem. Vocês me encorajam a cada novo desafio.

Aos colegas do mestrado, e demais professores da UFES que contribuíram na formação do conhecimento necessário para desenvolver esta pesquisa. Também aos meus professores ao longo de minha trajetória na vida, que buscaram reconhecer meu potencial, e me motivam ainda hoje.

Todos vocês foram muito importantes para a concretização deste trabalho, que realizei com tanta dedicação e afeto. O caminho foi longo e desafiador, mas no final só me resta agradecer, pois tudo é evolução.

Muito obrigada!

RESUMO

O processo de urbanização tem se acentuado nas últimas décadas, associado, sobretudo, à globalização e ao desenvolvimento capitalista. Dessa maneira, constata-se o considerável crescimento de pequenos núcleos urbanos com desenvolvimento pautado, majoritariamente, nos interesses do capital, em detrimento de princípios mais humanos. Isso reestrutura o papel das cidades, e dificulta a preservação da paisagem como herança cultural no processo de desenvolvimento urbano, afetando a identidade e a memória coletiva. Essa problemática está diretamente relacionada ao contexto de Itabatã, distrito localizado no município de Mucuri, Extremo Sul da Bahia, na fronteira com o Espírito Santo. Nas últimas três décadas, Itabatã tem apresentado um crescimento urbano acelerado, pautado em valores econômicos, e impulsionado pela instalação da antiga fábrica Bahia Sul Celulose, em 1989, (hoje Suzano S.A.). Esse crescimento acelerado desconsiderou o contexto histórico de Itabatã, que atualmente é um pequeno núcleo urbano inserido na dinâmica econômica global. O distrito não possui qualquer registro de sua história ou cultura, sendo esta pesquisa o primeiro estudo acadêmico sobre Itabatã. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo principal recompor e analisar a narrativa histórica da formação territorial de Itabatã (BA), enfatizando os processos socioespaciais e econômicos que, ao longo do tempo, transformaram um povoado rural em um pequeno núcleo urbano. Dessa maneira, investiga-se a Geografia Histórica da sede de Itabatã em múltiplas escalas, enfatizando sua recente origem, vinculada à construção da rodovia BR-101 na década de 1960, até seu momento atual de expansão urbana, em 2019. A abordagem tem como referência os estudos sobre território e Geografia Histórica dos autores: Abreu (1998; 2000; 2014), Moraes (2005), Maia (2006) e Vasconcelos (2009). Devido à escassez de informações históricas acerca de Itabatã, na metodologia foram empregados métodos mistos, pautados principalmente na história oral. Logo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com pessoas-chave, que conhecem a origem de Itabatã; também foram coletados dados de décadas anteriores e atuais (IBGE, SEI/Ba, IGHBa), pesquisa em instituições e bibliotecas do município, jornais locais e da região, estudos acadêmicos, relatos de viajantes do século XIX, entre outras fontes. A partir do levantamento e análises, foi possível elaborar a periodização e linha do tempo, destacando-se quatro períodos principais na formação territorial de Itabatã. Constatou-se que as principais fases de crescimento populacional e de expansão da malha urbana estão diretamente relacionadas às etapas de expansão da produção de papel e celulose. Também foram identificadas mudanças significativas na paisagem e nas relações sociais. As pontuais melhorias em infraestrutura e o crescimento econômico favoreceram a recente valorização do solo, associada à especulação imobiliária e ao espraiamento da ocupação territorial. Por fim, foram revelados conflitos e desigualdades, além de transformações que têm fomentado novas dinâmicas socioeconômicas em Itabatã.

Palavras-Chave: Geografia Histórica. Memória coletiva. História oral. Crescimento urbano. Cidades pequenas. Itabatã.

ABSTRACT

The urbanization process has been intensified in the last decades, associated, especially, with globalization and capitalist development. In this way, we can see the considerable growth of small urban centers, mostly based on the interests of capital, to the detriment of more humane principles. This restructures the role of cities and hinders the preservation of landscape as a cultural heritage in the urban development, affecting identity and collective memory. This problem is directly related to the context of Itabatã, a district located in the municipality of Mucuri, extreme south of Bahia, on the border with Espírito Santo. Itabatã has presented an accelerated urban growth, based on economic values and boosted by the installation, in 1989, of Bahia Sul Celulose (now Suzano S.A.). This accelerated growth disregarded the historical context of Itabatã, which is currently a small urban center embedded in global economic dynamics. The district does not have any record of its history or culture, so this is the first academic study about Itabatã. In this sense, this research has as main objective to compose and analyze the historical narrative of the Itabatã's territorial formation, emphasizing socio-spatial and economic processes that, over time, transformed a rural village into a small urban center. In this way, the Historical Geography of Itabatã is investigated in multiple scales, emphasizing its recent origin, linked to the construction of highway BR-101 in the 1960s, until its current urban expansion in 2019. The approach has as reference the studies on territory and historical geography of the following authors: Abreu (1998, 2000, 2014), Moraes (2005), Maia (2006) and Vasconcelos (2009). Due to the scarcity of historical information about Itabatã, the methodology employed mixed methods, mainly based on oral history. Therefore, semi-structured interviews were conducted with people who know the origin of Itabatã. Others methods included: collect data from previous and current decades (IBGE, SEI/Ba, IGHBa), research in municipal institutions and libraries, research for local and regional newspapers, academic studies, 19th century travelers' reports, among other sources. By the survey and analysis, it was possible to elaborate the periodization and timeline, highlighting four main periods in the territorial formation of Itabatã. It was verified that the main phases of population growth and urban expansion are directly related to the expansions of the pulp and paper industry. Significant changes in landscape and social relationships were also identified. The specific improvements in infrastructure and economic growth favored recent land valuation, real estate speculation and urban spreading. Finally, conflicts, inequalities, and transformations, that stimulated new socioeconomic dynamics in Itabatã, were revealed.

Keywords: Historical Geography. Collective memory. Oral history. Urban growth. Small towns. Itabatã.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do município de Mucuri e enquadramento territorial do distrito de Itabatã.....	20
Figura 2 - Organograma da metodologia	22
Figura 3 – Imagem de divulgação do filme "Narradores de Javé" (2003)	43
Figura 4 - Igreja do Sagrado Coração de Jesus, Petrolândia (PE), antes e depois da inundação	44
Figura 5 - Cena do filme "Narradores de Javé"	45
Figura 6 - Fotografia aérea de Itabatã (2007)	45
Figura 7 – Paisagens de plantações de Eucalipto na região do Extremo Sul Baiano	46
Figura 8 - Mapa de localização de espaços públicos - caracterização do núcleo urbano - Itabatã	47
Figura 9 – O espaço urbano do atual Centro de Itabatã (Avenida Minas Gerais).....	48
Figura 10 - Plantações de eucalipto emoldurando a paisagem de Itabatã (Rua Olívio R. Silva)	48
Figura 11 - Acesso ao distrito de Itabatã, cruzamento com a rodovia BR-101	49
Figura 12 - Condições ambientais de um dos principais córregos de Itabatã	49
Figura 13 – Único registro encontrado a respeito de Itabatã	52
Figura 14 – Ilustração esquemática da análise diacrônica e sincrônica	64
Figura 15 - Localização da Região econômica do Extremo Sul, no estado da Bahia (Brasil).....	66
Figura 16 - Principais atividades econômicas da Bahia	67
Figura 17 - Mapa do Tratado de Tordesilhas, 1574	69
Figura 18 - A estação ferroviária de Caravelas (sem data).	73
Figura 19 - Processo de diminuição da cobertura vegetal no Extremo Sul da Bahia,.....	76
Figura 20 - Mapa de distribuição dos novos investimentos da Bahia 1998-2002	77
Figura 21 - Gravura retratando a abertura da nova estrada que ligaria São José de Porto Alegre (hoje Mucuri) a Minas Novas pelas florestas às margens do rio Mucuri.....	84
Figura 22 - Gravura de “Uma família de Botocudos em uma jornada”	85
Figura 23 - Povoado Santa Clara às margens do Rio Mucuri, povoado que anteriormente pertencia a Minas Gerais e passou a pertencer à Bahia (18-?).....	86
Figura 24 - Cachoeira no Rio Mucuri, que separa o estado de Minas Gerais do estado da Bahia, próximo a Santa Clara (18-?).....	87
Figura 25 - Edificação do posto policial da Bahia, no limite de Minas Gerais e Espírito Santo (18-?).....	88
Figura 26 – Paisagem do Rio Mucury, navegável até os limites da Bahia com Minas Gerais (18-?).....	88
Figura 27 - Mapa do Vale do Mucury com a localização da estrada de ferro Bahia-Minas, 1859	89
Figura 28 – Fotografia do Porto e cidade de Viçosa (18??)	91

Figura 29 – Mapa das Capitanias Hereditárias, por Nicolas Sanson (1656).....	92
Figura 30–Praia de Mucuri (1957).....	93
Figura 31 - Igreja Católica Matriz São José, Mucuri (1957).....	93
Figura 32 - Macrozoneamento Municipal de Mucuri (BA).....	94
Figura 33 – Fotografias aéreas da Sede municipal de Mucuri.....	95
Figura 34 - O processo de erosão costeira em Mucuri (Sede)	97
Figura 35–Praia de Costa Dourada, Mucuri	97
Figura 36 – Passarela Ecológica Gigica, Mucuri	97
Figura 37–Tradicional Forró do Peroá (2011)	98
Figura 38 – Praça do Peroá, Mucuri	98
Figura 39–Mapa de localização geográfica da “região cultural” litorânea,	99
Figura 40–Comidas típicas do Extremo Sul da Bahia e do Norte do Espírito Santo	100
Figura 41 - A “Puxada do Mastro” na Festa de São Sebastião, Prado (BA)	101
Figura 42 – “Puxada do Mastro” na Festa de São Benedito, Barra do Jucu (ES).....	101
Figura 43–O “Ticumbi” durante a Festa de São Benedito e São Sebastião’, Itaúnas (ES) .	101
Figura 44 - "Marujada" durante festa de São Benedito, em Prado (BA)	101
Figura 45 - Casas no Centro histórico de Caravelas (BA).....	103
Figura 46 - Antigo porto de São Mateus (ES), popular como a “Cidade Baixa	103
Figura 47 - Reserva do Corumbau, Prado (BA)	103
Figura 48 - Dunas de Itaúnas (ES).....	103
Figura 49–Mapa da região entre os Rios Mucuri e Itaúnas com a linha divisória estabelecida entre os estados (1926)	105
Figura 50 - Divisão Urbano regional - regiões ampliadas de articulação Urbana	106
Figura 51 - Regiões ampliadas de articulação Urbana - Detalhe do município de Mucuri ..	106
Figura 52 - Mapa de extensão da rodovia federal BR-101	111
Figura 53 - Fotografia da antiga ponte de madeira sobre o Rio Mucuri, início da década de 1970	112
Figura 54 - Mapa retratando as primeiras ocupações e elementos de Itabatã, em 1968....	115
Figura 55 - Fotografia da inauguração do trecho João Neiva-Linhares, da rodovia BR 101, ao Norte do Espírito Santo (1972)	117
Figura 56 - Fotografia mais antiga de Itabatã (meados de 1970)	120
Figura 57 - Mapa retratando os primeiros loteamentos e avenidas de Itabatã, em 1975....	123
Figura 58 - Inauguração da Escola Antônio João Carletti (1975)	125
Figura 59 – Lançamento da Pedra fundamental da primeira igreja católica de Itabatã,.....	126
Figura 60 – Fotografia do desfile cívico à margem da rodovia BR-101 (final de 1970).....	127
Figura 61 - Colégio Antônio João Carletti (aproximadamente 1977)	128
Figura 62 - Desfile cívico de 7 de setembro (início da década de 1980)	130

Figura 63 - Desfile cívico de 7 de setembro na Praça João Carletti (meados de 1980).....	130
Figura 64 - Dança folclórica "Maculelê", em festividade na Praça João Carletti (198-).....	130
Figura 65 - Fotografia destacando a arquitetura à margem da rodovia BR-101 (1985).....	131
Figura 66 - Fotografia das áreas à margem da rodovia BR-101 em Itabatã (198?).....	132
Figura 67- Dona Marieta Gazzinelli com políticos eleitos em Mucuri (1986)	133
Figura 68 – Fotografia do Terminal Rodoviário de Itabatã recém construído (1985)	133
Figura 69 - Construção do Hospital São José (198-)	134
Figura 70 - Construção do Hospital São José, ao fundo áreas ainda não ocupadas (198-).....	134
Figura 71 - Mapa da expansão territorial de Itabatã - gênese do bairro Bela vista, em 1985	136
Figura 72 - Mapa da expansão territorial de Itabatã – criação do bairro Gazinelândia em 1989	138
Figura 73 – Fotografia aérea do bairro Gazinelândia, com a Praça Nações Unidas (1992).....	139
Figura 74 - Travessa em direção ao bairro Gazinelândia, sobre um dos córregos (1992)..	140
Figura 75 - Localização da antiga Bahia Sul Celulose em relação a Itabatã e Mucuri.....	142
Figura 76 - Construção da então fábrica Bahia Sul Celulose (final de 1980).....	143
Figura 77 - Mobilização dos trabalhadores na construção da Bahia Sul (final de 1980).....	143
Figura 78 – Fotografia aérea do bairro Gazinelândia, ao fundo a Vila (Jardim dos Eucaliptos) - 1992	144
Figura 79 - Fotografia aérea da Praça João Carletti em Itabatã (1991).....	145
Figura 80 – Fotografia aérea do bairro Gazinelândia, ao fundo a Vila (Jardim dos Eucaliptos) - 1992	145
Figura 81 - Mapa da expansão territorial de Itabatã, os loteamentos particulares em 1991 (bairros Triângulo Leal e Cidade Nova)	149
Figura 82 - Vista para a área do bairro Cidade Nova antes do loteamento (1985)	150
Figura 83 - Praça Nações Unidas - A igreja católica e o colégio em segundo plano (1992).....	152
Figura 84 - Momento de chegada das primeiras carteiras do “Colégio Frei Ronaldo” (1992)	152
Figura 85 – Fachada do “Colégio Frei Ronaldo” (199-).....	152
Figura 86 - Fotografia aérea de Itabatã (2002).....	156
Figura 87 – Imagem de satélite, enquadramento da sede do distrito de Itabatã em 2003..	156
Figura 88 - Praça João Carletti antes da obra de revitalização (2011)	162
Figura 89 - Praça João Carletti após as obras de revitalização (2017)	162
Figura 90 - Monumento na Praça João Carletti, em homenagem ao Sr. Antônio João Carletti, Itabatã	163
Figura 91 – Mapa da Macrozona Urbana de Itabatã	164
Figura 92 – Mapa de zoneamento do núcleo urbano de Itabatã	165
Figura 93– Fotografias sequenciais da Rua Sete Lagoas em processo de pavimentação,	167

Figura 94 – Ocupação da entrada da Suzano pelas trabalhadoras rurais Sem Terra (2018)	168
Figura 95 - Calçada no centro comercial de Itabatã	169
Figura 96 - Córrego na Avenida André São Castro, Itabatã	169
Figura 97 - Torre de telecomunicação, Itabatã	169
Figura 98 - Terminal Rodoviário de Itabatã, área externa (2019)	170
Figura 99 – Área interna do Terminal Rodoviário de Itabatã	170
Figura 100 – Acesso ao terminal rodoviário, Itabatã	171
Figura 101 – Entrada de Itabatã, pela rodovia BR-101	171
Figura 102 - Linha do tempo e principais fatos históricos de Itabatã	175
Figura 103 - Plantas faseadas do crescimento de Itabatã (1960 - 1991)	177
Figura 104 - Instrumentos musicais da Capoeira	179
Figura 105 - Símbolo da ACARBO	179
Figura 106 - Grupo ACARBO de Itabatã, no Berimbau o Mestre de capoeira Jorge Souza (2014)	180
Figura 107 - Roda de capoeira da ACARBO (1996)	180
Figura 108 – ACARBO comemorando 40 anos de Capoeira Mestre Macaco,	181
Figura 109 – 39º batizado e troca de	181
Figura 110–Ponto de Cultura, espaço da ACARBO em Itabatã	181
Figura 111 - Grupo ACARBO em roda de Capoeira na quadra do Colégio Frei Ronaldo...	181
Figura 112 - Grupo ACARBO praticando capoeira na praça (2012)	182
Figura 113 - Apresentação cultural do Maculelê pela ACARBO, em Itabatã (2011)	182
Figura 114 - Apresentação cultural do Jongo pela ACARBO, em Itabatã (2011)	182
Figura 115 - Apresentação cultural da Roda de Samba pela ACARBO, em Itabatã (2011)	182
Figura 116 – Fotografias do mercado municipal onde ocorre a feira de Itabatã (2018)	183
Figura 117 - Moqueca doce de tapioca e produtos derivados da mandioca, vendidos em Itabatã	184
Figura 118 - Acarajé, vendido nas ruas de Itabatã	184
Figura 119 – Fotografias de procissões religiosas pela igreja católica, Itabatã	185
Figura 120 - Fotografias do time de futebol de Itabatã (1977 e 1985)	186
Figura 121 - Fotografias do rodeio, e do local onde ocorre a prática, Itabatã (2018)	187
Figura 122 - Igreja São Miguel, Itabatã (2017)	187
Figura 123 – Equipamentos e áreas de lazer na Praça João Carletti, Itabatã (2019)	187
Figura 124 - Fotografias da “Praça do Pica Fumo” após reforma (2019)	189
Figura 125 – Casa com arquitetura original no núcleo fundacional de Itabatã (2018)	195
Figura 126 – Colagem fotográfica - Os moradores de Itabatã entrevistados	197

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Etapas estratégicas para a periodização	24
Quadro 2 – Principais espaços simbólicos e culturais de Itabatã	50
Quadro 3 – Fotografias das práticas socioculturais identificadas na Praça João Carletti, Itabatã (2019)	189
Quadro 4 – Apropriações e costumes nos espaços públicos de Itabatã	191
Quadro 5 – Imagens comparativas evidenciando as transformações na paisagem de Itabatã	193

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1. OBJETO DE ESTUDO: A SEDE DO DISTRITO DE ITABATÃ (BA)	19
1.2. METODOLOGIA	22
1.3. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	28
 2. CIDADES PEQUENAS E URBANIZAÇÃO: Considerações iniciais acerca de Itabatã	31
2.1. AS CIDADES PEQUENAS.....	31
2.2. IMPACTOS DO CAPITAL GLOBALIZADO NAS CIDADES PEQUENAS	37
2.3. A PROBLEMÁTICA DA PADRONIZAÇÃO E DOS APAGAMENTOS.....	40
2.4. O NÚCLEO URBANO DE ITABATÃ: UM LUGAR SEM MEMÓRIA?	45
 3. A GEOGRAFIA HISTÓRICA DE ITABATÃ: análise espaço-temporal em múltiplas escalas	56
3.1. ESPAÇO, TEMPO E TERRITÓRIO	57
3.2. GEOGRAFIA HISTÓRICA E FORMAÇÃO TERRITORIAL	59
3.2.1. Os percursos da Geografia Histórica	61
3.2.2. Periodizações	63
3.3. ASPECTOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS DO EXTREMO SUL DA BAHIA.....	66
3.3.1. A colonização do Extremo Sul entre os séculos XVI e XIX	68
3.3.2. O ciclo da pecuária e do eucalipto a partir de meados do século XX	74
3.4. A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MUCURI	82
3.4.1. A Vila de São José de Porto Alegre (século XVIII - XIX).....	83
3.4.2. O município de Mucuri entre os séculos XX e XXI	92
3.5. TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS: O EXTREMO SUL BAIANO E O NORTE CAPIXABA.....	99
 4. A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ITABATÃ: do povoado rural ao distrito urbano	109
4.1. A GÊNESE DE ITABATÃ (MEADOS DE 1960 A 1972)	109
4.1.1. A rodovia BR-101, elemento embrionário de Itabatã	109
4.1.2. O primeiro morador e as primeiras residências	113
4.2. AS PRIMEIRAS EXPANSÕES TERRITORIAIS (1973 A 1984)	116
4.2.1. A inauguração da rodovia federal BR-101.....	117
4.2.2. Os primeiros loteamentos e avenidas no povoado “Jegue Assado”.....	119
4.3. A VALORIZAÇÃO DO SOLO E A CHEGADA DO CAPITAL INDUSTRIAL (1985 A 1991)	132
4.3.1. Obras em infraestrutura e novos bairros: Bela Vista e Gazinelândia	132
4.3.2. Início da construção da Bahia Sul Celulose (1989)	142
4.3.3. Os projetos de novos loteamentos (bairros Triângulo Leal e Cidade Nova).....	148
4.4. GLOBALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM ITABATÃ (1992 A 2019).....	150
4.4.1. A consolidação do núcleo urbano de Itabatã	151
4.4.2. A monocultura de eucalipto e os velhos conflitos socioespaciais	157
4.4.3. Modernização X revalorização do passado.....	160
4.4.4. Caracterização de Itabatã na atualidade (2019)	164
 5. DO PASSADO AO PRESENTE: memória e identidade cultural em Itabatã	173
5.1. ASPECTOS DA HISTÓRIA LOCAL E LINHA DO TEMPO (1960 - 2019).....	174
5.2. A CULTURA LOCAL E OS ESPAÇOS SIMBÓLICOS	178
5.3. AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS EM ITABATÃ	191
5.4. AS LEMBRANÇAS DOS MORADORES DE ITABATÃ	196
 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	202

INTRODUÇÃO



*Os apagamentos permeiam
nossa existência,
pois estamos constantemente
refazendo o presente,
e mirando o futuro.*

*Todavia, conhecer o passado
é fundamental para se construir
um futuro mais coerente
e sustentável.*

Maiara Dias

1. INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, especialmente com os processos de globalização econômica e política, a urbanização tem atingido estágios avançados de desenvolvimento, repercutindo no modo de vida e na estrutura das cidades. A financeirização dos padrões de acumulação do capital teve reflexos notáveis sobre a sociedade e o espaço urbano-regional, que tem sido cada vez mais mercantilizado. A repercussão desses processos não se restringe às metrópoles, mas também alcançam as cidades pequenas, que crescem de maneira cada vez mais acelerada, sendo inseridas na dinâmica econômica global.

Desse modo, as paisagens urbanas têm sido fortemente marcadas pela lógica do capitalismo financeiro, que busca desenvolver-se a todo custo. Além disso, o crescente processo de urbanização que, por muito tempo, reafirmou a ideia de “progresso” e “modernização”, ainda expressa irrestrita busca pelo “novo”. O funcionalismo e a impessoalidade sobressaem em muitas cidades, mesmo em pequenos centros urbanos. Estes vêm enfrentando um processo de padronização de suas paisagens, sobretudo com o capitalismo global, e expansão de empresas multinacionais.

Nesse contexto, o passado tende a ser desvalorizado, considerado como “antiquado” e, conseqüentemente, as paisagens pretéritas são apagadas. Logo, é delineado certo “fetichismo” pelo novo, ou como denomina Maurício Abreu (2000) acerca da Geografia, uma “ditadura do presente”. Com a busca incessante pela modernização, em uma sociedade cada vez mais veloz e globalizada, manifesta-se uma espécie de histeria sobre envelhecer. Logo, não é suportada a passagem do tempo e as permanências no espaço, que é padronizado. Entretanto, segundo Abreu (1998), ainda nesse cenário é possível identificar um recente processo de revalorização do passado. O que tem motivado mudanças significativas na relação entre memória e sociedade em algumas cidades brasileiras, que têm buscado retomar suas origens.

A problemática que se busca discutir envolve o caso de Itabátã, um pequeno núcleo urbano às margens da rodovia federal BR-101, que desde as últimas três décadas tem apresentado notável crescimento urbano e econômico. Tal crescimento foi impulsionado, a partir de 1989, com a construção da fábrica Bahia Sul Celulose, posteriormente Suzano Papel e Celulose que, após fusão com a Fibria, em 2018,

passou a se chamar Suzano S.A. Contudo, o processo recente de urbanização foi majoritariamente conduzido pela lógica do capital industrial e, tanto as preexistências, quanto os aspectos históricos e culturais de Itabatã foram desconsiderados. Os espaços públicos expressam pouco a memória e os símbolos do lugar. Além disso, a transformação da paisagem rural para urbana, e o crescimento induzido pela indústria de papel e celulose, engendraram conflitos socioespaciais que ainda repercutem em Itabatã e sua região.

Em vista disso, esta pesquisa teve como objetivo principal recompor a narrativa histórica da formação territorial do núcleo urbano de Itabatã (1960 – 2019), analisando os processos socioespaciais e econômicos que, ao longo do tempo, contribuíram para a formação da atual paisagem urbana. Como objetivos específicos, pretendeu-se:

1. Contextualizar e analisar o crescimento urbano e econômico de Itabatã;
2. Propor uma análise espaço-temporal de Itabatã em múltiplas escalas, estudando seu contexto urbano-regional: o Extremo Sul da Bahia e Mucuri;
3. Recompor a formação territorial de Itabatã, elaborando a periodização, a linha do tempo, identificando as fases de crescimento urbano e transformações na paisagem;
4. Valorizar a memória e cultura de Itabatã por meio da identificação de elementos culturais, espaços simbólicos, usos e apropriações, e pelo resgate das lembranças de moradores mais longevos.

Propõe-se a hipótese de que a desconsideração das preexistências históricas, e da paisagem como herança cultural, esteja associada à excessiva valorização das demandas industriais para produção de papel e celulose, especialmente com o capitalismo financeiro, associado à globalização, que expandiu a atuação de empresas globais. No caso de Itabatã, a situação é agravada devido à falta de informações registradas sobre a história local que, até o momento, não é apresentada em livros, ou documentos da Prefeitura Municipal. Logo, a formação desse território é conhecida, quase exclusivamente, pelos moradores mais longevos, que acompanharam a gênese e o crescimento desse pequeno núcleo urbano.

Apesar da variedade de estudos desenvolvidos acerca do fenômeno urbano, ainda é perceptível a maior atenção dada ao tema das grandes cidades, e ao processo de metropolização. Todavia, considerando o extenso número de cidades pequenas no

Brasil, é de suma importância os estudos urbanos voltados a esse tema, principalmente com abordagens da Geografia Histórica. Em relação a esse pertinente tema das cidades pequenas, é importante ressaltar que:

[...] quando se indaga sobre as cidades pequenas deve-se ter em mente a resposta à questão, inicial: onde e quando? Isso porque “onde” se refere à inserção geográfica da análise da cidade e “quando” a uma expressão temporal, da realização da urbanização e de seu entendimento em compreensão histórica (SPOSITO e JURADO DA SILVA, 2013, p. 40).

Portanto, a abordagem da Geografia Histórica é fundamental para se entender o processo de urbanização, especialmente dos pequenos centros urbanos como Itabatã. Isto porque, esse campo interdisciplinar propicia estudos significativos sobre a cidade, com valiosas abordagens que consideram as categorias de espaço e tempo. Nesse sentido, é relevante declarar que:

Pensar as cidades como compósitos de espacialidades e de temporalidades é reconhecer que o processo de produção do espaço urbano gera formas, conteúdos e representações que se inserem em múltiplos níveis de investigação. Se esta forma de estudar as cidades transforma-as em ricos mananciais de pesquisa, ela faz também com que a sua interpretação seja bem mais difícil e complexa, pois só poderá ser realizada se trabalharmos, ao mesmo tempo, com diferentes escalas (e categorias) espaciais e temporais (ABREU, 2005, p. 97).

Sendo assim, a Geografia Histórica urbana propõe uma abordagem espaço-temporal em múltiplas escalas, que contribui para o estudo de espacialidades do passado. No Brasil, muitos estudos abordam a Geografia Histórica das cidades, e nesse sentido pode-se destacar o trabalho do geógrafo Maurício Abreu, que buscou resgatar a memória da antiga cidade do Rio de Janeiro, e os trabalhos de Pedro de Almeida Vasconcelos, que pesquisou a história da cidade de Salvador. E como estudo de referência, é de suma importância destacar os trabalhos sobre as transformações espaço-temporais das antigas ruas na cidade da Parahyba, atual João Pessoa, por Doralice Sátyro Maia.

Trabalhos como esses mencionados, e também como esta pesquisa, investigam uma espacialidade do passado, e reforçam a importância do saber historiográfico no processo de desenvolvimento urbano. Este deve considerar não apenas fatores econômicos, mas também aspectos históricos e socioculturais. Entretanto, essa realidade ainda é árdua para muitas cidades brasileiras, principalmente no contexto de cidades incipientes de reduzida dimensão. E, no caso do pequeno núcleo urbano de Itabatã, em decorrência da pouca valorização histórica e cultural, elementos

arquitetônicos simbólicos foram perdidos ao longo do tempo. Além disso, festividades e manifestações culturais foram aos poucos desvalorizadas, e hoje são pouco expressivas nos espaços públicos.

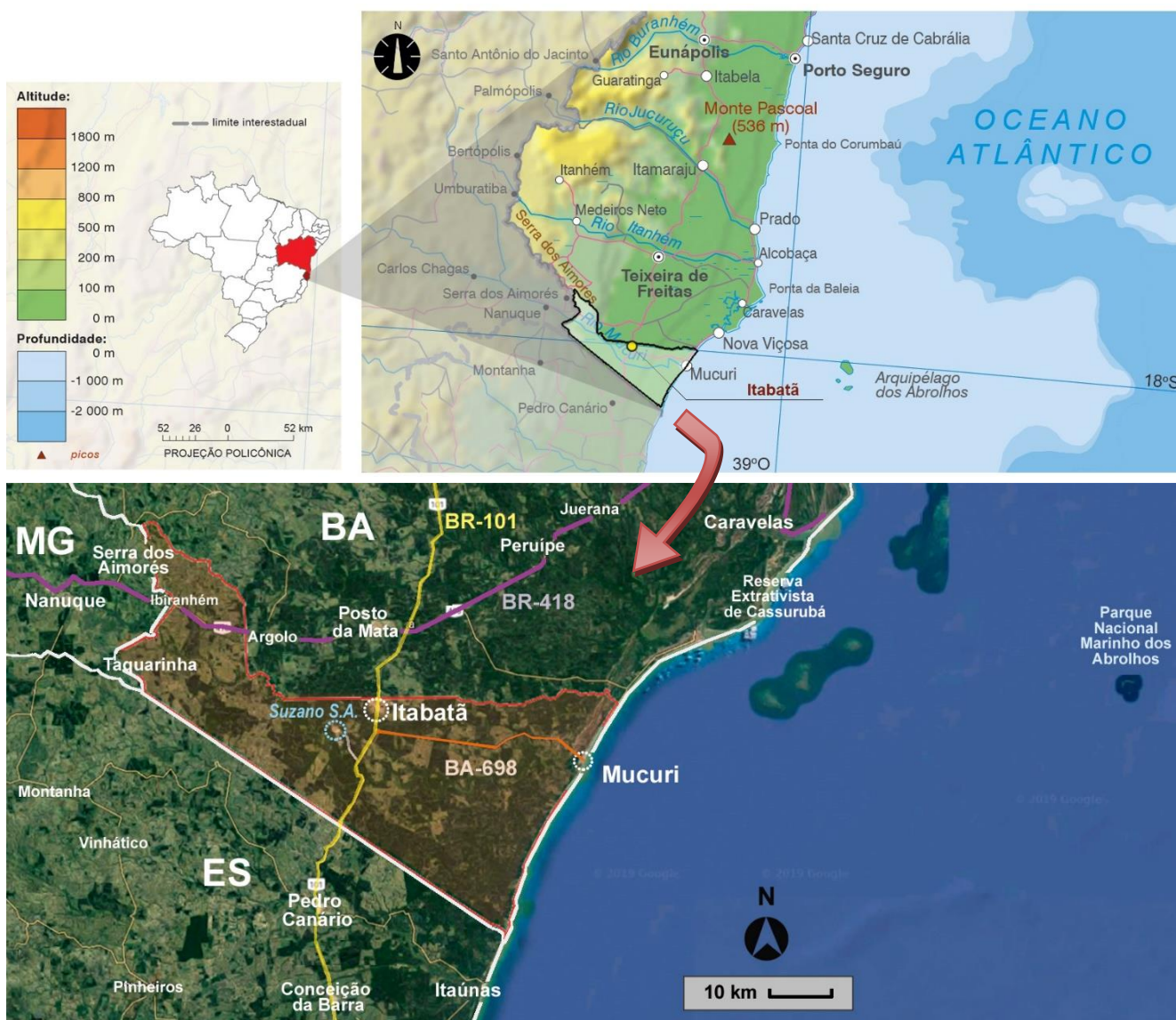
Olhar o espaço urbano na perspectiva geográfica e histórica também contribui para o resgate de um patrimônio imaterial, perpetuado pelas histórias orais e memória coletiva. Esse resgate pode estimular um planejamento urbano que considere os aspectos históricos, e os espaços simbólicos das cidades. Desse modo, também é ressaltado o valor da paisagem como herança cultural, e não como simples produto do desenvolvimento capitalista. Isso se torna cada vez mais importante frente às forças de padronização das cidades, sustentadas por processos de globalização econômica e política.

A narrativa construída permite entender não apenas o passado, mas também o presente de Itabatã, um território que tem se transformado consideravelmente. E apesar de sua recente formação, deve-se reconhecer que Itabatã tem uma memória a ser resgatada e valorizada. Isso é importante para despertar a consciência histórica e estimular o sentimento de pertencimento na sociedade. Tais observações enfatizam a relevância desta pesquisa, cujo objeto não foi estudado academicamente, até o momento. Por fim, Itabatã apresenta aspectos singulares, fomentando discussões significativas para a compreensão das cidades pequenas na contemporaneidade. A pesquisa foi realizada com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, contribuição fundamental para o êxito desta investigação.

1.1. OBJETO DE ESTUDO: A SEDE DO DISTRITO DE ITABATÃ (BA)

A maioria das cidades brasileiras é classificada como de pequeno porte; estudá-las significa debruçar-se sobre um “recorte empírico/teórico do fato urbano” (SPOSITO e JURADO DA SILVA, 2013, p. 17). É nesse contexto de cidades pequenas que se insere o objeto empírico deste estudo: a sede do distrito de Itabatã, um núcleo urbano localizado no município de Mucuri, ao Extremo Sul da Bahia (Figura 1). A região onde se encontra esse núcleo urbano, e o próprio distrito, é uma das mais ricas economicamente no estado, e apresenta condições favoráveis para a agropecuária. No entanto, se destacam na região a indústria madeireira e as atividades da silvicultura.

Figura 1 - Mapa de localização do município de Mucuri e enquadramento territorial do distrito de Itabatã



Fonte: IBGE e Google Earth (adaptado pela autora).

Ao fazer divisa com o norte do Espírito Santo, Mucuri estabelece vínculos significativos com centros urbanos de maior escala, principalmente Vitória (ES). Além disso, outras cidades de Minas Gerais também exerceram certa influência na formação do núcleo urbano de Itabatã. Este tem sua origem em meados da década de 1960, com o início das obras para abertura da rodovia BR-101, fato pouco conhecido por seus habitantes atuais, e ainda sem registro oficial. Posteriormente, constatou-se que Itabatã teve seu crescimento populacional e econômico impulsionado com a construção da Bahia Sul Celulose, iniciada em 1989. A fábrica, que atualmente pertence ao grupo Suzano, é considerada a segunda maior produtora

global de celulose de eucalipto, e integra um *cluster*¹ de silvicultura na região do Extremo Sul da Bahia. Sendo assim, mudanças econômicas consideráveis ocorreram, e há uma estimativa de que foram gerados 13 mil empregos nos municípios mais próximos ao parque industrial mencionado (CERQUEIRA NETO, 2012).

Os dados populacionais de Mucuri, relativos a 2018, estimam uma população de 41.221 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse dado revela um crescimento de 134% em relação ao ano de 1991, quando havia 17.606 habitantes. Ressalta-se ainda que, de acordo com a Subprefeitura de Itabatã, estima-se que apenas o distrito de Itabatã tenha ultrapassado o número de 25.000 habitantes, o que representa mais da metade da população de todo o município de Mucuri. A inserção do município na economia globalizada alavancou a economia local. Nesse sentido, em 2016 o PIB *per capita* de Mucuri alcançou o valor de R\$ 47.890,59, mais da metade do PIB *per capita* da cidade de Vitória², que era de R\$ 60.427,74 reais no mesmo ano (IBGE). No *ranking* estadual, o PIB de Mucuri correspondia à 13ª posição, entre um total de 417 municípios da Bahia.

Apesar do que demonstram os indicadores, a riqueza econômica do município não se reflete na realidade espacial, seja na sede de Mucuri ou mesmo no distrito de Itabatã, como é melhor evidenciado no capítulo seguinte. Além disso, com a instalação da indústria de papel e celulose ocorreram transformações na paisagem de Itabatã, especialmente com a monocultura de eucalipto. Essa atividade produtiva também contribuiu para o êxodo rural, devido ao contingente de pessoas atraídas pela possibilidade de emprego na fábrica. Posteriormente, desenvolveram-se crescentes loteamentos e expansões urbanas no território, resultados da valorização do solo.

Atualmente, Itabatã tem como sede distrital a aglomeração urbana mais populosa no município de Mucuri, ultrapassando a Sede do município. Apesar de não estar em contato direto com o mar, contrastando com a Sede de Mucuri, Itabatã tem uma localização estratégica às margens da rodovia BR-101. Isso permite que o local seja bastante visitado, representando, desde suas origens, um ponto de passagem e parada no eixo rodoviário que liga o Nordeste ao Sul do país. Trata-se de um aglomerado urbano modesto, que desperta muitas questões sobre as cidades

¹ Ideia de aglomerado, neste caso específico, o aglomerado agroindustrial de eucalipto-celulose.

² Compara-se com o PIB da cidade de Vitória, pois trata-se da capital estadual mais próxima do município.

pequenas na atualidade. Entretanto, até o momento, não há estudos acadêmicos a respeito de Itabátã especificamente, e poucos são os registros sobre sua história e formação territorial.

1.2. METODOLOGIA

Nesta pesquisa, buscou-se, a todo o momento, considerar os conceitos e reflexões teóricas em conjunto com o levantamento acerca do objeto empírico. Para isso, a metodologia adotada foi dividida em três fases correlacionadas, que em certos momentos apresentaram métodos simultâneos, conforme representado na Figura 2. Logo, no decorrer da pesquisa, as fases 1 e 2 ocorreram de modo cíclico, pois com a investigação de variadas fontes, constantemente, novos dados foram coletados e, assim, revisados até seguir para a fase 3, de conclusão.

Figura 2 - Organograma da metodologia



Fonte: própria autora

A primeira fase foi iniciada com a leitura e discussão dos marcos teóricos, além da pesquisa *in loco* para constatação da realidade atual na sede do distrito, sendo composta basicamente pela coleta e seleção dos dados. Também foram iniciadas as pesquisas em fontes historiográficas locais, como a prefeitura e biblioteca municipais, jornais, estudos acadêmicos, sobre Itabatã, Mucuri e sua região, o Extremo Sul da Bahia. Com isso, foi possível compreender melhor o objeto e a problemática em estudo, bem como idealizar possíveis caminhos indicados pela aproximação empírica.

Essa primeira fase da metodologia foi fundamental para identificar os marcos teóricos de maior vínculo com o propósito principal da pesquisa. Também foi crucial para certificar a viabilidade do estudo, por meio da conferência prévia de informações históricas, dados censitários e estudos científicos realizados sobre Itabatã e Mucuri. Em seguida, houve a identificação das fontes primárias e, com isso, foram iniciadas as entrevistas semiestruturadas com os moradores mais longevos. Devido à escassez de informações, os relatos de pessoas-chave foram fundamentais, pois revelaram parte das mudanças e processos históricos do território. Portanto, elaborou-se um roteiro de entrevistas, apresentado no Anexo I, com base no trabalho de iniciação científica desenvolvido na UFES, sobre a cidade Anchieta, por Ellis Costa e Caio Valli, em 2010, como parte do método desenvolvido por Mendonça (2005).

No total foram entrevistadas 16 pessoas, cuja maioria habita em Itabatã há cerca de 30 a 55 anos, sendo políticos locais, lavradores que cuidavam de fazendas que foram vendidas, agricultores, comerciantes, donas de casa e operários que ajudaram na construção da rodovia BR-101. Quase todas essas pessoas eram de cidades da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. A pluralidade dos entrevistados, em classe social, etnia e cidade de origem, enriqueceu a pesquisa, pois diversificou os relatos, permitindo mais detalhamento na descrição do território de antigamente. Os nomes, não apenas dos lugares, mas também das pessoas, e a história das famílias, contribuíram para a investigação de eventos históricos em Itabatã. Cada morador entrevistado assinou um termo de autorização, conforme os exemplos no Anexo I.

As falas dos entrevistados foram gravadas e, posteriormente, transcritas, permitindo a elaboração dos relatos associados às fotografias históricas coletadas, as quais totalizaram cerca de 150 fotos. À medida que as transcrições foram realizadas, notas reflexivas foram tomadas, despertando ideias e aprofundando a análise da narrativa histórica. Com as entrevistas foi possível resgatar experiências e inúmeros relatos

sobre a formação do núcleo urbano. Assim, foram usufruídas as memórias dos moradores, bem como as próprias lembranças da autora como ex-moradora de Itabatã, distrito onde cresceu. Essas memórias contribuíram para resgatar o processo de formação do território, construindo uma narrativa histórica para Itabatã.

No intuito de complementar e confirmar as informações coletadas pelos relatos dos moradores, simultaneamente, outras fontes de pesquisa foram consultadas, especialmente instituições de documentação e memória. Dentre as fontes institucionais consultadas, destacam-se: o Arquivo Público da Bahia; o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHBa, que foi fundamental para a aquisição de documentos e fotografias mais longínquas, porém referentes apenas a Mucuri; a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, que possui um grande acervo de mapas, dados socioeconômicos e culturais; dados censitários do IBGE; a Prefeitura Municipal de Mucuri e as Bibliotecas municipais.

A segunda fase da metodologia consistiu na leitura e sistematização dos dados coletados, que passaram por um processo de análise e organização, além da revisão bibliográfica dos marcos teóricos definidos. Dessa maneira, pôde-se iniciar a composição da Geografia Histórica de Itabatã, sendo reconhecidos os momentos significativos na formação desse território. Elaborou-se também a periodização, que é muito importante e, ao mesmo tempo, difícil nos estudos dessa abordagem. A divisão dos períodos foi fundamental na recomposição da narrativa histórica e, nesse sentido, buscou-se inspiração e estratégias metodológicas nos estudos do Prof. Pedro de Almeida Vasconcelos (UFBA). O autor propõe um possível caminho para a periodização na pesquisa de Geografia Histórica urbana, sintetizada no Quadro 1.

Quadro 1 - Etapas estratégicas para a periodização

ETAPA 1	ETAPA 2	ETAPA 3	ETAPA 4
Estabelecer uma periodização das longas durações, examinando as continuidades e as grandes rupturas, de acordo com os eventos históricos de maior importância	Examinar o contexto de cada período em análise	Examinar os agentes mais importantes, externos e locais, que contribuíram para modelar a cidade	Examinar o desenvolvimento espacial da cidade em cada período

Fonte: Vasconcelos (2009, p. 154-155).
Elaboração: própria autora.

Em vista da estratégia sugerida, dividiu-se a história da formação territorial de Itabatã em quatro períodos, de acordo com os acontecimentos mais significativos no processo de ocupação e transformação do espaço. Assim, foram investigados: os elementos iniciais da ocupação; a evolução da malha urbana; os primeiros loteamentos; as construções iniciais e as obras de maior impacto; as principais instituições e atores sociais envolvidos. Também foram revelados e analisados os conflitos socioespaciais no processo de formação desse território. Cada período foi nomeado e analisado em seu contexto espacial e temporal e, conjuntamente, foram agregadas fotografias históricas, dados populacionais, relatos e fatos marcantes para formação do território e transformação da paisagem. Optou-se pela análise diacrônica (cronologicamente, parte-se da origem aos dias atuais), e ao mesmo tempo sincrônica (simultaneamente os eventos de cada período) dos acontecimentos históricos. Isso contribuiu para a elaboração da linha do tempo, norteadas pela periodização, construída com a narrativa histórica do processo de formação territorial de Itabatã. Também favoreceram a compreensão do objeto em estudo, a elaboração de mapas que revelam a evolução da malha urbana, e a caracterização de Itabatã atualmente.

A terceira fase da metodologia foi composta, basicamente, pelas análises e conclusões acerca do levantamento, que complementaram as notas reflexivas realizadas ao longo da pesquisa. Nesta fase, muito correlacionada às anteriores, foram identificados e analisados os processos por trás da urbanização verificada em Itabatã nas últimas décadas, e que reformularam a paisagem local. Os dados e índices pesquisados sobre o município foram correlacionados aos acontecimentos elencados na periodização. Nesse sentido, evidencia-se o fator econômico como preponderante na formação de Itabatã, em detrimento de outros aspectos como a cultura e a memória do lugar. Os conflitos socioespaciais foram desvelados, e estão diretamente ligados à valorização do solo, antes rural e agora urbano. Em seguida, foram identificadas as transformações e permanências, revelando o que se alterou e o que permaneceu na paisagem, e também os espaços simbólicos de Itabatã. Essa última fase da metodologia permitiu uma visão mais ampla acerca de Itabatã, sua formação territorial e cultura. Com isso, alguns conceitos foram revisados e, por fim, foi possível desenvolver as conclusões finais.

Investigar essa formação territorial assemelha-se ao ato de costurar uma colcha de retalhos, ou buscar peças de um grande quebra-cabeças. Isso porque as diversas

partes são pesquisadas em fontes variadas, e em seguida agrupadas em uma única obra. Cores e texturas diversas são então organizadas, de forma coesa e cronológica, visando produzir, ao final, um tecido apenas, uma unidade.

No levantamento de dados, foram encontradas muitas dificuldades, desde a omissão de registros e fotografias históricas, até a ausência de interesse por pessoas da administração pública. O fato de os órgãos públicos municipais não possuírem qualquer informação histórica sobre o distrito de Itabatã, especificamente, foi um grande obstáculo. Todavia, tais fontes apresentam informações acerca da sede do município de Mucuri, que tem formação histórica longínqua, referente ao século XVIII. É importante mencionar que não foi possível obter informações relevantes nos cartórios locais, e a consulta às atas municipais não foi autorizada.

Em relação às entrevistas, outras dificuldades foram enfrentadas, como por exemplo, a dos moradores manterem uma sequência nas ideias e memórias individuais. Geralmente, a entrevista era iniciada com certa resistência e, por vezes, desânimo da pessoa em falar. Isso poderia ser por timidez ou por receio de não saber ao certo o que dizer, e algumas vezes também por desinteresse no assunto. No entanto, com o andamento da entrevista, as pessoas começaram a se empolgar, e ao final, aparentavam certo entusiasmo por terem lembrado as experiências vividas, memórias relacionadas a antigos espaços de convivência em Itabatã.

Itabatã é um distrito muito pequeno e recente, e a administração local aparenta não reconhecer a importância da memória desse lugar. Além disso, informou-se que na década de 1980 houve um incêndio na Câmara Municipal, e por isso os arquivos foram perdidos, principalmente atas com o registro de obras públicas. Esse foi outro empecilho, devido à inexistência ou à perda de documentos históricos, ocorrem os chamados “hiatos temporais” (VASCONCELOS, 2009), ou seja, quando não são encontrados registros que correspondam à certa continuidade temporal, deixando assim intervalos de tempo sem informações registradas.

Foram consultadas instituições religiosas, porém estas não puderam contribuir para a pesquisa, alegando perda dos arquivos fotográficos. Também instituições educacionais foram contatadas, e o colégio de 1º e 2º graus de Itabatã, conhecido hoje como “Frei Ronaldo”, contribuiu bastante para a pesquisa. Isto devido ao projeto escolar “Minha escola tem história”, que resultou no livro “Colégio Frei Ronaldo – Uma história em construção” de 2011. O projeto foi desenvolvido pela coordenadora

pedagógica Cecília Carvalho e pelo professor de história Adão Coelho, que demonstraram interesse pela pesquisa, e disponibilizaram um volume do livro para o levantamento de dados. Apesar dos obstáculos encontrados, contou-se com o apoio dos moradores de Itabatã, especialmente os entrevistados, que se mostraram bastante entusiasmados, contribuindo com seus relatos e fotografias pessoais.

Desse modo, neste trabalho, valorizam-se a história oral e os relatos, como proposta metodológica. Ambos têm sido muito utilizados em diversos campos de estudo, sendo os relatos e memórias, sobretudo dos mais velhos, instrumentos importantes na recuperação da memória do lugar. Em vista disso, a história oral e os relatos foram utilizados como recurso metodológico, prática comum nos estudos historiográficos.

Nessa perspectiva, segundo Abreu (1998), o resgate da memória individual pode ser um caminho promissor para a recuperação da memória das cidades. Com os relatos de pessoas que acompanharam o processo de crescimento de uma cidade, por exemplo, pode-se tomar conhecimento de lembranças relacionadas a momentos e formas espaciais que marcaram a urbanização de um determinado lugar. Esse foi o procedimento empregado na coleta de dados deste estudo, que buscou resgatar a memória de Itabatã, suas paisagens e processos socioespaciais. Logo, mesmo que esta pesquisa tenha investigado a memória do lugar, e, portanto, a memória coletiva, esta não anula a memória individual. Por isso, as memórias individuais dos moradores mais antigos de Itabatã foram registradas e contribuíram para recompor a narrativa da formação do território.

É importante mencionar que esse procedimento metodológico embasado na memória individual, ou seja, nos relatos de pessoas, tem suas limitações e armadilhas. Deve-se ponderar que cada história apresenta um ponto de vista específico e, assim como a memória coletiva depende do grupo a que pertence, também a narrativa sobre o passado traz uma perspectiva do seu narrador específico. Logo, cada história é uma maneira de narrar o passado pela visão daquele que o vivenciou. E nessa lógica, deve-se tomar muito cuidado com as memórias individuais e sua subjetividade, que é variável a cada pessoa, e podem distorcer a história da realidade.

Quanto a essas distorções da memória, deve-se atentar ao fato de que “[...] o espaço da memória individual não é necessariamente um espaço euclidiano. Nele as localizações podem ser fluidas ou deformadas [...]” (ABREU, 1998, p. 11). Por essa razão, deve-se ter uma base mais objetiva, de modo a saber utilizar a memória

individual, sem cair em suas emboscadas e distorções da realidade. Isto foi marcante e constante nas entrevistas realizadas com os moradores de Itabatã, pois alguns relatos traziam certa imprecisão e divergências quanto a lugares, além de datas distintas das registradas em documentos oficiais.

Apesar de algumas limitações, deve-se reconhecer a importância que a oralidade apresenta para a memória da cidade. Nesse sentido, alguns autores apontam para o trabalho de elaboração psíquica que a narração de experiências vividas pode ocasionar, o que seria outro motivo para se valorizar a memória oral (FROCHTENGARTEN, 2005). No caso de Itabatã, onde são escassos os registros históricos, a história oral contribuiu substancialmente para a recuperação da memória espacial e social. Segundo Ecléa Bosi (2003, p. 15) “a memória oral é um instrumento precioso se desejamos constituir a crônica do cotidiano.” E com esse recurso, “[...] camadas da população excluídas da história ensinada na escola tomam a palavra.”

Finalmente, as lembranças desempenham um papel muito importante para a formação de uma imagem do lugar, que surge pela atividade cognitiva e permanece na memória, despertando afetividade e emoções variadas. Logo, evidencia-se a importância desse mundo imagético e afetivo para compreensão e resgate histórico da paisagem. Nesse sentido, a memória dos moradores de Itabatã foram fundamentais para o reconhecimento da história desse lugar, perpetuando, assim, as marcas da comunidade e de sua cultura, no espaço e no tempo.

1.3. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Além da introdução, aqui apresentada, e das considerações finais, esta dissertação foi dividida em outros quatro segmentos. O capítulo 2, CIDADES PEQUENAS E URBANIZAÇÃO, contextualiza o objeto de estudo, o pequeno núcleo urbano de Itabatã; e apresenta considerações a respeito das cidades pequenas na contemporaneidade. Nesse capítulo também é discutida a problemática em questão, o esquecimento e a padronização no espaço urbano, induzido pelo capital industrial e globalizado.

No capítulo 3, A GEOGRAFIA HISTÓRICA DE ITABATÃ, realiza-se uma abordagem teórica, discutindo-se a relação entre espaço, tempo e território. Também são apresentadas considerações acerca da Geografia Histórica, seus principais estudos e objetivos. Em seguida, aprofunda-se na Geografia Histórica de Itabatã, mas em uma

abordagem em múltiplas escalas, sendo então apresentado seu contexto regional, o Extremo Sul da Bahia, bem como o município de Mucuri. Por fim, são desenvolvidas algumas reflexões em relação ao Extremo Sul da Bahia e suas similaridades com o norte do Espírito Santo.

No capítulo 4, A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ITABATÃ, é apresentada uma abordagem em escala local, pela qual é reconstituída a narrativa histórica da formação territorial de Itabatã. Logo, são analisados os processos socioespaciais e econômicos que permitiram a formação do território, além dos momentos históricos mais significativos, por meio da periodização. Sendo assim, revela-se o processo de expansão territorial, a partir de mapas de evolução da malha urbana. Também são identificados: aspectos da ocupação; conquistas pelos primeiros habitantes, principais agentes sociais, paisagens do passado; e os variados contextos econômicos e políticos associados períodos do processo de formação territorial.

No capítulo 5, DO PASSADO AO PRESENTE, tem-se uma abordagem micro, na qual os espaços simbólicos e a cultura local são enfatizados, por meio da memória coletiva. Logo, aspectos culturais e usos no espaço público são identificados e valorizados. Também é apresentada a linha do tempo, com os principais fatos históricos, além de fotografias e trechos dos relatos dos moradores. Por fim, enfatiza-se a relevância das memórias, que resgatam paisagens pretéritas e costumes de Itabatã, transformações e permanências ao longo do tempo.

2

CIDADES PEQUENAS E URBANIZAÇÃO



*Esse é o grande mistério das
cidades: elas crescem e se
modificam, guardando porém
sua alma profunda apesar
das transformações do seu
conteúdo demográfico,
econômico e da diversificação
de suas pedras.*

Milton Santos

2. CIDADES PEQUENAS E URBANIZAÇÃO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DE ITABATÃ

Os estudos urbanos fomentam discussões variadas, e contribuem para a compreensão das cidades contemporâneas. Dentre as principais discussões atuais, destaca-se o debate sobre o crescente processo de urbanização, associado ao contexto contemporâneo de globalização econômica e política. Nessa perspectiva, são analisados os reflexos do desenvolvimento capitalista para o processo de urbanização, que tem atingido níveis especiais de desenvolvimento. Logo, desenvolvem-se novos fatos urbanos com naturezas e escalas diversas, o que altera as condições gerais de produção, as funções e relações entre cidades, redimensionando o fenômeno urbano.

Nesse contexto, de reorganização espacial e econômica, também estão inseridas as cidades pequenas, que apesar de sua menor complexidade e dimensão espacial, desempenham um papel muito importante para as redes urbanas, principalmente com a economia cada vez mais fluida e globalizada, que tem incorporado pequenos núcleos urbanos na dinâmica econômica global, como o caso de Itabatã e seu município, Mucuri. Esse é o tema principal abordado neste capítulo, que se divide em 4 subtemas: o primeiro apresenta breve debate a respeito das cidades pequenas; em seguida, tem-se a discussão acerca do capitalismo globalizado e suas repercussões nos pequenos núcleos urbanos; no terceiro é apresentada a problemática em estudo, contrapondo a padronização e os apagamentos nas cidades à recente revalorização do passado; e, por fim, busca-se relacionar as teorias, e a problemática em discussão, ao contexto de Itabatã.

2.1. AS CIDADES PEQUENAS

O tema das cidades pequenas não é recente, porém é um assunto que precisa ser mais explorado e aprofundado. A maioria dos estudos urbanos estão direcionados às questões das grandes cidades, à metropolização, e mais recentemente às cidades médias. Nota-se que as cidades pequenas não são a preferência nos estudos urbanos. Todavia, podem ser mencionados alguns autores que abordaram a temática há algumas décadas. De acordo com Sposito e Jurado da Silva (2013), no âmbito da Geografia brasileira, o primeiro desses estudos foi realizado em 1957 por Aroldo de Azevedo, com o trabalho “Vilas e cidades do Brasil Colonial – ensaios e Geografia Urbana”, que hoje pode ser relacionado ao tema das cidades pequenas.

No entanto, foi a partir da década de 1980, que os estudos acerca das cidades pequenas se ampliaram no Brasil, especialmente com a renovação da Geografia, que passou a adotar uma perspectiva marxista (SPOSITO e JURADO DA SILVA, 2013). Posteriormente, outros autores abordaram o assunto, merecendo destaque as discussões de Milton Santos (1982), que enriqueceu o debate das cidades pequenas, além de ter reforçado a importância desse tema. Ao utilizar o termo “cidades locais”, seu estudo ainda é referência para as pesquisas na atualidade. Para Santos (1982, p. 69), “[...] vemos perfilar-se outro fenômeno urbano, o das *cidades locais* que, a nosso ver, merece tanto interesse quanto o precedente”.

Há também o debate por Roberto Corrêa, autor que alerta sobre o enaltecimento dos grandes centros urbanos, ao afirmar que “[...] os esforços de reflexão empreendidos sobre o urbano e a cidade têm, preferencialmente, privilegiado as grandes cidades” (CORRÊA, 1999, p. 45). Além disso, vale a pena mencionar as publicações da Revista Brasileira de Geografia, que apresenta autores como Pedro Pinchas Geiger (MAIA, 2009); e outros autores mais recentes, que produziram trabalhos enriquecedores para a temática, como Tânia Maria Fresca (2010).

De fato, deve-se ponderar que as grandes cidades apresentam maior complexidade na estrutura social, funções e dinâmica espacial, bem como ampla diversidade e particularidade de questões a serem discutidas. Isto justifica os esforços e maior atenção dada ao estudo das metrópoles. Porém, as cidades pequenas também são fundamentais para as redes urbanas, especialmente na atualidade, com a crescente globalização econômica e política.

Em diferentes países são utilizados diversos parâmetros para a classificação oficial de uma cidade. Podem ser consideradas as funções e estruturas, a rede urbana, ou o tamanho demográfico, critério mais utilizado. No caso do Brasil, utiliza-se o critério político-administrativo e, assim, a sede do município passou a ser reconhecida como cidade após o Decreto-Lei Nº 311 de 1938 (SPOSITO e JURADO DA SILVA, 2013). Esse critério político-administrativo permite lacunas e paradoxos urbanos consideráveis, como o próprio caso de Itabatã, classificado como distrito de Mucuri, mas que apresenta população superior à cidade-sede do município. Dessa maneira, mesmo apresentando atividades mais complexas, e funções que abranjam uma ampla escala, a divisão territorial brasileira não considera Itabatã como uma cidade.

Sendo assim, compreende-se que tais parâmetros permitem variadas definições sobre a cidade, porém distantes de uma definição que se adeque aos variados contextos. Esses parâmetros também revelam uma visão bastante limitada, pois não são considerados aspectos socioculturais, ou mesmo históricos, na classificação de cidade. Como não há um parâmetro unânime, comumente deduz-se que “quando uma cidade apresenta características geográficas como extensa área territorial, grande densidade demográfica, presença industrial, meios de comunicação, infraestrutura complexa, entre outros, pode-se dizer que há uma *city*.” (SPOSITO e JURADO DA SILVA, 2013, p. 36). Todavia, a variedade de cidades permite muitas categorias de *city* que ainda não apresentam todos esses requisitos. Também em outros casos, como Itabatã, podem apresentar tais requisitos, mas não serem tidos como cidades.

Conforme afirma Maia (2009), as cidades são geralmente classificadas de acordo com o número de seus habitantes, e podem ser definidas como pequenas, médias ou grandes. Ainda segundo a autora, as cidades com população até 20 mil habitantes são consideradas pequenas, acima de 500 mil são cidades grandes, e entre esses dois patamares estariam as cidades médias. Esses parâmetros são adotados pelo IBGE, e norteiam muitos estudos relativos às cidades. Ao considerá-los, é possível perceber que a quantidade de grandes cidades é bem menor em relação ao número de pequenos núcleos urbanos. Esse fato é observado não apenas na Bahia, como demonstrado na Tabela 1, mas também em âmbito nacional.

Tabela 1 - Distribuição das sedes municipais da Bahia por faixa de tamanho de população Bahia (1980 – 2007)

Faixa de tamanho de população	Quantidade de sedes municipais			
	1980	1991	2000	2007
acima de 500 mil	1	1	1	1
de 100 a 500 mil	3	5	9	9
de 50 a 100 mil	5	9	11	11
de 20 a 50 mil	20	25	32	32
de 10 a 20 mil	33	62	71	71
de 5 a 10 mil	65	94	125	124
inferior a 5 mil	209	219	166	167
Total	336	415	415	415

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 e Contagem de População de 2007 apud DIAS, 2010.

De acordo com os dados da Tabela 1, a respeito da Bahia, entre 1980 e 2007 o número de sedes municipais com população superior a 500 mil habitantes manteve-

se estável. As demais categorias apresentaram crescimento, exceto as cidades com população inferior a 5 mil habitantes, que reduziram de número, provavelmente devido ao crescimento da população urbana. Em 1980, as sedes municipais com população entre 5 mil e 10 mil habitantes representavam 19% do total, e em 2007 esse percentual subiu para 29,9%. Ainda com base nesses dados, em 2007 as sedes municipais com população inferior a 20 mil habitantes, portanto as cidades pequenas, representavam 87% do número total. Logo, comprova-se que o número de cidades pequenas é bem maior em relação às grandes cidades e metrópoles. Todavia, mesmo sendo maiores em número, essas cidades pequenas não aglutinam a maioria da população, que se concentra nos grandes centros urbanos. Observa-se ainda que, no contexto aqui expresso de pequenas cidades, não estão incluídos os núcleos urbanos sede de distrito, como Itabátã, mas apenas as sedes dos municípios, como o caso de Mucuri.

A noção de “cidade pequena” é muito complexa para ser elaborada em uma única definição. A utilização desse termo vai desde o senso comum até a área da ciência, sendo uma ideia relativa. Pela análise etimológica de “cidade pequena”, constata-se que a palavra “cidade” tem origem no latim *civitas*, *-atis*, podendo ser entendida como “conjunto de cidadãos”. O adjetivo “pequeno(a)” trata da escala, e significa algo de “pouca extensão”, “diminuto”. Percebe-se o quanto essa definição é ainda muito genérica, sendo aplicável em contextos diferenciados, e por vezes associada a conotações muito vagas.

Ao mesmo tempo, há uma ideia comum de cidade pequena como local tranquilo, de poucos recursos e atividades. Entretanto, em muitos núcleos urbanos de pequena dimensão, como a sede do distrito de Itabátã, os moradores mais longevos associam a tranquilidade apenas ao passado, quando predominava na paisagem o aspecto rural. Desse modo, os estudos que se debruçam sobre esse tema têm revelado uma realidade muito diversificada e rica empiricamente, que precisa ser mais aprofundada pelos estudos urbanos, e não definidas genericamente. Qual seria, então, a noção mais coerente para as cidades pequenas?

Quando se fala em cidade pequena, a ideia é abrangente, visto que cidade é uma dimensão, ou classificação, comum aos demais centros urbanos. Mas, por outro lado, também remete à parte de um todo, um recorte espacial, revelando singularidades, uma vez que se refere a um tamanho reduzido. Entretanto, qual seria o tamanho de um núcleo urbano considerado diminuto? O quão pequeno deve ser para considerá-

lo como uma cidade pequena? Essas indagações evidenciam a complexidade nas buscas em se definir a “cidade pequena”, que no Brasil apresenta ampla diversidade.

Na perspectiva de Milton Santos (1982), que utiliza o termo “cidade local”, a cidade pequena seria o centro funcional da região em que se insere, mas não o seu centro dinâmico. Buscando-se por uma definição mais precisa, segundo o mesmo autor:

A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da *atividade* primária para servir às necessidades inadiáveis da *população*, com verdadeira especialização do espaço. [...] Poderíamos então definir a cidade local como uma aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais, ou criadas, de toda uma população, função esta que implica em uma vida de relações. (SANTOS, 1982, p. 71).

Portanto, a “cidade local” torna-se autossustentável e, assim, seus habitantes não são mais obrigados a se deslocar para outros centros urbanos para atendimento de suas demandas imediatas. Esse processo ocorre devido à modernização, que também alcança os pequenos núcleos urbanos e rurais. Assim, “o fenômeno da cidade local acha-se ligado às transformações do modelo de consumo do mundo, sob o impacto da modernização tecnológica, da mesma forma que as metrópoles são o resultado dos novos modelos de produção.” (SANTOS, 1982, p. 72).

Essa lógica enfatiza a “cidade local” inserida em contexto urbano-regional que se modernizou, ocasionando transformações significativas, tanto no campo como no meio urbano. Isto porque, conforme Maia (2009, p. 148), “houve, sim, grandes transformações no espaço agrário brasileiro em decorrência das inovações tecnológicas, das alterações nas relações de produção e de trabalho [...]”, o que repercutiu nas diversas cidades. Processo semelhante ocorreu no Extremo Sul baiano, e no município de Mucuri, após o desenvolvimento do agronegócio modernizado das florestas de eucalipto. Sendo assim, pode-se pensar a sede do distrito de Itabatã como uma “cidade local”, considerando a sua capacidade em atender às demandas inadiáveis da população, e seu recente processo de modernização das técnicas agrárias.

Nesse contexto, as metrópoles, ou grandes cidades, articulam microrregiões e apresentam uma variedade maior de atividades e funções. Por outro lado, em relação aos pequenos núcleos urbanos, observa-se que:

Em cada região, as cidades pequenas tendem a assumir feições particulares no arranjo da rede urbana. Há, destarte, centros turísticos, religiosos, locais centrais na produção industrial, cidades do campo, cidades de serra, cidades

de portos marítimos, etc. Tais centros não estão desarticulados no processo de produção capitalista e possuem, em alguns exemplos, funções estratégicas na produção de determinados bens e matérias-primas industriais [...] (SPOSITO e JURADO DA SILVA, 2013, p. 45).

Desse modo, com a modernização, e consequente especialização, as cidades pequenas passam a apresentar funções singulares, distintas entre si. Isso ocorre em cidades pequenas no Extremo Sul da Bahia, onde muitos municípios da faixa litorânea apoiam-se na atividade turística, outros municípios, porém, baseiam-se nas atividades industriais, sobretudo no setor florestal para a produção de papel e celulose.

Constata-se que as cidades pequenas são muito variadas e revelam realidades distintas, pois se diversificam quanto ao contexto econômico, geográfico, e também histórico. Assim, elas apresentam diferenciações relativas às atividades produtivas, estruturas urbanas, população, enfim, aspectos que repercutem na dinâmica urbana. Há cidades pequenas que apresentam maior vínculo com o campo; outras possuem um espaço urbano menos segmentado e mais comunitário, no qual a maioria dos habitantes se conhecem. Essas são noções mais comuns acerca das cidades pequenas. No entanto, atualmente, percebem-se pequenos núcleos urbanos independentes, com produção industrial em grande escala, e por vezes inseridos na economia global, como Mucuri e Itabatã. Parte de suas atividades são especializadas e complexas, extrapolando o âmbito local. Em casos semelhantes a esses, pode-se então definir as cidades pequenas como:

[...] núcleos urbanos que representam uma extensão menor se comparada a centros de outro porte e atendem ao pressuposto da realização da vida, da produção do espaço e da reprodução capitalista, na divisão territorial do trabalho em escala internacional. (SPOSITO e JURADO DA SILVA, 2013, p. 40).

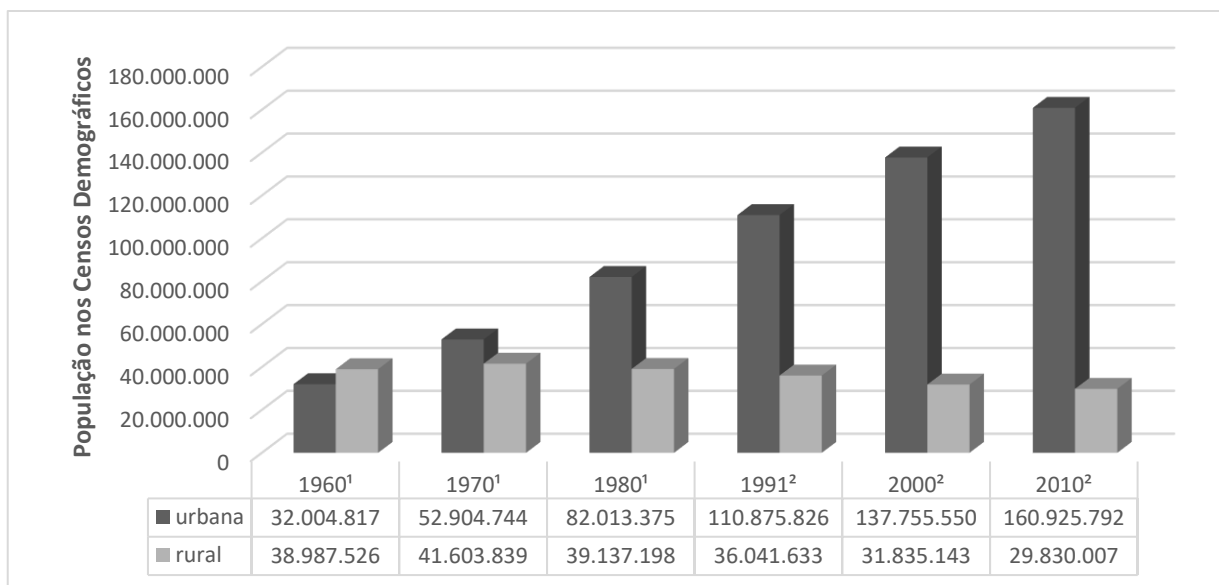
Desse modo, há casos de cidades com dimensão reduzida, mas que apresentam dinâmica urbana e atividades bastante complexas, que por vezes extrapolam o âmbito local. Esta situação é bastante semelhante ao que ocorre em Itabatã, pois a sede desse distrito apresenta-se como um local pequeno e de modesta infraestrutura urbana, porém, articulado com outras cidades, estabelecendo vínculos de escala regional, nacional ou mesmo global. Assim, apesar de estarem em uma categoria inferior na hierarquia das redes urbanas, alguns desses pequenos núcleos urbanos extrapolam seu âmbito local, por vezes participando da economia globalizada.

2.2. IMPACTOS DO CAPITAL GLOBALIZADO NAS CIDADES PEQUENAS

As cidades pequenas são um “recorte empírico/teórico do fato urbano” e, portanto, apresentam uma dimensão específica, segundo Sposito e Jurado da Silva (2013). Contudo, no contexto contemporâneo, muitas elas estão inseridas em uma totalidade peculiar, participando da dinâmica econômica do capitalismo globalizado. Logo, a discussão da rede urbana deve considerar os processos macroeconômicos, que vem ocorrendo desde o século XX, e que provocaram transformações significativas no processo de urbanização.

Atualmente, a urbanização tem atingido níveis surpreendentes, estimulando o crescimento vertiginoso da população urbana. De acordo com os dados do censo demográfico (IBGE), desde a década de 1960 à década de 2010, houve uma inversão na proporção entre a população rural e urbana (Gráfico 1). A população urbana que antes era menor (45%), em 2010 passou a representar cerca de 84% da população brasileira, de modo que, a maioria das pessoas no Brasil, se concentram nas áreas urbanas.

Gráfico 1 - População urbana e rural no Brasil entre 1960 e 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

(1) População recenseada. (2) População residente.

Elaboração: própria autora.

No final do século XX, em consequência do processo de globalização, foram criados inúmeros núcleos de aglomeração de pessoas, em áreas demarcadas para a ocupação e modernização (CORRÊA, 1999). As cidades pequenas, anteriores a esse processo, passaram, então, a ter que se adaptar às novas demandas formuladas

externamente, o que tem reconfigurado a estruturação interna dessas cidades. Nesse contexto, é perceptível que:

[...] a globalização causa impacto, ainda que desigualmente, sobre as formas, funções e agentes sociais, alterando-os em maior ou menor grau e, no limite, substituindo-os totalmente. Trata-se de uma reestruturação espacial que se manifesta, no plano mais geral, na recriação das diferenças entre regiões e centros urbanos, assim como nas articulações entre ambos e entre os centros. (CORREIA, 1999, p. 44).

Portanto, o processo de globalização, tanto econômica quanto política, engendrou transformações significativas e, frequentemente, ocasionou mudanças na urbanização e planejamento das cidades. Simultaneamente, segundo Fresca (2010), foram observadas mudanças quantitativas e qualitativas no setor terciário das cidades pequenas, que tem atendido parte de seu mercado consumidor não apenas com instalações físicas, mas também com o mercado virtual, fenômeno que tem crescido com as facilidades de compra pela *internet*. Em consequência, transforma-se também a rede urbana, seja por imposição ou por indução de corporações globais. Isso altera o território nacional, pois são criados novos núcleos, além da “refuncionalização” dos núcleos já existentes (CORREIA, 1999).

Nessa lógica, o contexto de Itabátã tem se reformulado e se especializado devido à modernização das técnicas agrícolas, especialmente com o desenvolvimento do agronegócio, marcado pela silvicultura. Segundo Arruda (2009), o agronegócio surge nos Estados Unidos, a partir das mudanças causadas pela modernização da agropecuária. Quanto a essas mudanças, a autora ainda assevera que:

A lógica espacial do agronegócio, no contexto da globalização, ultrapassa a lógica de cadeia produtiva e passa a incorporar aos fluxos materiais outros fluxos imateriais (capitais, informação, ciência e tecnologia) de forma integrada e inter-relacionada entre os diversos agentes que o compõem, bem como as atividades efetuadas entre si necessárias para a efetivação do capital[...]. Nessa lógica espacial, campo e cidade se articulam rompendo com a velha dicotomia apresentada no passado e conferindo uma nova dinâmica espacial (ARRUDA, 2009, p. 160-161).

Desse modo, verifica-se a modernização não apenas das cidades, mas também do campo. “A vida urbana chega ao campo e também às localidades pequenas de pouca expressão urbana; todos esses espaços integram a sociedade do consumo.” (MAIA, 2009, p. 155). Logo, a urbanização alcança as áreas rurais, ocasionando novas cidades pequenas, que geralmente possuem aspectos urbanos e rurais entrelaçados. As transformações verificadas também se expressam na sociedade, que passa a consumir e assimilar culturas globais, hábitos e costumes tendem a ser padronizados.

Além disso, a produção do espaço urbano contemporâneo tem se mostrado cada vez mais pautada por valores capitalistas, em detrimento de valores sociais, culturais e históricos. Isso ocorre em diversos núcleos urbanos no Brasil como, por exemplo, no município de Mucuri, onde se localiza o distrito de Itabatã. Nessa perspectiva, transformações significativas ocorrem nas cidades, sobretudo nos pequenos centros urbanos que há pouco tempo eram aglomerados rurais. Alteram-se suas funções, paisagens, estruturas sociais, e reformula-se o planejamento urbano, que se apresenta cada vez mais mercantilizado.

Nesse contexto, as disputas entre cidades e regiões crescem e, na busca por atrair maiores investimentos, os espaços são ofertados para o desenvolvimento capitalista. Sendo assim, ocorre um processo de difusão seletiva das formas avançadas de produção industrial urbana, e das tecnologias e meios de comunicação avançados. Esse processo tem incentivado desequilíbrios espaciais, e assimetrias socioeconômicas, no contexto do Extremo Sul da Bahia. Dessa maneira, constata-se que, de modo geral:

[...] os negócios provenientes de uma agricultura modernizada-informacional-globalizada passam a ser produzidos em uma nova condição histórica, em que a produtividade, o consumo e a competitividade são realizados em uma rede global de interação para atender a uma lógica comandada pelo capital hegemônico (ARRUDA, 2009, p. 164).

Com os impactos do capitalismo globalizado, altera-se também o modo de vida nas cidades. Nessa perspectiva, Sandra Lencioni (2015) afirma que o ritmo da vida contemporânea se alterou profundamente, e hoje ele passa a ser regulado pelo valor e reprodução do capital. Além disso, a globalização permitiu o surgimento de novas tecnologias de informação e comunicação. Isso ampliou as possibilidades de interação, superando limitações de distância geográfica e, ao mesmo tempo, expandindo os vínculos interurbanos a níveis globais (SOJA, 2005). Logo, o espaço ganha outra dimensão, torna-se fluido, e o tempo é cada vez mais acelerado.

Com as transformações mencionadas, a rede urbana tornou-se ainda mais dinâmica, e está em constante processo de rearranjo econômico, social e espacial. O dinamismo que se observa nessa trama reforça a importância de se revisar o atual papel dos pequenos centros urbanos. Sendo assim, apesar de as cidades pequenas serem um fragmento do fenômeno urbano, elas também se relacionam com o todo, apresentando, cada vez mais, relações complexas que extrapolam o âmbito local. Sua

complexidade, especialmente econômica, tem sido estimulada com as transformações associadas à mundialização e expansão do capital, bem como aos avanços tecnológicos.

Devido ao processo de urbanização associado à financeirização do espaço urbano, muitos teóricos consideram o espaço urbano como subjugado aos processos do capitalismo globalizado. Por essa perspectiva, a cidade exibe uma paisagem impessoal e padronizada, norteadas por valores econômicos. Segundo Sposito e Jurado da Silva (2013), devido à solidificação do capitalismo, as cidades passaram a adquirir uma natureza majoritariamente econômica, o que repercutiu no desenvolvimento espacial urbano. Para Scott e Storper (2015) o principal papel das cidades hoje, seria de centros de produção e trocas econômicas, inseridos em sistemas mais abrangentes, estabelecendo relações regionais, nacionais e internacionais. Todavia, os autores ainda ponderam que embora a urbanização seja induzida pelo capitalismo, as cidades não podem ser limitadas às atividades econômicas (SCOTT e STORPER, 2015).

Destarte, a cidade vai muito além dos processos associados ao capitalismo global, e deve ser também considerada como espaço de memórias, de sociabilidade, de trocas intelectuais e socioculturais. Nesse sentido, tem-se o espaço urbano como o cenário no qual ocorrem as atividades humanas; estas que deixam suas marcas ao longo do tempo, como heranças. Tais marcas representam parte do que as pessoas de um lugar são, parte de suas raízes e cultura, mas, sobretudo, revelam resquícios de paisagens do passado.

Conforme Abreu (2005, p. 97), na contemporaneidade, as cidades são o palco de processos sociais interligados a outros de maior escala, “mundializados”, e que necessitam de uma abordagem mais ampla, que considere a escala global. Porém, há também os processos que ocorrem no âmbito local, e que são extremamente importantes. Nesse caso, “[...] são de natureza nitidamente singular e, por isso, precisam ser contextualizados a partir de realidades locais”, como no caso de Itabátã.

2.3. A PROBLEMÁTICA DA PADRONIZAÇÃO E DOS APAGAMENTOS

Conforme dissertado anteriormente, o fenômeno da globalização e suas inovações nos meios de comunicação expandiram as possibilidades de interação social a nível global. Novas tecnologias foram criadas, permitindo interações espaço-temporais

mais fluidas e diversificadas. Em vista disso, na atualidade são engendradas notáveis mudanças nas relações sociais, e na forma de vivenciar os espaços urbanos. A chamada “Modernidade Líquida”, conceituada e discutida por Zygmunt Bauman (2001), revela um cotidiano cada vez mais veloz, com vínculos socioespaciais simultâneos, múltiplos, porém mais fugazes. O espaço e o tempo foram reconfigurados, e as tecnologias tornaram a presença física não tão necessária como antes. Cada pessoa pode estar em múltiplos lugares virtualmente, interagindo com outras pessoas em qualquer lugar do mundo.

As mudanças tecnológicas permitiram maior instantaneidade das comunicações, o que tem induzido a uma integração e homogeneização global. Ao mesmo tempo em que esses processos tornam o espaço fluido, também criam lugares similares e simultâneos; conforme afirma Milton Santos (1994, p. 178), “o lugar está em todo lugar, está dissolvido no mundo inteiro.”

Essa homogeneização se expressa no espaço urbano, porém não se limita a este. Mesmo os hábitos, modos de vestir, música, e os gostos estão cada vez mais parecidos em vários lugares no mundo. Também é perceptível uma padronização quanto aos contextos urbanos e rurais, que se encontram cada vez mais entrelaçados. Em razão disso, “[...] atualmente, não só os elementos – luz elétrica, fogão a gás, televisão, telefone, utensílios de plástico, alimentos enlatados – já não dizem respeito apenas à cidade; como também o vestir, o dançar e as músicas” (MAIA, 2009, p. 155).

A padronização do fenômeno urbano, processo que também revela o forte consumismo da sociedade atual, é mais expressiva nas metrópoles, porém alcança também, os pequenos centros e povoados rurais. As grandes marcas e empresas multinacionais fazem-se presentes em todo lugar. “Em um jogo dialético, o rural e o urbano se superpõem em práticas socioespaciais, econômicas e culturais, e o global se manifesta no local – cada vez mais nesses lugares” (ARRUDA, 2009, p. 165), processo que também faz parte da formação territorial de Itabatã, antes de aspecto eminentemente rural, e que nas últimas três décadas tem se transformado em um pequeno núcleo urbano. Como é apresentado adiante, as transformações em Itabatã foram estimuladas tanto pelo agronegócio modernizado das florestas, que obrigou o povoado rural a atender demandas da indústria, quanto pelo rápido processo de urbanização.

Dessa maneira, muitas cidades contemporâneas têm apresentado um planejamento pautado, principalmente, pelo capitalismo globalizado. Em consequência, a produção do espaço passa por um processo de mercantilização, e homogeneização das paisagens urbanas. E isso é ainda mais grave nas cidades pequenas, que geralmente possuem espaços mais modestos e uma administração local frágil. Nesse contexto, as preexistências perdem seu valor enquanto herança histórica e cultural. Na ilusão de alcançar expressivo desenvolvimento, o tão almejado “progresso”, são frequentes a aversão ao passado e a busca constante pelo “novo”.

De acordo com Maurício Abreu (1998), o olhar obstinado para o futuro surge nas sociedades ocidentais com a ilustração, e no Brasil foi sustentado por expressões como "São Paulo não pode parar" e "Pra frente, Brasil". Em razão disso:

Olhou-se para o passado apenas para cimentar a identidade nacional, que estava então sendo forjada. Essa fé no "país do futuro" tornou-se uma ideologia avassaladora a partir da República, e isto explica por que foram tão bem-sucedidas, no século XX, as reformas urbanísticas radicais que tanto transformaram a face de diversas cidades brasileiras (ABREU, 1998, p. 9).

A partir dessa visão progressista, marcante no Brasil após a proclamação da República, qualquer ponto de vista que prestigiasse o passado era considerado conservador, ou mesmo uma atitude retrógrada. A busca pelo novo, e as intervenções modernistas, marcadas pelo “progresso” a todo custo, transformaram as paisagens herdadas do passado.

Por outro lado, essas visões progressistas alteraram-se com o passar do tempo e chegada do “futuro”, conforme afirma Abreu (1998), pois constatou-se a permanência de problemas, guerras e desastres. Com isso, as formas de pensar da sociedade foram remodeladas, e as pessoas passaram a viver “[...] mais o presente, desconfiando daquilo que o futuro lhes reserva, e revalorizando o que já construíram em tempos passados” (ABREU, 1998, p. 7).

Destarte, uma conjuntura interessante emerge na contemporaneidade pois, em decorrência da criação dos espaços urbanos padronizados, também ocorre uma busca contrária à padronização. Assim, cada lugar busca uma maneira de se distinguir, e com isso, são estimulados os movimentos de diferenciação, ou seja, de busca das singularidades (SANTOS, 1994; ABREU, 1998). Todavia, no mundo cada vez mais globalizado, e também padronizado, como preservar as singularidades?

Nesse sentido, segundo Abreu (1998, p. 7), a resposta está na “revalorização do passado”, que é percebido como fundamental para se manter a particularidade.

O resgate do passado, seja pelos resquícios na paisagem, pelos documentos preservados em “instituições de memória”, pela história oral, ou mesmo pela cultura viva no cotidiano, torna-se alicerce para a singularidade. Esse processo tem se fortalecido no Brasil, e mesmo os recentes municípios também demonstram o anseio em preservar sua memória a partir dos vestígios materiais de paisagens urbanas pretéritas. No entanto, a busca pelas singularidades não ocorre apenas por meio da valorização do passado. Em muitas cidades também são criados novos elementos e espaços urbanos, novidades que podem remeter a culturas e costumes mais recentes, ou mesmo inventados.

A revalorização do passado torna-se ainda mais pertinente no cenário brasileiro atual (2019), considerando correntes contemporâneas de negação ou distorção da história, como o exemplo de pessoas que ainda hoje negam ter ocorrido a ditadura militar, ou mesmo a escravidão no Brasil. Atualmente, também são verificadas consideráveis transformações e apagamentos, provocados pelas forças hegemônicas do capital globalizado. Essa problemática é recorrente em muitos debates e textos acadêmicos, mas também em obras artísticas, pois arte e política caminham juntas. Como exemplo, tem-se o filme brasileiro “Narradores de Javé” (Figura 3), dirigido por Eliane Caffé. Essa produção cinematográfica aborda a problemática dos apagamentos da memória, causados pelas demandas do capitalismo, processo comum em muitas cidades pequenas no Brasil.

Figura 3 – Imagem de divulgação do filme "Narradores de Javé" (2003)

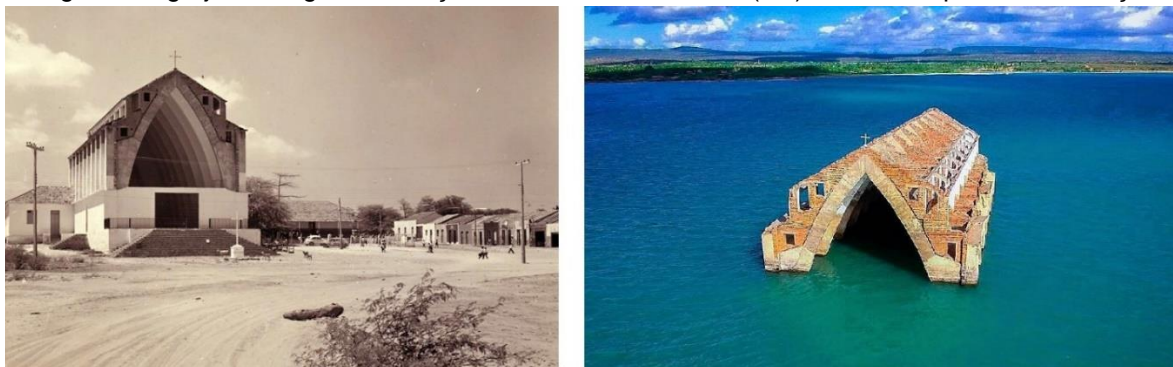


Fonte: lounge.obviousmag.org.

Apesar do tom cômico, o enredo retrata um pequeno vilarejo chamado Javé, que corre o risco de ser inundado em decorrência da construção de uma usina hidrelétrica. A única opção dos moradores para evitar o desaparecimento da cidade é a comprovação do valor patrimonial e histórico do lugar por meio de um documento de “valor científico”. Isso encoraja os moradores a produzirem um livro sobre a história desse lugar, mas como quase todos são analfabetos, a tarefa é destinada a Antônio Biá, ex-funcionário dos correios, interpretado por José Dumont. A escrita, a partir das memórias, torna-se o artifício para a proteção do vilarejo, uma possibilidade de resistir às forças do capital. Também se discute a respeito da história oral e suas limitações, a problemática da distinção entre os fatos históricos e os relatos fantasiosos.

Nesse contexto, há os casos como Itabata, que passa por processos de metamorfose decorrentes da acelerada urbanização e do agronegócio. Logo, o núcleo fundacional do distrito tem perdido sua identidade, principalmente com a hegemonia das multinacionais, voltadas à produção de papel e celulose. Em outras situações, mais graves, verifica-se o apagamento de toda a cidade, como nos casos comuns de inundação para a construção de usinas hidrelétricas, como a Velha Petrolândia (PE), que em 1988 foi inundada, e se transformou no lago de Itaparica, onde restam os vestígios da cidade (Figura 4).

Figura 4 - Igreja do Sagrado Coração de Jesus, Petrolândia (PE), antes e depois da inundação



Fonte: “Recife Ordinário” (rede social *twitter*).

Além desses casos, há ocorrências mais recentes, como as tragédias de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), em Minas Gerais. Com o rompimento das barragens da Vale S.A, seis localidades de Mariana foram atingidas, além de Bento Rodrigues. Vilarejos inteiros foram tomados pela enxurrada de lama, que também contaminou rios, chegando ao litoral capixaba. Esse caso evidencia a expressiva autonomia das empresas Samarco e Vale na região, multinacionais envolvidas em crimes ambientais.

Apesar da reduzida dimensão, muitas desses vilarejos possuíam uma memória, que não sobreviveu à hegemonia das grandes empresas e, por fim, foram completamente apagadas, semelhante ao caso de Javé, que no filme também desaparece devido à inundação (Figura 5). Para Aristóteles “a arte imita a vida”, como no exemplo dessa obra artística, que aborda questões pertinentes e atuais acerca das estruturas de poder, dos apagamentos, da desterritorialização, da relação identidade-cultura, além da história enquanto registro e preservação da memória de um lugar. Em função do exposto, deve-se reconhecer, especialmente na contemporaneidade, a relevância da história e memória coletiva para o urbano, para a vida em sociedade.

Figura 5 - Cena do filme "Narradores de Javé"



Fonte: lounge.obviousmag.org.

2.4. O NÚCLEO URBANO DE ITABATÃ: UM LUGAR SEM MEMÓRIA?

Itabatã é um pequeno distrito pertencente ao município de Mucuri, na região do Extremo Sul da Bahia. Seu núcleo urbano, a sede distrital, está localizado às margens da rodovia BR-101, conforme fotografia aérea abaixo (Figura 6).

Figura 6 - Fotografia aérea de Itabatã (2007)



As plantações de eucalipto se destacam na paisagem.

Fonte: Jornal Itabatã News (data aproximada 2007).

A região em que o distrito se insere passou por um processo de reorganização socioeconômica, especialmente a partir de 1970, com a intensificação das indústrias de papel e celulose. Os incentivos fiscais pelo governo estimularam o surgimento dos polos industriais no Sul baiano, que deram origem às expressivas plantações de eucalipto na região. Tais processos provocaram mudanças significativas em diversos âmbitos, causando impactos na paisagem e economia local dos municípios, em especial Mucuri e Eunápolis. Quem percorre as rodovias da região se depara com a paisagem pouco diversificada, representado pela Figura 7, que substituiu amplas áreas de Mata Atlântica por plantações de eucalipto.

Figura 7 – Paisagens de plantações de Eucalipto na região do Extremo Sul Baiano



Fonte: mst.org.br (1); gazeta (2); própria autora (3).

O agronegócio da silvicultura provocou modificações no uso e ocupação do solo, tornando a paisagem da região monótona, considerada por movimentos socioambientais como um grande “deserto verde”. Isso porque, a monocultura de eucalipto demanda de extensas áreas para plantações, que não produzem alimentos. Além disso, empobrecem o solo, pois essa espécie vegetativa tem suas mudas plantadas muito próximas, gerando sombra no solo e dificultando o desenvolvimento de outras formas de vida. Para o crescimento do eucalipto é utilizado grande volume de água; a estimativa é que cada árvore absorva em média 30 litros de água potável por dia (LA TORRE, 2015), além dos agrotóxicos. Todos esses aspectos repercutem nas comunidades do Extremo Sul da Bahia, e do Norte do Espírito Santo, motivando conflitos sociais, ambientais e territoriais. De um modo geral, pode-se afirmar que o desenvolvimento das indústrias de papel e celulose na região provocou:

[...] a concentração fundiária no campo, diminuição no número de empregados no campo (permanentes e temporários) e do trabalho familiar, que resultou um processo intenso de êxodo rural e uma reorganização socioeconômica. Como consequência teve-se o aumento da população urbana, que implicou na busca de empregos e novas oportunidades nas cidades, ocasionando um crescimento desordenado das áreas urbanas, provocando novas paisagens locais. (ALMEIDA et al. 2008, p. 17).

Dentre as novas paisagens locais encontra-se o distrito de Itabatã, que tem se urbanizado de modo considerável, conforme evidenciado pelas imagens a seguir, que apresentam aspectos de seus espaços urbanos, localizados no mapa da Figura 8. O crescimento dessa localidade estimulou uma dinâmica urbana e estrutura de cidade, ainda que de pequena escala, em um contexto até pouco tempo rural. Ao mesmo tempo, o espaço urbano tem sido mercantilizado, e a valorização do solo dificultou a aquisição de lotes pelos residentes. Logo, verificam-se transformações na materialidade desse “centro local”, mas também em seu plano imaterial.

Figura 8 - Mapa de localização de espaços públicos - caracterização do núcleo urbano - Itabatã



Fonte: Google Earth 2019, editado pela autora.

Nos espaços urbanos da sede distrital, sobressaem as propagandas comerciais, que se tornaram cada vez mais presentes, caracterizando a ambiência urbana (Figura 9).

Além disso, em alguns pontos ainda é possível observar as plantações de eucalipto, que há mais de três décadas destacam-se na paisagem da região (Figura 10).

Figura 9 – O espaço urbano do atual Centro de Itabatã (Avenida Minas Gerais)



Fonte: Própria autora.

Figura 10 - Plantações de eucalipto emoldurando a paisagem de Itabatã (Rua Olívio R. Silva)



Fonte: Própria autora.

Itabatã foi considerado oficialmente como distrito em 11 de agosto de 1999; porém, suas primeiras ocupações remontam a meados da década de 1960, fato desconhecido pela maioria dos moradores. Embora apresente pouco destaque em âmbito nacional, seu município está inserido em processos econômicos globais, e apresenta vínculos importantes com outros centros urbanos, principalmente do Oeste de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo.

Atualmente, apesar de Itabatã inserir-se nesse contexto de economia globalizada, e seu município apresentar alto valor do PIB, o crescimento econômico não se reflete no espaço urbano local. O agronegócio modernizado das florestas atribuiu a Itabatã um contexto econômico de destaque, o que favoreceu a aceitação das multinacionais desse ramo pela administração local. Esta valorizou irrestritamente o capital industrial, e realizou poucos investimentos em infraestrutura local, também deixando de lado questões ambientais, sociais e culturais no planejamento urbano. Como pode ser observado na Figura 11, o acesso à sede do distrito de Itabatã é precário, carece de sinalização e pavimentação. Também as linhas d'água, sobretudo os córregos, encontram-se em degradação, sendo mal utilizados (Figura 12).

Figura 11 - Acesso ao distrito de Itabatã, cruzamento com a rodovia BR-101



Fonte: Própria autora.

Figura 12 - Condições ambientais de um dos principais córregos de Itabatã



Fonte: Própria autora.

A homogeneização pelas culturas dominantes, associada ao descaso pela administração pública, repercutiu negativamente na produção do espaço urbano de Itabátã. O processo de modernização a todo custo, voltado ao desenvolvimento capitalista, incentivou apagamentos na paisagem. Ao mesmo tempo, a urbanização acelerada desvalorizou os aspectos históricos e culturais, criando espaços impessoais, sem infraestrutura adequada, ou mesmo abandonados, em condições de degradação.

No território são raros os espaços simbólicos ou voltados às manifestações culturais, sendo os mais significativos apresentados no Quadro 2, abaixo.

Quadro 2 - Principais espaços simbólicos e culturais de Itabátã



Fonte e elaboração: própria autora.

Pelas imagens, percebe-se que a paisagem atual expressa pouco da história e cultura do território que, desde a década de 1990, cresce atendendo às demandas da indústria de papel e celulose. Em consequência, Itabátã carece de espaços públicos de valorização da memória, como um museu local, ou ainda espaços culturais. Nesse

sentido, possui apenas uma improvisada e modesta biblioteca local (item 8 do Quadro 2), mas que não possui registros de sua história.

Defende-se a hipótese de que, nas últimas décadas, o crescimento urbano do município tem sido guiado, predominantemente, por valores econômicos, desconsiderando características históricas e culturais. As transformações identificadas evidenciam avanços técnicos e estruturais que, sem dúvida, também foram importantes para o local. No entanto, esses avanços foram pontuais, e têm sido supervalorizados pelo poder público do município, em detrimento de outros aspectos como a memória, cultura e identidade. Tal fato é intensificado pela escassez de informações sobre o lugar, agravando-se no caso específico de Itabatã, que apresenta formação territorial recente.

Não se trata de defender que Itabatã deva permanecer no passado, e manter seu aspecto rural. Trata-se de uma perspectiva mais humana para o planejamento da cidade, para que os novos espaços urbanos não ignorem a história local, mas que valorizarem os símbolos e a cultura da comunidade. Que a produção do espaço urbano seja pelas pessoas e para as pessoas, como defendeu Jane Jacobs (1961) E não a cidade produzida pelo capital, e seus processos hegemônicos. Nesse sentido:

Os urbanistas devem escutar os moradores, estar abertos à sua memória, que é a memória de cada rua e de cada bairro. Recuperar a dimensão humana do espaço é um problema político dos mais urgentes. A sobrevivência de um grupo se liga estreitamente à morfologia urbana da cidade; esta ligação se desarticula quando a especulação urbana causa um grau intolerável de desenraizamento (BOSI, 2003, p. 76).

Debruça-se sobre uma paisagem que para muitos pode parecer banal, em razão de sua pequena escala e história recente. Entretanto, Itabatã apresenta-se como um lugar repleto de experiências sociais, memórias e espaços simbólicos. Uma paisagem modesta, mas que, semelhante a outras paisagens consagradas, expressa a trajetória de pessoas que formaram um território.

Ainda hoje, grande parte da comunidade de Itabatã desconhece a formação de seu próprio território. A história local não possui registros formais, e a única informação encontrada a respeito do distrito de Itabatã está no *website* Wikipédia (Figura 13). Nessa página da *internet* apresenta-se uma breve descrição do distrito, sua toponímia e uma lista com o nome dos bairros. Afirma-se ainda que o distrito tem “pouca identidade local” e muitos dos habitantes são de outras regiões brasileiras.

Figura 13 – Registro identificado a respeito de Itabátã

Itabátã (conhecido, mas não corretamente, como Itabatan) é um distrito do município de Mucuri, no estado da Bahia, no Brasil.^[2] Possui cerca de 22 000 habitantes. Seu desenvolvimento é impulsionado pela fábrica de celulose (Suzano Papel e Celulose), além de várias empresas de diversas áreas, que vão da metalúrgica a alimentícia. Com pouca identidade local, muitos de seus habitantes provêm de outras partes do país. O distrito cresce a sombra de mucuri, pois em Itabátã gera renda para o município todo além de contar com dois Hospitais (um particular e um publico), espaços de lazer, etc...



Índice [esconder]

- 1 Topônimo
- 2 Bairros
- 3 Escolas
- 4 Referências
- 5 Notas

Topônimo [editar | editar código-fonte]

"Itabátã" é um termo de origem tupi: significa "lugar de pedras duras", através da junção de *itá* (pedra), *aba* (lugar) e *atã* (duro).^[3]

Bairros [editar | editar código-fonte]

Itabátã	
Distrito do Brasil	
	
Localização de Mucuri no Estado da Bahia	
Estado	 Bahia
Município	Mucuri
	Área
- Total	178,8km² ^[1] [nota 1]

Fonte: Wikipédia.

Esse fato evidencia a escassez de informações sobre a história de Itabátã, e revela o desconhecimento das origens pela comunidade, o que tem reflexos diretos na identidade das pessoas. Nesse sentido, Frochtengarten (2005) afirma que o desconhecimento das “raízes” se configura em uma “ruptura biográfica”, e pode esvaziar a identidade das pessoas ao longo do tempo. Um procedimento que tem reduzido tais “rupturas biográficas” é o resgate da história pela memória oral, que é utilizada nesta pesquisa como proposta metodológica. Com isso, a memória individual contribui para a preservação da memória coletiva, e também espacial.

Em relação à memória coletiva, o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990), que se dedicou ao estudo de variadas formas sociais da memória, também realizou importante estudo sobre esse tema. Ele definiu a memória coletiva como um agrupado de lembranças formadas socialmente e ligadas a um grupo, um coletivo, como também o afirmou Santos (1994). Além de reforçar o caráter coletivo da memória, Halbwachs defende que a capacidade de manter a lembrança é determinada, principalmente, pela relação entre o grupo e o lugar a que ele pertence, ou frequenta. Desse modo, ao se recordarem de suas experiências, é mais provável que as pessoas se lembrem dos espaços, em relação a outras lembranças, como fisionomias, ou mesmo as roupas que estavam vestidas.

A memória coletiva está se transformando constantemente, visto que os grupos de pessoas mudam com o passar do tempo. Assim, ao passo que os grupos são

alterados, também se alteram as valorizações quanto ao passado, o que permite a geração de novas memórias coletivas, como afirma Maurice Halbwachs (1990). Paul Claval (1999, p. 24) sustenta essa perspectiva ao afirmar que “tudo aquilo cuja memória é preservada não tem o mesmo significado para a geração presente e para as gerações futuras. O valor do passado está ligado em definitivo ao sentido que lhe é dado pelas pessoas de hoje.”

Nesta investigação elabora-se uma rica documentação que reconta as origens de Itabátã e, assim, pretende-se valorizar o passado desse lugar. Documentações como essa podem ser conservadas nas "instituições de memória", transformando a memória coletiva em memória histórica, o que contribui para a memória das cidades (ABREU, 1998). Mas afinal, é possível resgatar a memória de uma cidade, como o caso de Itabátã? Apesar das perdas, e dos poucos registros encontrados, pode-se ponderar que em parte é possível realizar esse resgate. Porém, não seria o resgate de uma memória coletiva geral e única para Itabátã, mas o resgate de variadas memórias que marcaram, ou ainda marcam a memória desse núcleo urbano. Nesse sentido, deve-se considerar que:

É através da recuperação das memórias coletivas que sobraram do passado (estejam elas materializadas no espaço ou em documentos), e da preocupação constante em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade (muitas das quais certamente fadadas ao desaparecimento) que poderemos resgatar muito do passado, eternizar o presente, e garantir às gerações futuras um lastro de memória importante para a sua identidade. (ABREU, 1998, p. 15).

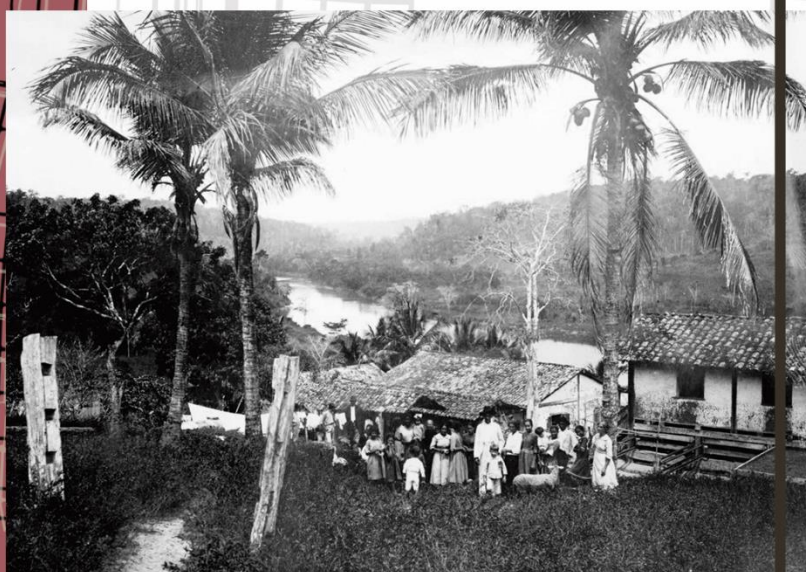
Percebe-se que as memórias coletivas são fundamentais para se preservar a memória de um lugar, porém elas não expressam toda a sua história. Além disso, é importante que se investigue o tempo e o espaço de maneira conjunta, como defende Halbwachs (1990), visto que esses são elementos inseparáveis em nossa memória. Nessa lógica, Santos (2008) afirma que:

Tudo o que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência. Por essa mesma razão, articula igualmente o presente e o futuro. Desse modo, um enfoque espacial isolado ou um enfoque temporal isolado são ambos insuficientes. Para compreender uma qualquer situação necessitamos de um enfoque espaço-temporal. (SANTOS, 2008, p. 252)

Portanto, é reforçada a importância da geografia histórica para a análise do fenômeno urbano e seus processos, pois tal abordagem permite uma compreensão mais ampla e coesa com o objeto específico em estudo. Assim, evitam-se as generalizações rasas, ou mesmo a universalização de fenômenos que são particulares de um dado

espaço-tempo. Além disso, essa abordagem contribui para a valorização da historiografia de Itabatã, que não é reconhecida por boa parte da geração contemporânea. Logo, é identificada e reconhecida sua memória, contribuindo para a identidade local.

A GEOGRAFIA HISTÓRICA DE ITABATÃ



*Daqui desse momento
Do meu olhar pra fora
O mundo é só miragem
A sombra do futuro
A sobra do passado
Assombram a paisagem*

Lenine
(É o que me interessa)

3. A GEOGRAFIA HISTÓRICA DE ITABATÃ: UMA ANÁLISE ESPAÇO-TEMPORAL EM MÚLTIPLAS ESCALAS

Esta pesquisa propõe a investigação de uma espacialidade do passado e, dessa maneira, enquadra-se no campo da Geografia Histórica. Isso porque, “se como muitos defendem, a Geografia só estuda o presente, o que a Geografia Histórica faz é estudar o presente que existiu em algum momento do que hoje é passado” (SILVA, 2012, p. 2). Logo, a abordagem histórica empregada é de extrema importância para diversos campos de investigação, sobretudo a ciência geográfica e os estudos urbanos.

Muitos estudiosos buscaram compreender o território em sua historicidade. Em nível internacional pode-se mencionar Harvey (2005) que, por meio da perspectiva da Geografia Histórica, discutiu a espacialização desigual do capitalismo. No âmbito do Brasil, destacam-se muitos autores, dentre eles o geógrafo Maurício Abreu (1998; 2000; 2014), mencionado anteriormente. De suas diversificadas obras, é importante salientar “A evolução urbana do Rio de Janeiro” (1987), que apresenta uma análise desde a cidade colonial, seguindo à cidade capitalista do século XIX, e em seguida avança do início do século XX, até a mudança no Rio de Janeiro urbano para metropolitano, na década de 1940. Também contribuíram para os estudos em Geografia Histórica os autores Robert Moraes (2000; 2005) que aborda principalmente a formação territorial do Brasil; Milton Santos (1982; 2008) com seus debates sobre espaço e tempo, e Pedro Vasconcelos (2009), que discute questões metodológicas na Geografia Histórica urbana.

Este capítulo foi estruturado em cinco fragmentos: as duas primeiras partes, de caráter conceitual, trazem reflexões acerca da relação espaço-tempo, território, além de definições e percursos da Geografia Histórica e formação territorial. Em seguida, com base nas teorias dissertadas, analisa-se Itabatã pela escala mais ampla, apresentando os aspectos geográficos e históricos do Extremo Sul da Bahia e de Mucuri, associados às dimensões econômicas e culturais. Por fim, na última seção apresentam-se observações quanto às proximidades regionais entre o Extremo Sul da Bahia e o Norte do Espírito Santo.

3.1. ESPAÇO, TEMPO E TERRITÓRIO

O espaço e o território são frequentemente utilizados como sinônimos, entretanto, muitos teóricos advertem quanto à diferença entre essas concepções. Claude Raffestin afirma que esses termos não são equivalentes, e adverte quanto à antecedência do espaço:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Sendo assim, o espaço antecede o território, pois existe como tal, sem qualquer alteração ou apropriação antrópica, como uma “matéria-prima”. Logo, a produção do território ocorre a partir das transformações ou representações no e do espaço pelo ser humano. Como exemplo, pode-se mencionar a construção de rodovias, linhas férreas, polos industriais e comerciais, ou mesmo a elaboração de cartografias que definem limites geográficos. Dentre as diversas reflexões formuladas por Raffestin, o autor enfatiza as relações de poder, e como estas se fazem presentes no processo de apropriação do espaço para criação do território, sendo frequentes nas interações socioespaciais. Nessa lógica, o território representa “[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.” (RAFFESTIN, 1993, p.143-144).

A perspectiva apresentada por Raffestin permite compreender o espaço como anterior ao território, sendo este último resultado do processo de “culturalização” pelo ser humano. Todavia, considerar o espaço anterior ao território torna sua definição, já complexa, uma tarefa ainda mais difícil. Isto porque amplia as possibilidades de utilização e significados relativos ao espaço, sejam conceituais ou cotidianos. Nesse sentido, Milton Santos discute o espaço a partir de outras perspectivas, buscando associá-lo às relações sociais e também à própria “matéria-prima”, que passa a ser alterada pelas técnicas que os grupos sociais desenvolvem. Logo, Santos (2008, p. 153) pensou o espaço relacionado aos seres humanos, e o considerou como “[...] um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente”.

Nesse ponto, Claude Raffestin pondera a respeito desse conjunto de relações, porém atribuindo o termo “territorialidade”, afirmando que a mesma “[...] pode ser definida

como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade - espaço - tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

Ainda a respeito do território, Robert Moraes considera que “[...] é a própria apropriação que qualifica uma porção da Terra como um território.” Dessa maneira, torna-se inevitável a associação entre o território e as pessoas que o habitam, sendo o objeto geográfico considerado “não mais como o lugar (a paisagem ou a superfície da Terra), mas diretamente como a relação sociedade-espaço em si” (MORAES, 2005, p. 45).

Para Milton Santos, o espaço do ser humano seria o espaço geográfico. Mas como defini-lo? “Sua definição é árdua, porque a sua tendência é mudar com o processo histórico, uma vez que o espaço geográfico é também o espaço social.” (SANTOS, 2008, p. 151). Assim, ele enriquece o debate relativo ao espaço, pois evidencia a dimensão histórica, reforçando a importância de abordagens espaço-temporais.

Nessa perspectiva, Milton Santos afirma que o espaço se forma pela acumulação desigual de tempos, visto que ocorre uma superposição de traços históricos, pois cada sistema deixa seus vestígios no espaço.

Todas essas superposições atribuem a cada lugar uma combinação específica, uma significação particular que é, ao mesmo tempo, temporal e espacial. Poderíamos falar de um *tempo espacial* próprio a cada lugar. [...] A presença simultânea de variáveis com idades tão diversas dá como resultado que a combinação característica de cada lugar é *única* (SANTOS, 2008, p. 257-258).

Portanto, a dimensão espaço-temporal revela características singulares, que contribuem para a identidade dos lugares. Esse aspecto é semelhante ao que ocorre na cidade contemporânea, na qual se observa a acumulação de arquiteturas de épocas diversas, que coexistem em contrastes de estéticas e técnicas, expressando momentos históricos distintos. Ao mesmo tempo, a relação entre espaço e sociedade expressa técnicas e instrumentos de trabalho de períodos históricos diferentes. Nessa lógica, Milton Santos defende que as técnicas funcionam como modo de “empiricização” do tempo, uma vez que:

Na realidade, toda técnica é história embutida. Através dos objetos, a técnica é história no momento da sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas), que permitiram a chegada desses objetos e presidiram à sua operação. A técnica é tempo congelado e revela uma história (SANTOS, 2002, p. 48).

Ao tornar o tempo empírico, este se iguala à categoria do espaço, que é concreta, o que para Santos é fundamental para a abordagem espaço-temporal. Nesse sentido, o espaço revela vestígios de períodos passados, resquícios de paisagens que foram, em parte, apagadas ou transformadas. A essas heranças espaciais Milton Santos idealizou o termo “rugosidades”:

Chamemos de *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos (SANTOS, 2002, p. 140).

Essas permanências persistem na paisagem, revelando formas materiais que perpetuam aspectos de uma dada sociedade. Esse pensamento redefine então, a noção de espaço, que assim, apresenta indícios de uma paisagem do passado, mas também pode ser moldado pelos processos do presente:

O espaço portanto é um testemunho; ele testemunha um *momento* de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas. (SANTOS, 2008, p. 173).

Robert Moraes (2005, p. 41) faz menção às rugosidades ao afirmar que “[...] a vivência social do espaço cria *rugosidades* que duram mais que estímulos e objetivos que lhes deram origem”. Esse termo elaborado por Santos inspirou diversos estudos relativos ao espaço-tempo, contribuindo para estreitar a relação entre Geografia e História. Além disso, a proposta de “empiricização” do tempo contribui para a distinção entre os momentos históricos dos lugares, diferenciados pelas técnicas e instrumentos de trabalho. Isso favoreceu a identificação dos recortes temporais, que são elementares na construção da periodização na Geografia Histórica.

3.2. GEOGRAFIA HISTÓRICA E FORMAÇÃO TERRITORIAL

No campo da Geografia, a valorização da Geografia Histórica oscilou bastante ao longo do tempo. Isso porque, em sua trajetória, a ciência geográfica enfatizou debates ligados à região, à paisagem e ao espaço. Nas últimas décadas, o tema da globalização também tem se destacado nos estudos associados à Geografia. Esta, tradicionalmente, tende a se ater aos fatos do presente, renegando ao passado a tarefa de contextualização e compreensão dos fatos contemporâneos. Tal tendência é apontada por Abreu (2000) como “ditadura do presente”, sendo um dos maiores

impasses para a consolidação da abordagem histórica no campo da Geografia. Todavia, esse autor assevera que:

A geografia não pode se definir como o estudo da duração do presente, ainda que seja este o palco preferencial de atuação do geógrafo. Sendo ela uma forma de abordagem do real, o que a distingue das outras ciências sociais são exatamente as questões que coloca para o entendimento desse real, da sociedade. E essas questões não podem ser apenas as do presente (ABREU, 2000, p. 15).

Dessa maneira, a Geografia deve se aprofundar também nas questões relacionadas a outros tempos na sociedade, não podendo ocorrer uma ruptura com o passado. Para Abreu (2000), mesmo as análises atuais ligadas à globalização podem ser empregadas a outros momentos da História, mas com as devidas adaptações dos métodos analíticos.

A Geografia e a História são campos disciplinares que se inter cruzam em diversas temáticas, e apresentam concepções muito diversificadas. Segundo Robert Moraes (2005, p. 21), na relação entre Geografia e História há duas visões tradicionais mais habituais. A primeira pelos historiadores em enxergar a Geografia apenas como uma introdução da História, ou como o “palco” das atividades humanas. E, por outro lado, a visão tradicional pelos geógrafos de considerar a “geografia como história do presente”.

Entretanto, tais visões são reducionistas, isto porque a Geografia estuda principalmente o espaço e sua relação com a sociedade. Ou seja, sua categoria de estudo envolve fenômenos socioespaciais, que se alteram ao longo do tempo. Logo, o tempo e o espaço social são indissociáveis, devendo, assim, serem considerados em igual medida nos estudos geográficos. Nesse sentido, Moraes assevera que:

A geografia [...] emerge em todas as épocas históricas e em todas as sociedades, pois se refere à relação inelutável dos seres humanos com o meio que os abriga. Pode-se, portanto, dizer que em qualquer período da história e em qualquer agrupamento humano existe uma geografia (material e discursiva) que compõe parte da cultura de cada grupo social e de cada civilização. A variedade destas geografias é inerente à variedade de culturas existentes na história humana. Logo, há necessidade de diferenciar e historicizar as culturas para bem contextualizar as suas geografias. (MORAES, 2005, p. 24).

Portanto, para entender a sociedade e sua espacialidade, os estudos não podem se ater apenas às características do presente, sobretudo no campo da ciência geográfica. Isto posto, evidencia-se a importância da Geografia Histórica, que busca resgatar espacialidades passadas, e seus vestígios na atualidade.

3.2.1. Os percursos da Geografia Histórica

A origem da híbrida disciplina de Geografia Histórica, segundo Silva (2007, p. 75-76), remonta às “escrituras e geografias do Velho Testamento”, no século XVII. Mas apenas a partir do século seguinte é que a associação entre Geografia e História se intensificou (GODOY, 2013). Posteriormente, no século XIX, a Geografia Histórica “tratava do estudo das civilizações antigas, sendo uma das tradições o estudo das fronteiras, estados territoriais e suas administrações” (SILVA, 2007, p. 76). Todavia a Geografia Histórica foi consolidada nas primeiras décadas do século XX, quando apresentou conceitos mais claros e embasados para investigação. E “na França, a relação entre Geografia e História chegou ao ponto de, em meados do século XX, criar uma verdadeira escola de geógrafos e historiadores: a *geo-história*.” (GODOY, 2013, p. 1).

Essa nova escola, conhecida como Escola dos *Annales*, marcou um novo movimento historiográfico, criticando a tradicional visão positivista da História, que era tida até então, como uma sucessão de acontecimentos. Fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch, a Escola dos *Annales* destacou-se por agregar métodos das Ciências Sociais à História, provocando alterações significativas na representação do tempo histórico e nas periodizações. Desse modo, o foco dos estudos em Geografia Histórica passou a ser temas pertinentes à economia e à cultura material, como afirma Godoy (2013). A Escola dos *Annales* chama a atenção para os diferentes ritmos dos acontecimentos, enfatizando principalmente os processos de longa duração. Em sua segunda fase, a Escola apresenta como obra emblemática o livro de Fernand Braudel, “*Méditerranée et le Monde méditerranéen à l’époque de Philippe II*”, de 1949, no qual:

Braudel pinta o Mediterrâneo com todos os seus detalhes espaço-temporais: climas, paisagens, ilhas e relevos são amalgamados ao homem tanto em suas atividades mais corriqueiras (a subsistência) quanto às mais complexas (o mar como meio de ligação econômica e palco de disputas políticas), culminando na ousadia de desalojar Felipe II do lugar central que a historiografia dominante dedicara aos ditos “grandes personagens” (RIBEIRO, 2014).

Dessa maneira, com as contribuições de Braudel, maior expoente da Escola dos *Annales*, diversificam-se as fontes em pesquisas históricas, ao mesmo tempo em que se desenvolve uma abordagem mais interdisciplinar. Além disso, com seus estudos ele aprofunda uma das principais questões da Geografia Histórica, que é a delimitação espaço-temporal, dissertando a respeito da duração dos diferentes tempos. Conforme

Vasconcelos (2009, p. 151), Braudel elabora o artigo “*Histoire et sciences sociales. La longue durée*”, de 1958, no qual ele define: a “longa duração”, ou “tempos longos”, marcados pela inércia, destacando limites geográficos, aspectos da natureza, dentre outros; o “tempo intermediário”, das conjunturas econômicas e sociais; e os “tempos curtos”, que evidenciam fatos do cotidiano, do indivíduo. Vasconcelos ainda comenta a respeito dos “momentos de ruptura”, que podem ser considerados fatos marcantes que alteram significativamente o espaço. A elaboração de tais definições por Braudel, associadas à geo-história, serviu de alicerce para a Geografia Histórica, especialmente para a diversificação das abordagens temáticas, e para o desenvolvimento das metodologias.

Segundo Godoy (2013), até a década de 1970, a Geografia Histórica francesa havia privilegiado as longas durações de Braudel, com ênfase na identificação dos períodos. Porém, isso se alterou nas últimas décadas, e os recortes do tempo buscaram valorizar as “curtas durações”, os eventos do cotidiano, expandindo-se para cenários corriqueiros e urbanos. Se antes se privilegiou a história de grandes acontecimentos, considerados célebres e dignos de serem registrados; com o tempo altera-se para uma história modesta, de fatos até então tidos como pouco relevantes. Por fim, Jacques Le Goff e Pierre Nora destacaram-se na terceira geração dos *Annales*, intitulada de “Nova História”, que considerou toda atividade humana como História.

De modo simplificado, é possível destacar trajetórias pela Geografia Histórica a partir de três fontes distintas, conforme afirma Silva (2007, p. 71): Primeiro na Geo-história de Fernand Braudel, com sua abordagem interdisciplinar e arrojada que considera o espaço como principal ator da História, e não apenas cenário da mesma; Segundo na Geografia Histórica anglo-saxã que, dada sua considerável diversidade de estudos, “dissemina e sugere métodos da investigação histórica em Geografia”; Por fim, a relevante “abordagem cultural na Geografia, cujo conceito de paisagem e seu papel na transição histórica para o capitalismo, orientam a investigação da dimensão simbólica”. São percursos distintos que possibilitaram uma vasta produção acadêmica de resgate da história e de paisagens do passado.

A pesquisa em Geografia Histórica assemelha-se a uma busca por peças de um grande quebra-cabeça, uma vez que são coletados dados de temáticas e fontes diversas, e sobre tempos distintos. Desse modo, são investigados resquícios de uma geografia pretérita e, para tanto, é fundamental que a definição dos conceitos e

períodos seja específica do lugar, isto é, do recorte espaço-temporal que se pretende investigar (ABREU, 1998; SILVA, 2012). Essa relação do espaço com o tempo definirá a particularidade do estudo que, portanto, deve buscar nas referências locais as categorias de análise, os elementos e os períodos históricos. Logo, não se trata de um estudo amplo, ou genérico, visto que o espaço em um determinado tempo específica e norteia a narrativa a ser construída, tornando-a uma investigação particular. Quanto a isso, Moraes esclarece que:

[...] espacializar é de imediato particularizar, pois as determinações oriundas das características do meio (natural e construído) acabam dando às relações próprias de um modo de produção tonalidades locais específicas do lugar. Por isso a formação econômico-social é vista nesse sentido, sempre como realidade localizada temporal e espacialmente. O lugar sendo posto, assim, como mediação. A espacialidade como elemento particularizador dos fenômenos históricos (MORAES, 2005, p.44).

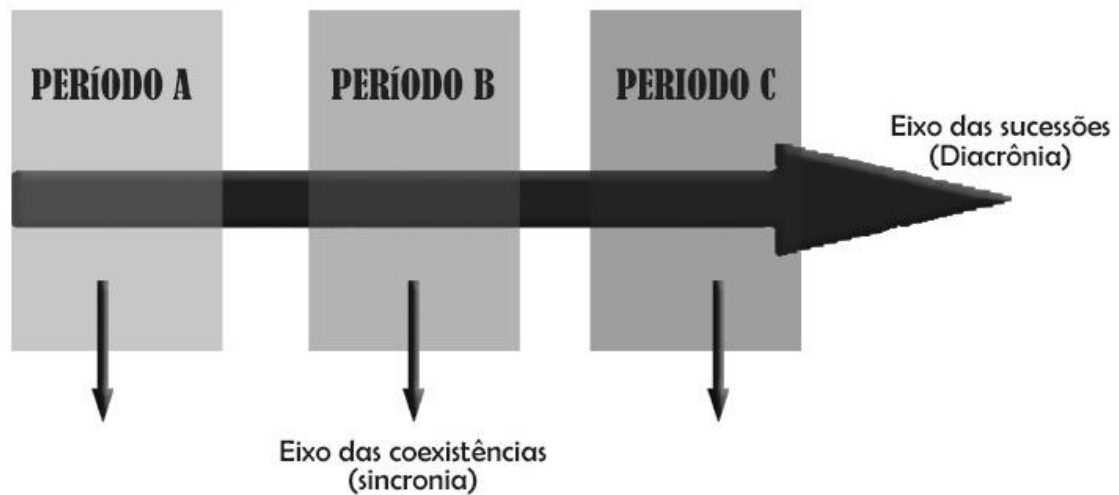
Trata-se, destarte, de uma análise do território que o torna singular, e revela os processos sociais que, a partir de ações antrópicas, originaram novas formas materiais no espaço. Tais processos e formas socioespaciais são a base para a construção dos conceitos e definição dos ritmos temporais relativos ao objeto de estudo. Em razão disso, a diferenciação entre os períodos da formação territorial de Itabátã foram identificados, e denominados, de acordo com os fatos e processos mais relevantes, ocorridos especificamente no lugar.

3.2.2. Periodizações

O conhecimento histórico tem como tradição organizar os fatos e seus contextos temporais em idades, épocas e períodos, de modo cronológico. Na Geografia Histórica, a periodização também é fundamental e, ao mesmo tempo, uma tarefa complexa. Devem-se observar as principais mudanças e os diferentes períodos, destacando-se os mais expressivos.

A delimitação dos períodos é uma etapa de extrema relevância para a recomposição histórica da formação territorial de Itabátã. Entretanto, os eventos de cada período não podem ser analisados apenas em sequência, de modo cronológico. É importante que se busque uma análise diacrônica (cronologicamente) e também sincrônica (simultaneamente) dos processos socioespaciais. Isto é, os períodos são analisados a partir do eixo das sucessões, e também pelo eixo das coexistências, conforme apresentado por Silva (2012), e esquematizado na Figura 14.

Figura 14 – Ilustração esquemática da análise diacrônica e sincrônica



Fonte: SILVA, 2012.

Elaboração: própria autora.

Nessa perspectiva, Milton Santos (2004) contesta a visão do tempo como sucessão, ou “tempo histórico”, questionando se o estudo geográfico não abordaria um tempo simultâneo. Segundo Santos:

Pensamos que a simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da Terra é que constitui o domínio propriamente dito da Geografia. Poderíamos mesmo dizer, com certa ênfase, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto já que é o tempo da vida de todos. O espaço é que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo (SANTOS, 2002, p. 159-160).

O historiador Fernand Braudel também apresenta essa questão ao defender que entre o passado e o presente não há interrupção, especialmente com a expansão do sistema capitalista a partir das grandes navegações, no século XV. De um ponto de vista poético, a mesma noção de tempo como algo contínuo é explicitada pelo cantor Caetano Veloso, em sua canção “Oração ao tempo”, na qual considera o tempo um “Tambor de todos os ritmos”. Aqui é evidenciada a visão do tempo como durações distintas, como também analisa Braudel sobre a velocidade de tempos distintos, ou mesmo a acumulação desigual de tempos, por Milton Santos.

Portanto, a articulação entre espaço e tempo, de maneira diacrônica e sincrônica, é importante, pois permite uma análise que considere os usos em diferentes espacialidades, bem como em diferentes tempos. Em vista disso, nesta pesquisa aplicou-se a análise diacrônica e sincrônica, como foi indicado na Metodologia.

Como afirma Moraes (2005) a respeito da análise sincrônica, além desta agregar aspectos da economia, política e cultura, possibilita também a formação histórica dos territórios percebidos na atualidade. “Tem-se, assim, o território como produto explicável pelo processo de sua formação, abrindo-se, portanto, para a ótica de conceber a Geografia como uma História territorial” (MORAES, 2005, p. 53). Sendo, então, uma das contribuições da Geografia Histórica, a possibilidade de reconstrução de formações territoriais.

Ao considerar o tempo contínuo, ou seja, sem interrupção entre os períodos históricos, pode-se, então, declarar que as paisagens e processos pretéritos ecoam no presente, moldando e compondo, com seus resquícios, o espaço contemporâneo. Sendo assim, recompor a formação de um território que existe na atualidade, como Itabatã, envolve também resgatar fatos de outras épocas. Isso reforça a importância de articulação entre as diversas escalas envolvidas no estudo de determinada área ou determinado recorte temporal. Nessa lógica, Abreu assevera que:

É preciso também que reconheçamos que os processos sociais que ocorrem no presente das cidades, e que dão sentido às formas que ali estão, precisam – eles também – ser inseridos em múltiplas escalas temporais. Se o tempo do evento, do acontecimento, do imediato, é aquele que mais nos chama a atenção, por estar mais próximo de nós, por se materializar em paisagens e representações que são rapidamente captadas pelos nossos sentidos, por alterar a nossa vida quotidiana, ele só adquire significado maior se o inserirmos em tempos mais espessos, tempos braudelianos, tempos de conjuntura e de longa duração (ABREU, 2005, p. 97).

Sendo assim, a formação territorial de Itabatã tem uma espacialidade recente, mas muitos aspectos atuais remontam a outras épocas. Além disso, acontecimentos locais estão entrelaçados com fatos de maior escala, seja regional, nacional ou global, especialmente na contemporaneidade com o processo de globalização e maior interação entre os lugares no mundo. Para Santos (2002, p. 52), a periodização remete a um “tempo interno” (do lugar) e um “tempo externo” (do mundo). Por essa razão, buscou-se compreender a Geografia Histórica de Itabatã em múltiplas escalas, considerando não apenas o contexto local, mas igualmente fatos e processos mais amplos. Estes também contribuíram, ainda que de maneira indireta, para a formação do atual distrito de Itabatã.

3.3. ASPECTOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS DO EXTREMO SUL DA BAHIA

O estado da Bahia está localizado ao sul da região Nordeste, e apresenta expressiva extensão e diversidade. Esses aspectos reforçam a importância de sua regionalização para a organização do território, e gestão das políticas públicas. Em razão disso, entre os anos 1990 e início dos 2000, o sistema de planejamento estadual adotou como critério para suas análises as 15 Regiões Econômicas (Figura 15), criadas com base na Lei nº 6.349 de 1991, que instituiu o Plano Plurianual 1992-1995.

A Região do Extremo Sul da Bahia (RESB) possui estrutura interna fragmentada, expressando um cenário de assimetrias em diversos aspectos, principalmente socioeconômicos. Sua posição geográfica é particular, e compreende a transição entre as regiões Sudeste e Nordeste pela rodovia BR-101, uma das principais conexões estradais do Brasil. De acordo com o censo demográfico de 2010, a população total da região era de 760.206 habitantes. Sua área corresponde a aproximadamente 6,1% do estado da Bahia, isto é, 30.668km².

Figura 15 - Localização da Região econômica do Extremo Sul, no estado da Bahia (Brasil)

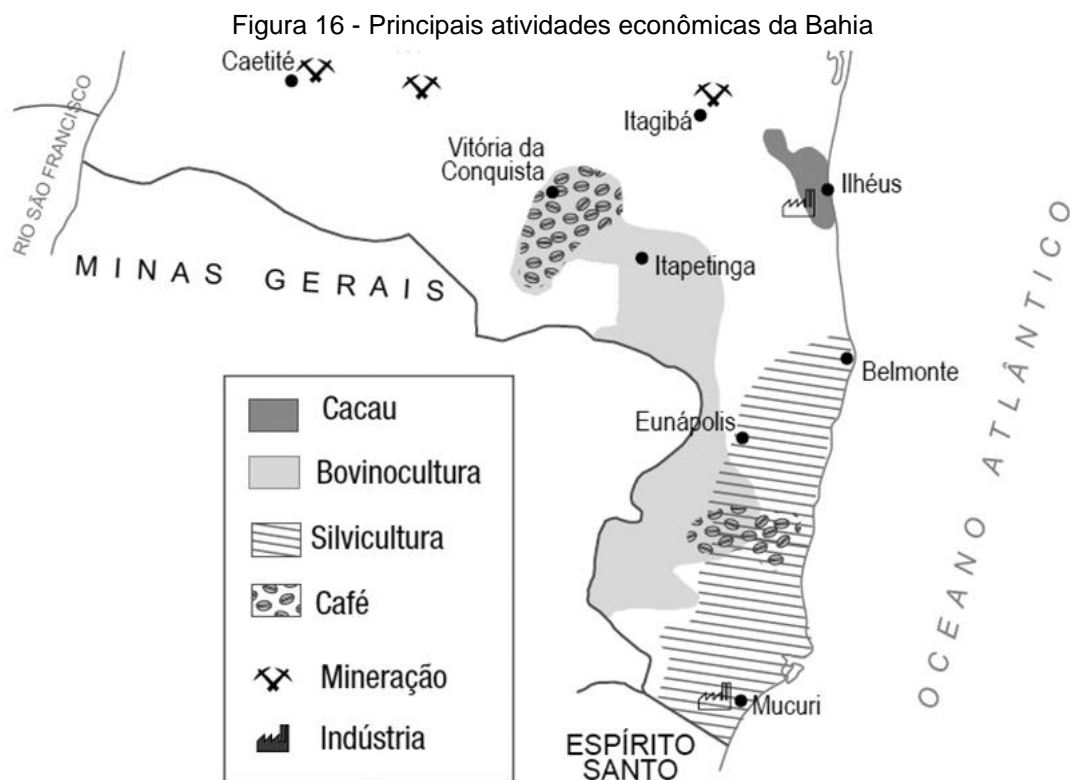


Fonte: SEI, 2015.

Elaboração: própria autora.

As pesquisas mais recentes têm utilizado outras formas de regionalização, principalmente os Territórios de Identidade. Essa divisão foi criada em 2007, quando foram definidos 26 Territórios de identidade. Posteriormente foi aprimorada, e em 2015 o Extremo Sul foi subdividido, gerando o total de 27 territórios. Tal regionalização tem sido utilizada há alguns anos pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), que tem elaborado mapas e análises de indicadores para os Territórios de Identidade. Estes surgem a partir de movimentos sociais ligados à agricultura familiar e à reforma agrária, e podem ser consideradas subdivisões das Regiões Econômicas, pois seus limites são semelhantes. Logo, é importante esclarecer que nas análises elaboradas são considerados os dados referentes à Região Econômica, que abrange os municípios indicados na Figura 15, pois além de considerarem o Território da Costa do Descobrimento (Porto Seguro), também apresentam os dados mais remotos.

As principais atividades econômicas do Extremo Sul baiano estão representadas na Figura 16, em que se observa a predominância de atividades da pecuária bovina (Itambé e Itapetinga), além da silvicultura e a produção industrial de celulose (de Belmonte a Mucuri).



Fonte: SEI, 2014 (editado pela autora).

Conforme informado no capítulo anterior, muitos municípios da faixa litorânea apoiam-se na atividade turística, como é o caso de Nova Viçosa, Alcobaça e Porto Seguro. Este último apresenta grande valor histórico para o Brasil. Outros municípios baseiam-se nas atividades industriais, sobretudo do setor florestal para a produção de papel e celulose, como ocorre em Mucuri e Eunápolis. Apesar das admiráveis paisagens naturais e ecossistemas costeiros, muitos municípios ainda possuem infraestrutura precária.

3.3.1. A colonização do Extremo Sul entre os séculos XVI e XIX

A formação territorial do Extremo Sul da Bahia está estreitamente relacionada ao processo histórico de colonização e ocupação do litoral brasileiro, e remonta ao século XVI. Por isso, é uma tarefa complexa resgatar a Geografia Histórica dessa região, que além de ter um passado longínquo, apresenta registros históricos pouco precisos. A história do Extremo Sul baiano:

[...] está dispersa pelos lugares, não havendo uma sequência lógica da ocupação, dando a impressão que não se teve um ponto de partida. O que está estabelecido é que antes do Brasil ser dividido em Capitâneas Hereditárias já existiam na região alguns núcleos de povoamento, provavelmente os primeiros do Extremo Sul Baiano (CERQUEIRA NETO, 2013, p. 261).

O processo de definição dos atuais limites da Bahia foi resultado de muitos tratados, disputas e revoltas, e remete ao período das capitâneas hereditárias, sistema de administração do território brasileiro empregado pela coroa portuguesa em 1500. Segundo Cerqueira Neto (2013), as atividades econômicas que mais contribuíram para a formação do território baiano foram a produção de açúcar, a forte exploração do pau-brasil, exportado principalmente para Portugal, e a agricultura de subsistência.

No século XVI, o atual Extremo Sul baiano correspondia à área da Capitania de Porto Seguro, doada a Pero de Campos Tourinho em 1532 (SEI, 2012). Os registros e mapas históricos revelam que a Capitania de Porto Seguro incluía também o Norte do atual estado do Espírito Santo, pois se prolongava até o Rio Doce (Figura 17). Sendo assim, essa capitania era limitada ao norte pela Capitania de Ilhéus, e ao sul pela Capitania do Espírito Santo. Os mapas históricos registram mudanças quanto a esse limite, sendo deslocado do Rio Doce para o Rio Cricaré (atual Rio São Mateus), e posteriormente para o Rio Mucuri. Alguns autores destacam que a proximidade com outras capitâneas, como a do Espírito Santo, diferenciou o Extremo Sul de outras

Figura 17 - Mapa do Tratado de Tordesilhas, 1574



*A imagem do recorte foi girada, pois os nomes dos rios estão para baixo no Mapa.

A definição do território original dos “Botocudos” é ainda imprecisa, porém os resquícios históricos apontam que essa área se limita ao norte pelo “Rio Una que desagua na baía das Camamu e, por sul, o Doce. Nessa faixa de terra estão englobadas as bacias dos rios Una, das Contas, Pardo, Jequitinhonha, São Mateus, Mucuri e Doce” (PARAÍSO, 1992, p. 428). Esses grupos indígenas buscaram resistir à civilização branca, dificultando o longo ciclo extrativista iniciado pelos colonos, e retardando o processo de colonização na região.

Segundo Paraíso (1992), as capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo foram à falência entre os séculos XVI e XVIII, e passam a ser controladas diretamente pela coroa portuguesa, que então cessou os investimentos na região. Por outro lado, em 1701, ouro e diamantes são descobertos em Minas Gerais (SEI, 2012), o que desencadeou o isolamento da região das capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, transformada em “zona tampão” como estratégia para dificultar o acesso à região dos preciosos minérios (PARAÍSO, 1992). Logo, além da falta de interesse pela Coroa portuguesa, também havia o plano de proteger Minas Gerais de possíveis contrabandos. Em consequência disso, a mencionada “zona tampão”:

[...] tornou-se o refúgio privilegiado dos grupos indígenas que se mantiveram nas matas interiores, afastados do processo de expansão da sociedade nacional. Eram os Botocudos, Mongoyó, Pataxó, Cumanoxó, Cutaxó, Paríame, Malali, Maxakali, Baenã e Kamakã. Tal situação permitiu-lhes, até 1760, manterem seus padrões sociais e a integridade de seus territórios (PARAÍSO, 1992, p. 415).

Dessa maneira, no século XVIII, o Sul da Bahia ainda era pouco povoado, apresentando forte resistência dos povos indígenas, e devido ao seu isolamento, era também excluído das rotas do mercado interno. Entretanto, esse cenário muda no reinado de D. José I (1750-1777), após a integração da Capitania de Porto Seguro como comarca da Capitania Real da Bahia, o que provocou relevantes mudanças sociais e econômicas na região (SEI, 2012). Dentre as transformações, pode-se mencionar a transformação dos aldeamentos indígenas em vilas no litoral. Nesse contexto histórico é originada a vila de São José de Porto Alegre (1769), atual município de Mucuri no litoral, além das importantes vilas de Porto Seguro e Caravelas. Esta última era a maior vila da comarca, seu porto permitia trocas comerciais com outras vilas, além de vilas no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco (SEI, 2012).

No final do século XVIII, um conjunto de fatores como escassez das jazidas de ouro e a precariedade das técnicas, acarretou na crise da mineração. Com isso foram provocadas mudanças substanciais na economia regional, como afirma Paraíso:

As novas opções econômicas foram a pecuária, o comércio e a agricultura, e as zonas de escoamento dos produtos foram os grandes rios locais, que apresentavam como característica o fato de nascerem em Minas Gerais e atravessarem o Espírito Santo ou a Bahia, garantindo acesso aos portos litorâneos. O povoamento inicia-se ao longo desses rios como suporte para o comércio, para o combate aos Botocudos e a expansão da ocupação territorial.[...] O desenvolvimento desses centros exigia a superação de algumas dificuldades, ainda que aproveitando as rotas naturais dos rios:

carência de pontos de abastecimento para as tropas, falta de segurança e ausência de estradas mais adequadas. (PARAÍSO, 1992, p. 415).

Em associação a esses fatores, o deslocamento da Família Real para o Rio de Janeiro (1808) fomentou um novo mercado consumidor, “mais exigente em termos de quantidade e qualidade, e o interesse em vincular a região à dinâmica econômica mineira aumentou. Era preciso abrir caminhos e dominar os indígenas” (SEI, 2012, p. 277). Em razão disso, e com a pressão de latifundiários, criou-se a ideia generalizada de que os grupos indígenas deveriam ser tratados com mais violência, pois eram tidos como empecilho para o processo de colonização e conquista territorial. Uma verdadeira guerra foi travada entre colonos e povos indígenas. Quanto a esse período, muitos relatos da época retratam o terror associado aos “Botocudos”, e os conflitos eram frequentes.

Portanto, a resposta para solucionar os conflitos, e facilitar a abertura de novas estradas, foi a militarização, inspirada em Minas Gerais. Como declara Ferreira, “[...] na tentativa de criar um clima de segurança para os fazendeiros e agricultores, [a Bahia] optou pela construção de alguns quartéis.” (FERREIRA, 2011, p. 71). Esses quartéis foram construídos a partir de 1810, em pontos estratégicos ao longo dos rios Jequitinhonha, Buranhém, São Mateus, Doce, Jucuruçu e Itaúnas, além de outros como Peruípe e Mucuri, criados posteriormente em 1813 (SEI, 2012, p. 277). A violência desmedida contra os povos nativos foi, então, aprovada pelas autoridades, e assim:

Esse tipo de raciocínio e de busca de alternativas de ocupação econômica para a área em apreço redundou numa política e numa prática militarista violenta e expropriadora das terras indígenas, além de exploradora da força de trabalho dos grupos, resultando praticamente no seu extermínio. A política indigenista expressou-se mediante um conjunto de leis emitidas sucessivamente, que atendiam aos argumentos dos colonos e governantes, baseadas na necessidade de levar o desenvolvimento aos sertões e na ferocidade dos Botocudos que reagiam, a seu modo, ao devassamento do seu território. [...]” (PARAÍSO, 1992, p. 416).

À medida que o processo de colonização avançou no território brasileiro, muitos conflitos foram travados entre colonos e povos nativos, dizimando grande parte dos grupos indígenas. E no contexto do Extremo Sul da Bahia esse processo foi ainda mais violento, obrigando grupos indígenas a se refugiarem na “zona tampão”, que permaneceu estrategicamente isolada até o século XIX. Em vista disso, “a região foi palco do início do processo de extermínio dos quase três milhões de índios existentes no Brasil pré-cabralino” (ROCHA, 2002, P. 2). Com isso, o território indígena foi

reduzido ao mínimo, e da grande variedade desses grupos autóctones, apenas alguns conseguiram resistir às doenças e ataques dos colonos. Nesse sentido, o médico alemão Paul Ehrenreich, que esteve com os “Botocudos” do Rio Doce entre 1884-1885 definiu o então território “botocudo” como:

[...] um quadrado formado pelos rios Doce, Mucuri, Suaçuí Grande e São Mateus, onde viviam os Naknenuk, Nakrehé, Etwet, Takruk-krak e Nep-nep. As aldeias existentes foram desativadas, e as terras leiloadas pelo governo provincial, ficando a população indígena abandonada a sua própria sorte (PARAÍSO, 1992, p. 420).

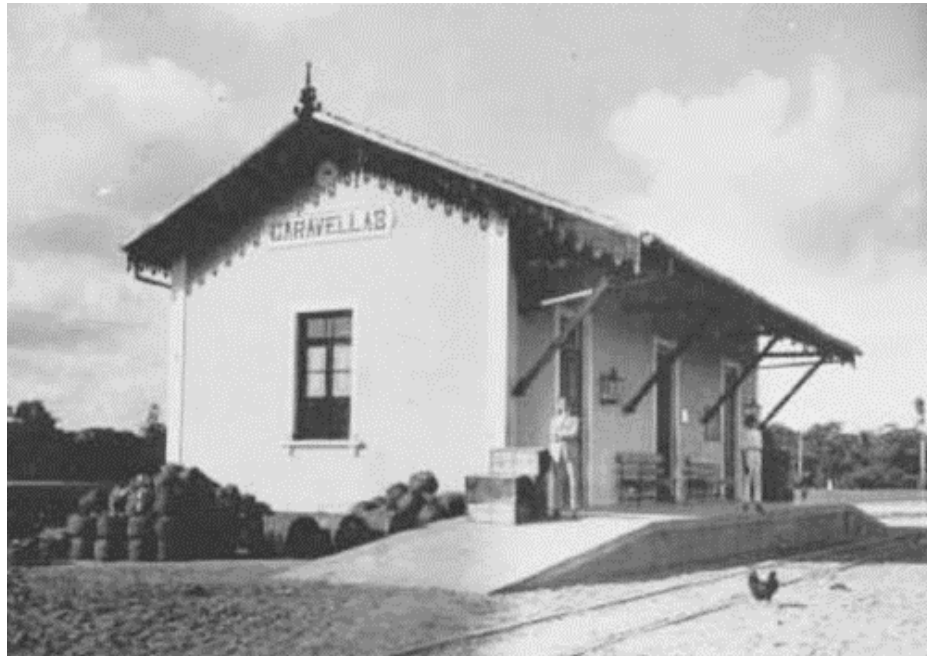
Semelhante a muitos processos de colonização, também no Sul da Bahia houve a extração abusiva dos recursos naturais “sem se preocupar com os vetores que dão estrutura a uma determinada sociedade, como a liberdade, a cultura, um projeto de desenvolvimento que encaminhasse para uma forma mais igualitária”, conforme afirma Cerqueira Neto (2013, p. 250). Essa exploração exorbitante, iniciada no século XVI, manteve-se até o século XIX, período em que muitas matas e povos nativos foram exterminados. Ainda segundo este autor, é provável que a intensa exploração, tanto dos recursos naturais como de mão de obra escrava, tenha atrasado o desenvolvimento da região. A região das matas do Mucuri e o médio curso do Rio Doce foram uma das últimas a serem controladas pelos colonos, e somente após 1847, com a atuação da Companhia do Mucuri, da família Ottoni, é que o Vale do Mucuri foi apossado (PARAÍSO, 1992).

Em 1881, o governo da Bahia iniciou a construção da Estrada de Ferro Bahia-Minas, também conhecida por “Baiminas”, partindo da cidade de Araçuaí, no Nordeste Mineiro, chegando em Ponta de Areia (Caravelas, onde havia a estação ferroviária apresentada na Figura 18), no Extremo Sul da Bahia (CERQUEIRA NETO, 2013). A estrada férrea destinava-se principalmente ao escoamento de madeira, e também ao abastecimento das comarcas (SEI, 2012).

É interessante perceber que, historicamente, a região do Extremo Sul estabeleceu menos ligações com a capital Salvador, em relação a outros estados como Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. E a estrada de ferro Bahia-Minas contribuiu ainda mais para estreitar essa relação entre o Sul da Bahia e a Região Sudeste do Brasil. Segundo Cerqueira Neto (2013), a estrada “Baiminas” foi importante geograficamente para ambos estados, pois além de estimular o surgimento de núcleos urbanos, também permitiu que as grandes madeireiras transportassem sua produção.

Entretanto, com as mudanças nos meios de transporte, a estrada de ferro teve sua importância reduzida, sendo posteriormente desativada em 1966, e substituída pelo asfalto, com a construção da rodovia federal BA-418.

Figura 18 - A estação ferroviária de Caravelas (s.d.)



Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br

Foto original: acervo família Medeiros.

A produção cacaueira foi crucial na formação territorial da região Sul da Bahia, que possui as condições adequadas para extensas plantações de cacau. Cerqueira Neto (2013) afirma que o cacau foi inserido na Bahia ainda em meados do século XVIII, e sua exportação foi iniciada ao final do século XIX, e intensificada após o cultivo em larga escala, sobretudo nas proximidades de Ilhéus. Tempos difíceis para a produção do cacau ocorreram com a praga conhecida como vassoura-de-bruxa (fungo *Crinipellis perniciosus*), que quase devastou a produção cacaueira, além das variações do valor no mercado externo. Entretanto, “[...] a partir da segunda metade do século XX a lavoura cacaueira se firma e passa a dividir o território da região Sul com a pecuária” (BAHIA, 1995, p.16 apud CERQUEIRA NETO, 2013, p. 252-253). Segundo o mesmo autor, a pecuária então, ganhou força e contribuiu para a subdivisão do Sul da Bahia, destacando a Região do Extremo Sul.

Dessa maneira, a partir do século XIX, além de caracterizar-se como meio para escoamento da produção mineira, a região também passou a se configurar como

exportadora de produtos agrícolas (ROCHA, 2002). Contudo, a história econômica regional do Extremo Sul baiano revela que:

Apesar da dinâmica produtiva local, praticamente, até o século XIX, a região encontrava-se isolada do restante do estado. As explorações agrícolas eram esparsas e as áreas produtivas quase inexpressivas, resultantes, basicamente, de núcleos de povoamento do litoral, mas sem integração regional, situação que perdurou até a década de 1950. (CEI, 1992 apud ALMEIDA et al, 2008, p. 9).

Em vista disso, é possível observar que, por cerca de três séculos, o Extremo Sul da Bahia apresentou pouca participação na história econômica estadual, além de uma ocupação considerável apenas no século XX. Em relação ao período das Capitânicas Hereditárias, Machado (2000, p. 29 apud CERQUEIRA NETO, 2013, p. 259) destaca o papel do Sul baiano enquanto entreposto comercial, e afirma que “a região permaneceu atrelada marginalmente ao capitalismo, em consolidação, enquanto supridora de madeira, alimentos (mandioca, arroz, milho e feijão) para o Recôncavo e outras regiões e açúcar [...]”.

Na virada para o século XX, perdurou ainda a expressiva comercialização da madeira, que tanto caracterizou a região; e a forte relação com os estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. Posteriormente, no século XX, a política concentradora do Governo estadual dificultou a integração do Extremo Sul à dinâmica das outras regiões na Bahia, como menciona Cerqueira Neto (2016), favorecendo o desenvolvimento desigual e as disputas inter-regionais dentro do estado, que repercutem até hoje.

Ao longo da “Costa do Descobrimento”, os grupos indígenas atuais vivem em condições precárias, e buscam formas alternativas para sobreviver, como a venda de produtos artesanais. Além disso, as agressões e as disputas por terras não ficaram no passado, pelo contrário, acentuaram-se no presente, sobretudo com as novas atividades produtivas que se desenvolveram em meados do século XX. A essas novas disputas, e aos processos que as mesmas envolvem, Cerqueira Neto (2013) atribui o nome “neo-colonização”.

3.3.2. O ciclo da pecuária e do eucalipto a partir de meados do século XX

Na segunda metade do século XX, foi iniciado no Extremo Sul da Bahia um novo modelo extrativista, mas ainda explorando a mesma matéria prima, a madeira. Grandes madeireiras chegaram à região e, visando suprir principalmente o mercado externo, passaram a utilizar técnicas mais complexas, ampliando a capacidade de

extração (CERQUEIRA NETO, 2013). Logo, é perceptível a mudança nas técnicas de extração da madeira, antes manuais e rudimentares, posteriormente mecanizadas e de maior escala.

Sincronicamente ao processo de desmatamento, também se desenvolve a atividade pecuária, que se beneficiou dos vazios resultantes do desmatamento das florestas nativas. Nesse sentido, Cerqueira Neto (2013, p. 255) destaca a atuação de um novo sistema político e econômico na região, dominado fortemente pelos “coronéis do gado”. O autor ainda indica um processo de “amineiramento” da região por meio da pecuária, o que é facilitado com a proximidade do Extremo Sul baiano ao Nordeste mineiro. Nessa perspectiva, o Rio Mucuri também desempenha papel fundamental, uma vez que unifica as duas regiões ao iniciar com a Foz em Mucuri, chegando ao Vale do Mucuri, em Minas Gerais.

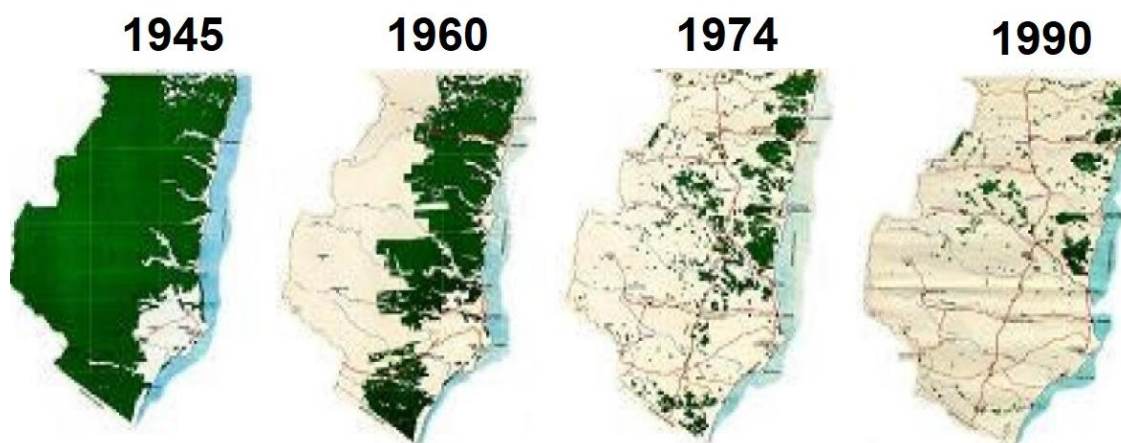
O processo de concentração de terras foi, assim, acentuado, especialmente a partir da década de 1970 quando o plantio de eucalipto em todo o Brasil passou a ser estimulado pelo Governo Federal (MAGALHÃES et al, 2015). Outro fato relevante, e que contribuiu para maior dinamismo na região, foi a inauguração da rodovia BR-101 na década de 1970. A rodovia facilitou a conexão entre o Extremo Sul baiano e os estados da Região Sudeste, e também fomentou o surgimento de centros urbanos para além da faixa litorânea, como foi o caso específico de Itabatã (Mucuri – BA). Com o tempo, ocorreu a redução da pecuária pelos “coronéis”, o que favoreceu o crescimento urbano. Desse modo, “antigas fazendas foram transformadas em loteamentos ou se tornaram florestas plantadas de eucalipto” (CERQUEIRA NETO, 2013, p. 256).

É perceptível a influência da Região Sudeste no Extremo Sul baiano, que recebe investimentos de estados como São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais. Logo, além da proximidade geográfica e cultural, destaca-se também a aplicação de capital oriundo desses estados do Sudeste. Como exemplo, Cerqueira Neto (2013, p. 256) destaca “o capital madeireiro, os empreendimentos de café e mamão e o capital industrial (início da implantação de maciços florestais de eucalipto pela Companhia Vale do Rio Doce)”.

Além disso, a melhoria do acesso à região, pela rodovia BR-101, contribuiu para o escoamento da produção de madeira. Assim, criaram-se os chamados “Distritos Florestais” e a extração pelas empresas madeireiras foi intensificada, gerando

pressão sobre os recursos naturais. Como assevera Rocha (2002, p. 5) “entre 1950 e 1975, perde-se 40% das matas naturais existentes em 1950”. E esses dados são reforçados com as evidências apresentadas na Figura 19, que mostram a redução significativa da cobertura vegetal no Extremo Sul da Bahia.

Figura 19 - Processo de diminuição da cobertura vegetal no Extremo Sul da Bahia, 1945 a 1990



Fonte: VERACEL, 2005 apud ALMEIDA, 2009, p. 45.

Em decorrência dessas atividades extrativistas e seus impactos, Cerqueira Neto (2013) destaca que, a partir dos anos 1980, o Extremo Sul começou outra fase de colonização, sob influência dos estados vizinhos. Desse modo, o autor elabora o termo “neo-colonização” e afirma que:

Esta neo-colonização na região tem uma diferença básica da primeira, pois é pautada por uma expectativa de maior oferta de trabalho, possibilidades de investimentos, de empreender, introdução de instituições de ensino médio, técnico e superior. Enfim, uma nova oportunidade para realizações pessoais – entretanto, há muitas controvérsias. (CERQUEIRA NETO, 2013, P. 260)

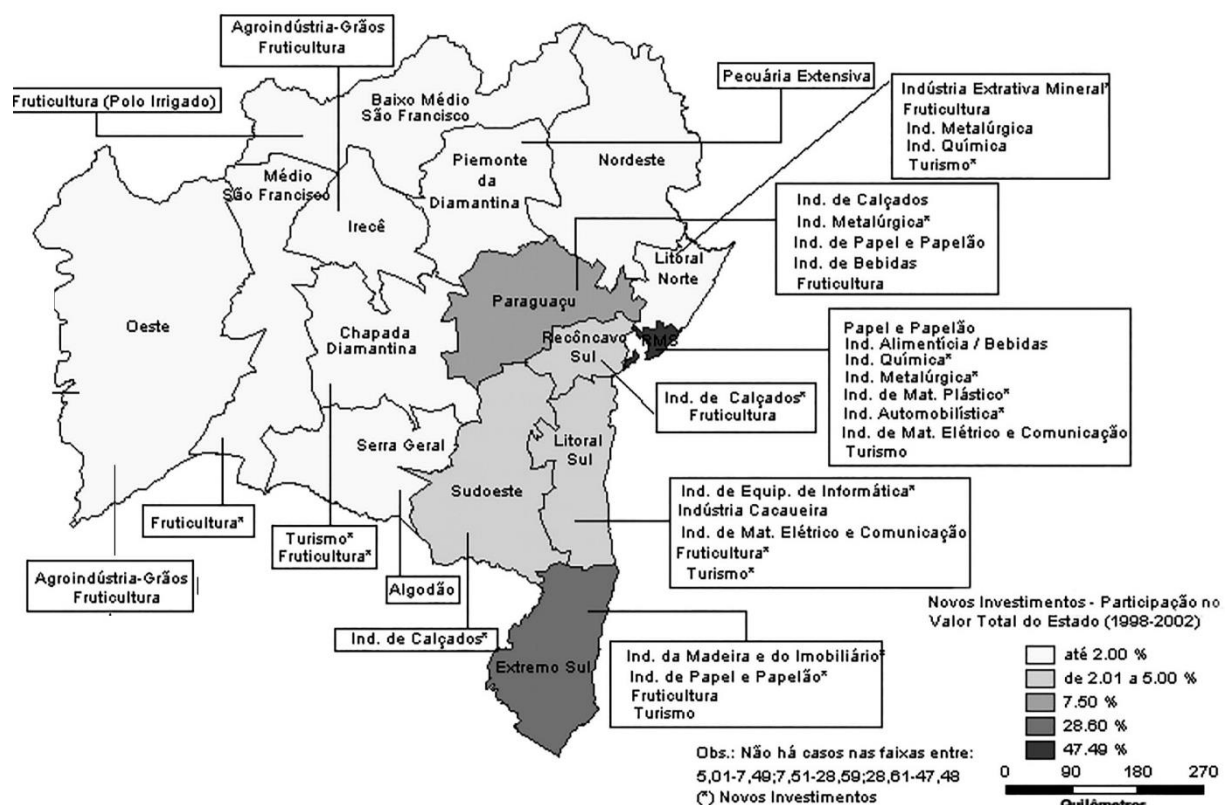
Em 1989 foi iniciada a construção do Complexo industrial “Bahia Sul Celulose” em Mucuri, para fabricação e exportação do papel e da celulose, gerando assim uma nova dinâmica socioeconômica na região. Também a Vera Cruz florestal foi instalada em 1991, no município de Eunápolis, mas sua produção foi iniciada, efetivamente, em 2005. Logo, o capitalismo industrial chega também ao Extremo Sul baiano, que passa a produzir a matéria-prima, atendendo às demandas das indústrias de papel e celulose.

Segundo Almeida et al. (2008), até 1990 a produção de madeira em tora para papel e celulose (m³) era nula no Extremo Sul da Bahia. Apenas a partir de 1991 a produção foi iniciada na região, produzindo um total de 349.179m³ em madeira, aumentando

para 4.981.093m³ em 2004. Ou seja, um aumento superior a 1300% em apenas 13 anos de atividade produtiva. Um dos maiores plantios está concentrado no município de Mucuri, que em 2004 já representava cerca de 28% da produção de madeira em tora para papel e celulose em toda a Bahia, segundo dados do IBGE. É importante esclarecer que, apesar de as produções serem iniciadas na década de 1990, as plantações de eucalipto na região têm origem na década de 1970. Nessa década foi possível constatar a considerável extração da vegetação nativa, demonstrada com a Figura 19.

De acordo com a previsão de investimentos no estado da Bahia de 1998-2002 (Figura 20), apenas as indústrias química e de celulose, papel e produtos de papel estavam previstas para receber mais de 60% dos investimentos no Estado (SEADE, 2000).

Figura 20 - Mapa de distribuição dos novos investimentos da Bahia 1998-2002



Dados: SEI/ Gazeta Mercantil.
Elaboração: SEADE, 2000 (adaptado pela autora).

Nesse mapa é evidenciada a desigualdade na distribuição dos investimentos, sustentada pela tradicional política baiana de concentração dos meios produtivos e tecnologias, bem como a “política localista”, discutida por Brandão (2007). As desigualdades também são expressas no setor turístico, atividade significativa no Sul

da Bahia. Após a criação da Secretaria Estadual de Turismo (SETUR), em 2006, determinadas regiões de maior interesse turístico foram definidas para receber maior parte dos investimentos pelo governo. Dentre elas, podem-se destacar Porto Seguro, que apresenta valor histórico e paisagístico, e a Costa das Baleias, onde se localiza Mucuri.

Para demonstrar parte das modificações econômicas na região, uma das variáveis possíveis de análise é o Produto Interno Bruto (PIB), sendo também uma maneira de compreender a dimensão espacial da economia. Na Tabela 2 estão apresentados os valores do PIB de municípios do Extremo Sul da Bahia, entre 2002 e 2016.

Tabela 2 - Produto Interno Bruto de municípios do Extremo Sul da Bahia, nos anos de 2002, 2005, 2010, 2013 e 2016 (em milhões R\$)

MUNICÍPIOS	2002	2005	2010	2013	2016 ¹
Alcobaça	89,26	125,52	179,46	198,82	260,13
Belmonte	58,70	82,06	165,24	226,42	284,37
Caravelas	112,17	139,03	262,80	277,08	392,26
Eunápolis	352,72	753,40	1.372,27	2.004,42	2.535,37
Guaratinga	65,91	70,07	125,08	173,18	219,73
Ibirapuã	30,18	36,73	85,17	138,46	208,81
Itabela	80,10	107,65	204,91	278,03	331,07
Itagimirim	21,58	44,83	55,13	88,70	108,26
Itamaraju	215,44	281,96	491,52	738,59	838,54
Itanhém	52,64	76,92	126,61	173,48	219,27
Itapebi	68,80	158,44	298,50	317,41	577,80
Jucuruçu	29,49	42,27	83,50	157,03	96,53
Lajedão	20,49	21,10	33,22	49,60	59,01
Medeiros Neto	77,56	95,87	160,95	214,90	302,76
Mucuri	511,53	671,87	1.264,67	1.334,07	1.991,63
Nova Viçosa	132,44	158,30	273,96	372,48	469,83
Porto Seguro	311,29	547,28	1.181,26	1.831,81	2.523,43
Prado	121,19	172,14	255,39	302,54	416,56
Santa Cruz Cabrália	59,44	103,77	172,35	240,01	339,48
Teixeira de Freitas	410,99	618,55	1.302,93	1.776,85	2.255,52
Vereda	29,02	29,30	59,41	106,03	81,20
Total - Extremo Sul	2.850,97	4.337,08	8.154,33	10.999,93	14.511,54

Dados: SEI/ IBGE. Elaboração: própria autora.

(1): Dados sujeitos a retificação

Esses dados revelam parte da reorganização econômica que tem ocorrido nos municípios do Extremo Sul da Bahia nas últimas décadas, e evidenciam o crescimento do PIB municipal em todos os municípios da região. Alguns casos chamam a atenção, como Eunápolis que, nesse período, apresentou crescimento no valor do PIB superior a 600%. Também tem destaque o caso de Mucuri, que em 2002 apresentava o maior PIB da região, e no período analisado apresentou acréscimo de cerca de 280%. No

ranking estadual, seu PIB correspondia, em 2014, à 13ª posição entre um total de 417 municípios da Bahia, e o município está entre os maiores produtores de madeira em tora para papel e celulose. A maioria dos municípios com elevado valor do PIB possui forte vínculo com a produção de madeira para papel e celulose. Todavia, o aumento do PIB não significa que a população tenha se beneficiado de maneira justa. Isto porque, mesmo com os altos valores econômicos observados pela tabela, houve pouca repercussão positiva para o desenvolvimento local e o bem-estar social.

Do ponto de vista social, os dados do IPEA (2006) revelam significativa redução no percentual de pobreza nos municípios do Extremo Sul, entre o ano de 1970, quando iniciavam as plantações de eucalipto, e o ano de 2000. Em Mucuri, essa redução representou quase metade do percentual de pobreza, que em 1970 era 94,14% e em 2000 reduziu para 50,06%. No caso de Mucuri, é provável que essa redução esteja relacionada ao crescimento da população de classe média, em decorrência da mão de obra qualificada que migrou para o município a partir de 1989, para atender à Bahia Sul Celulose. Porém, nota-se um aumento do percentual de pobreza em muitos outros municípios, entre 1980 e 1991. Esse aumento pode estar associado ao grande contingente de pessoas das áreas rurais para os centros urbanos, expressando parte do êxodo rural ocasionado com a monocultura do eucalipto. Ao mesmo tempo, os valores referentes a 2000 revelam que boa parte dos municípios ainda apresenta um número alarmante de pessoas em situação de pobreza, e há desigualdades preocupantes entre os municípios da região.

Em relação aos dados populacionais (Tabela 3), demonstra-se parte das mudanças na organização social dos municípios no Extremo Sul, no período entre 1991 e 2018. É possível constatar que o município de Mucuri apresentou a terceira maior taxa de crescimento populacional dessa região, no período analisado. Grande parte desse crescimento pode estar associado ao distrito de Itabatã, que saiu da categoria de povoado, tornando-se atualmente um distrito com população aproximada superior a 25.000 mil habitantes. Esse crescimento também pode ser associado à instalação das indústrias de papel e celulose, que atraiu pessoas em busca de emprego.

Processo semelhante é verificado em Eunápolis e Teixeira de Freitas, tendo este último também se destacado no setor de serviços. Em outros municípios, o alto percentual de crescimento pode estar relacionado ao desenvolvimento do turismo,

como em Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia, que apresentaram os maiores percentuais de crescimento populacional (323%).

Tabela 3 - Crescimento da população do Extremo Sul da Bahia entre 1991 e 2018

MUNICÍPIOS	1991	2000	2010	2018 ¹	Crescimento (%)
Alcobaça	15.410	20.900	21.271	22.449	46%
Belmonte	22.070	20.032	21.798	23.214	5%
Caravelas	19.763	20.103	21.414	21.937	11%
Eunápolis	70.545	84.120	100.196	112.318	59%
Guaratinga	25.441	24.319	22.165	20.991	-17%
Ibirapuã	8.290	7.096	7.956	8.581	4%
Itabela	20.848	25.746	28.390	30.413	46%
Itagimirim	7.887	7.728	7.110	6.914	-12%
Itamaraju	64.308	64.144	63.069	64.521	0%
Itanhém	23.225	21.334	20.216	19.499	-16%
Itapebi	11.078	11.126	10.495	10.306	-7%
Jucuruçu	16.012	12.377	10.290	9.272	-42%
Lajedão	3.818	3.409	3.733	3.934	3%
Medeiros Neto	23.059	21.235	21.560	22.659	-2%
Mucuri	17.606	28.062	36.026	41.221	134%
Nova Viçosa	25.570	32.076	38.556	42.950	68%
Porto Seguro	34.661	95.721	126.929	146.625	323%
Prado	22.632	26.498	27.627	28.152	24%
Santa Cruz Cabralia	6.535	23.888	26.264	27.626	323%
Teixeira de Freitas	85.547	107.486	138.341	158.445	85%
Vereda	8.914	7.450	6.800	6.258	-30%
Extremo Sul	533.219	664.850	760.206,00	828.285,00	55%

Fonte: IBGE. Censos Demográficos: 1991, 2000 e 2010. (1): estimativa populacional

Elaboração: própria autora.

O crescimento populacional verificado em Mucuri não foi um processo totalmente espontâneo, que poderia ser verificado em qualquer circunstância. Isso porque, muitos dos municípios não mostraram crescimento tão expressivo nesse período, e alguns deles até apresentaram uma diminuição do número de habitantes, como ocorreu em Itanhém, Guaratinga, Jucuruçu e Vereda. Jucuruçu tinha em 1991 a população de 16.012 habitantes, isto é, população próxima à de Mucuri. No entanto, entre 1991 e 2018 sua população reduziu 42%, sendo o município que teve a maior redução no número da população.

Essa constatação reforça que o processo de crescimento populacional verificado em Mucuri não ocorreu de maneira “natural”, mas está diretamente relacionado à instalação da fábrica Bahia Sul Celulose. Além disso, é importante lembrar o papel fundamental que a instalação da BR-101 desempenhou no processo de urbanização

dos municípios do Extremo Sul. Com a nova rodovia, os acessos foram facilitados, o que permitiu maior integração da região, maior visibilidade dos municípios, além de ter estimulado a formação de novos territórios, como o próprio distrito de Itabatã.

Em paralelo ao aumento populacional, proporcionalmente, cresceu também no município, o número de serviços e comércios em vários segmentos: restaurantes, pousadas e hotéis, além de clínicas e hospitais, enfim, serviços relacionados à crescente demanda da população. Segundo Cerqueira Neto (2012), estima-se que 13 mil empregos foram gerados nos municípios vizinhos ao parque industrial de papel e celulose. O autor também adverte que, por outro lado, houve inflação no mercado imobiliário dessas cidades.

Os dados apresentados enfatizam a relação entre a produção de papel e celulose, e os rearranjos socioeconômicos na região, que também repercutiram no distrito de Itabatã. Mas esses rearranjos seriam um desenvolvimento de fato, ou apenas um crescimento econômico?

Realmente, as informações apresentadas expressam considerável riqueza econômica em municípios do Extremo Sul, como o caso de Mucuri. Porém, os investimentos decorrentes da produção de papel e celulose na região não foram capazes de proporcionar um desenvolvimento social significativo. O município apresenta, ainda, debilidades na infraestrutura urbana e questões socioambientais desafiadoras. Percebe-se a contradição no processo de desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia, pois o volume de capital investido, bem como a produção industrial, ainda não conseguiu engendrar um impacto social positivo, e equivalente ao impacto econômico.

De maneira sucinta, pode-se afirmar que a história da região do Extremo Sul da Bahia é marcada por diversos aspectos como: o povoamento tardio, a abundância de recursos naturais e sua abusiva extração, a aproximação com a região Sudeste, a conformação do Extremo Sul como zona de ligação inter-regional, e, por fim, a constituição de uma recente estrutura produtiva sobre a silvicultura e o turismo. Muitas de suas características geográficas e históricas repercutem na atualidade, e criaram as condições favoráveis para o desenvolvimento de empreendimentos voltados à silvicultura na região. Esses empreendimentos influenciaram diretamente no processo de urbanização em Itabatã. Entretanto, conforme apresentado no próximo capítulo, a gênese dessa localidade é anterior às indústrias de celulose e papel, pois está relacionada diretamente à construção da rodovia BR-101, seu elemento embrionário.

Também foi possível constatar que o governo contribuiu para incentivar a instalação das indústrias de papel e celulose na região, seja por meio de incentivos fiscais ou pela desapropriação das terras. Associada à concentração de terras, “a baixa capacidade de investimentos do poder público na disponibilização de infraestrutura caracteriza o perfil de pobreza, falta de emprego e renda na região”, conforme afirma Magalhães et al. (2015, p. 13).

Em conclusão, a região do Extremo Sul da Bahia está em considerável crescimento econômico, conforme apresentado pelos dados. De modo paralelo, tem-se o crescimento populacional nas áreas urbanas, repercutindo diretamente nas cidades pequenas. Com as grandes expansões, tanto industriais quanto urbanas, mais recursos naturais têm sido consumidos, e o meio ambiente degradado. Além disso, desde a década de 1970, a concentração de terras, intensificada com a monocultura do eucalipto, tem desencadeado conflitos socioespaciais. Os principais envolvem grupos ambientalistas e também político-sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, além de grupos indígenas que foram retirados de suas terras, o que motivou manifestações a favor da demarcação das terras indígenas. Ou seja, a tomada de terras e os conflitos territoriais no Extremo Sul, iniciados desde a colonização, reverberam ainda hoje, e repercutem também no contexto de Itabátã.

3.4. A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MUCURI

A Geografia Histórica do Extremo Sul da Bahia apresenta alguns indícios da origem de Mucuri, cuja região foi invadida por portugueses no século XVI, na busca por ouro e pedras preciosas. Como essas explorações não foram bem-sucedidas, os colonos iniciaram então, a extração do pau-brasil, e a produção de açúcar em engenhos. Muitos europeus foram atraídos para a região, como alemães e suíços que se estabeleceram em terras de Mucuri entre 1720 e 1730, onde fundaram fazendas de café (FERREIRA, 1958, p. 55).

Nesse contexto, ocorreram os constantes conflitos entre as tribos indígenas e os colonos, processo dissertado no subcapítulo anterior. A estratégia em delimitar uma “zona tampão” no século XVIII teve reflexos diretos na configuração da paisagem na região do Rio Mucuri. Isso porque, extensas áreas permaneceram com baixa

densidade demográfica por um longo período, apresentando um novo impulso de expansão territorial somente no início do século XXI.

Para compreender o processo de formação do município de Mucuri, foram investigados relatos de viajantes europeus que, desde 1500, elaboraram diários e relatórios descritivos sobre a paisagem ainda pouco conhecida do Brasil, além das fotografias antigas pesquisadas. Esses documentos se constituem em uma rica documentação histórica, composta tanto por relatos quanto por iconografias. Como fontes primárias esses relatos apresentam suas limitações, e não condizem com uma descrição fiel da época. Todavia, revelam aspectos do passado muito importantes para a compreensão da paisagem contemporânea de Mucuri, e região.

3.4.1. A Vila de São José de Porto Alegre (século XVIII - XIX)

As informações históricas registradas, sobretudo pela Prefeitura Municipal, revelam que Mucuri era uma aldeia formada por indígenas residentes e portugueses deportados, que ocuparam a margem norte na foz do Rio Mucuri. O Município foi criado a partir de um território desmembrado de Vila Viçosa, por meio de Ordem Régia em 10 de outubro de 1769, quando foi fundado “São José de Porto Alegre”. Porém, o distrito-sede em si foi criado posteriormente, com o Alvará de 22 de dezembro de 1795. Segundo informações da SEI (2012, p. 277), “São José de Porto Alegre era uma vila habitada predominantemente por índios pobres que se sustentavam com o que plantavam, criavam e caçavam”. Essa breve descrição permite imaginar como pode ter sido Mucuri no passado, e como seu espaço era configurado. Mais informações e aspectos dessa espacialidade tão longínqua podem ser apreendidas a partir dos relatos dos viajantes europeus, que percorreram diversas rotas pelo território brasileiro, alcançando regiões como a do Rio Mucuri.

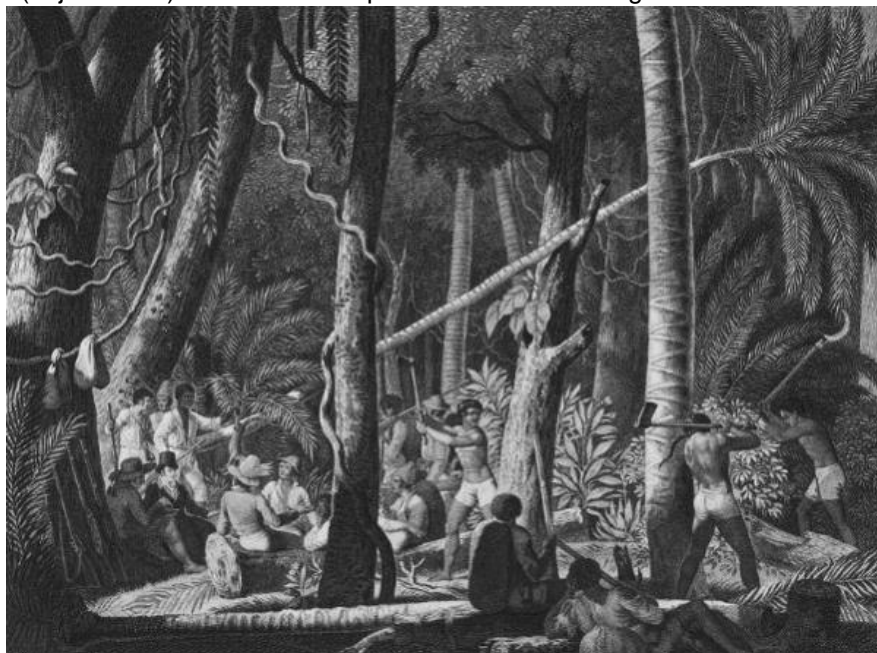
Dentre os variados escritores, destaca-se o príncipe alemão Maximiliano de Wied-Neuwied (1782-1867), que escreveu o texto “*Reise nach Brasilien*”, de 1820 (Viagem ao Brasil). Em sua obra é apresentada uma visão mais sensível em relação às belezas de uma paisagem tida como exótica, enfatizando as diferenças entre essa paisagem e os padrões europeus. Maximiliano, que esteve no Brasil entre 1815 e 1817, percorreu o litoral desde o Rio de Janeiro até Salvador, também adentrou regiões do interior do país, tanto pelo Rio Doce (ES), quanto pelo Rio Mucuri (BA).

O viajante Maximiliano chegou à foz do Rio Mucuri em um fim de tarde, e o descreveu como um “rio não muito grande, que vem de densas florestas; os mangues marginais fazem-no muito aprazível” (WIED-NEUWIED, 1940, p. 171), resolvendo, então, subi-lo de canoa. Suas descrições são muito variadas e detalhadas, trazendo uma percepção muito ampla ao descrever aspectos físicos referentes à vegetação e suas espécies. Porém, também relata sobre aspectos culturais do Brasil em formação, com suas manifestações culturais de resistência não apenas indígena, mas também africana, e por vezes menciona aspectos sensoriais, como se pode ler no trecho de seu relato:

Matas imponentes e sombrias formavam grupos pitorescos nas margens, e o brilhante plenilúnio, em todo o esplendor, veio completar o encantamento do quadro. Aproximando-nos da “fazenda”, ouvimos, distantes, os tambores dos negros. Os escravos negros procuram conservar os costumes do seu país tanto quanto lhes seja possível; Assim, por exemplo, encontram-se entre eles, todos os instrumentos de música referidos pelos viajantes da África, e entre os quais o tambor desempenha papel predominante. (WIED-NEUWIED, 1940, p. 170).

Em sua passagem pela região do Mucuri, a percepção de Maximiliano parece ser de uma costa oriental pouco povoada, ainda em crescimento e mais pobre em relação ao interior de Minas Gerais. O autor menciona transformações significativas na paisagem com o início da abertura de uma estrada paralela ao Rio Mucuri (Figura 21), em 1811.

Figura 21 - Gravura retratando a abertura da nova estrada que ligaria São José de Porto Alegre (hoje Mucuri) a Minas Novas pelas florestas às margens do rio Mucuri



Fonte: WIED-NEUWIED, 1940 (publicada em 1822).

A gravura representa a cena no interior das florestas às margens do rio Mucuri, na qual o Capitão Bento Lourenço e outros homens estavam abrindo a nova estrada pelas densas matas. A estrada buscava facilitar a ligação entre Minas Gerais e o litoral, e suas etapas de construção e dificuldades são descritas por Maximiliano em seu relato de viagem.

As iconografias, frequentemente, enfatizam os cursos d'água e um cenário de vegetação pouco alterada. Entretanto, também revelam características geográficas mais expressivas na época, além de representações sobre os grupos indígenas, como demonstra a Figura 22.

Figura 22 - Gravura de “Uma família de Botocudos em uma jornada”



Fonte: WIED-NEUWIED, 1940.

Quanto à sua percepção sobre a sede do município de Mucuri, no início do século XIX ainda chamada Vila de São José do Porto Alegre, Maximiliano realizou um panorama geral das atividades desenvolvidas e a forma de ocupação da vila:

A vila de S. José do Porto Alegre, comumente denominada de Mucuri, está situada na margem norte do rio, perto da foz. É um lugar pequeno, constituído de trinta a quarenta casas, em cujo meio se ergue uma capelinha, e forma um quadrilátero, aberto do lado próximo ao oceano. As casas são pequenas e quase todas cobertas de palha: carneiros, porcos e cabras criam-se na área central. Os habitantes, índios a maior parte, são pobres e não comerciam; Algumas vezes, entretanto, exportam um pouco de farinha de mandioca, não havendo, porém, engenhos de açúcar à margem do rio. (WIED-NEUWIED, 1940, p. 171).

Apesar do relato configurar-se como uma percepção do viajante, apresenta dados descritivos da ocupação da vila em sua fase inicial, o que contribui para a criação de um imaginário dessa paisagem que foi pouco preservada. Pela descrição é possível imaginar o porte da ocupação, suas principais construções, neste caso a capela, os habitantes e atividades desenvolvidas no local, enfim, uma visão que permite recompor na memória essa paisagem pretérita.

A criação de uma estrada que ligaria Minas Gerais ao litoral, pelo Vale do Mucuri, era fundamental para a dinâmica da Vila de São José de Porto Alegre, que poderia se desenvolver enquanto ponto comercial. Todavia, as investidas foram dificultadas pela resistência indígena na região, que foi palco de muitos conflitos violentos. O aldeamento em torno de Santa Clara (Figura 23), por ser localizado nos limites da Bahia com Minas Gerais, próximo a Nanuque, originou-se de uma dessas tentativas em conectar Minas Gerais ao litoral, pelo Sul da Bahia (SEI, 2012).

Figura 23 - Povoado Santa Clara às margens do Rio Mucuri, povoado que anteriormente pertencia a Minas Gerais e passou a pertencer à Bahia (18-?)



Fonte: Arquivo IGHBa.

As fotografias do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBa), representadas nas figuras a seguir, não possuem data precisa, estimando-se que tenham sido realizadas

entre o final do século XIX e início do século XX³. Nesse período, a ocupação se intensificou na região de Mucuri, sobretudo com o desenvolvimento dos portos vizinhos. Dentre eles os portos indicados na Figura 27, como o de Viçosa, mais próximo de Mucuri, e o porto de Caravelas, que era interligado ao povoado de Santa Clara, de onde era estabelecido o contato com Minas Gerais. Essas fotografias do IGHBa mostram as paisagens no entorno do povoado Santa Clara, que se localizava às margens do Rio Mucuri, próximo a uma modesta cachoeira (Figura 24).

Figura 24 - Cachoeira no Rio Mucuri, que separa o estado de Minas Gerais do estado da Bahia, próximo a Santa Clara (18-?)



Fonte: Arquivo IGHBa.

Nessa zona limítrofe entre Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, também havia um posto policial, apresentado na Figura 25, de arquitetura vernácula, feita com taipa de pilão e coberta por palhas. Os rios eram as principais vias de locomoção, e nessa região, o Rio Mucuri (Figura 26) era fundamental na conexão entre Bahia e Minas. Ao longo de suas margens surgiram povoados e distritos, desde a foz do rio em São José de Porto Alegre (atual sede do município de Mucuri) até o vale do rio Mucuri em Minas.

³ As fotografias encontram-se no arquivo do IGHBa, em Salvador, e não estão datadas. Todavia, estipulou-se a data entre final do século XIX e início do século XX (data provável representada por 18-?) devido às técnicas, trajes e meios de locomoção apresentados nas imagens.

Figura 25 - Edificação do posto policial da Bahia, no limite de Minas Gerais e Espírito Santo (18-?)



Fonte: Arquivo IGHBa.

Figura 26 – Paisagem do Rio Mucury, navegável até os limites da Bahia com Minas Gerais (18-?)

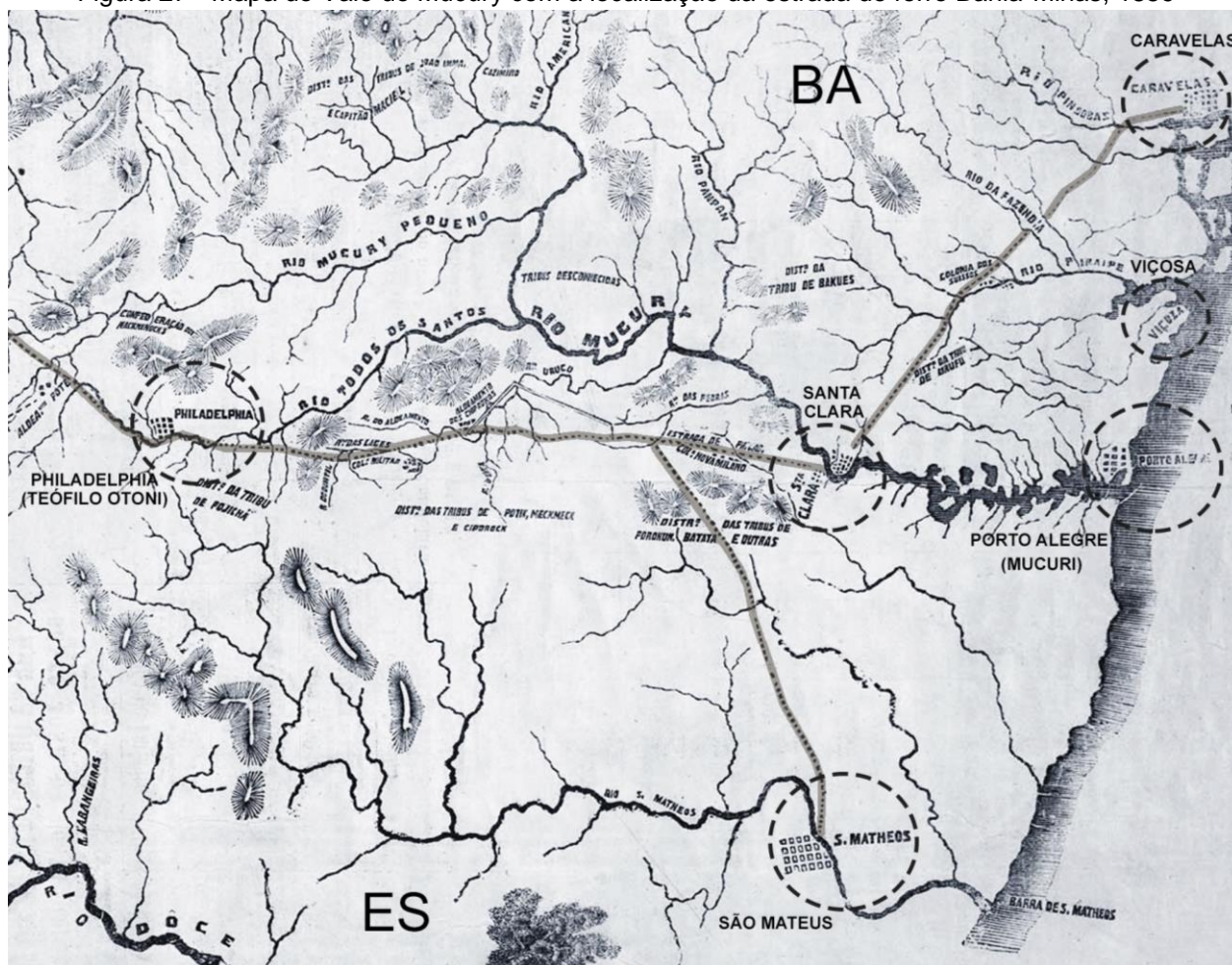


Fonte: Arquivo IGHBa.

Conforme afirma Duarte (2002), na busca por conectar Minas Gerais ao litoral, em 1847, Teófilo Benedito Ottoni criou a Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri, que operava com três barcos a vapor. Um deles era chamado “Mucuri”, e realizava a viagem mensal para o Rio de Janeiro. Outro vapor menor, chamado

“Peruípe”, partia do porto de Mucuri chegando ao porto fluvial de Santa Clara, de onde seguia uma estrada que encerraria na futura povoação de Philadelphia, hoje a cidade de Teófilo Otoni. Duarte (2002) ainda menciona sobre a aproximação pacífica de Otoni aos povos indígenas. Isso facilitou a construção das estradas, bem como a fundação de Philadelphia, no Mapa do Mucury⁴ de 1859, apresentado abaixo.

Figura 27 - Mapa do Vale do Mucury com a localização da estrada de ferro Bahia-Minas, 1859



Fonte: <http://www.bahia-turismo.com> (adaptado pela autora).

A respeito da paisagem do Rio Mucuri em meados do século XIX, quando operava a companhia de Otoni, algumas percepções foram descobertas nos relatos de viagem do médico Robert Avé-Lallemant, que chegou ao Rio Mucuri em janeiro de 1859, segundo Duarte (2002, p. 269). O médico alemão descreve as matas e formas de vida em Mucuri, mencionando os portos e povoados do Espírito Santo, de Minas Gerais e sua relação com localidades da Bahia, como Caravelas, Viçosa e Porto Seguro. Em

⁴ A versão apresentada é apenas um recorte do mapa completo do Vale do Mucuri, que tem o título original “Carta Topographica do Mucury” e se encontra na Biblioteca Nacional. Elaborado por Herculano V. Ferreira Pena (1811-1867); a publicação ocorreu no Correio Mercantil, em 12 de setembro de 1859.

seus relatos ele conta sobre as dificuldades durante suas viagens pelo litoral, e caracteriza Mucuri como um lugar pobre e deserto: “De todas as embocaduras de rios, que visitei, é certamente o Mucuri o mais deserto, no seu último trecho. A vila, chamada por eufemismo de Porto Alegre, é a mais miserável que se possa imaginar” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 167).

Além disso, denuncia as condições precárias e desumanas dos emigrantes nórdicos (franco-alemães e suíços), condições provocadas pela Companhia do Mucuri, dirigida por Ottoni. Segundo Avé-Lallemant, muitos desses imigrantes e colonos foram aliciados por servidores, e estavam doentes, ou morrendo de fome, na praia onde o Rio Mucuri deságua. Também foram destacadas no relato as atrocidades cometidas pelo inspetor de Santa Clara, chamado Otto Vogt.

Com um olhar direcionado não apenas às mazelas e dificuldades, mas também à paisagem do Rio Mucuri, Avé-Lallemant ainda descreve as florestas, a vegetação do manguezal e os seres vivos em seus detalhes. Ao realizar o percurso do Rio Mucuri no pequeno vapor “Peruípe”, que finalizava em Santa Clara, ele utiliza de uma linguagem poética, elogiando as matas, e destacando a beleza “com sua estonteante variedade de formas e milhares de cores”. Uma paisagem muito distinta em relação à “majestade uniforme da floresta nórdica”. Todavia, esse aparente esplendor é apontado como uma ilusão, já que a floresta parecia oposta à vida humana, especialmente para adaptação pelos colonos. Nesse sentido, ele afirma: “Brilhava a alta floresta aos raios do sol poente com um esplendor quase fantástico, como se quisesse ainda enfeitiçar mais homens com seus múltiplos encantos, e atraí-los para o laço das doenças.” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p.174-175).

No Mapa da Figura 27, é possível perceber as proximidades e conexões entre a Vila de São José de Porto Alegre com São Mateus, no Espírito Santo, e Caravelas, na Bahia. Caravelas destacava-se em relação a muitas povoações do litoral, e apresentava relativa movimentação de pessoas e mercadorias, conforme relata o médico Avé-lallemant:

Aí há uma verdadeira embora pequena cidade, uma fila de casas na margem e três ruas compridas, paralelas ao rio, entre as quais se vêem muitos sobrados e mesmo edifícios bonitos, embora a maioria das casas sejam térreas. As ruas são largas, é verdade que cobertas de grama, e pelo meio delas passa uma modesta vereda para algum animal que apareça. Ao longo das casas, corre uma espécie de calçada, em que algumas pessoas se movem dum lado para o outro, sem se atropelarem [...]. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 150-151).

A Vila de São José de Porto Alegre (Mucuri) tinha forte ligação com a Vila e porto de Viçosa (Figura 28), na foz do Rio Peruípe. Esse era o porto mais próximo da Vila de São José, e de onde chegavam muitas mercadorias e alimentos.

Figura 28 – Fotografia do Porto e cidade de Viçosa (18??)



Fonte: IGHBa.

Após o funcionamento da estrada de ferro Bahia-Minas, construída em 1881, a Companhia de Ottoni encerrou suas atividades de navegação, em 1918. A “Baiminas” partia de Caravelas, passava por Santa Clara, e chegava a Philadelphia, atual cidade de Teófilo Otoni. Essas localidades estão indicadas no Mapa do Vale do Mucury (Figura 27), no qual também foi destacada uma linha férrea ligando a “Baiminas” ao povoado de São Mateus, no Espírito Santo. A linha férrea Bahia-Minas foi posteriormente desativada, substituída pelo asfalto após a construção da rodovia estadual BR-418. Esta rodovia é a principal ligação entre o nordeste de Minas Gerais e o litoral sul da Bahia, sendo muito utilizada por turistas, e conhecida como Rodovia Minas-Bahia, ou “Estrada do Boi”.

A respeito da toponímia, duas interpretações foram descobertas. A primeira indica que o nome Mucuri tenha sido atribuído pelos nativos devido à madeira que era abundante na região, e que teria esse mesmo nome. Todavia, segundo o dicionário Tupi-Guarani em português, “Mucuri”, ou “Macuripe” como também já foi chamado, significa “Rio dos gambás, das raposas na Bahia” (BUENO, 1982, p. 572). A mudança da toponímia ao longo do tempo é evidenciada pelos mapas históricos, como no mapa das Capitanias Hereditárias de 1574 (Figura 17), no qual são indicados os seguintes rios

Em mapa posterior, de 1656, elaborado por Nicolas Sanson (Figura 29), para o Rio Mucuri são indicados os nomes “Maranepe” ou “Macuripe”, expressando dúvidas quanto ao nome do rio. Por fim, percebe-se a contração do nome original do rio, o que provavelmente ocorreu pela interpretação equivocada e dúvidas acerca do nome dado pelos indígenas.

Figura 29 – Mapa das Capitanias Hereditárias, por Nicolas Sanson (1656)



Fonte: Guia geográfico – História do Brasil (editado pela autora).

Em 1911 o então município de “São José de Porto Alegre” recebe a denominação “Porto Alegre”. Posteriormente, em 1931, o município de Porto Alegre retoma seu nome original, quando passa se chamar novamente Mucuri. Segundo Almeida (1978), as principais culturas dessa região eram a mandioca, o cacau, e o café nas proximidades de Itaúnas; quanto às etnias, documenta-se que o número de mestiços e negros era superior a 80%, conforme Relatório apresentado ao Presidente do Estado, Florentino Avidos, em 18 de junho de 1925. No final da década de 1950, Mucuri apresentava-se como um pequeno povoado. A praia ainda não era explorada turisticamente e, por isso, não existiam casas ou comércios à beira-mar, conforme apresentado na Figura 30. A Igreja católica Matriz São José (Figura 31), tinha sua arquitetura original preservada.

Figura 30—Praia de Mucuri (1957)



Fonte: IBGE.

Figura 31 - Igreja Católica Matriz São José, Mucuri (1957)

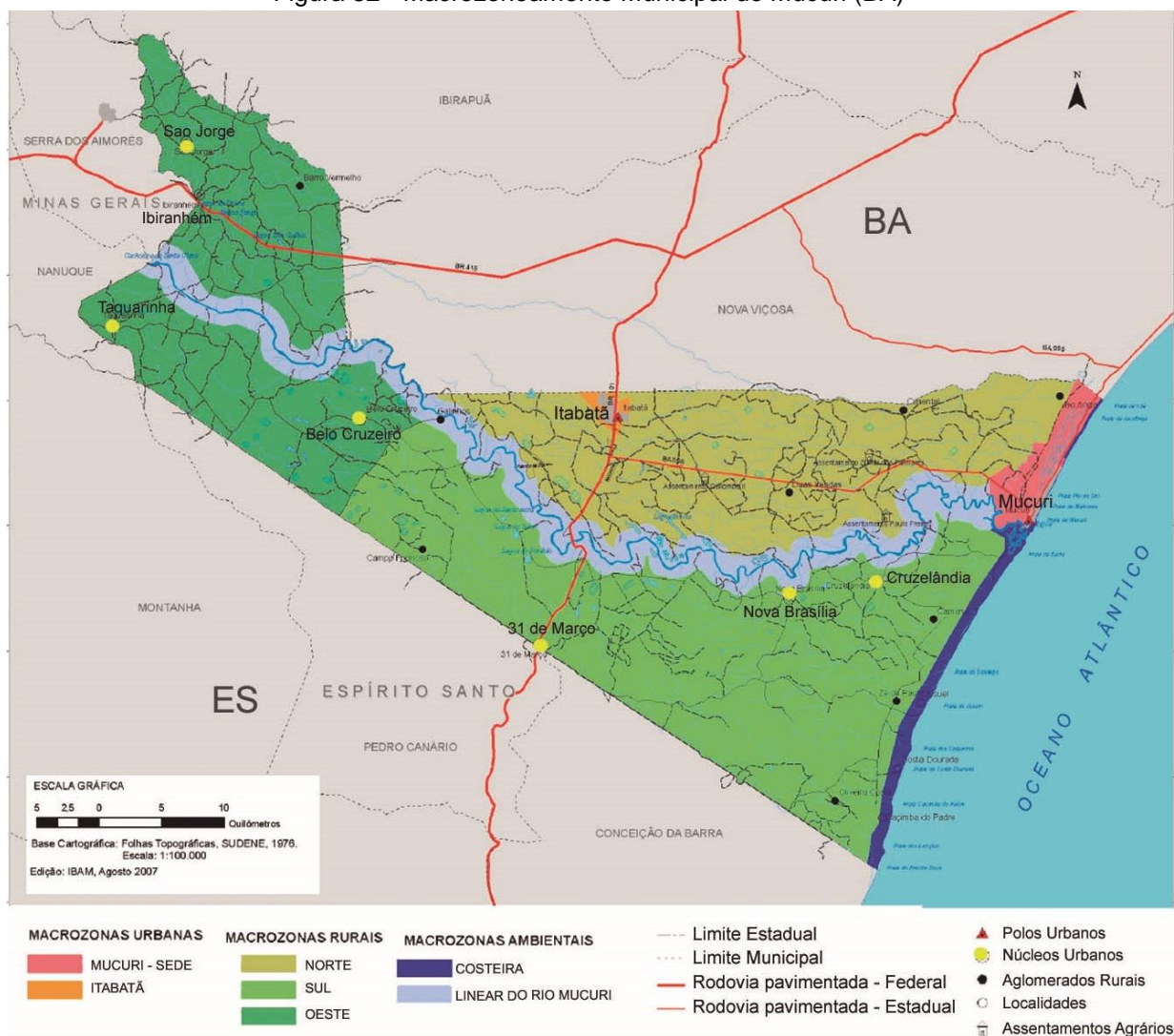


Fonte: IBGE.

Em meados de 1970, foram iniciadas as plantações de eucalipto na região (ROCHA, 2002), e posteriormente, em 1989, foi iniciada a construção da fábrica Bahia Sul Celulose. Em março de 1992, a linha 1 da unidade de Mucuri começou a operar a produção de celulose. Assim, foi esboçado um novo ciclo produtivo, desencadeando mudanças socioeconômicas em Mucuri, conforme dissertado anteriormente acerca do Extremo Sul da Bahia.

O município de Mucuri possui uma centralidade urbana ao litoral, representada pela Sede criada em 1769, e outra centralidade em ascensão no eixo da rodovia BR-101, o distrito de Itabatã, que até 1999 era apenas um povoado. Segundo o Plano Diretor Municipal (PDM), elaborado em 2010, o macrozoneamento do município é constituído por três grupos de Macrozonas: ambientais, rurais e urbanas, conforme apresentado na Figura 32.

Figura 32 - Macrozoneamento Municipal de Mucuri (BA)



Fonte: Plano Diretor Municipal de Mucuri, 2010 (editado pela autora).

O município possui área total de 1.787,626 km², e na unidade territorial são reconhecidos três distritos, além do distrito-sede de Mucuri. Os demais distritos são indicados a seguir com a respectiva distância em relação à sede de Mucuri: Ibiranhém – 108 km; Taquarinha – 105 km; Itabatã – 40 km. Estima-se que no município habitem 41.221 habitantes em 2018 (IBGE), gerando uma densidade demográfica de aproximadamente 23,05 hab/km². O Rio Mucuri (Figura 33) mede 15.500 km², nasce

na Serra do Chifre (MG) e deságua no Oceano Atlântico, margeando a sede municipal de Mucuri. É navegável apenas no território baiano, ou seja, de Santa Clara à foz do rio em Mucuri (BAHIA, 1997).

Figura 33 – Fotografias aéreas da Sede municipal de Mucuri



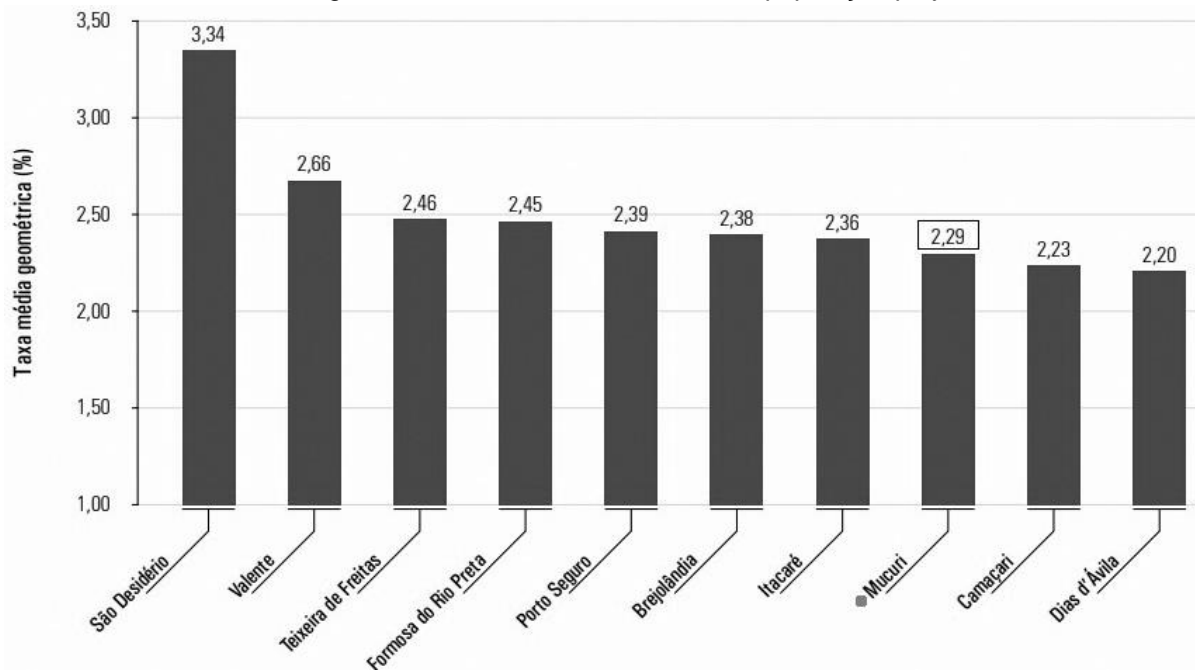
- a.** Foz do Rio Mucuri (na margem norte está a ocupação urbana);
b. Vista aérea da macrozona urbana de Mucuri (Sede);
c. Centro da Sede de Mucuri, destaque para o contato do urbano com o rio.
Fotografias: sítio eletrônico Mafalda (blogspot), 2007.

Há alguns anos, Mucuri tornou-se um ponto turístico visado, devido seus 35 km de praias com areias douradas, apresentando na parte urbanizada casas de veraneio e comércios locais. O município ficou famoso pelas festas de Carnaval e grupos carnavalescos, onde aconteciam shows de bandas e trio-elétrico. As festas em homenagem a santos padroeiros são muito tradicionais, especialmente as festas

juninas. Também os grupos de capoeira tais como Acarbo, Raiz Aquibara e Reza Forte representam traços culturais significativos.

Mucuri está em pleno crescimento, e de acordo com dados da SEI (2013), estima-se que em 2030 o município estará entre os dez municípios da Bahia com maior taxa geométrica de crescimento anual da população, como mostra o Gráfico 2, abaixo.

Gráfico 2 - Taxa média geométrica de crescimento anual da população projetada 2010-2030



Fonte: SEI, 2013.

Entretanto, há alguns anos vem ocorrendo na sede municipal o processo de erosão costeira, que atualmente tem gerado impactos significativos no local, como pode ser observado na Figura 34. Em 2010 uma obra com oito espigões foi realizada na tentativa de conter o avanço do mar, o que não foi suficiente para sanar o problema. Desde abril de 2017, a Prefeitura de Mucuri decretou estado de emergência, e está preparando estudos para solucionar o caso, alegando, porém não possuir verba suficiente para novas intervenções. Em vista disso, há poucos anos a sede de Mucuri tem sido desvalorizada do ponto de vista turístico.

É interessante perceber que, apesar do núcleo urbano de Itabátã não ser tão antigo quanto a sede municipal, e localizar-se afastado do litoral, tem se urbanizado e crescido de modo considerável, atraindo muitas pessoas. Isto se deve em parte, à construção da BR-101, e às mudanças do novo ciclo econômico marcado pela monocultura de eucalipto, que tem provocado o deslocamento de pessoas da zona

rural para zonas urbanas. Contudo, a mesma atratividade não se verifica na Sede municipal; pelo contrário, esta tem se mostrado cada vez mais pacata, recebendo atualmente poucos turistas e investimentos.

Figura 34 - O processo de erosão costeira em Mucuri (Sede)



Fonte: Prefeitura de Mucuri

Desse modo, a dinâmica socioeconômica de Mucuri tem se alterado e, em consequência, a Sede do município busca se adaptar para sobreviver do turismo a partir de outros atrativos. Dentre eles, destaca-se a Praia da Costa Dourada (Figura 35), uma vila de pescadores localizada na divisa da Bahia com o Espírito Santo, que possui barrancos de até 15m de altura, dividindo o povoado da praia (BAHIA, 1997). Outros atrativos são as trilhas ecológicas do Parque Ecológico do Rio Mucurizinho e a Passarela Ecológica Gigica (Figura 36), que contribuem para a preservação do Manguezal e ainda atraem turistas do Sudeste.

Figura 35–Praia de Costa Dourada, Mucuri



Fonte: praia de costa dourada (blogspot), 2012.

Figura 36 – Passarela Ecológica Gigica, Mucuri



Fonte: Guia do litoral (uol), 2008.

As antigas festas e manifestações culturais têm sido cada vez mais raras, sendo descaracterizadas e adaptadas em eventos maiores. No entanto, estas não deixaram de existir, persistindo na cultura local. Em Mucuri é tradicional a Festa de São José,

evento religioso no qual acontece a procissão pelas principais ruas, e missa celebrada a céu aberto. Usualmente ocorre na segunda metade de março, e é organizado pela Comunidade e diocese da igreja católica.

Um festejo muito tradicional de Mucuri é a Festa do Peroá, também conhecido como Forró do Peroá, em comemoração ao dia de São Pedro. Nesse festejo é popular a procissão marítima dos pescadores com a imagem de São Pedro, além do concurso de quadrilhas, as brincadeiras e jogos, comidas típicas e o tradicional forró (Figura 37). Esta festa ocorre no final do mês de junho, e geralmente é organizado pela comunidade de pescadores em parceria com a prefeitura (BAHIA, 1997). O nome Peroá é uma homenagem à espécie de peixe, antes farta na região, atualmente pouco encontrada. Esse peixe é um dos símbolos de Mucuri, que além de dar nome à festa, também é representado em um importante espaço público, a “Praça do Peroá”, situada na margem do rio.

Figura 37–Tradicional Forró do Peroá (2011)



Fonte: Prefeitura de Mucuri (blogspot).

Figura 38 – Praça do Peroá, Mucuri



Fonte: Prefeitura de Mucuri (blogspot).

Entretanto, em eventos mais recentes verificam-se mudanças nas atrações culturais, que hoje caracterizam-se por apresentações maiores de grupos musicais, em palcos. As procissões e marujadas, muito tradicionais nas festas religiosas, têm sido raras na atualidade, sendo ainda identificadas em outros municípios da região.

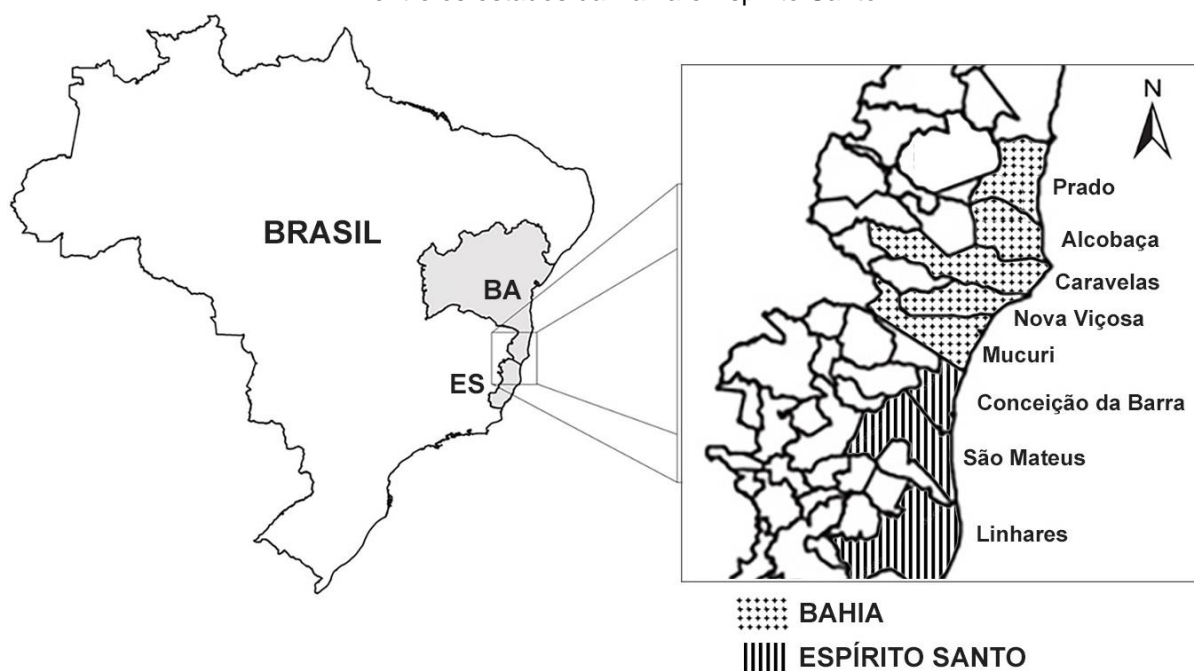
Esses traços da cultura local são expressivos na paisagem, porém não se restringem a Mucuri. São heranças culturais que também estão presentes nos municípios próximos, não apenas da Bahia, mas também do Espírito Santo. Essas similaridades são históricas, e se manifestam em aspectos e elementos variados, conforme dissertado a seguir, no último tópico deste capítulo.

3.5. TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS: O EXTREMO SUL BAIANO E O NORTE CAPIXABA

Há aspectos semelhantes entre o Norte do Espírito Santo e o Extremo Sul da Bahia, especialmente em relação aos municípios litorâneos, destacados no mapa da Figura 39. Nesse contexto inter-regional, aspectos da Geografia Histórica evidenciaram as similaridades contemporâneas, conforme dissertado neste capítulo. Tais semelhanças não se restringem à colonização portuguesa, ou à economia regional (silvicultura de eucalipto), pois englobam também aspectos socioculturais, etnográficos e paisagísticos, como similaridades geo-históricas. Desse modo, conforma-se nesse contexto uma “região cultural” que ultrapassa as fronteiras político-administrativas, agregando aspectos da cultura baiana e capixaba, também com influências de Minas Gerais.

Percebe-se nesse contexto regional, que compreende o entorno limítrofe entre estes os dois estados, uma mescla entre as culturas indígena, africana e portuguesa, muito expressivas na culinária e nas manifestações culturais. Apesar de não constituir uma unidade homogênea, pode-se considerar que tal contexto conforma uma “região cultural”, com similaridades e adaptações entre costumes e elementos de ambos os estados.

Figura 39—Mapa de localização geográfica da “região cultural” litorânea, entre os estados da Bahia e Espírito Santo



Fonte: própria autora.

Em relação à culinária, é bastante tradicional o uso da mandioca para a fabricação do beiju, seja de goma ou de tapioca, envolto na palha de banana; a canjica e o preparo do peixe com a moqueca, que são heranças dos povos indígenas do Brasil (Figura 40). A culinária afro-brasileira se expressa nas receitas que utilizam o azeite de dendê, em especial o vatapá, o acarajé e o abará. Os doces, licores e caldos são herança da culinária portuguesa. Pode-se, ainda, identificar costumes e alimentos da cultura mineira, nos queijos, biscoitos ‘avoadores’ e churrascos, que são tradicionais nessa região. Esses costumes são marcantes em municípios do litoral, tanto em Mucuri, Nova Viçosa e Caravelas, na Bahia, quanto em Conceição da Barra, São Mateus e ainda Linhares, no Espírito Santo.

Figura 40—Comidas típicas do Extremo Sul da Bahia e do Norte do Espírito Santo



a. Beiju de tapioca; b. Moqueca de peixe (heranças indígenas).

Em relação às manifestações culturais, a Capoeira e o Jongo são as práticas mais expressivas e tradicionais dessa região, sendo praticadas em escolas e projetos socioculturais. As festas juninas são tradicionais, como a já mencionada festa do Peroá em Mucuri, e o famoso Festival Nacional de Forró de Itaúnas (distrito de Conceição da Barra, no Espírito Santo). Há ainda outros folguedos como o “Bumba-meu-boi” em Eunápolis e Alcobaça (BAHIA, 1997). De modo análogo há no Norte do Espírito Santo o “Reis de Boi”, um auto em homenagem aos Santos Reis, expressão folclórica mais popular dessa região.

As culturas tradicionais identificadas, que mais se mantêm vivas, estão vinculadas à religiosidade, e nesse âmbito são mais expressivas as práticas associadas à igreja católica. Entretanto, é importante esclarecer que nessa região há muitas outras religiões, dentre elas o candomblé, protestantes, evangélicos, centros espíritas, todos que possuem suas práticas e tradições.

A maioria das festas populares se devem a homenagem aos santos padroeiros. Uma das manifestações mais comuns é a “Corrida do Mastro”, ou “Puxada do Mastro”, representada na Figura 41. Essa homenagem a São Brás, São Benedito ou a São Sebastião, ocorre no mês de janeiro, principalmente nos municípios ao litoral, expandindo-se em ambos estados. No Espírito Santo, essa festividade é tradicional também na região metropolitana de Vitória, onde ocorre a Festa de São Benedito na Barra do Jucu, em Vila Velha (Figura 42).

Figura 41 - A “Puxada do Mastro” na Festa de São Sebastião, Prado (BA)



Fonte: cumuruxatibabahia.com

Figura 42 – “Puxada do Mastro” na Festa de São Benedito, Barra do Jucu (ES)



Foto: Fábio Canhim (2012).

Figura 43–O “Ticumbi” durante a Festa de São Benedito e São Sebastião, Itaúnas (ES)



Foto: Danilo Ferraz/ Divulgação Secult-ES.

Figura 44 - "Marujada" durante festa de São Benedito, em Prado (BA)



Foto: Claydson Motta / Prado Notícia.

A “Corrida do Mastro” é um ritual que tem sua origem no período pré-cristão na Europa. No Brasil recebeu variações e adaptações de outras culturas, como no contexto do Extremo Sul da Bahia:

“Nessa região, a Corrida do Mastro era um folguedo religioso típico de antigos aldeamentos jesuíticos. Naqueles espaços, os missionários também deram novo sentido à Corrida de Toras, ritual típico das sociedades indígenas Macro Jê presentes nos sertões da Capitania de Porto Seguro e descidas para os

aldeamentos litorâneos, onde passaram a conviver com os Tupi. Entre esses povos indígenas, particularmente os Kamakã-Mongoió, a corrida ocorria uma vez por ano, quando eram realizados os rituais de passagem dos jovens para a condição de adultos. Essa prática foi apropriada e transformada em atos penitenciais e de louvor aos santos católicos.” (BAHIA, 1997, p. 294-295).

Nesse sentido, em Conceição da Barra acontece o “Ticumbi” (Figura 43), um folguedo tradicional no começo do ano, encenado para homenagear São Benedito, padroeiro dos negros, pobres e oprimidos, e São Sebastião. Mantido há mais de 300 anos, é semelhante à congada, e está muito presente em Itaúnas e povoados de São Mateus. Segundo a tradição, apenas os homens participam da dança, que é uma homenagem aos antigos guerreiros africanos.

Durante as festas em homenagem aos santos, é comum também as “Marujadas”, uma manifestação folclórica na qual um grupo de pessoas vestidas de marinheiro, organizado em fila indiana, percorre as ruas ao som de pandeiros e violas (BAHIA, 1997). As “Marujadas” são tradição folclórica de vários municípios dessa região cultural que engloba o Extremo Sul da Bahia e o Norte do Espírito Santo. Nesse festejo, realizam-se a missa, procissão e por fim o samba, ou congada, dedicado ao santo. Na Bahia destacam-se as Marujadas de São Benedito em Caravelas e Prado (Figura 44), esta última muito semelhante ao “Ticumbi”. No Norte do Espírito Santo, é tradicional a Marujada de Cabôco, durante a Festa de São Benedito e São Sebastião, em Itaúnas.

Essa região cultural expressa também similaridades etnográficas, visto que tanto no Extremo Sul baiano, como no Norte capixaba comunidades indígenas e grupos quilombolas ainda buscam preservar seus costumes. Dentre essas comunidades, podem ser mencionados os quilombos no município de Nova Viçosa (BA), como os de Helvécia, Cândido Mariano, Mutum, Naiá e Rio do Sul, reconhecidos em 2005 pela Fundação Palmares, e localizados nas redondezas das plantações de café da antiga Colônia Alemã de Leopoldina, atual distrito de Helvécia (BAHIA, 1997). De modo semelhante, em Itaúnas (Conceição da Barra – ES) e em São Mateus (ES) também há comunidades quilombolas. Por outro lado, muitos grupos indígenas foram fragmentados ao longo dos anos, e atualmente alguns sobrevivem da venda de artesanatos em polos turísticos da região. Toda essa população, prejudicada pela reestruturação fundiária, resiste em meio às extensas florestas de eucalipto.

Os elementos na paisagem também apresentam semelhanças, principalmente devido à localização na costa litorânea, e ao processo histórico de colonização. O patrimônio histórico é marcadamente de influência portuguesa, conforme demonstrado nas obras arquitetônicas em Caravelas-BA (Figura 45), de São Mateus-ES (Figura 46). Os rios e antigos portos persistem na paisagem, sendo atualmente ocupados por pescadores locais.

Figura 45 - Casas no Centro histórico de Caravelas (BA)



Fonte: Bahia turismo

Figura 46 - Antigo porto de São Mateus (ES), popular como a “Cidade Baixa



Fonte: guiaturismo.net

Figura 47 - Reserva do Corumbau, Prado (BA)



Fonte: João Mesquita (Estadão).

Figura 48 - Dunas de Itaúnas (ES)



Fonte: “vou sem guia” (sítio eletrônico).

Encontram-se na região resquícios da Mata Atlântica, e observa-se a presença de restingas e mangues no litoral. Para preservar esses biomas, foram criadas significativas Unidades de Conservação ambiental (UC), e Áreas de Proteção Ambiental (APA) na região. No Extremo Sul da Bahia encontra-se a APA de Costa Dourada e adjacências, o Parque Nacional de Abrolhos, no município de Caravelas; o Parque Nacional do Descobrimento, em Prado a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau (Figura 47), entre Prado e Porto Seguro. No Extremo Norte do Espírito

Santo foram identificadas Unidades de Conservação em Conceição da Barra, como a Floresta Nacional do Rio Preto e as Dunas de Itaúnas (Figura 48), além da Reserva Biológica de Sooretama, localizada nos municípios de Sooretama e Linhares, que apresenta bioma predominante da Mata Atlântica.

A proximidade entre essas regiões é expressa em mapas históricos, que revelam sucessivas alterações, ao longo do tempo, nos limites entre as fronteiras das Capitanias do Espírito Santo e da Bahia. A Figura 17 indica que em 1574, o limite entre ambas capitanias era o Rio Doce. Posteriormente, as representações cartográficas passaram a indicar essa divisa mais ao norte, nas proximidades do antigo Rio Cricaré, hoje São Mateus (Figura 29). A delimitação dessas fronteiras deu origem a muitas polêmicas e disputas entre o Sul da Bahia e o Norte do Espírito Santo, que se prolongaram até o século XX.

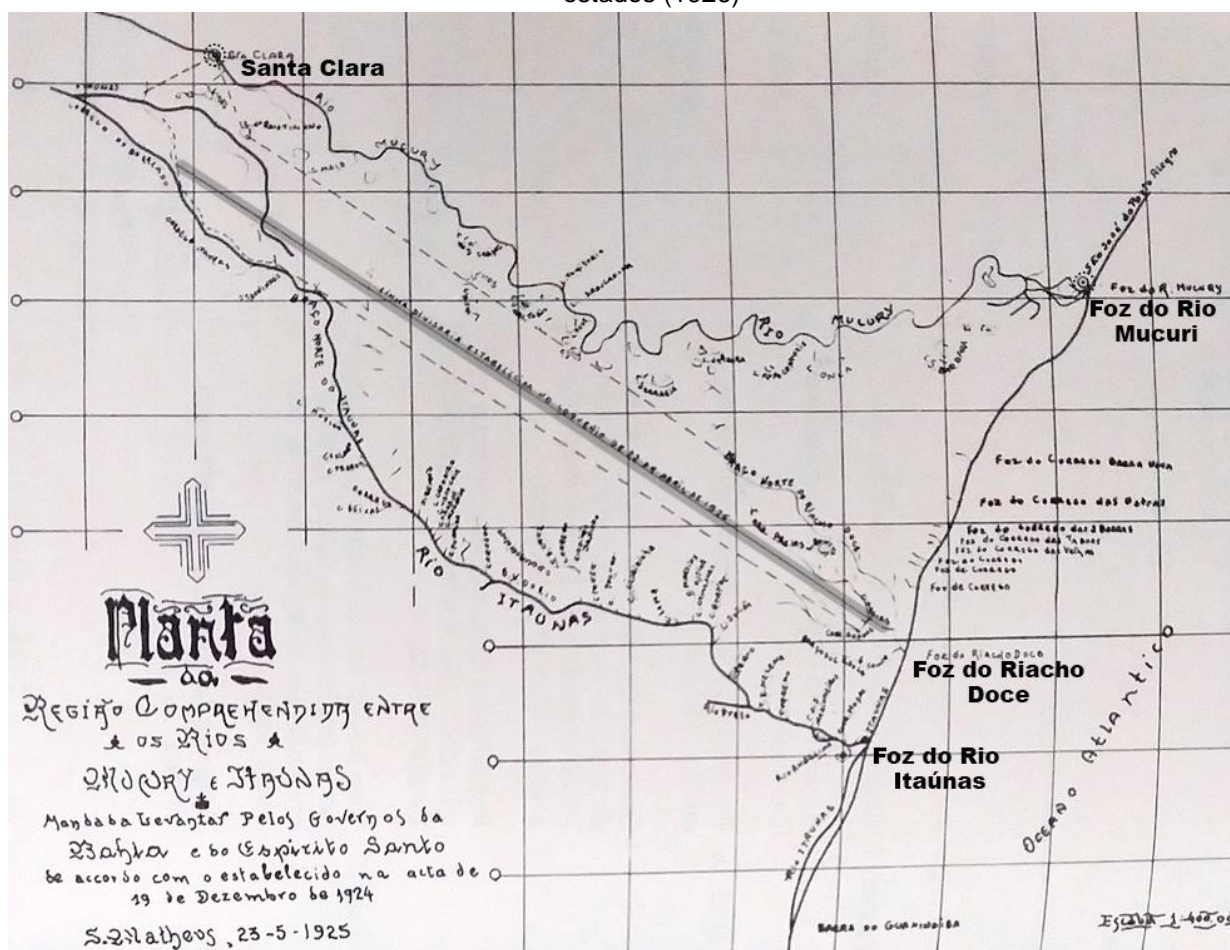
Segundo Moraes (1978), a questão sobre os limites entre Bahia e Espírito Santo se origina no direito colonial. Para a Bahia o limite da província seria o Rio Doce, posteriormente o Rio São Mateus, e para o Espírito Santo o limite seria o Rio Mucuri. Em 1718, ao pertencer à Coroa, a Capitania do Espírito Santo tornou-se dependente administrativamente da Capitania Geral da Bahia, e judicialmente da Comarca do Rio de Janeiro. A partir de 1764, São Mateus (ES) estava sob a jurisdição plena de Porto Seguro, e para a Bahia não havia dúvidas dessa posse (MORAES, 1978). Segundo o mesmo autor, a dependência dificultou ainda mais a delimitação das fronteiras, que só foi rompida com a chegada da família real portuguesa. A partir de então, as disputas por essa região se acirraram, e variadas negociações foram propostas.

Após diversos estudos com participantes de ambos os estados, em 22 de abril de 1926 foi assinado o convênio de oficialização da linha divisória entre a Bahia e o Espírito Santo (ALMEIDA, 1978; MORAES, 1978), no qual consta também uma planta da região (Figura 49). Nesse convênio, foi decidida a formação de comissão mista, encarregada de realizar o levantamento da região contestada.

De acordo com o mapa, ficou estabelecida a linha divisória que se inicia na foz do Riacho Doce (Conceição da Barra), e segue em linha reta na direção do povoado de Santa Clara. Desse modo, o limite foi definido pelo modesto Riacho Doce, cerca de 9 km ao norte de Itaúnas, e 30 km ao sul de Mucuri. E na cláusula 5ª do convênio consta

que o mesmo é de caráter condicional; sendo assim, essa divisa ainda pode ser judicialmente contestada.

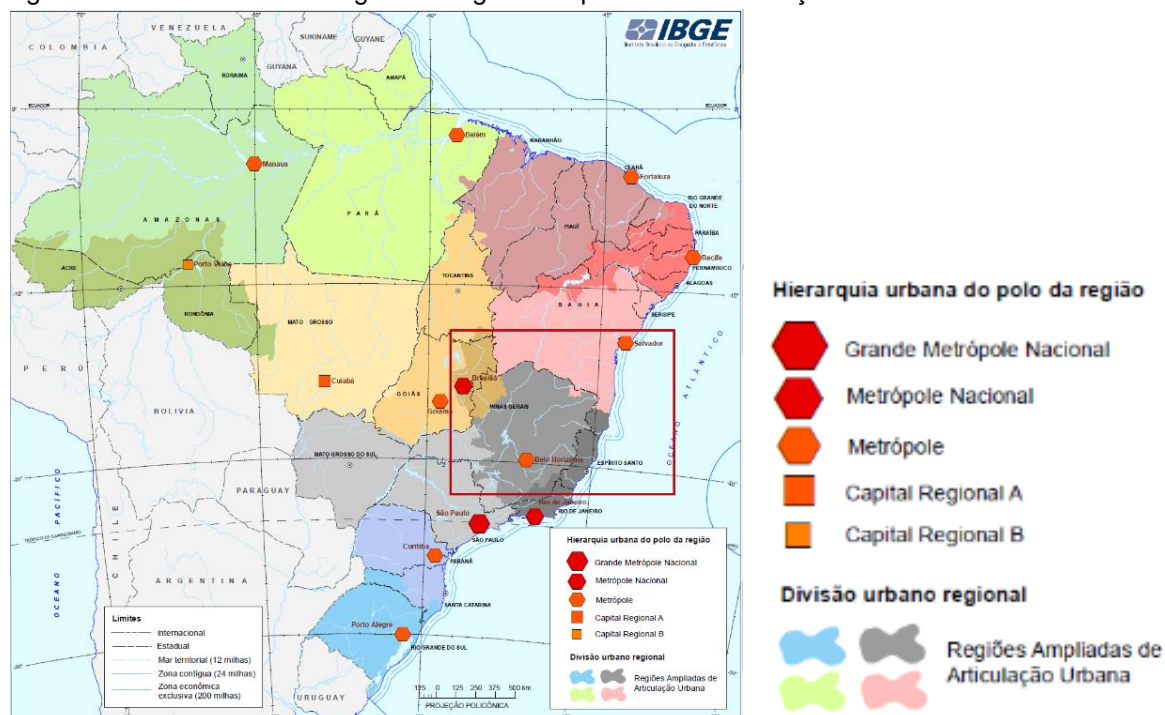
Figura 49—Mapa da região entre os Rios Mucuri e Itaúnas com a linha divisória estabelecida entre os estados (1926)



Fonte: Almeida (1978, p. 52).

A proximidade, geográfica e histórica, entre as regiões do Extremo Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo contribuíram para a estreita interação entre os centros urbanos de ambos os estados. As relações e proximidades entre as regiões ultrapassam fronteiras político-administrativas atuais, como pode ser observado pelo mapa da divisão urbano-regional do Brasil (Figura 50). No estudo, elaborado pelo IBGE em 2013, foram delimitadas 14 regiões ampliadas de articulação urbana, e também foram identificadas as cidades de influência macrorregional, como Salvador e Rio de Janeiro. Nota-se pelo mapa da Figura 50 que, mesmo atualmente, o Extremo Sul da Bahia encontra-se estreitamente articulado à região Sudeste, gerando uma continuidade regional.

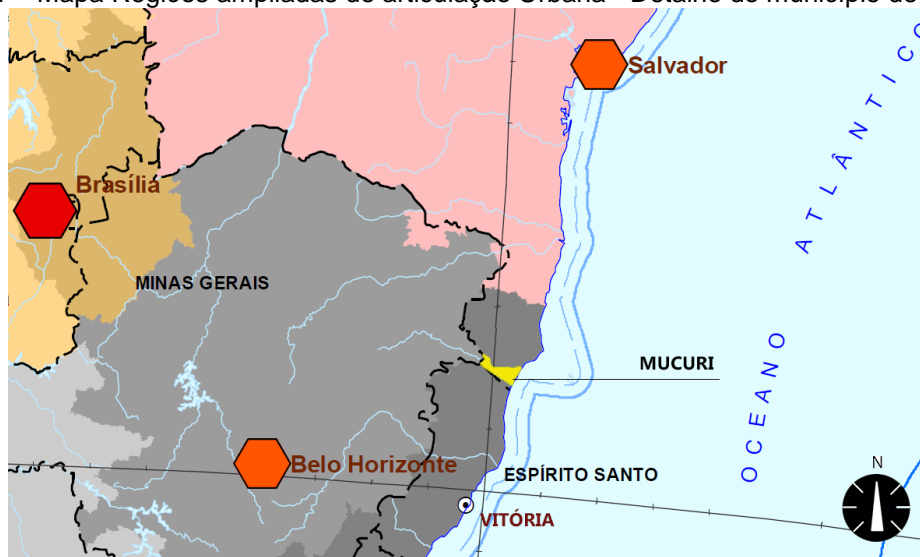
Figura 50 - Divisão Urbano regional - regiões ampliadas de articulação Urbana



Fonte: IBGE (2013) adaptado pela autora.

Na Figura 51 tem-se um recorte do mapa de Regiões Ampliadas de Articulação Urbana, evidenciando a localização geográfica de Mucuri, nessa “região cultural” que ultrapassa fronteiras interestaduais. Percebe-se que a capital mais próxima a Mucuri é Vitória, no Espírito Santo, com distância de apenas 293 Km, em contraponto à capital da Bahia, Salvador, com distância de cerca de 873 Km. Essa proximidade geográfica, entre Mucuri e Vitória, favorece a interação entre esses centros urbanos, aproximando tais regiões.

Figura 51 – Mapa Regiões ampliadas de articulação Urbana - Detalhe do município de Mucuri



Fonte: IBGE (2013) adaptado pela autora.

Considerando as regiões de influência, nota-se então, a interdependência de Mucuri, e cidades pequenas do Sul da Bahia, com a cidade de Vitória. Muitos habitantes dessas localidades, inclusive de Itabatã, costumam se deslocar para capitais vizinhas por questões de transporte, ou mesmo pelas atividades mais especializadas e diversificadas que os grandes centros urbanos podem oferecer. Assim, é comum, para o morador do Extremo Sul Baiano buscar ensino superior, serviços hospitalares de maior complexidade e realizar grandes compras, ou mesmo viagens aéreas em Vitória e Rio de Janeiro.

Nesse sentido, é interessante lembrar a proposta de Brandão (2007) que defende maior integração nacional, de modo a considerar as regiões e suas articulações concretas, e não apenas as divisões político-administrativas. Portanto, as similaridades do Extremo Sul Baiano com o Norte Capixaba poderiam ser melhor aproveitadas para um desenvolvimento regional mais integrado. Entretanto, dada a divisão político-administrativa e as disputas inter-regionais, a integração efetiva de muitos territórios pelo Brasil parece ainda distante.

A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ITABATÃ



Cidadezinha qualquer

*Casas entre bananeiras
mulheres entre laranjeiras
pomar amor cantar.*

*Um homem vai devagar.
Um cachorro vai devagar.
Um burro vai devagar.
Devagar... as janelas olham.
Eta vida besta, meu Deus.*

Carlos Drummond de Andrade
Alguma poesia (1930)

4. A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ITABATÃ: DO POVOADO RURAL AO DISTRITO URBANO

No processo de formação territorial de diversas cidades brasileiras é notável a influência dos meios de produção e de transportes na configuração do espaço ao longo do tempo, e no caso em estudo não é diferente. Desde o período colonial, as cidades litorâneas originadas pela colonização, frequentemente se sustentaram nos portos, utilizando-se como transporte os barcos e navios, e como via de locomoção os rios. De acordo com as informações dissertadas anteriormente, no município de Mucuri, antiga Vila de São José de Porto Alegre, o porto e o Rio Mucuri eram fundamentais para a conexão da vila às demais regiões brasileiras. Posteriormente, as linhas férreas desenvolveram-se, conectando núcleos urbanos e regiões, como foi o caso da “Baiminas”, no século XIX. Com o passar do tempo, outros meios de transporte foram desenvolvidos, e o asfalto ampliou as possibilidades de locomoção. Assim, o automóvel passou a ser utilizado em ampla escala na região, especialmente a partir de meados do século XX.

Com a sociedade cada vez mais globalizada, a crescente valorização do carro, aliada à forte propaganda, estimulou a procura por veículos motorizados e mais velozes. Isso provocou mudanças nos meios de locomoção, nas estruturas sociais e urbanas. Com o automóvel, as pessoas puderam habitar áreas mais longínquas, estimulando a dispersão populacional, e fomentando o crescimento de novos núcleos urbanos, sobretudo às margens de grandes rodovias, como o caso de Itabatã na BR-101.

4.1. A GÊNESE DE ITABATÃ (MEADOS DE 1960 A 1972)

A singular origem de Itabatã (BA) remonta à década de 1960, quando é iniciada a construção da rodovia BR-101 na região “transfronteiriça” entre o Extremo Sul da Bahia e o Norte do Espírito Santo. Nesse período de gênese do território, são registradas as primeiras ocupações, e os impactos com a construção da BR-101.

4.1.1. A rodovia BR-101, elemento embrionário de Itabatã

A rodovia federal BR-101, denominada oficialmente de Rodovia Governador Mário Covas, teve sua construção iniciada na década de 1950, sendo realizada pelo Exército Brasileiro. Assim como muitas estradas pelo Brasil, levanta-se a hipótese de que esse importante eixo rodoviário tenha sido originado a partir de rotas indígenas, criadas antes mesmo da chegada dos portugueses. Nessa perspectiva, autores como Sérgio

Buarque de Holanda (1994) e Gloria Kok (2009) afirmam que, os “caminhos de terra” e “os caminhos de mar” já existiam no período colonial e imperial do Brasil (BOTECHIA, 2017, p. 10). Em vista disso, acredita-se que os portugueses podem ter usufruído de alguns dos caminhos previamente criados pelos povos nativos, para, assim, interligarem as províncias. Principalmente no contexto do Extremo Sul da Bahia, território que historicamente apresentou dificuldades à abertura de estradas pelos colonizadores, conforme dissertado no capítulo anterior.

No período imperial, há referências à chamada “Estrada Geral da Costa”, tanto em cartografias da época quanto nos Relatórios de Presidentes da Província, mas não há registros de quando a estrada foi construída (BOTECHIA, 2017). É provável que trechos da rodovia BR-101 tenham sido originados a partir dessa estrada interprovincial. Esta seguia junto à costa marítima, ou em suas proximidades, conectando as Capitânicas do Rio de Janeiro à Bahia, conforme relatado pelo Governador Francisco Alves Rubim (1812-1819). O Governador também informa a respeito das distâncias entre as povoações ao norte da Capitania do Espírito Santo, e a Capitania da Bahia:

Da povoação de Linhares à barra do Rio Doce, na margem do Norte, tem 8 legoas; 1 legoa acima se acha estabelecido com lavouras, e gado Antônio José Martins, homem branco, casado, com uma família de 16 pessoas: da casa d’este segue pela costa do mar a estrada geral d’esta Capitania para a Bahia [...] (Rubim, 1840/2003, p. 17) .

A rodovia BR-101 se inicia no Rio Grande do Norte, chegando até o Rio Grande do Sul, paralela a quase todo o litoral leste do país (Figura 52). A rota da atual estrada conecta diversas regiões brasileiras, como ocorre no trecho de Itabatã, passagem da região Nordeste à Sudeste. Logo, o distrito de Itabatã está inserido no trecho Rio-Salvador, que começou a ser construído ainda na década de 1950, e finalizado ao final da década de 1960, quando o Brasil já estava sob o regime ditatorial. Nesse período, haviam chegado no Extremo Sul da Bahia as grandes madeireiras, com técnicas modernizadas para a extração de madeira em maior escala. Ao mesmo tempo, desenvolvia-se a atividade pecuária, iniciando o processo de concentração fundiária na região.

Figura 52 - Mapa de extensão da rodovia federal BR-101



Fonte: SOARES et al., 2018, p. 194.

Para recompor a narrativa histórica da formação territorial de Itabatã, relacionada à construção da rodovia BR-101, foi necessário também resgatar legislações e dados históricos do IBGE sobre municípios vizinhos, como Pedro Canário (ES) e Posto da Mata (BA). Dessa maneira, constatou-se que a empreiteira encarregada de construir o trecho São Mateus-ES/Mucuri-BA chegou ao povoado de Pedro Canário em 1957. Nessa época, Pedro Canário era referência, e ponto de parada, para caminhoneiros e viajantes a caminho de Nanuque (MG). O trecho de São Mateus até o início do município de Mucuri foi concluído em 1962. Por isso, estima-se que a construção do trecho seguinte, onde se insere o atual distrito de Itabatã, tenha ocorrido próximo a essa data, ou seja, em meados da década de 1960. A respeito da construção da rodovia federal, tem-se o seguinte relato:

Em 1967 começaram a fazer a terraplenagem [...] e também logo a primeira ponte do Rio Mucuri. Primeiro construiu uma de madeira, *(que teve)* a duração de 20 anos; pra poder também construir a outra *(ponte)*, pra navegar né [...] E aí, surgiu a notícia de que ia fazer uns comércios aqui, em Itabatã (NASCIMENTO, Entrevista, 2018).

Nesse relato, declara-se que havia uma modesta ponte de madeira sobre o Rio Mucuri, entretanto, sua altura dificultava as navegações. Sendo assim, foi necessário construir uma segunda ponte sobre o Rio Mucuri, de estrutura mais elevada, que atualmente integra a rodovia BR-101. Ambas pontes são exibidas na fotografia da Figura 53, a antiga em madeira (à esquerda), e a mais recente em concreto (à direita).

Figura 53 - Fotografia da antiga ponte de madeira sobre o Rio Mucuri, início da década de 1970



Fonte: Wesley Lima (morador entrevistado).

Antes da construção da rodovia BR-101, os moradores contam que havia uma estrada de chão, e o acesso de automóveis à localidade onde surgiria Itabatã era custoso, pois não havia ao menos um ponto de ônibus intermunicipal. Em razão disso, as pessoas precisavam ir a outras localidades como Posto da Mata (BA), ou Pedro Canário (ES), para pegar o transporte intermunicipal.

Sendo uma obra de grande impacto, mesmo nesse momento inicial de abertura da rodovia, em meados de 1960, são evidentes as transformações na paisagem da região. Para a construção da BR-101, as empreiteiras contratavam muitos trabalhadores, que permaneciam por um tempo nas localidades dos trechos em

construção. Essa permanência, mesmo que temporária, provavelmente teria alterado a dinâmica do local, antes praticamente isolado. Nesse período, segundo relatos do Frei Ronaldo Zwinkels: “[...] o local transformou-se num pátio de máquinas, e a concentração de trabalhadores da importante estrada fazia com que o povoado aumentasse para um total de aproximadamente 1.000 habitantes” (CARVALHO e COELHO, 2011, p. 20). É importante informar que, em 1950 a sede de Mucuri, principal aglomeração urbana, tinha apenas 402 habitantes (SEI, 2012, p. 57). Esse dado deixa evidente a dimensão do impacto produzido com a chegada de cerca de 1.000 trabalhadores, provocando outra dinâmica nos povoados e localidades ao longo da rodovia em construção.

4.1.2. O primeiro morador e as primeiras residências

Em 1967, quando o trecho da BR-101 estava em construção no município, foi registrada a edificação da primeira residência em Itabatã, erguida em um espaço ainda inabitado, há cerca 40 km da sede litorânea de Mucuri, segundo notícias locais. A primeira, de muitas outras casas a serem construídas posteriormente, no povoado que estava se formando, foi a residência do Sr. Rael Lopes Pereira e seus familiares. Portanto, o Sr. Rael é reconhecido como primeiro morador do distrito; em função disso, atualmente, existe na câmara municipal o projeto de Lei Nº 021/2013, que nomeia um logradouro público com seu nome, no intuito de prestar homenagem a esse pioneiro morador de Itabatã. Não há qualquer registro, nem mesmo menção pelos entrevistados, de ocupação antes dessa mencionada. A investigação apresentada no capítulo anterior, referente ao passado da região em que Itabatã se insere, também não revelou qualquer informação a respeito dessa localidade antes da construção dessa primeira residência. Por esse motivo, levanta-se a hipótese de que até 1967, a localidade de Itabatã não era ocupada de forma permanente, visto que nem mesmo nos mapas históricos há registro de ocupação na localidade.

No ano de 1968 a localidade apresentava apenas quatro casas, uma delas do Sr. Clemente Neto, conhecido como Seu Quelé, que na entrevista relembrou como era o povoado. Nesse mesmo ano, outros moradores chegaram à localidade, dentre eles, o Sr. Dionísio (5º morador), natural de Nanuque (MG), que trabalhou como mascate e posteriormente fotógrafo. Meses depois, chegou a família da Dona Ieda Caribé dos Santos e do Sr. Ulisses Ferreira dos Santos. Naturais de Jequié (BA) e Jitaúna (BA), respectivamente, desde que se mudaram para Itabatã eles residiram no mesmo lugar.

O Sr. Ulisses (falecido em 2017, cinco meses antes das primeiras entrevistas) já havia trabalhado no ramo farmacêutico; em 1968, a família decidiu, então, estabelecer um comércio no local para venda de produtos diversos, principalmente medicamentos.

A modesta farmácia foi muito benéfica para a localidade, ainda sem infraestrutura urbana, e com apenas seis famílias. Sobre esse fato, a Sra. Iêda Dos Santos reconta: “[...] nós viemos para o povoado, já tinha cinco casinhas. Aí eu e meu esposo tinha uma farmaciuzinha em Posto da Mata, e aí ele veio de lá pra’qui. Abriu o comércio, aqui mesmo nesta avenida [...] aí foi aonde nós compramos esse sitiozinho, e ficamos aqui.” (DOS SANTOS, Entrevista, 2017).

Os mapas elaborados a partir dos relatos ajudam na construção da narrativa histórica desse território. Conforme retratado no mapa referente ao final da década de 1960 (Figura 54), o trecho da rodovia BR-101, onde hoje é Itabatã, já estava em construção, e no local havia poucas casas, restritas a uma das margens da rodovia.

As vias (forma urbana) foram utilizadas para nortear a investigação acerca do processo de crescimento e urbanização de Itabatã, visto que as mesmas são os elementos mais longevos. Sendo assim, deve-se ponderar que, em comparação ao processo de ocupação e construção das residências, a criação das vias ocorreu de modo mais acelerado, pois estas eram definidas inicialmente, ainda no loteamento.

Após as primeiras ocupações, o pequeno conglomerado contava com algum comércio local; capela para práticas religiosas; e um salão alugado onde eram lecionadas aulas de alfabetização, sendo que em todo o município havia apenas nove professores, aproximadamente. Nos depoimentos acerca desse momento inicial, são frequentes os termos “sapê” e “capoeira” pelos entrevistados, que enfatizaram a expressiva vegetação e cursos d’água, como pequenos rios e uma lagoa que havia em Itabatã, indicados na Figura 54. A partir das histórias orais, torna-se evidente a relação de proximidade entre Itabatã e as localidades vizinhas, desde o norte do Espírito Santo ao nordeste de Minas Gerais. E muitos percursos entre localidades eram realizados a pé, ou com animais de carga.

Os relatos revelam detalhes de uma paisagem do passado, marcada por forte aspecto rural:

Sempre eu saía pra caçar... mexer com gado por aqui, na época (1964) não tinha cento e um não (*a rodovia*), era mata né?! Itabatã se chegasse aqui cê nem ia falar quê que era não, era mata pura [...] Eu morei lá no começo [...]

Então naquele tempo eu cheguei pra aí não tinha nada, certo?! Era mata e tinha umas casinhas cabrolando às vezes, umas casinhas de tábuas, de barraca de palha. [...] esse riozinho aqui ó, que passa aí, isso era muita água (NETO, Entrevista, 2018).

[...] quando eu cheguei aqui na cidade (1968), só tinha quatro famílias, o Sr. João Alvez Correia, Érick Batista, Tecílio Pereira e o Sr. chamado de Lisberto. [...] Quando eu cheguei, completei a 5ª família [...] O que cê pensar aí tudo era mato, tudo! Só tinha mesmo essas quatro casinhas lá embaixo, essas quatro famílias, e em volta vizinhos né. Mas aqui (em relação ao atual centro), tudo que cê pensar aqui, tudo era mato né. O povo transportava madeira, fazia transporte e tirava riqueza desse meio aqui" (NASCIMENTO, Entrevista, 2018).

Figura 54 - Mapa retratando as primeiras ocupações e elementos de Itabatã, em 1968



Fonte: Própria autora

Dessa maneira, as primeiras casas do povoado concentravam-se à margem da rodovia BR-101, demarcando uma localidade com pequenos comércios de apoio aos que passavam pela rodovia. As edificações geralmente eram feitas de adobe ou também palha, pela facilidade de autoconstrução e de aquisição dos materiais. Comenta-se nas entrevistas que a localização das primeiras casas ocorreu em função da topografia do terreno, que nessa área encontrava-se no mesmo nível da rodovia BR-101, facilitando o acesso por automóveis.

São escassas as informações a respeito das primeiras terras ocupadas, à margem da rodovia BR-101, pois os primeiros moradores são falecidos, e não puderam ser entrevistados. Algumas pessoas que chegaram em Itabatã posteriormente, na década de 1970, mencionaram que essas propriedades seriam terras devolutas⁵. Como não foi possível a entrevista com o primeiro morador, ainda é imprecisa a informação sobre os proprietários originais dessa terra, onde surgiram as primeiras residências. Todavia, a localização à margem da rodovia pode ser um indício de que elas seriam, de fato, terras devolutas. As demais propriedades do entorno pertenciam a fazendeiros, alguns deles mencionados pelos entrevistados, conforme tratado no próximo subcapítulo.

Nesse período de gênese, utiliza-se a o termo “povoado” para caracterizar a localidade de Itabatã. Isto porque, conforme disserta Maia (2009), os “povoados” apresentam pouca capacidade em suprir as necessidades de seus habitantes, carecendo de produtos e serviços básicos. E, considerando que no início da década de 1970, Itabatã carecia de comércios e serviços para atender aos moradores, pode-se atribuir à localidade o termo “povoado rural”, em referência às suas primeiras ocupações.

4.2. AS PRIMEIRAS EXPANSÕES TERRITORIAIS (1973 A 1984)

Nesse período ocorreram mudanças cruciais para a expansão do povoado, processo até então caracterizado pela participação social. O desenvolvimentismo marcava o cenário brasileiro, repercutindo na localidade. Fatos inusitados são recontados pelos moradores, que esclarecem antigas denominações que Itabatã havia recebido.

⁵ De acordo com o Art. 5º do Decreto-Lei n.º 9.760/46, são devolutas "as terras que, não sendo próprios nem aplicadas a algum uso público federal, estadual territorial ou municipal, não se incorporaram ao domínio privado", isso por motivos variados.

4.2.1. A inauguração da rodovia federal BR-101

De acordo com os relatos e registros históricos, a inauguração da rodovia BR-101 no trecho de Itabata ocorreu em abril de 1973. Nesse ano, a localidade era habitada por apenas 18 famílias, que ocupavam uma das margens da BR-101. Quanto a esse momento, os moradores relatam a precariedade e a ínfima dimensão do lugar:

Itabata tinha, acho que, cinco ruas e três serrarias [...]. Esse espaço aqui mesmo, isso aqui era tudo mata (*entorno na Praça João Carletti, no atual centro*). Tinha um rio, esse rio grande no fundo (LIMA, Entrevista, 2018).

Era um pequeno povoado à margem da “cento e um” (BR-101), não tinha luz elétrica, era tudo no escuro; não tinha pavimentação, as ruas eram umas vielazinhas (*vielas*), uns bequinhos (*becos*), era tudo bem pacato mesmo né (PUREZA, Entrevista, 2018).

Fotografias da inauguração da BR-101, em trechos próximos ao Sul da Bahia, auxiliam na recomposição histórica desse território. Como exemplo, é apresentada a Figura 55, com uma fotografia de 1972, que retrata a inauguração da rodovia federal BR-101, no trecho ao Norte do Espírito Santo.

Figura 55 - Fotografia da inauguração do trecho João Neiva-Linhares, da rodovia BR 101, ao Norte do Espírito Santo (1972)



Fonte: Ronald Mansur, em 'Vitrine Capixaba'.

Nota-se que a BR-101 foi um evento impactante para o Brasil, que parou para acompanhar a inauguração desse eixo rodoviário, relevante para a conexão das regiões do país. A rodovia significava o avanço do governo brasileiro que, naquele contexto, pregava fortes ideais de progresso e nacionalismo, reflexos do regime militar vigente desde 1964.

Esses primeiros fatos investigados permitem constatar que, o advento da BR-101 na década de 1960 constitui-se no propulsor inicial de Itabatã, pois a rodovia facilitou o acesso à localidade, até então inabitada. Nota-se ainda que mesmo durante a sua construção, a rodovia já vinha estimulando a permanência de pessoas. Estas perceberam o potencial desse local, com a melhoria de acesso e a existência de extensas terras, onde havia a possibilidade de construir suas residências, e também pequenos comércios à margem da BR-101.

Em relação às mudanças com a inauguração da rodovia BR-101, relata-se que:

[...] na época a região aqui era muito desvalorizada, as terras né, quase ninguém conhecia. E com a abertura, o aprimoramento, aperfeiçoamento e, aliás, a construção da BR-101, o asfaltamento, aí abriu o caminho. Várias pessoas do Espírito Santo, de todas regiões vieram pra cá, então vieram japoneses, vieram pessoas com serrarias pra explorar madeira nativa, depois plantio de mamão, de abóbora, de melancia, melão [...] (PUREZA, Entrevista, 2018).

Segundo os moradores, em 1973 também foi inaugurado o asfalto da rodovia estadual BA-698, que liga a BR-101 ao município de Nova Viçosa, passando por Mucuri. De aproximadamente 35 km, essa rodovia melhorou a ligação da BR-101 à sede mucuriense no litoral, e facilitou o acesso por asfalto às praias de Mucuri e Nova Viçosa. Portanto, após a construção dessas rodovias, o Extremo Sul da Bahia e, também, Mucuri, tornaram-se melhor conectados a outras regiões e municípios do Brasil, principalmente da Região Sudeste.

A partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do Governo Geisel, na década de 1970, foi iniciada a implantação de indústrias voltadas à produção de papel e celulose no Norte do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia (ROCHA, 2002), especialmente após o aprimoramento da infraestrutura rodoviária. Segundo o mesmo autor, as plantações de eucalipto nas proximidades de Mucuri foram iniciadas em meados de 1970, pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que até 1978 plantou aproximadamente 35 mil hectares de eucalipto nessa área.

Além dos incentivos fiscais para tais atividades, também foram utilizados outros mecanismos para sua efetivação. Conforme relatam documentos da época: “A etapa de obtenção de terras é tão essencial ao êxito do projeto que o Governo deverá concentrar nela todos os esforços, utilizando meios objetivos e realistas, inclusive desapropriação” (CDE 1974, p. 43 apud ROCHA, 2002, p. 6). Dessa forma, o governo estava disposto, a todo custo, a incentivar a atividade florestal na região, mesmo que

para isso fosse necessária a desapropriação de terras. Como resultado desse desenvolvimento do capital industrial a todo custo, fomentou-se a expansão desmedida das plantações de eucalipto na região.

Fernandes (1999, p. 39) assevera que também na década de 1970, “os governos militares implantaram um modelo econômico de desenvolvimento agropecuário que visava acelerar a modernização da agricultura com base na grande propriedade”. Esse novo modelo pautava-se, sobretudo, no sistema de créditos e subsídios, o que ocasionou mudanças significativas para a agricultura familiar, pois aumentou as áreas de monoculturas.

A desapropriação das terras acarretou em graves conflitos nas décadas seguintes, envolvendo principalmente organizações camponesas, grupos indígenas e fazendeiros. Esses processos evidenciam o caráter desenvolvimentista que predominava no Brasil na década de 1970. Apesar da repressão militar, a luta pelo direito à terra continuou, e em 1979, foi esboçado o nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esse movimento de ativismo político-social, muito presente no Extremo Sul baiano, foi fundado oficialmente na década seguinte, em 1985, quando ocorreu seu Primeiro Encontro Nacional (FERNANDES, 1999).

4.2.2. Os primeiros loteamentos e avenidas no povoado “Jegue Assado”

Em 1973, após a inauguração da rodovia federal BR-101, ocorreram outros fatos, porém de escala local, que também foram cruciais para a consolidação de Itabatã. Nesse ano, o Sr. Ary Gonçalves de Souza, proveniente de Águas formosas (MG), tomou posse como prefeito de Mucuri. De acordo com as notícias do município, durante seu mandato, ele inaugurou as primeiras escolas, e levou os primeiros médicos para Mucuri.

Também em 1973, mudou-se para a localidade o Sr. Firmino Griffio Ribeiro, conhecido popularmente como Seu Tixa; ele é considerado por muitos o “pai de Itabatã”, sendo mencionado por todos os participantes desta pesquisa. O Seu Tixa é natural do município de Brejetuba, Espírito Santo, de uma família de agricultores de café. Em 1961 ele se mudou para Barra de São Francisco (ES), onde aprendeu a datilografar trabalhando e auxiliando seu pai no cartório eleitoral do município. No ano seguinte, seu pai foi convidado a ser secretário da Prefeitura Municipal de Mucuri; nesse mesmo ano, Seu Tixa transferiu-se para o município, onde foi nomeado auxiliar de

contabilidade da prefeitura. Em seguida, conseguiu negociar terras e permanecer na Sede de Mucuri que, segundo ele, apresentava menos de 500 casas.

Apesar de sua vontade em permanecer na Sede municipal, ele aspirava por melhores condições de vida. Deste modo, questões financeiras e a possibilidade de conseguir um emprego melhor impulsionaram sua transferência. Em setembro de 1973, o Seu Tixa mudou-se para a localidade do atual distrito de Itabatã, onde abriu um cartório de registro civil. Em relação à década de 1970, quando passou a morar em Itabatã, o Seu Tixa relata suas primeiras impressões do lugar:

A primeira impressão foi a seguinte, primeiro que eu cheguei, eu não tinha as mesmas amizades, o local era limitado, com poucas famílias, a amizade aqui que eu tinha era com o Antônio João Carletti, e os outros foram tudo que eu fui conquistando depois. Eram 18 famílias, e eu fui a 19ª família a chegar aqui, mas já conhecia o Seu Ulisses Ferreira Dos Santos, Dona Iêda Caribé dos Santos, que é a Dona Lorinha, já conhecia Dionísio Bento do Nascimento [...] (RIBEIRO, Entrevista, 2017).

Esse momento inicial de Itabatã não apresenta muitos registros, principalmente fotográficos. Pelo levantamento realizado, a fotografia mais antiga de Itabatã corresponde à Figura 56, que pertence ao Seu Tixa, e remonta à década de 1970.

Figura 56 - Fotografia mais antiga de Itabatã (meados de 1970)



Fotografia: Firmino Ribeiro.

A data da fotografia é imprecisa, mas informou-se que tenha sido realizada em meados de 1970. Apesar da pouca legibilidade, a imagem permite uma visualização aproximada da espacialidade de Itabatã na época, em uma zona mais afastada do seu local de gênese. A vista apresentada é do antigo campo de futebol, onde

atualmente há o hospital São José. Observa-se uma paisagem pouco habitada, são identificadas poucas casas. Destacam-se os extensos pastos e, ao fundo, algumas plantações de eucalipto.

Durante a construção da BR-101, enquanto eram realizados os serviços de terraplenagem, a localidade de Itabatã era conhecida por outros nomes, como por exemplo “Ribeirão”, “Jegue Assado”, ou conforme também mencionado por outros moradores, “Pela Jegue”. Esse nome inusitado remete a uma história local contada pela maioria dos moradores entrevistados. Segundo eles, com a construção da rodovia BR-101, um jegue foi atropelado na localidade. O animal ficou abandonado próximo à rodovia, e devido ao mau cheiro, decidiram então queimá-lo. Esse fato tornou-se referência para as pessoas que passavam pela rodovia e paravam no local, que então, começou a ser chamado de “Jegue Assado”. Apesar de incomum, por algum tempo, essa foi a referência utilizada para Itabatã, sendo o fato muito comentado ainda na atualidade.

A rodovia BR-101 melhorou o acesso ao local, mas também desencadeou consequências negativas para as pessoas do povoado, pois eram frequentes os atropelamentos causados por automóveis em alta velocidade. O caso citado, que deu o nome de referência a Itabatã, foi apenas um dos exemplos, dentre outras situações relatadas pelos moradores. Além disso, a atração de empresas e indústrias acentuou a extração dos recursos naturais na região, sendo essa outra consequência negativa, a partir da inauguração da rodovia.

Em relação à toponímia de “Itabatã”, a origem e evolução do nome é bastante peculiar, e apresenta duas versões. A primeira foi contada pelo Seu Tixa, e confirmada por outros moradores entrevistados. Segundo o relato, em 1972, um pastor chamado Jalmir de Oliveira, que atuava em Posto da Mata e também em Itabatã, decidiu alterar o nome do povoado. Ele considerava o nome “Jegue Assado” depreciativo para o lugar, e então resolveu criar outra denominação. O Seu Tixa narra que, ao questionar o porquê do nome “Itabatã” ao pastor: “Ele disse a mim que foi baseado na cidade de ‘Taba’ do velho testamento da bíblia, e na tribo de ‘Dã’, das doze tribos de Israel. Aí ‘Tabadã’, não dava. Aí ele preferiu outro nome, colocou Itabatã, daí que surgiu.” (RIBEIRO, entrevista, 2017).

Nessa versão, tem-se “Itabatã” como um nome elaborado, de natureza bíblica, que remete a uma cidade do Egito e a uma antiga tribo de Israel. Apesar dessa crônica

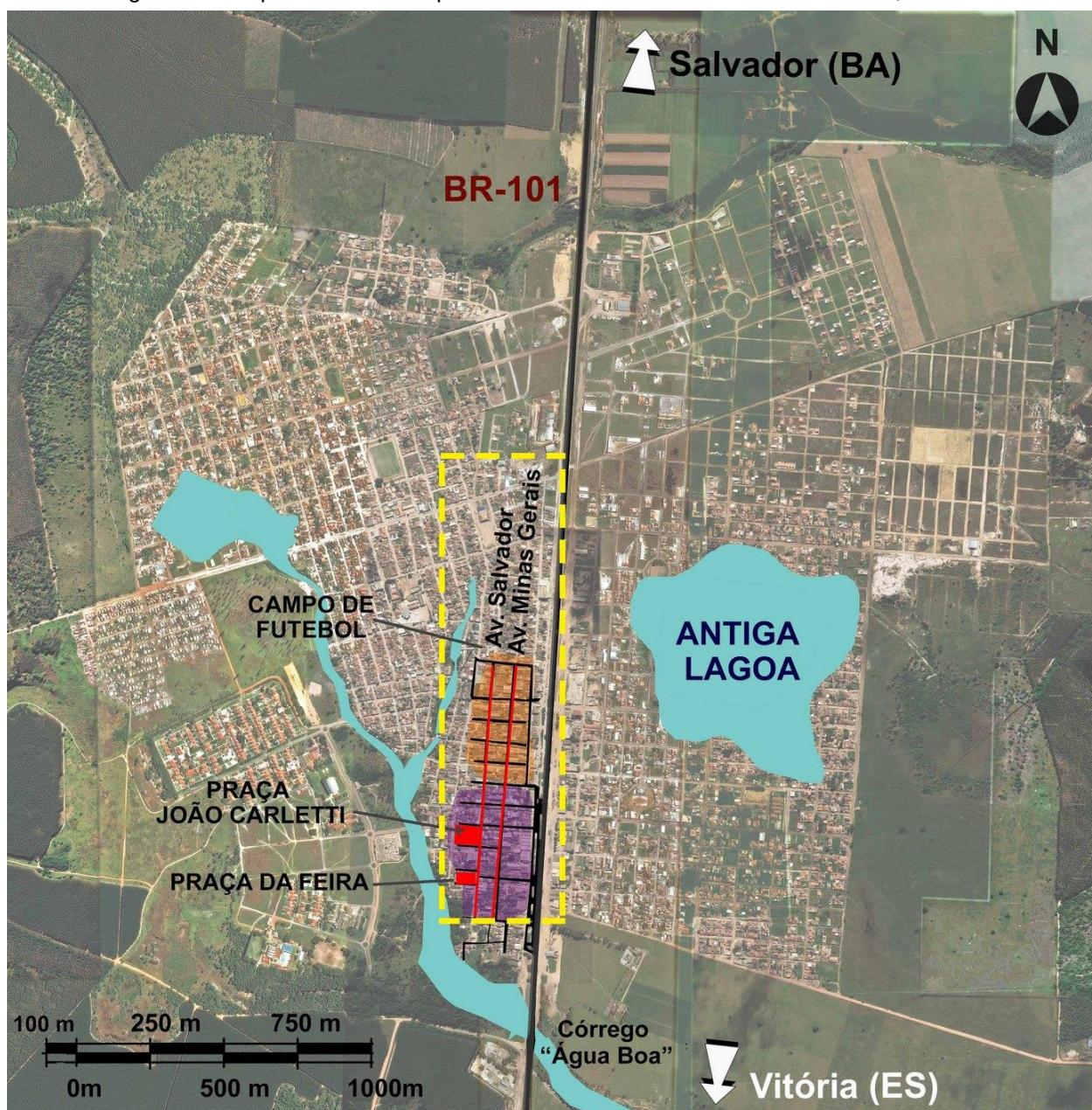
contada, relativa à década de 1970, o nome “Itabatã” foi oficialmente reconhecido apenas em 1999, por um projeto de Lei municipal. Com o projeto de lei, confere-se uma nova versão ao significado desse nome, que passou então a ser relacionado ao tupi-guarani, e a outras expressões afro-brasileiras, como será comentado posteriormente.

Segundo os relatos do Seu Tixa e Sr. Ary de Souza, até 1974 uma grande área do atual distrito de Itabatã era uma fazenda, que pertencia ao Sr. José Serra, de Nanuque (MG), sobretudo as áreas do atual centro. Porém, a construção da BR-101 provocou a divisão dessa propriedade rural, remanescendo uma porção menor, que futuramente seria parte do núcleo urbano. Esse fragmento da propriedade do Sr. José Serra está destacado pelo retângulo tracejado no mapa da Figura 57, que retrata a expansão territorial de Itabatã em 1975. A propriedade correspondia a uma área linear, que abrangia um antigo campo de futebol, finalizando onde, anos depois, seria a Avenida Marieta Gazzinelli. Ainda de acordo com as informações do Seu Tixa, após a passagem da rodovia BR-101:

[...] a propriedade de José Serra era, a maior parte dela, toda do lado direito (*atual bairro Cidade Nova*); só ficou uma parte pequena à margem esquerda de quem vem de Vitória para Salvador. [...] Era uma linha reta, isso dali pra cá [...]. Mas esse Rael (*o primeiro morador*), vendo que havia essa sobra, ele chegou a requerer no Estado esse terreno, e vendeu 2 alqueires dessa área a Antônio João Carletti (SR. FIRMINO GRIFFO RIBEIRO, 2017).

Dessa forma, a cisão da propriedade, gerada pela construção da rodovia BR-101, favoreceu a obtenção de quase metade desse terreno residual pelo Sr. Antônio João Carletti, capixaba das proximidades de Pinheiros e Boa Esperança, região Norte do Espírito Santo. Em posse dessas terras ele decidiu então, juntamente com o Seu Tixa, entrar em contato com o prefeito da época, o Sr. Ary de Souza, que em 1973 havia sido eleito em oposição ao Seu Tixa. Juntos conversaram com o Sr. Ary para realizar o loteamento do atual Centro, no qual foram doados cerca de 1.200 lotes, segundo o ex-prefeito. Até então, a iluminação no município era por candeeiros. Assim o Sr. Ary também implementou a energia a motor e, junto ao Seu Tixa, buscou apoio da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) para realizar o asfalto da rodovia BA-698, inaugurada em 1973 conforme já mencionado. Após a reunião com a diretoria da CEPLAC, em Itabuna, eles conseguiram arrecadar verbas para o asfalto. Conta-se que, antes da rodovia, gastava-se até dois dias para chegar em Mucuri.

Figura 57 - Mapa retratando os primeiros loteamentos e avenidas de Itabatã, em 1975



Fonte: Própria autora

No momento da doação dos lotes, o Sr. Carletti já havia falecido, e alguns de seus familiares tentaram impedir que a terra fosse doada. Em seu relato, o Seu Tixa afirma: “quando o pessoal veio pegar os lotes, o Antônio já tinha morrido, juntou os sobrinhos dele, e Manoel Carletti não deixou o pessoal ocupar” (RIBEIRO, Entrevista, 2017). Nesse contexto, é relatado que algumas pessoas criticaram a decisão de doar os lotes, alegando que tal doação em uma localidade tão precária poderia causar muitos outros problemas socioeconômicos. Pela perspectiva atual, essa decisão em doar os lotes em uma localidade, até então, com menos de 20 famílias, de certa forma se

configurou em uma atitude visionária, que apesar de seus riscos, influenciou diretamente o crescimento de Itabata.

Em 1974 foi iniciado o loteamento nas áreas onde atualmente está o Centro, bairro que concentra grande parte do comércio de Itabata hoje. Segundo o Seu Tixa, as primeiras ruas a serem criadas foram a Avenida Salvador e a Avenida Minas Gerais, sendo loteadas as áreas desde onde se encontravam as primeiras ocupações. A abertura das ruas ocorreu em duas fases, indicadas em cores na Figura 57. A primeira, em lilás, foi iniciada bem próxima à linha d'água que chega até a BR-101, conhecida como "Córrego Água Boa", e nas proximidades de uma área reservada pelo prefeito para ser uma praça, que seria futuramente conhecida por Praça João Carletti.

A segunda fase do loteamento, em laranja, ocorreu por intermédio do prefeito em exercício, o Sr. Ary de Souza, que em 1974 comprou os terrenos no prolongamento das Avenidas principais, chegando até a zona da atual Avenida Marieta Gazzinelli, que era considerada o limite da localidade. Em seguida, iniciaram-se as doações dos lotes, conforme relatado:

As doações começaram na Avenida Minas Gerais, lá do início, ali se você imaginar tem a rua São Miguel, que desce lá pra o córrego, dali da São Miguel pra cá na Avenida Minas Gerais, e a Avenida Salvador, ali começaram as ocupações, e em volta da praça ali (*Praça João Carletti*). E aonde hoje é a caixa econômica, também era uma praça, que era uma feira, a feira inicial começou ali, tá certo?! Tanto que, no dia que teve a primeira feira, eu comprei umas caixas de foguetes, danei a soltar foguete, e o povo foi ver por curiosidade [...]. Aí veio a rua Amazonas, a rua Rondônia, a rua Amapá, tudo foi colocado por mim, aí na região os nomes fui eu que coloquei (RIBEIRO, entrevista, 2017).

Devido à falta de profissionais qualificados para planejar o loteamento e organizar o processo de doação dos lotes, o Seu Tixa contou com a ajuda local, sobretudo do Sr. Agenor Alexandrino dos Santos, que por isso ficou conhecido como "Agenor do lote". Segundo relatos, era disponibilizado para cada pessoa um lote, ou dois no máximo, exceto em casos que houvesse a possibilidade de construir algo maior, além da própria residência.

Com as obras do loteamento, mais trabalhadores chegaram ao local, e a possibilidade de adquirir um lote por doação atraiu a atenção de pessoas, oriundas de cidades da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. Desse modo, foi delineado um novo conglomerado humano, um povoado rural, em processo de transformação para se tornar uma vila. Apresentava poucos comércios locais, configurando-se em um

modesto entreposto comercial à beira da rodovia BR-101. Nesse momento, desenvolveram-se os espaços de encontro, que foram as praças e o campo de futebol, indicados na Figura 57. Essa pequena vila, de aspecto rural, tinha como base a agricultura familiar, especialmente a cultura do mamão, que gerava emprego e também contribuía para o comércio local, incentivando a permanência dos habitantes. Em decorrência do aumento populacional, incentivado principalmente pela oferta de lotes, emergem novas necessidades em infraestrutura, tais como educação e saúde. Desse modo, ainda em 1974 destina-se um espaço para a construção da primeira instituição educacional, o Colégio Antônio João Carletti, na área reservada à Praça de mesmo nome. Esse colégio foi inaugurado em 1975 (Figura 58), quando também foi lançada a pedra fundamental para a construção, de modo oficial, da primeira igreja católica, a Capela São Miguel (Figura 59).

Figura 58 - Inauguração da Escola Antônio João Carletti (1975)



Fonte: Ary Gonçalves de Souza (ex-prefeito).

Essa capela se localiza em frente à Praça João Carletti, e foi finalizada em aproximadamente 1979. Alguns moradores relatam que a capela anterior, construída em adobe e localizada próximo à BR-101, havia desmoronado após uma forte chuva. Assim, durante um tempo, o colégio era utilizado para as práticas religiosas, enquanto sucedia a construção da Capela São Miguel. A respeito do desmoronamento da antiga capela, os moradores relatam:

Tinha uma pequena igreja construída de adobe cru, só de terra. Até que um dia de domingo nós rezamos nela, fizemos a celebração 13h, aí fomos pra casa. Com o espaço de 2h ela veio toda abaixo, ela caiu tudo, só ficou aquele monte de taubinha e adobe cru, terra. Era próximo à BR-101[...]. Aí depois

nós ficávamos celebrando no colégio e construindo a igrejainha São Miguel (PUREZA, entrevista, 2018).

A igreja caiu, aí passamos a construir a igreja São Miguel ali ó (*ao lado da Praça João Carletti*). [...] Juntei mutirão, pegava uns couros de boi, e cavava a terra cá em cima, jogava dentro do couro de boi, puxava e aterrava lá” (RIBEIRO, entrevista, 2017).

Figura 59 – Lançamento da Pedra fundamental da primeira igreja católica de Itabatã, Capela São Miguel (1974)



Fonte: Firmino Ribeiro (Seu Tixa).

Portanto, após as expansões para o Norte, decorrentes dos loteamentos e obras públicas pelo prefeito vigente, a partir de 1975 foram construídas novas residências, estimulando pequenos comércios, especialmente ao redor da Praça João Carletti. O povoado começou então, a crescer e se transformar em uma vila. Tal vila sustentava-se da extração de madeira, apresentando cerca de 4 ou 5 serrarias, que atraíam pessoas e animavam o crescimento do conglomerado de Itabatã.

É importante mencionar que, a prática da extração de madeiras foi uma das atividades mais frequentes nos relatos dos entrevistados. Isso reflete o momento em que se encontrava o Extremo Sul da Bahia, pois na década de 1970, cresceram de modo significativo, a extração de madeira e as plantações de eucalipto na região. Esse fato pode ser também, reflexo de processos longínquos, visto que o Extremo Sul baiano foi bastante explorado para a extração do pau-brasil, no período colonial.

O crescimento constatado na década de 1970, em Itabátã, realizou-se em paralelo à BR-101, conforme representado na Figura 57, que também apresenta os elementos referenciais do lugar nessa fase de expansão territorial. Dentre os elementos principais, destaca-se a Praça João Carletti, que em 1975 era uma área livre descampada, ainda com poucas casas ao redor, sendo, o espaço, mantido até hoje, em 2018. Alguns relatos descrevem essa área da praça:

Era muito mato, muita capoeira ao redor. Tinha o colegiozinho, mas era uma areazinha que por fora tinha, ali por baixo, uma farinheira, que a gente sentia muito cheiro da fumaça da farinha (SOUZA Valmir, entrevista, 2018).

Então, na época, antes de ter essa praça, ali tinha um descampado e uma escola, e uma quadra, então eu me lembro da minha adolescência, nós jogávamos bola naquela área, a diversão era jogar bola na quadra onde hoje é a praça, e tinha uma turma que também jogava bola e jogava vôlei na área da areia lá, então não era urbanizado (GRIFFO, entrevista, 2018).

Figura 60 – Fotografia do desfile cívico à margem da rodovia BR-101 (final de 1970)



Fonte: Wesley Lima (morador entrevistado).

Fotografias da década de 1970 revelam a espacialidade de Itabátã, e os aspectos de suas primeiras residências, que emolduram o desfile cívico registrado (Figura 60). Pela imagem, observa-se o porte modesto das casas, e o material utilizado, que com frequência era a madeira ou o adobe. Em segundo plano estão as primeiras

edificações, justapostas à margem da rodovia BR-101. Logo após as residências, havia extensas áreas vegetativas, ainda não ocupadas.

Em algumas fotografias é possível também identificar o Colégio Antônio João Carletti, e sua praça, ainda que por um ângulo de visão restrito (Figura 61). A arquitetura do colégio era modesta, e apresentava uma tipologia semelhante à residencial.

Figura 61 - Colégio Antônio João Carletti (aproximadamente 1977)



Fonte: Wesley Lima (morador entrevistado).

A respeito dessas primeiras expansões territoriais e avenidas, na década de 1970, uma das moradoras relata sobre a espacialidade de Itabátã:

Era umas casinha pequenininha né, sem muro, sem cercado nenhum, tudo aí no tempo. As ruas toda cheia de mato, poça d'água, eram muitas poças d'água. Os mercados que tinha era assim... as vendinha pequenininha, porque fazer compra mesmo a gente ia fazer em Pedro Canário, Posto da Mata, principalmente em Teixeira. Pegava carro aí na pista porque não tinha rodoviária (SOUZA Valdina, entrevista, 2018).

Entre as décadas de 1970 e 1980, além do ciclo da celulose, outra atividade foi notável na região: a cultura do mamão pelos imigrantes japoneses, que se instalaram no Extremo Sul da Bahia (CERQUEIRA NETO, 2013). O Sr. Ary de Souza comenta que essa comunidade nipo-brasileira se localizava nas áreas onde atualmente está a vila residencial, construída pela Bahia Sul. Os japoneses começaram a desenvolver a agricultura, produzindo principalmente mamão, e gerando muito emprego local,

favorecendo o modesto crescimento de Itabátã. Porém, com a expansão das plantações de eucalipto, e a necessidade de novos espaços para a indústria, a comunidade japonesa deslocou-se de Itabátã. Tal comunidade é mencionada pelos moradores:

[...] tinha os japoneses que mexiam com mamão, tomate, limão. Acho que eles moravam fora e trabalhavam aqui, parece que pra lá, ali pro lado onde hoje é a fábrica né. Ali que era as roças dos japoneses (SANTOS, A.L., entrevista, 2018).

No início da década de 1980, portanto, havia em Itabátã um local de referência e de encontro social, a Praça João Carletti, cercada por casas e poucos comércios. Nesse espaço, havia também o Colégio Antônio João Carletti, e logo à frente situava-se a Capela São Miguel. Não havia hospital nem rodoviária, e as ruas não eram calçadas, mas já apresentavam energia a motor. A maior concentração de pessoas acontecia no atual Centro, e o final da vila se dava nas proximidades de um campo de futebol, onde hoje está o Hospital São José. A localidade, que antes era um grande pasto, propriedade de fazendeiros, passou a configurar-se em um vilarejo à margem da BR-101. Porém, ainda era dependente dos municípios vizinhos, como Pedro Canário (ES) e Nova Viçosa (BA), devido à carência de serviços básicos, como serviços hospitalares e comércios de maior porte. A respeito da espacialidade de Itabátã na década de 1980, um dos moradores relata:

[...] o campo (*de futebol*) já era o final da cidade, depois do campo havia algumas casas salteadas, que era um local alagadiço, tinha a zona boêmia da cidade, ao final da cidade né [...] na Marieta, mas naquela época ainda não existia a Avenida Marieta Gazineli [...]. Se não me engano, até os anos 1980 Itabátã se resumia ao que nós chamamos de Centro hoje [...] As casas eram, na sua maioria, casas humildes, muita construção de barro batido, muitas casas de madeira também, porque o primeiro ciclo de desenvolvimento de Itabátã se deu através das serrarias. (GRIFFO, Entrevista, 2018).

Eram comuns os desfiles cívicos em espaços públicos, expostos em algumas fotografias, como na Figura 62 e Figura 63. O expressivo nacionalismo apresentado nas imagens pode estar associado ao regime ditatorial, que vigorou no Brasil de 1964 a 1985. Na Figura 62, percebem-se as arquiteturas de estéticas distintas, com casas cobertas por telhas e feitas de madeira, alternadas com outras, com platibandas ocultando o telhado.

Figura 62 - Desfile cívico de 7 de setembro (início da década de 1980)



Da esquerda para direita: casas de Sr. Quelé, Sra. Lorinha, e Agenor (pai de Wesley Lima)
Fonte: Wesley Lima (morador entrevistado).

Figura 63 - Desfile cívico de 7 de setembro na Praça João Carletti (meados de 1980)



Fonte: Wesley Lima (morador entrevistado).

Figura 64 - Dança folclórica "Maculelê", em festividade na Praça João Carletti (198-)



Fonte: Wesley Lima (morador entrevistado).

Na Figura 63, tem-se outro desfile cívico, enquadrado pela Praça João Carletti. Percebe-se que não havia distinção entre o espaço livre da praça e o acesso às residências. Isso porque, as ruas e a praça não eram pavimentadas, e os acessos às casas ocorriam sem intermédio de muros ou cercas.

Além dos desfiles, também ocorriam manifestações culturais nos espaços públicos, especialmente na Praça João Carletti. Além da capoeira, que ainda hoje é praticada nesse espaço livre, também há registro de grupos culturais apresentando o “Maculelê” (Figura 64), um tipo de dança folclórica brasileira. De origem afro-brasileira e indígena, essa dança expressa uma mescla cultural, expressiva em Itabatã por seu contexto de divisa entre estados e culturas diversas. Nessa dança, batem-se os bastões ao ritmo dos atabaques, e ao som de cânticos em dialetos africanos ou em linguagem popular.

As residências que aparecem nas imagens retratam fachadas mais “modernas” em relação às primeiras edificações, como a casa apresentada na Figura 65, que remete ao estilo colonial. Esse aspecto revela parte do crescimento gradativo de Itabatã, iniciado na década de 1970, e intensificado em meados de 1980.

Figura 65 - Fotografia destacando a arquitetura à margem da rodovia BR-101 (1985)



Fotografia: Firmino Ribeiro (Seu Tixa).

Outras fotografias contribuem para retratar a espacialidade que predominava em Itabatã. A Figura 66, por exemplo, reforça o aspecto rural da localidade, pois apresenta o transporte daquela década, em carroças ou a cavalo, as fazendas do entorno e a estrada de chão. Não se sabe a data da fotografia, porém ela resgata detalhes interessantes da paisagem, ilustrando-a. Resgata um tempo em que poucos automóveis percorriam o povoado, e muitas ruas ainda não eram pavimentadas.

Figura 66 - Fotografia das áreas à margem da rodovia BR-101 em Itabatã (198?)



Fotografia: Firmino Ribeiro (Seu Tixa).

4.3. A VALORIZAÇÃO DO SOLO E A CHEGADA DO CAPITAL INDUSTRIAL (1985 A 1991)

Este período foi destacado pois nele registra-se a chegada da indústria de papel e celulose no município de Mucuri, que então passou a ser inserido em dinâmicas econômicas globalizadas. Consequentemente, novos loteamentos foram originados, porém dessa vez, as doações cederam lugar para a venda pelas imobiliárias. Começou, a partir de então, a valorização e especulação do solo em Itabatã.

4.3.1. Obras em infraestrutura e novos bairros: Bela Vista e Gazinelândia

A partir de 1983, Itabatã passou por significativas mudanças na política e em infraestrutura, que proporcionaram um novo impulso para o crescimento socioeconômico do município de Mucuri e suas localidades. Foi iniciado o mandato da Sra. Marieta de Azevedo Gazzinelli (Figura 67), primeira mulher a assumir a Prefeitura Municipal de Mucuri, e até o momento a única. Atuou como educadora, e conquistou o apoio popular consolidando sua liderança política. Os moradores contam que Marieta Gazzinelli morava em Salvador, e após casar-se com o Sr. Raul Gazzinelli, transferiu-se para Mucuri. Após várias tentativas para se eleger, venceu as eleições em 1982.

Figura 67- Dona Marieta Gazzinelli com políticos eleitos em Mucuri (1986)



Fonte: Iêda dos Santos (moradora entrevistada).

Segundo o Seu Tixa, que foi assessor e coordenador de campanha da Sra. Marieta, em seu mandato (1983-1988) ela elaborou um programa de governo no qual foram previstas, dentre outras obras, a criação do Terminal Rodoviário de Itabátã (Figura 68), inaugurado em 1985. Esse terminal rodoviário melhorou o acesso dos ônibus a Itabátã, pela rodovia federal, e nele foram alocados bares, lanchonetes, posto dos Correios e um posto telefônico. Durante o mandato, também ocorreu a construção do Hospital São José (Figura 69). Essas mudanças foram cruciais para a comunicação de Itabátã com as centralidades urbanas de outros estados, especialmente Minas Gerais e Espírito Santo.

Figura 68 – Fotografia do Terminal Rodoviário de Itabátã recém construído (1985)



Fonte: Firmino Ribeiro (Seu Tixa)

Figura 69 - Construção do Hospital são José (198-)



Fonte: Wesley Lima (morador entrevistado).

Observa-se pela Figura 69 que, durante a construção do hospital, o entorno dessa área estava ocupado por poucas residências, e representava a zona limítrofe da vila (final das Avenidas Salvador e Minas Gerais). Segundo os relatos, o hospital São José foi resultado de uma campanha local, comandada principalmente pelo Seu Tixa e o Sr. Carlos de Souza, conhecido como “Tazinho”. Para concretizar a construção do hospital, houve a parceria entre produtores de mamão, fazendeiros e comerciantes, que realizaram doações. Não se sabe a data exata, mas estima-se que a obra tenha sido concluída ao final da década de 1980. Em outra fotografia (Figura 70) apresenta-se a construção do hospital quase finalizada, em uma paisagem vasta e pouco habitada. Nesse outro ângulo, é possível observar, no horizonte, a área do atual bairro Gazinelândia antes de seu loteamento.

Figura 70 - Construção do Hospital São José, ao fundo áreas ainda não ocupadas (198-)



Fonte: Firmino Ribeiro (Seu Tixa)

Segundo os registros e relatos, também no mandato da Sra. Marieta foram promovidos serviços de abastecimento de água e distribuição de energia elétrica, desde os vilarejos das proximidades, até propriedades rurais de Mucuri. Seu mandato foi mencionado com frequência pelos participantes da pesquisa, e em sua homenagem uma importante avenida de Itabatã recebeu, então, o nome Avenida Marieta Gazzinelli. Outra homenagem, realizada mais recentemente em 2014, foi a criação da Comenda “Marieta de Azevedo Gazzinelli”, concedida às personalidades femininas que participam, ou participaram, do Poder Público no município de Mucuri.

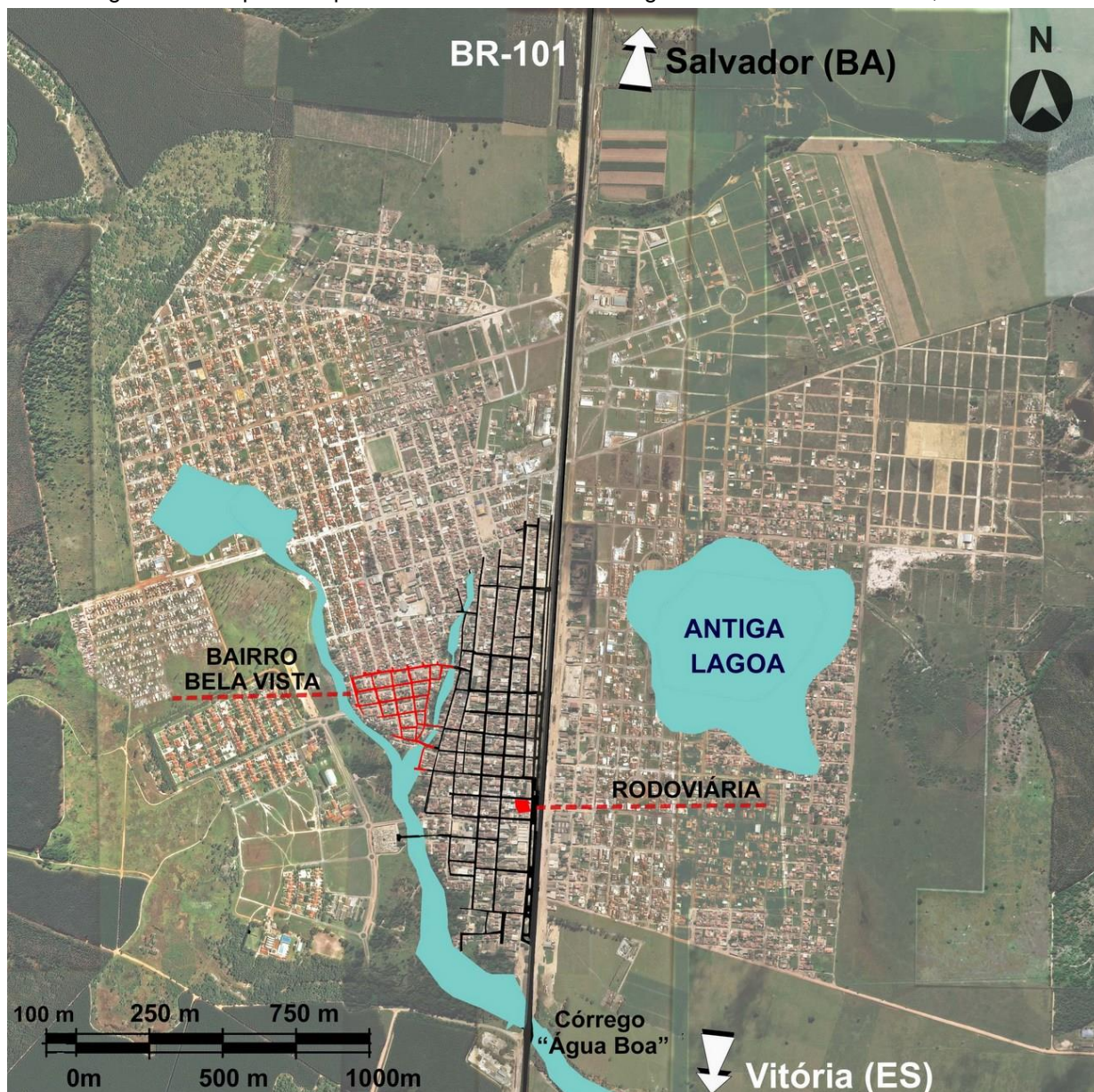
Em meados da década de 1980, devido à localização privilegiada e aos melhoramentos, em curso, na infraestrutura, Itabatã atraiu muitos comerciantes da região, que viam no local uma fonte de renda. Isso porque, a população estava crescendo, e apresentava potencial para consumo dos produtos. Grande parte desses novos comerciantes se estabeleceu no Centro de Itabatã, comprando lotes de pessoas que se transferiram, então, para as áreas periféricas. Nesse contexto, a produção de carvão se desenvolveu consideravelmente em fazendas do entorno, o que colaborou para a devastação de matas nativas do território e sua região, até aproximadamente meados da década de 1990. Novamente, torna-se evidente a relação conflituosa do ser humano com a natureza, marcada pela extração predatória de recursos naturais, especialmente a madeira e cursos d'água.

As descrições sobre a espacialidade de Itabatã nesse período revelam que:

[...] os terrenos não tinham muro, eram todos de cerca né, de madeira, porque Itabatã possuía na época acho que duas ou três madeiras, então a matéria prima pra fazer a cerca era mais fácil. [...] você tinha facilidade de acessar aos quintais, às casas das outras pessoas. Então a cidade era pequena né, todo mundo conhecia todo mundo (GRIFFO, Entrevista, 2018).

Em meados de 1980, Dona Marieta comprou aproximadamente quatro alqueires de terra, na área onde hoje se encontra o bairro Bela Vista (destacado na Figura 71), zona que seria destinada à doação de novos lotes, e também para onde seria transferido o campo de futebol, dentre outras obras. Entretanto, a notícia correu rapidamente, como revelam os relatos, e de forma antecipada a comunidade soube a respeito da doação dos lotes, o que ocasionou um processo autônomo e organizado de ocupação dos lotes. Com isso, muitas pessoas apropriaram-se de parte dessas terras no atual bairro Bela Vista, de terreno acidentado e entre dois córregos, conforme representação pela Figura 71.

Figura 71 - Mapa da expansão territorial de Itabátã - gênese do bairro Bela vista, em 1985



Fonte: Própria autora

O bairro Bela Vista é, portanto, resultado de uma forma de ocupação espontânea, organizada por pessoas da própria comunidade, à medida que os lotes eram ocupados. Essa peculiaridade se reflete em sua forma urbana, uma vez que as ruas possuem traçado singular, contrastando com o padrão viário dos bairros no entorno. Os lotes são mais estreitos em relação aos bairros vizinhos, e a orientação da maioria das residências não segue o alinhamento verificado nos bairros adjacentes. Dessa maneira, relata-se que:

O bairro Bela Vista acabou sendo uma exceção. Ele foi pensado como um bairro planejado que a prefeitura iria fazer doação só que a população se antecipou e fez uma ocupação irregular. Depois foi consolidada e reconhecida pelo município [...]. Eu era muito novo nessa época, mas pelo que eu ouvi meu pai contar foi que todo mundo iria receber (*os lotes*), talvez

todos aqueles que ocuparam, mas que era pra ser um bairro melhor planejado. Mas foi feito um arranjo lá, o que dava pra ajustar nas ruas foi ajustado, o problema é que lá é um bairro pequeno e muito acidentado. (GRIFFO, Entrevista, 2018).

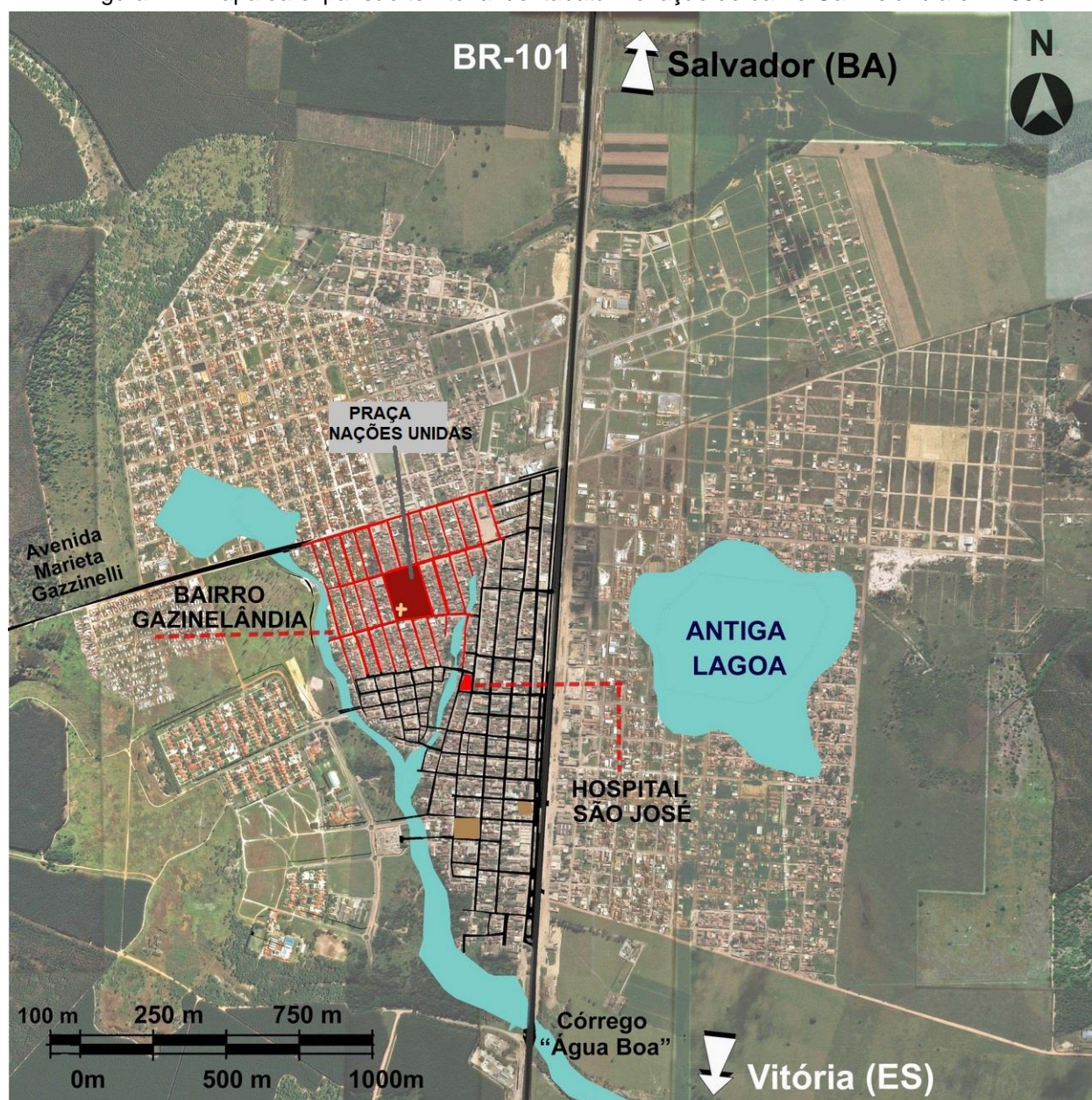
Esse processo de apropriação e gênese do bairro Bela Vista, em meados da década de 1980, evidencia a considerável demanda por moradia em Itabatã, mas não apenas isso. É importante perceber que, nesse momento, a região do sul da Bahia passava por mudanças econômicas, e muitas atividades produtivas estavam em ascensão. As doações de lotes e o desenvolvimento do comércio local também contribuíram para a atração de pessoas, nesse período.

Para conter o processo de apropriação dos terrenos, o Seu Tixa se articulou com pessoas da igreja católica e da comunidade em geral, dentre elas o Sr. Frei Ronaldo Zwinkels e o Sr. Antônio Maciel da Pureza. Juntos, buscaram adquirir as áreas remanescentes no entorno do bairro Bela Vista, para então organizar um novo loteamento. Nesse mesmo contexto, o Seu Tixa foi informado a respeito da chegada de uma grande empresa na região, a Bahia Sul Celulose.

Alguns moradores confirmam que o Seu Tixa e o Sr. Ary de Souza, dentre outras figuras políticas locais, participaram diretamente das reuniões e decisões relacionadas à instalação da fábrica. Esse processo foi marcado por discussões entre líderes municipais da região, que pretendiam ter a fábrica instalada em outras áreas. Segundo os relatos, a decisão inicial era de instalar a fábrica ao sul do Rio Mucuri. Porém, com as disputas de fronteiras estaduais entre a Bahia e o Espírito Santo, comentadas no capítulo anterior, líderes políticos de Mucuri, e o deputado estadual, incentivaram a instalação da indústria na margem norte do rio. Isso porque, caso a fronteira fosse transferida para o Rio Mucuri, como foi em outras épocas, a fábrica ainda estaria localizada na Bahia.

Com a notícia sobre a chegada da fábrica Bahia Sul Celulose, o processo de loteamento e ocupação foi acelerado, e em aproximadamente 1988 foram iniciadas as obras de loteamento de outro bairro, chamado Gazinelândia, destacado na Figura 72. Segundo os moradores, esse novo bairro foi pensado para abrigar o contingente de pessoas que passaria a morar em Itabatã, atraídas pela oferta de novos empregos na fábrica Bahia Sul Celulose, desde sua construção à operação. O loteamento foi resultado de muitas parcerias locais, especialmente com as empresas de terraplenagem e com membros da Diocese Teixeira de Freitas-Caravelas.

Figura 72 - Mapa da expansão territorial de Itabatã – criação do bairro Gazinelândia em 1989



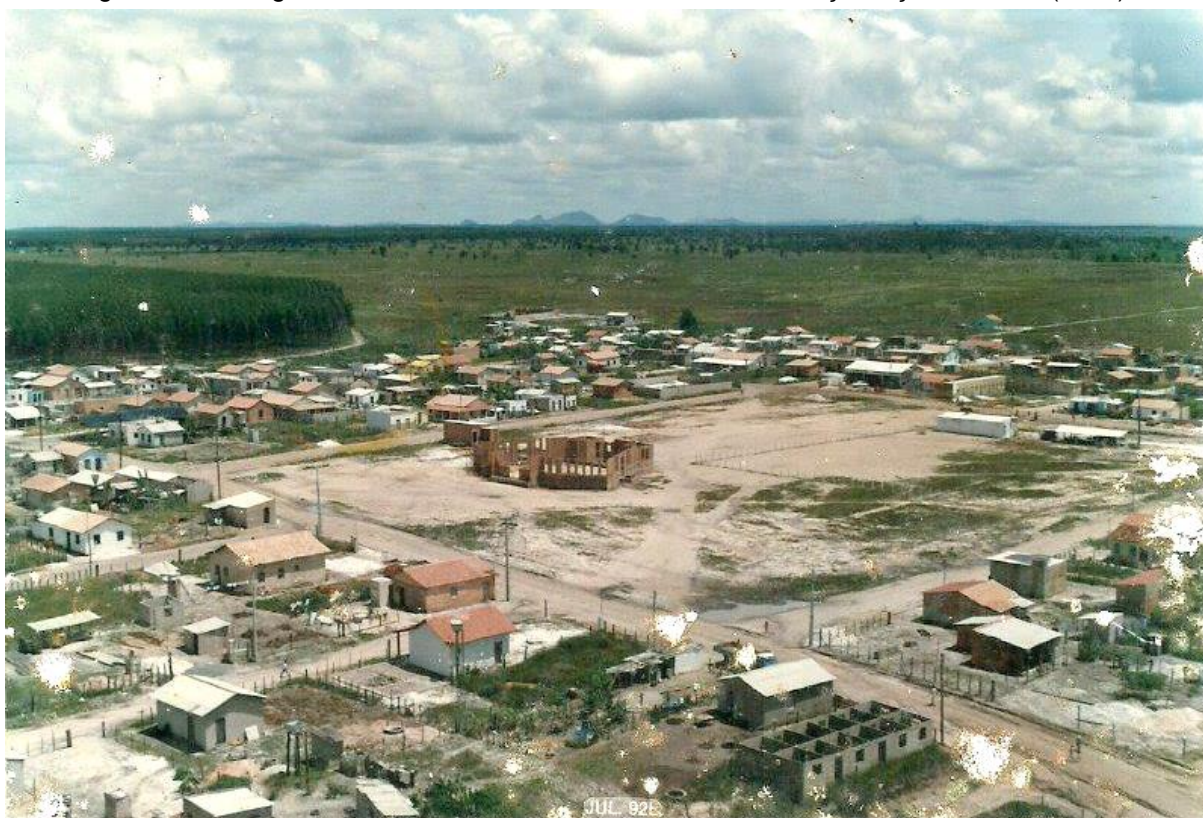
Fonte: Própria autora.

No loteamento do bairro Gazinelândia, o Seu Tixa conta que foram doados cerca de 1.000 lotes à população, e uma área de 150m por 150m foi reservada à igreja católica. Essa área ficou conhecida como Praça Nações Unidas, destinada à construção de uma igreja, centro comunitário, colégio municipal, e outras instalações públicas. Apesar de o mapa elaborado estar com a data de início do loteamento (1989), é importante esclarecer que a abertura das ruas ocorreu ao longo de vários meses e também, que a ocupação de todo o bairro só se concretizou em 1993.

O processo de loteamento do bairro ocorreu de modo pacífico, todavia a manutenção dessa área pública livre, a Praça Nações Unidas, foi marcada por conflitos. Havia pessoas que eram a favor da praça para a ocupação pela igreja católica, e outras que pretendiam ocupá-la para construção de moradia, com o apoio do prefeito, naquele período o Gustavo Antunes Saúde (1989-1992), conhecido como “Gustavinho”. Segundo os relatos, parte da Praça Nações Unidas havia sido doada pelo prefeito, contrariando a decisão de reservá-la à igreja. Dessa maneira, as pessoas beneficiadas iniciavam a construção das casas durante o dia, mas as paredes eram derrubadas, e não duravam uma noite.

Por fim, com a insistência de pessoas a favor da igreja, o conflito foi finalizado e a Praça Nações Unidas foi mantida. Pela fotografia aérea de 1992, do bairro Gazinelândia (Figura 73), tem-se uma dimensão da área reservada à Praça Nações Unidas, onde a Igreja católica Matriz São José Operário estava em construção. Na paisagem do entorno, destacavam-se as plantações de eucalipto, em contato próximo com as residências. No horizonte são identificadas imponentes montanhas, provavelmente pertencentes à região limítrofe com o estado mineiro.

Figura 73 – Fotografia aérea do bairro Gazinelândia, com a Praça Nações Unidas (1992)



Fonte: Rede social – página de Itabátã.
Fotografia: Autor desconhecido

Na Figura 74, é apresentada uma das ruas de acesso ao bairro Gazinelândia, as edificações eram resultantes de autoconstrução, e a ambiência do bairro bastante rústica. Ao longe encontram-se as plantações de eucalipto, muito expressivas na paisagem.

Figura 74 - Travessa em direção ao bairro Gazinelândia, sobre um dos córregos (1992)



Fonte: Firmino Ribeiro (Seu Tixa)

Ainda a respeito da formação do bairro Gazinelândia, outros relatos narram mais detalhes quanto ao processo, e parcerias envolvidas:

[...] eu consegui fazer um convênio com a Suzano, o Estado e o Município. O Estado deu todos os canos pra fazer o encanamento do esgoto da Marieta Gazzinelli pra cá tudo; a Suzano fazer a parte da rua; e a Prefeitura fazer das casas ligando às ruas (RIBEIRO, Entrevista, 2017).

No bairro Gazinelândia, que surgiu depois, foi Tixa através da gente, da comunidade da igreja, que nós dividimos ali, marcamos, damos o lote, foi doado novamente pra comunidade. Aquela praça ali da igreja foi nós que tiramos nesse loteamento do Gazinelândia [...] (PUREZA, Entrevista, 2018).

O desenvolvimento das atividades de extração de madeira, produção de carvão e também, a expansão das plantações de eucalipto, intensificaram os conflitos em torno da posse de terras na região. No contexto de Itabátã esses conflitos foram marcantes, especialmente a partir de 1985. Nesse ano, no Brasil os trabalhadores rurais se articularam e organizaram o primeiro Encontro Nacional, originando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um fato marcante que pode ter repercutido nos movimentos que começavam a se articular em Itabátã.

Estudos sobre o processo de luta de trabalhadores rurais da região extremo sul da Bahia revelam parte dos conflitos territoriais. Nesse sentido, a partir de relatos e notícias da região, D'Icarahy (2016) apresenta em sua investigação evidências de pessoas que foram presas em Itabátã no ano de 1980, por estarem ocupando terras devolutas. As disputas eram constantes entre os posseiros, ocupantes das terras que acreditavam ser públicas, e aqueles que se diziam proprietários das mesmas. De acordo com informações do “Boletim Especial Olhando o Extremo sul da Bahia”:

Em agosto de 1981, cerca de 100 posseiros, entre eles os de Itabátã, escreveram a sua *Carta ao Povo, ao Governador e à Imprensa*, anunciando que voltariam a ocupar as terras já que nenhuma medida foi tomada. Porém, foram ameaçados por pistoleiros que difundiram a informação de que se eles ocupassem novamente as terras, cinco pessoas iriam morrer. Diante da ameaça acabaram recuando. (D'ICARAHY, 2016, p. 5).

Portanto, além da forte repressão policial, também havia as ameaças pelos grandes fazendeiros, resquício do coronelismo no Brasil, que ainda repercute na atualidade. A partir de 1985, as mudanças no regime político brasileiro criaram um novo cenário. Nesse sentido, D'Icarahy (2016) menciona o I Plano Nacional de Reforma Agrária, de 1985, que lançava a esperança de uma possível reforma agrária. Esta era fundamental para famílias de pequenos agricultores no Sul da Bahia, que desde 1983 já se articulavam com a Comissão Pastoral de Terras da região.

Conforme afirma Barreto (2014), ao final da década de 1980, o Governo Federal reduziu os incentivos às economias menos favorecidas. Com isso, cada governo estadual precisou elaborar, de modo autônomo, o seu planejamento econômico. Em consequência, núcleos urbanos e regiões da Bahia que até então haviam se beneficiado com o processo de acumulação capitalista, se mantiveram como desenvolvidos e dominantes, como a Região Metropolitana. Quanto aos contextos menos favorecidos e subdesenvolvidos, à mercê do capital estrangeiro, regularmente utilizaram-se de incentivos fiscais para expandirem suas economias.

Desse modo, é acentuada a hierarquia entre cidades, acirrando disputas entre as regiões baianas. Nesse contexto, o capital percorre as diversas escalas, em busca dos espaços que possam permitir maior retorno financeiro com o mínimo de investimento (BRANDÃO, 2007). E o município de Mucuri apresentou-se como um contexto atrativo para a reprodução do capital industrial, destinado principalmente à fabricação de papel e celulose.

4.3.2. Início da construção da Bahia Sul Celulose (1989)

A criação da Bahia Sul Celulose ocorreu em 1987, por *joint venture* entre a CVRD e a Companhia Suzano Papel e Celulose (SUZANO, 2009). Em 1989, após a consolidação dos bairros Bela Vista e Gazinelândia em Itabátã, foi iniciada a construção da Unidade Bahia Sul Celulose no município de Mucuri. Os motivos para a instalação em Mucuri são imprecisos, mas o processo para escolha do terreno ocorreu com a participação de políticos do período. Como pode ser notado pela Figura 75, a fábrica foi localizada nas proximidades do Rio Mucuri, aproximadamente a 15 km de Itabátã, e 47 km da Sede de Mucuri, ao litoral.

Figura 75 - Localização da antiga Bahia Sul Celulose em relação a Itabátã e Mucuri

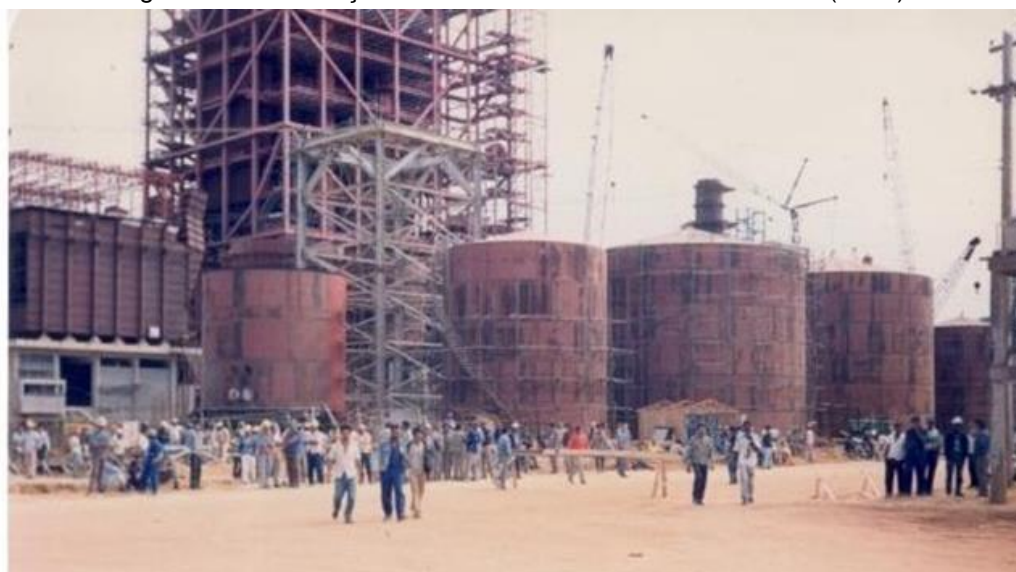


Fonte: Google Earth, 2018 (editado pela autora).

Extensas áreas no município de Mucuri e região foram destinadas à monocultura do eucalipto, processo em andamento desde meados do século XX no Extremo Sul da Bahia, e também ao Norte do Espírito Santo. Com a construção da fábrica muitas pessoas da região foram atraídas para a localidade, na expectativa de conseguir emprego nas obras de construção da Bahia Sul Celulose.

As imagens da construção da fábrica Bahia Sul Celulose (Figura 76 e Figura 77) trazem uma noção do impacto do empreendimento no município, especialmente em Itabátã. O número de trabalhadores foi bem elevado; e conforme afirma Rocha (2002), nos últimos meses de 1990, a Bahia Sul Celulose contratou 10 mil pessoas.

Figura 76 - Construção da então fábrica Bahia Sul Celulose (1989)



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil do extremo Sul da Bahia – SINTICESB

Figura 77 - Mobilização dos trabalhadores na construção da Bahia Sul (1989)

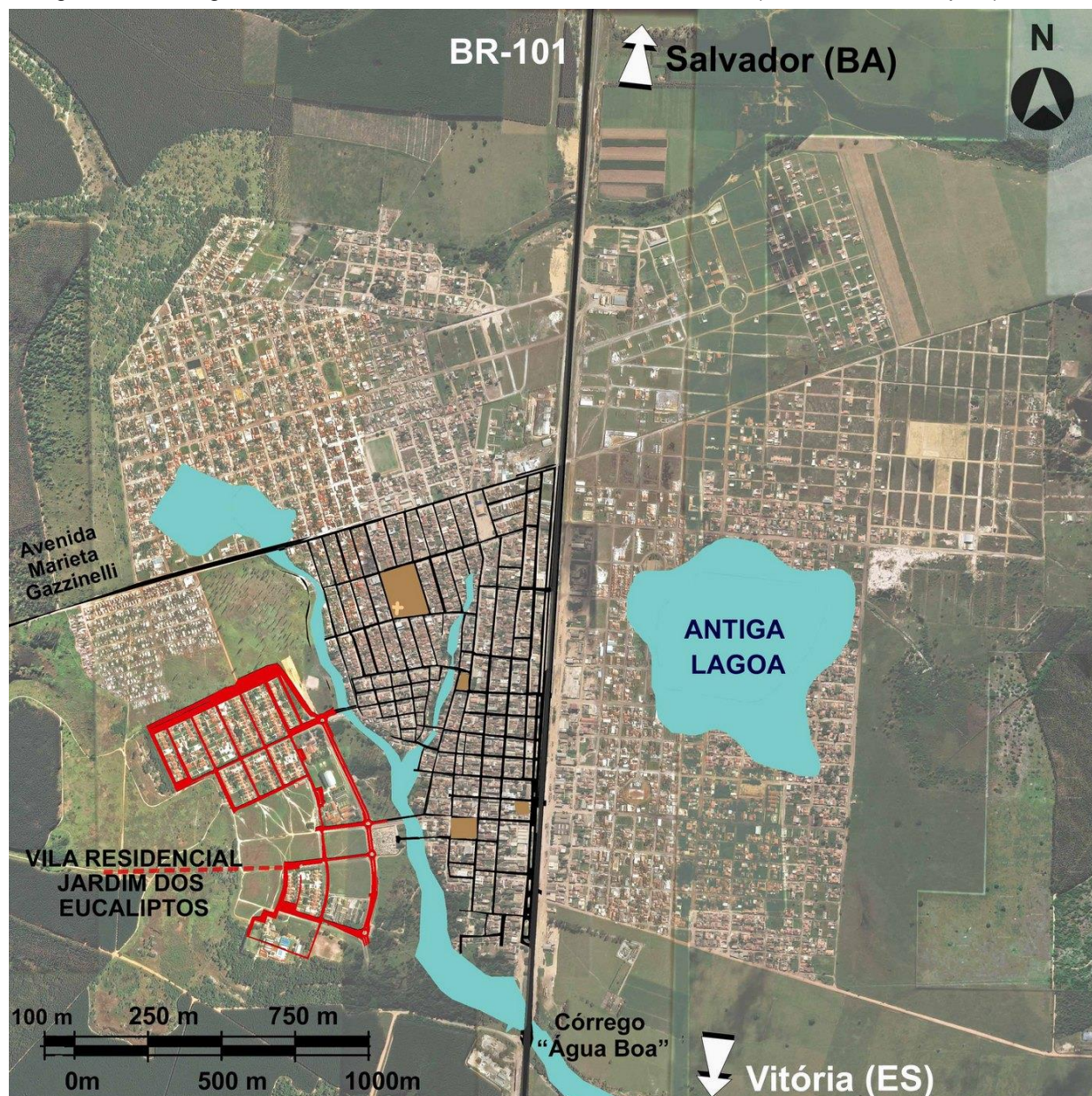


Fonte: SINTICESB.

Na década de 1990, foi iniciada a construção de duas vilas residenciais com o intuito de abrigar a mão-de-obra qualificada que seria contratada para a operação da fábrica. Assim, uma vila foi construída na Sede de Mucuri, com capacidade para 250 residências. A segunda foi construída em Itabatã, com 150 residências e toda infraestrutura urbana necessária. A vila foi localizada a oeste do Centro, em uma área

onde antes havia plantações da comunidade nipo-brasileira, segundo alguns relatos, e que posteriormente foi destinada à plantação de eucalipto. No lugar das plantações, foi construído esse conjunto residencial, denominado de “Jardim dos Eucaliptos”, em destaque na Figura 78.

Figura 78 – Fotografia aérea do bairro Gazinelândia, ao fundo a Vila (Jardim dos Eucaliptos) - 1992



Fonte: Própria autora.

Na Figura 79, na página a seguir, observa-se a Praça João Carletti e ao fundo, as construções da Vila residencial “Jardim dos eucaliptos”. Na Figura 80, tem-se o bairro Gazinelândia, ainda em consolidação, e ao fundo, as casas da Vila residencial entre as plantações de eucalipto.

Figura 79 - Fotografia aérea da Praça João Carletti em Itabátã (1991)



Fonte: José de Souza (morador entrevistado).

Figura 80 – Fotografia aérea do bairro Gazinelândia, ao fundo a Vila (Jardim dos Eucaliptos) - 1992



Fonte: Firmino Ribeiro (Seu Tixa)

Percebe-se que em 1991, a Escola Antônio João Carletti estava totalmente reformulada, sua estrutura ampliada, tendo sido empregados materiais mais modernos do que os utilizados anteriormente. Entretanto, o espaço público da praça ao redor mantinha-se como antes, sem pavimentação. As casas do entorno ainda preservavam a arquitetura da década de 1970, com materiais rústicos, e a capela São Miguel também se destacava, apesar de seu pequeno porte. Ao fundo, as densas plantações de eucalipto sobressaíam na nova paisagem que se configurava. Ao lado da vila residencial, nota-se uma extensa construção, que posteriormente será o Colégio Leon Feffer I.

Os grandes empreendimentos voltados à silvicultura geraram ampla expectativa por oportunidades de emprego na região. Isso estimulou a saída de agricultores da zona rural para a urbana em vários municípios, como em Mucuri. No entanto, nem todos conseguiram oportunidades de trabalhar na fábrica, e muitas pessoas tiveram que habitar áreas precárias. Assim, iniciou-se a formação de periferias e habitações insalubres, pois nem todos conseguiram oportunidades de trabalho nas indústrias.

Para se ter uma ideia mais aproximada dos impactos locais, segundo Rocha (2002), como já indicado, nos últimos meses de 1990 a Bahia Sul Celulose contratou 10 mil trabalhadores, durante a construção da fábrica. Todavia, esse número foi reduzido drasticamente quando se iniciaram as operações da fábrica, que em 1992 contratou apenas 1 mil pessoas na indústria, e pouco mais de 3 mil na área florestal.

Além disso, de acordo com dados da SEI (2012, p. 57), em 1950 todo o município de Mucuri tinha uma população de 10.318 habitantes, dos quais 86% habitava na zona rural. Nesse mesmo ano, o principal aglomerado urbano era Posto da Mata, que tinha aproximadamente 650 habitantes, e a sede de Mucuri apenas 402 habitantes. Dados mais recentes do IBGE revelaram que a porcentagem quase se inverteu, pois em 2010, do total de 36.043 habitantes de Mucuri, cerca de 76% habitavam em áreas urbanas, enquanto que apenas 24% representavam a população rural.

Sendo assim, a agitação decorrente da instalação da fábrica foi maior do que se esperava. A oferta de moradia não acompanhou o aumento populacional e muitas pessoas não conseguiram o emprego que esperavam. A situação se agravou com a saída de pessoas da zona rural, associada à carência por habitação, que contribuiu para uma ocupação desenfreada em Itabatã.

Portanto, a partir de 1989 foi esboçada uma nova fase no processo de formação territorial de Itabatã, pois a construção da fábrica Bahia Sul Celulose alterou profundamente a dinâmica socioeconômica local. No início da década de 1990, foi iniciada a construção da torre de telecomunicação em Itabatã, que segundo relatado, quase foi alocada na Praça João Carletti pela fábrica Bahia Sul Celulose. Porém, após protesto dos moradores, o projeto da torre foi alterado, e a mesma foi localizada em zona mais afastada do núcleo fundacional de Itabatã.

Na década de 1990, Itabatã já expressava um acelerado processo de crescimento urbano, estimulado em grande parte pelo início da construção da Bahia Sul Celulose, quando o Sr. Frei Ronaldo Zwinkels assumiu a direção pastoral de Itabatã. A respeito da situação de Itabatã nesse momento, segundo Zwinkels:

O lugar estava em fase de expansão e crescimento, e alimentava sonhos de emancipação política. Esse anseio era motivado pela construção da mega-indústria Bahia Sul Celulose que dava uma grande renda para a sede do Município de Mucuri e atraía milhares de trabalhadores para a realização desta obra, de tal maneira que fazia o distrito de Itabatã ver sua população aumentar para aproximadamente 10.000 habitantes (dos quais muitos provisórios, enquanto duravam as atividades da implantação da indústria). Engenheiros que dirigiam a construção tinham me informado que estavam trabalhando naquela fase da construção cinco mil funcionários do pátio da construção da fábrica e outros cinco mil trabalhadores preparavam os muitos milhares de hectares de terra e faziam o reflorestamento, plantando os pés de eucaliptos, faziam o combate às pragas e formigas e cuidavam dos viveiros das mudas das plantas. [...] Itabatã entrou num transtorno social que beirava à situação de calamidade. Para a população crescente não foram criadas condições e infraestruturas adequadas. O governo municipal da sede de Mucuri se mostrava ausente e nem possuía capacidade técnica suficiente para fazer uma boa administração. (CARVALHO e COELHO, 2011, p. 20).

Em vista disso, nota-se o crescimento acelerado em Itabatã que, pela incipiente infraestrutura, e descompasso com melhorias sociais efetivas, ocasionou ocupações em condições precárias. Muitas pessoas estudavam em espaços improvisados, e as moradias não eram suficientes para atender à toda população.

Por outro lado, com a chegada do capital industrial em Mucuri, novos comércios surgiram em Itabatã, além de instituições educacionais e de saúde. Como exemplo, pode-se mencionar o Hospital Paineiras e o Colégio Leon Feffer I (hoje Casa do Estudante), construídos em 1991, visando atender funcionários da fábrica Bahia Sul Celulose. As necessidades em infraestrutura pela indústria engendraram mudanças estruturais, que contribuíram para o crescimento populacional, e comercial de Itabatã.

O crescimento verificado, as comodidades implantadas, e o aumento populacional induziram à valorização do solo, processo que atraiu empresários do ramo imobiliário para Itabátã. Todavia, esse crescimento foi marcado por uma expansão urbana de considerável especulação, desacompanhada de melhorias efetivas em infraestruturas básicas.

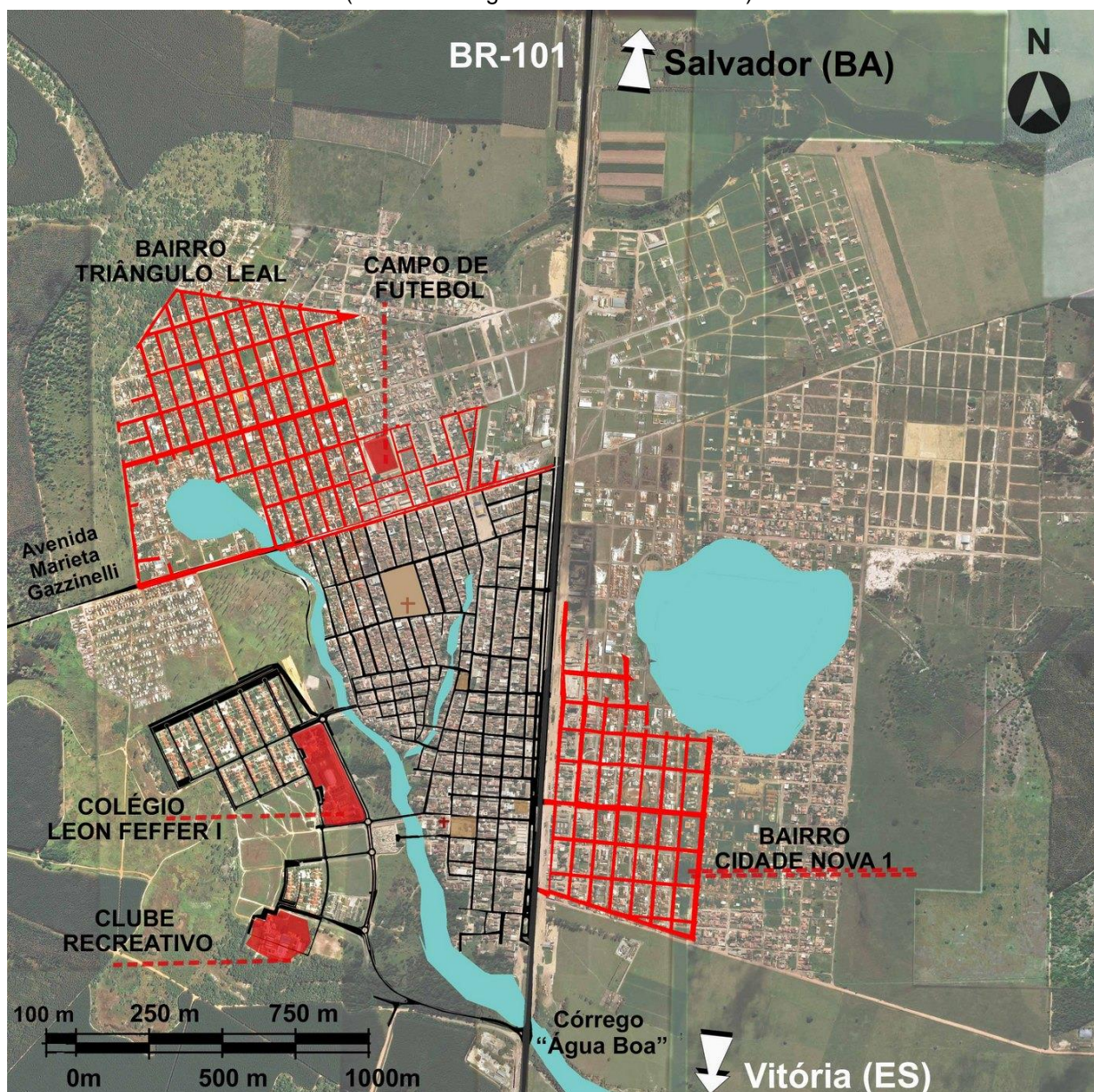
4.3.3. Os projetos de novos loteamentos (bairros Triângulo Leal e Cidade Nova)

Em 1991 foram projetados dois novos loteamentos, os primeiros organizados por imobiliária. Um deles foi pensado para áreas além da Avenida Marieta Gazzinelli, ao norte, com previsão de aproximadamente 1.750 lotes (GRIFFO, Entrevista, 2018), dando origem ao bairro Triângulo Leal. Esse novo loteamento, representado na Figura 81, foi iniciado em 1991, porém o processo de ocupação não foi tão rápido quanto os demais verificados até então, visto que a área loteada é bastante extensa. Na entrevista com o Seu Tixa, foi relatado que muitos dos compradores não ocuparam a terra, apenas garantiram a posse do lote para futura especulação do valor do terreno.

Em seguida, foi realizado o loteamento que deu origem ao bairro Cidade Nova, marcando a primeira expansão a transpassar a rodovia BR-101 (Figura 81). No projeto elaborado para o bairro Cidade Nova foram previstos cerca de 8.000 lotes (GRIFFO, Entrevista, 2018), e o processo de loteamento ocorreu em duas etapas. Inicialmente apenas metade dos lotes foram definidos; a outra parcela foi loteada completamente após 2003, mais de dez anos depois, e ainda hoje existem áreas que não estão ocupadas. Os projetos de loteamento de ambos os bairros, Triângulo Leal e Cidade Nova, encontram-se no Anexo II, ao final desta dissertação.

Destarte, em 1991 a antiga vila começou a se converter em um aglomerado urbano, principalmente após os loteamentos dos bairros por imobiliárias, que marcaram os grandes projetos de expansão urbana de Itabátã. Esses grandes loteamentos foram implantados devido à forte atração de pessoas para o local, especialmente após a instalação da fábrica de papel e celulose, e a consequente valorização do solo. Todavia, ainda hoje, esses bairros carecem de infraestrutura básica, não possuem esgoto sanitário, e boa parte das ruas ainda não estão calçadas, sendo sérios desafios à administração pública de Mucuri.

Figura 81 - Mapa da expansão territorial de Itabátã, os loteamentos particulares em 1991
(bairros Triângulo Leal e Cidade Nova)



Elaboração: Própria autora.

Anteriormente aos loteamentos, as áreas do bairro Cidade Nova eram extensos pastos (Figura 82), e ao centro havia uma lagoa, conforme representado nos mapas. A respeito dessa paisagem pretérita, os moradores relatam:

Essa Cidade Nova aí não tinha nada, era mata pura e água. [...] Era uma lagoa lá em cima, é tipo uma mata assim cheia d'água, certo?! Eu ainda chamava isso aí Pantanal, ali junto da cerâmica; cê pisava assim, a Terra parece que tremia. E aí o povo foi vendendo, tirando madeira, tirando as matas. Foi acabando, e foi secando (NETO, Entrevista, 2018).

Figura 82 - Vista para a área do bairro Cidade Nova antes do loteamento (1985)



Fonte: Wesley Lima (morador entrevistado).

Conforme representado na Figura 81, foram realizadas novas expansões do território, que passou a ocupar áreas de cursos d'água em ambos os bairros. No Triângulo Leal foi reservada uma área para criação do novo campo de futebol. Na vila residencial "Jardim dos Eucaliptos" foi finalizada a construção do Colégio particular Leon Feffer I. Esse nome foi dado em homenagem ao imigrante ucraniano Leon Feffer, que em 1924 fundou a fábrica Suzano, na cidade de São Paulo. Hoje o centro educacional é conhecido como "Casa do Estudante", e permitiu à localidade um ensino mais aprimorado, em relação ao que havia até então em Itabatã. A maioria dos professores eram contratados de outras cidades, alguns deles faziam o deslocamento diariamente, mesmo habitando em outros estados. Porém, com o tempo, as mudanças no território de Itabatã permitiram que os próprios moradores, e ex-estudantes, pudessem atuar no Colégio, e demais escolas municipais. Esses foram apenas alguns dos resultados do crescimento urbano de Itabatã, melhor dissertado no próximo período.

4.4. GLOBALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM ITABATÃ (1992 A 2019)

Após as expansões ao norte, e a consolidação dos bairros Triângulo Leal e Cidade Nova, acentuou-se o deslocamento das ocupações em relação ao local de gênese de Itabatã. Nesse novo período, o antigo povoado rural às margens da BR-101 alterou-se completamente, representando então, uma "cidade local", na definição de Milton Santos (1982). Nesse contexto espaço-temporal, chegaram as técnicas de informação, especialmente o telefone nas residências, o fax e, posteriormente, a

internet. A chegada dessas tecnologias, reflexo da globalização, alteraram a relação sociedade-espço-tempo, repercutindo também, na formação do território urbano.

4.4.1. A consolidação do núcleo urbano de Itabátã

Em 1992, a linha 1 da unidade de Mucuri iniciou suas atividades, passando a produzir celulose. Segundo informações da Suzano (2009), essa linha era titular de benefícios fiscais federais que garantiam a redução de 75% do imposto de renda decorrente do lucro da exploração de suas atividades. Em âmbito local, desenvolveram-se atividades de apoio à indústria de celulose e papel, e também, cresceu a demanda habitacional.

Itabátã começou a se tornar um núcleo urbano inserido na dinâmica econômica global, devido à operação da multinacional Suzano Papel e Celulose. O comércio e serviços cresceram no distrito, atendendo à sua população em vários aspectos. Porém, mesmo com as mudanças na dinâmica socioeconômica municipal, Itabátã ainda se mostrava vinculada às zonas rurais. O núcleo urbano também carecia de infraestrutura e serviços para atender sua população com mais qualidade, tais como unidades de saúde, escolas públicas, calçamento nas ruas e esgoto sanitário.

Em 1992 um novo passo foi dado para o crescimento de Itabátã, pois, com o intuito de solucionar parte das necessidades básicas, foi iniciada a construção do primeiro “Colégio de 1º e 2º grau de Itabátã”. O colégio foi localizado na maior área pública livre até então, a Praça Nações Unidas, no bairro Gazinelândia (em destaque na Figura 72). Apesar de hoje ser conhecido como “Colégio Frei Ronaldo”, sua construção foi motivada principalmente por Seu Tixa e pelo Sr. Antônio da Pureza, com o apoio do bispo da Diocese de Teixeira de Freitas, o Dom Antônio. Juntos conseguiram doações para a construção do colégio, cujos croquis e planta foram elaborados pelo Frei Ronaldo. Devido à atuação do Frei na comunidade de Itabátã, como forma de homenageá-lo, o colégio é conhecido por “Frei Ronaldo”.

As fotografias a seguir, Figura 83 a Figura 85, remetem ao início da década de 1990, e mostram a ambiência da Praça Nações Unidas enquanto era construído o Colégio Frei Ronaldo. O espaço era bastante amplo, e sem muros ou qualquer outra divisória. A edificação que aparece em primeiro plano, na Figura 83, era uma edificação com aproximadamente três salas, nas quais eram realizados cursos de artesanato, e também serviam de apoio às atividades escolares. Na Figura 85 está a fachada do colégio, em funcionamento, e ao fundo nota-se a torre de telecomunicação, que

estava em fase de construção. Esse elemento vertical irá fazer parte da nova paisagem de Itabata, destacando-se entre as modestas edificações locais.

Figura 83 - Praça Nações Unidas - A igreja católica e o colégio em segundo plano (1992)



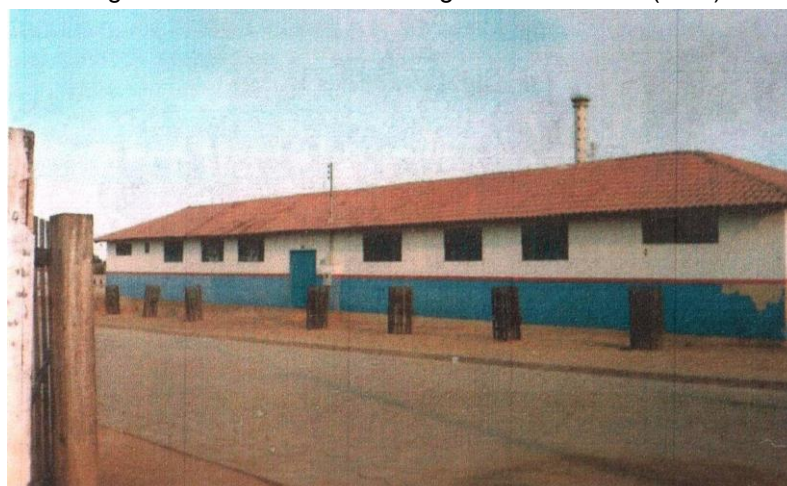
Fonte: Firmino Ribeiro.

Figura 84 - Momento de chegada das primeiras carteiras do “Colégio Frei Ronaldo” (1992)



Fonte: Firmino Ribeiro.

Figura 85 – Fachada do “Colégio Frei Ronaldo” (199-)



Fonte: Firmino Ribeiro.

Em 1993, o Colégio Frei Ronaldo foi inaugurado na Praça Nações Unidas, local que ainda hoje é uma referência para a comunidade. Também em 1993, a unidade fabril de Mucuri iniciou a produção de papel, o que atraiu mais pessoas para Itabatã.

De 1993 até a virada do século XX, são escassas as informações sobre o crescimento de Itabatã, e foram raros os fatos locais mencionados pelos entrevistados, a respeito desse período. Sabe-se, porém, que nesse espaço de tempo apenas um novo bairro foi implantado, o São José Operário, ao lado do bairro Triângulo Leal. Logo, esse período foi marcado pela consolidação dos bairros já existentes, pela valorização do solo, antes rural e que passava a ser urbanizado.

Um fato bastante relevante para a localidade ocorreu em 11 de agosto de 1999. Segundo o IBGE, nesse dia Itabatã foi considerado oficialmente como um distrito de Mucuri, pela lei municipal nº 278. Também em 1999, o nome “Itabatã” havia sido reconhecido oficialmente por projeto de Lei aprovado na Câmara Municipal, sendo formalizada também a grafia do nome, com o sinal diacrítico til sobre a letra a. O autor desse projeto, Elvacy Venâncio dos Santos, conta que vários estudos histórico-linguísticos foram realizados, resgatando-se expressões do tupi-guarani, e também de origem africana, ainda com ampla consulta a professores de Língua Portuguesa, Sociologia e Antropologia. Em sua pesquisa etimológica, o Sr. Venâncio dos Santos conta:

Verificamos a procedência dos estudos que consideravam a origem indígena da palavra, segundo os étimos ita (= pedra) e bata (= mão), dentro do primeiro idioma nacional do Brasil, o tupi-guarani. Fizemos, também, pressupostos relativos à fusão do vocábulo indígena ita com o termo de origem africana bata (= habitação, em quimbundo). Houve, ainda, uma terceira hipótese, que considerava a fusão do étimo ita com outro substantivo de origem africana - batá (= pequeno tambor de madeira). (SANTOS, 2009).

A complexa tarefa de encontrar a origem do nome “Itabatã”, a partir de estudos histórico-linguísticos, permitiu interpretações e significados variados. Um desses significados tornou-se bastante conhecido, tanto na localidade, como em sítios eletrônicos pela *internet*. Com isso, o nome “Itabatã” passou a ser amplamente interpretado como “lugar de pedras duras”, por meio da fusão entre os termos *itá* (pedra), *aba* (lugar) e *atã* (duro). Para confirmar tais definições, foi consultado o livro “Vocabulário Tupi-Guarani – português”, do professor emérito da USP Francisco Bueno (1982). Segundo as traduções apresentadas no livro, dois dos termos que compõem a palavra “Itabatã” significariam: *itá* – pedra, ferro; e *atã* – duro,

resistente, forte. Logo, pela perspectiva que considera “Itabátã” como um nome de origem tupi-guarani, as definições em Bueno (1982) favorecem a confirmação do significado “lugar de pedras duras”, que tem sido amplamente divulgado há duas décadas.

Em consultas ao dicionário tupi-guarani⁶ *online*, constatou-se que nomes de lugares com os termos *Itá* + *aba* geralmente significam “lugar de pedra(s)”. Esses dois substantivos podem, então, ser associados a um adjetivo, formando diversos nomes, como a palavra Itabuna. Itabuna tem origem no tupi, e significa “lugar de pedra(s) preta(s)”, pela junção dos termos: *itá* (pedra), *aba* (imediações [de um lugar], arredores), e *una* (preta). Outros nomes de lugares conhecidos apresentam apenas o prefixo *Ita*, como Itararé, do Tupi *Itá* (pedra) associado a *ra’ré* (escavada, oca), significa “pedra que o rio cavou”, de acordo com o dicionário tupi-guarani *online*. Também a palavra Itacaré, que significa “jacaré de pedra”, pela junção de *itá* (pedra) e *îakaré* (jacaré); ou ainda o nome da famosa hidrelétrica de Itaipu, palavra de origem Tupi Guarani, formada pelos termos *itá* (pedra) + *i* (água) + *pu* (estrondo).

A realização dessa pesquisa etimológica, por moradores do território, revela um esforço em resgatar uma identidade local em Itabátã. Isso em um contexto de desenvolvimento do capital industrial e de globalização, onde a cultura e a memória local foram desvalorizadas, relegadas ao passado. Portanto, pode-se reconhecer essa busca das origens do nome “Itabátã” como uma recente valorização do passado.

O crescimento econômico acentuou-se no município após o início da produção de papel e celulose, que alavancou o valor do PIB *per capita* de Mucuri. Observa-se ainda que a região do Extremo Sul foi reorganizada socialmente e economicamente, como dissertado no capítulo anterior. Nesse sentido, a previsão de investimentos no estado da Bahia, no período entre 1998 e 2002 (Figura 20) revelou que aproximadamente 28% dos investimentos seriam direcionados apenas à Região do Extremo Sul baiano. Isso, devido ao desenvolvimento das atividades voltadas à produção de papel e celulose, que atraíram o capital de empresas multinacionais. Em consequência, o governo passou então, a priorizar as regiões e centros urbanos em crescente desenvolvimento econômico, como o município de Mucuri.

⁶ Sítio eletrônico do dicionário tupi guarani: <<https://www.dicionariotupiguarani.com.br/>>

Em 2001, após a Companhia Suzano adquirir parte da CVRD no capital da Bahia Sul, esta passou a ser controlada também pelo grupo Suzano Papel e Celulose. Logo, posteriormente, em 2004, a Bahia Sul passou a se chamar Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A., devido à incorporação da Companhia Suzano.

O agronegócio prosperou em Mucuri, e com isso a mão-de-obra, antes marcada pela força braçal, foi substituída pela força intelectual. Surgiram novas demandas para atender à produção informatizada, e a indústria globalizada buscou, assim, mão-de-obra especializada para operar as novas tecnologias. Portanto:

Nessas áreas, a agricultura globalizada, em que a base do processo produtivo requer a incorporação de novas tecnologias de produção, com base na informática e eletrônica, passa a ocorrer um rearranjo de força de trabalho envolvendo as capacidades profissionais dos trabalhadores (ARRUDA, 2009, p. 163).

Sendo assim, o município de Mucuri prosperava quanto aos índices econômicos, destacando-se em âmbito regional, no estado da Bahia, ocasionando rearranjos nas estruturas produtivas e socioeconômicas. No contexto de Itabatã, em 2002 o território urbano estava em expansão, e a região do Centro e seu entorno imediato se configuravam como as áreas mais densas do distrito, conforme é apresentado na Figura 86. Nas áreas além da rodovia BR-101 havia, ainda, poucas ocupações, que se concentravam próximo ao centro.

A sede do distrito, e não mais povoado, era formada por sete bairros: Centro, Bela Vista, Gazinelândia, Jardim dos Eucaliptos, Triângulo Leal, Cidade Nova 1 e São José Operário. Esses bairros tiveram as ruas demarcadas, e os lotes foram colocados à venda. No entanto, percebe-se pela imagem de satélite de 2003 (Figura 87), que boa parte dos novos loteamentos estavam desocupados, principalmente no bairro Cidade Nova. Isso evidencia parte do processo de valorização do espaço, que começava a se caracterizar como urbano. Além disso, revela o processo de especulação imobiliária em Itabatã, quando pessoas interessadas em lucrar com a valorização dos terrenos, compravam parte dos loteamentos, porém sem ocupá-los. Como resultado, têm-se uma ocupação espalhada, e agravam-se as desigualdades sociais.

Figura 86 - Fotografia aérea de Itabatã (2002)



Fonte: Jornal Tribuna do Povo (2002) apud Carvalho e Coelho (2011).

Figura 87 – Imagem de satélite, enquadramento da sede do distrito de Itabatã em 2003



Fonte: Google Earth.

Em 2005 foi iniciada a expansão da fábrica Suzano Papel e Celulose para a construção da segunda linha de produção de celulose, concluída em 2007. Nesse mesmo ano de sua conclusão, um novo loteamento foi iniciado em Itabátã, o bairro Cidade Alta, no limite norte do distrito.

4.4.2. A monocultura de eucalipto e os velhos conflitos socioespaciais

Apesar dos avanços econômicos, e melhorias em infraestrutura, ainda reverberavam, na ocasião, questões negativas ligadas à monocultura do eucalipto e à inserção do capital industrial relacionado à silvicultura. Conjuntamente, são evidenciados processos de degradação e supressão dos ecossistemas, e do patrimônio histórico da região, segundo Rocha (2002, p. 10).

O desenvolvimento da silvicultura de eucalipto necessitava de extensas terras para o reflorestamento, concorrendo para transformações na estrutura agrária e fundiária da região. Segundo constatações feitas a partir de dados concretos por Almeida et al. (2008), ocorreu a diminuição do número de estabelecimentos rurais e da área de pequenas propriedades, entre 1970 e 1996. Em contrapartida, no mesmo período, observou-se o crescimento no número de estabelecimentos com mais de 500 ha, o que evidencia o processo de concentração das terras por parte das grandes empresas florestais. Como consequência, foi provocada a reestruturação dos empregos na área rural, também impulsionada pela mecanização dos meios produtivos, gerando o êxodo da população que passou a habitar os centros urbanos. Essas modificações no meio rural repercutiram diretamente nas cidades pequenas:

A sobrevivência dos pequenos núcleos, em razão dos serviços de que dispõem e da sociabilidade que viabilizam, é efetivada por meio de sua transformação funcional. A transformação em local de concentração de força de trabalho engajada no campo é uma possibilidade corrente. Trata-se de força de trabalho que, no processo de industrialização do campo, foi destituída dos meios de produção e expulsa do campo. O hábitat rural, disperso ou concentrado em "colônias" localizadas no interior de grandes propriedades, desaparece, sendo, de certa forma recriado na periferia das pequenas cidades. (CORRÊA, 1999, p. 49).

Processo semelhante ao descrito por Corrêa foi verificado em Itabátã, visto que muitas pessoas de áreas rurais se deslocaram para a sua área urbana. Entretanto, a indústria necessitava de mão de obra qualificada, e assim ocorreu um processo de exclusão de boa parte da população rural. As consequências são diversas para as pequenas centralidades urbana, e nesse sentido, verifica-se que:

Essa exclusão dos “não-aptos” ao processo produtivo com bases para uma produção globalizada, passa a reproduzir nessas novas cidades os problemas sociais marcantes nos grandes centros urbanos. Configura-se, assim, uma realidade social e complexa apreendida pela falta de moradia, habitações precárias, bem como pela débil condição de trabalho da mão-de-obra considerada pelo mercado como não-qualificada. (ARRUDA, 2009, p. 163).

Além das questões sociais, também houve repercussão no meio ambiente. Nesse sentido, muitos estudos, desenvolvidos desde a década de 2000, vêm discutindo os impactos socioambientais da monocultura do eucalipto, fomentando questionamentos pertinentes acerca do desenvolvimento sustentável. O chamado “deserto verde” torna o solo pobre em nutrientes, e a densidade das árvores de eucalipto, plantadas muito próximas, geram sombra no solo, impedindo o crescimento de outras espécies. Logo, não se trata apenas de uma paisagem monótona, mas também sem diversidade biológica. Numerosas pesquisas também associaram a supressão dos recursos hídricos da região ao plantio de eucalipto, como no caso do Rio Mucuri.

Em entrevista ao “Brasil de Fato”, em 2018, o pesquisador João Dagoberto dos Santos, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), afirmou que o maior problema da silvicultura é a concentração de sua atividade produtiva, que enfraquece a dinâmica dos territórios. Sendo assim, as plantações de eucalipto são menores em relação a outros cultivos de grande escala, como a soja. No entanto, a silvicultura gera impactos socioambientais significativos, pois se concentra em determinadas regiões de modo hegemônico. Isso dificulta o desenvolvimento de outras atividades, e agrava os conflitos territoriais. O pesquisador ainda comenta que:

O sistema de silvicultura atual é incompatível com outros manejos. Eles têm um domínio muito grande sobre consumo de água onde eles estão instalados, uma homogeneização da paisagem, uma absorção muito grande de nutrientes a longo prazo. E impossibilitam a utilização do solo de uma maneira muito drástica, gerando impactos ambientais e sociais muito graves (SANTOS, entrevista, 2018).

Portanto, o ciclo do eucalipto no Extremo Sul baiano causou repercussões negativas para os municípios, acentuando o desrespeito pelo meio ambiente, que se expressa há tempos na relação homem-natureza. Todavia, ao mesmo tempo em que as indústrias de papel e celulose concentraram as terras, prejudicando a diversidade de plantios e contribuindo para a escassez dos recursos naturais, a nova organização socioeconômica permitiu a formação de uma elite local e o fortalecimento dos negócios em diferentes escalas (MAGALHÃES et al, 2015). Logo, é importante

questionar: esse processo estaria de fato promovendo um desenvolvimento urbano-regional, ou apenas um crescimento econômico?

De fato, melhorias locais foram observadas ao longo dos anos de atuação das indústrias de papel e celulose, sobretudo na parte econômica. Porém, a maior parte dos avanços e melhorias em infraestrutura foi muito pontual, desenvolvida para atender às atividades das indústrias. Além disso, nos últimos anos a administração pública favoreceu o desenvolvimento do capital industrial no município. Com isso, questões sociais e culturais foram deixadas de lado, ofuscadas pelo crescimento econômico. A repentina inserção de um modesto município no circuito da economia globalizada repercutiu diretamente em Itabátã, que tem crescido de modo, relativamente, acelerado.

Em geral, os moradores reconheceram aspectos positivos com a instalação da indústria de papel e celulose, enfatizando a criação de novos empregos, e o desenvolvimento de instituições educacionais e de saúde. Eles se recordam que, para o ensino superior era necessário ir a outros estados; porém, atualmente o Extremo sul da Bahia conta com muitas Universidades, seja federal ou estadual, além de faculdades particulares. A atração de pessoas também é mencionada como algo benéfico, atribuindo-se à fábrica o papel de indutora do crescimento urbano:

Então a Suzano, a Bahia Sul que hoje é Suzano ela, nesse raio de São Mateus, Nanuque, Teixeira de Freitas e aqui no litoral, é sem dúvida a empresa de maior influência. Isso no comércio, as empresas de insumo, de manutenção de maquinário, todas elas se desenvolveram basicamente em relação à Suzano (GRIFFO, Entrevista, 2018).

Nós estamos rogando a Deus pra que ele nos abençoe que venha mais alguma empresa pra ajudar, porque se não fosse a Suzano aqui em nossa região hoje em dia, a coisa era feia (NASCIMENTO, Entrevista, 2018).

Outros moradores, no entanto, mencionam também os aspectos negativos da monocultura do eucalipto para o meio ambiente, visto que os recursos naturais estão esgotando, e a oferta de produtos orgânicos tem se reduzido consideravelmente. Além disso, comenta-se, com frequência, a falta de oportunidade de emprego às pessoas de pouca instrução educacional, dentre outras consequências:

Se for olhar na preservação ambiental, não tem nem como falar o prejuízo que foi. Mas, do outro lado na parte econômica, também não tem como medir, né?! Porque, pra essa região aqui é que ficou atraente, valorizada. Pra você ter uma ideia, a casa que eu comprei na época, eu comprei com o dinheiro no bolso. Hoje minha casa não vale menos que seiscentos mil (*reais*). Então... depende do ponto de vista (BATISTA, entrevista, 2018).

A Bahia Sul (a Suzano) trouxe muita gente de fora, e então melhorou a região né?! Hoje está um pouco prejudicando por causa das águas... (SANTOS, I.C., entrevista, 2018).

Muita água que nós tinha e hoje não tem, isso aí eu sinto saudade. Muitas roças que hoje não tem, que hoje virou eucalipto. Era plantação de mandioca, feijão, milho... Hoje é só eucalipto. E eucalipto pra quem? [...] (SOUZA Valmir, entrevista, 2018).

A transformação do solo rural para urbano conferiu ao lugar uma valorização surpreendente, difícil de ser imaginada quando do antigo povoado “Jegue Assado”. Criaram-se verdadeiras “estrias espaciais”, em um lugar que até então não era formalmente planejado, e que passou a enfrentar uma ocupação desenfreada. Os loteamentos imobiliários foram implantados em grande escala, em um ritmo que a administração local não conseguiu acompanhar. Ao mesmo tempo, a carência em infraestrutura e os conflitos territoriais engendraram tensões e desigualdades em Itabata. Logo, fabricou-se um núcleo urbano voltado para o capital industrial da produção de papel e celulose, um lugar padronizado e de pouca identidade.

Recentemente, em 2018, ocorreu a fusão entre a Suzano e a Fibria, esta última uma das maiores exportadoras do Espírito Santo, criada a partir da fusão entre Aracruz e Votorantim Celulose e Papel. Essa união reforça a ideia de *cluster* madeireiro consolidado no Extremo Sul, e que agora ultrapassa a fronteira entre os estados da Bahia e do Espírito Santo. O grupo passou a se chamar Suzano S.A., hoje a maior produtora de papel e celulose da América Latina, com valor de mercado de 79 bilhões de reais (GODOY, 2018). Portanto, a empresa que já era grande, torna-se maior, e os impasses relacionados ao meio ambiente convertem-se em desafios ainda mais relevantes. Todos esses processos, transformações e conflitos instigam questões pertinentes para o futuro: como estará Itabata e sua região após algumas décadas? O que fazer a respeito do “deserto verde”?

4.4.3. Modernização X revalorização do passado

A modernização se encaixou perfeitamente em um lugar que clamava por crescimento, autonomia e reconhecimento: um lugar que carecia de infraestrutura, e que viu na instalação da fábrica Bahia Sul celulose (hoje Suzano S.A.) uma oportunidade para o crescimento e melhoramentos em infraestrutura. O “local” concedeu espaço ao “global”; e os espaços simbólicos, manifestações culturais ou valorização da memória foram deixados de lado. Entregues ao tempo e ao

esquecimento, esses espaços pertenceriam, então, ao passado rural de Itabatã. O que passou a ser valorizado eram o novo, a modernização e o crescimento urbano disciplinado pelo capital industrial, e suas necessidades.

Por conseguinte, durante anos o “centro histórico”, núcleo fundacional e de caráter predominantemente residencial, passou por um processo de abandono e esquecimento. Isso contribuiu para que o local de gênese de Itabatã, que remonta a meados de 1960, fosse ignorado por muitos moradores. O que atualmente é reconhecido como Centro, na verdade, é a área comercial do distrito, zona onde foram criadas as primeiras avenidas, em 1974. Em razão da supervalorização do moderno, elementos arquitetônicos perderam-se ao longo do tempo, ou foram transformados em prol da evolução urbana. Dentre esses elementos, igrejas, que hoje não guardam mais o desenho original da arquitetura, e o colégio Antônio João Carletti, que foi demolido. A própria praça João Carletti, apesar de existir há 44 anos, sendo referência e parte da origem de Itabatã, permaneceu por muito tempo em estado de abandono.

Entretanto, a partir de 2010, o cenário de abandono em relação a elementos simbólicos de Itabatã começou a se alterar. Isso porque foi esboçado um novo momento, marcado pela revalorização do passado, e com isso, o resgate de suas origens. O território de Itabatã, expandido para áreas muito além das imaginadas na década de 1970, passou a configurar-se como um pequeno núcleo urbano. O Plano Diretor Municipal foi elaborado oficialmente em 2010, organizando o crescimento do território e classificando-o em zonas distintas.

Posteriormente, em 2011, ocorreu a reforma de revitalização da Praça João Carletti, marcando uma obra importante para a memória de Itabatã. Apesar de ter o antigo colégio demolido, a revalorização da praça resgatou parte da gênese do lugar. Anteriormente, o espaço da praça não tinha infraestrutura adequada, carecia de iluminação e de equipamentos que facilitassem a permanência das pessoas, como mostrado na Figura 88. Esse local de encontro foi, então, potencializado com a reforma realizada em 2011, conforme é evidenciado com a Figura 89, que apresenta uma fotografia da praça em 2017, após a revitalização.

Figura 88 - Praça João Carletti antes da obra de revitalização (2011)



Fonte: Sul Bahia News.

Figura 89 - Praça João Carletti após as obras de revitalização (2017)



Fonte: própria autora.

O informe da Prefeitura de Mucuri divulga a inauguração da praça reformada:

Ostentando a marca de um novo começo, a nova praça de Itabatã foi inaugurada no último sábado, 1º de outubro. Com uma área de 5.666m², a Praça João Carletti conta com pista de bocha, pista de skate, playground, quadra de futevôlei, jardim, monumentos artísticos e estacionamento (PREFEITURA DE MUCURI, 2011).

Desse modo, a praça teve seus usos potencializados, e um monumento foi instalado em homenagem ao Sr. Antônio João Carletti (Figura 90). Ele contribuiu para a doação de muitos lotes no Centro de Itabatã, e favoreceu a construção da escola no local, sendo lembrado em relatos dos moradores. Também na placa do monumento está escrito: “Antônio João Carletto⁷ foi o homem que fez a doação das terras ao povo, para a construção das primeiras casas do nosso povoado, e assim, promovendo o crescimento e desenvolvimento de Itabatan.” Essa homenagem reconhece o papel de um dos atores sociais que contribuiu para a formação territorial de Itabatã e, por isso, fomenta a valorização da memória do lugar.

Figura 90 - Monumento na Praça João Carletti, em homenagem ao Sr. Antônio João Carletti, Itabatã



Fonte: própria autora.

A reforma da Praça João Carletti foi a primeira obra urbana em Itabatã que potencializou um espaço histórico, elemento que havia no local, e não a construção de algo completamente novo. Foi, portanto, a primeira vez que um olhar histórico foi direcionado a esse território, que apesar de sua formação territorial modesta e recente, também apresenta história e heranças espaciais. Essa praça representa parte das “rugosidades” de Itabatã, e deve ser preservada, visto que se caracteriza em um dos primeiros espaços de convivência social, e de interação entre as pessoas e o espaço público.

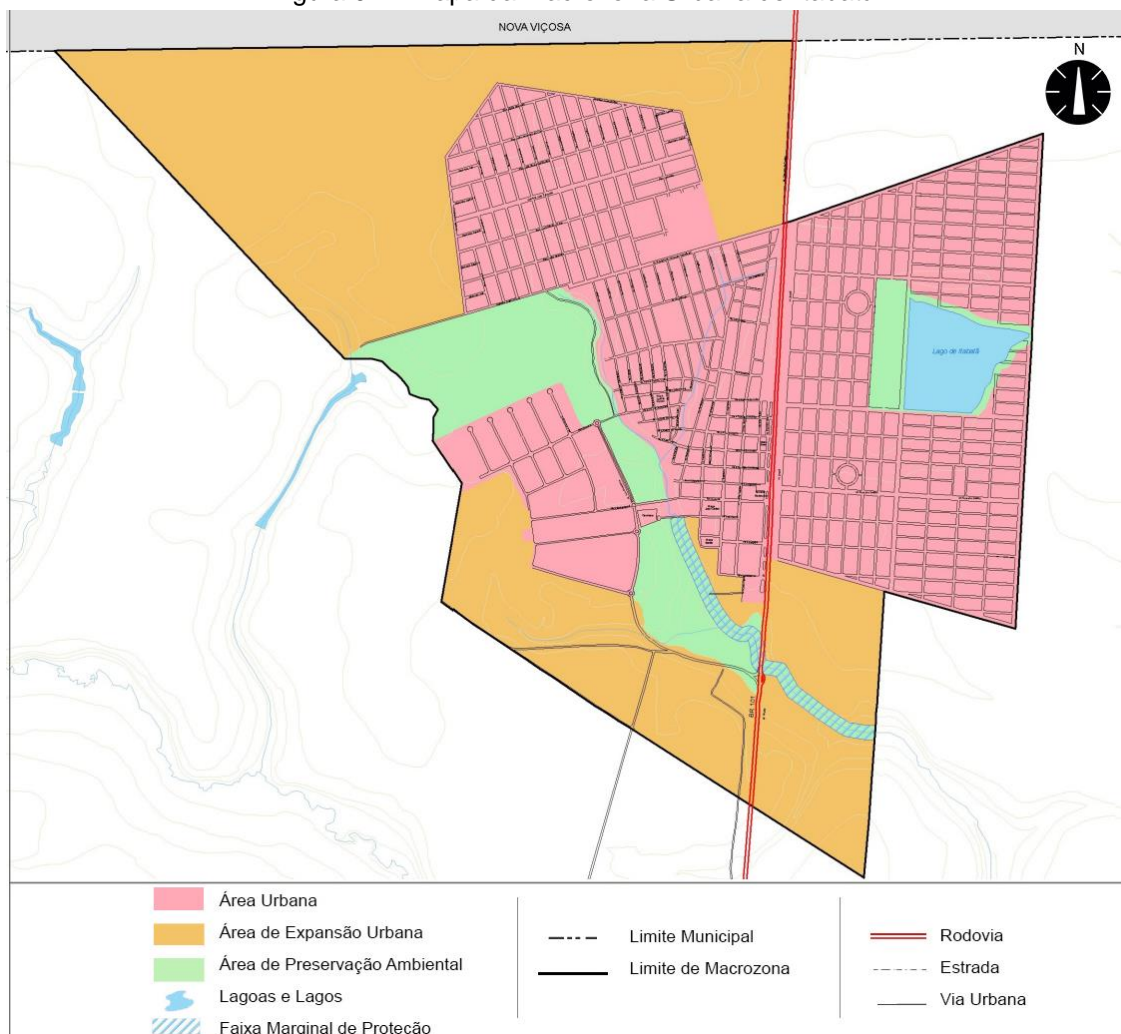
⁷ Apesar de constar o sobrenome “Carletto” na homenagem, os moradores, suas fotografias e o próprio nome oficial da escola apresentam o sobrenome “Carletti”.

Além disso, nos últimos anos foram criados projetos de Lei em homenagem a pessoas que participaram da história de Itabatã, e contribuíram para a formação do território. A exemplo da mudança do nome de uma rua, para homenagear o primeiro morador, Raul Lopes Pereira; pode-se citar também, as homenagens prestadas à Sra. Marieta Gazzinelli, primeira prefeita do município; e a recente busca de um significado para o nome “Itabatã”, revelando vontade de expressar identidade local. Enfim, todas essas novas práticas buscaram reconhecer aspectos históricos de Itabatã e, por isso, podem ser consideradas como revalorização da memória local.

4.4.4. Caracterização de Itabatã na atualidade (2019)

O município de Mucuri possui duas Macrozonas Urbanas, conforme apresentado no capítulo anterior, sendo uma delas a Sede de Mucuri, e a outra Itabatã, no eixo da BR-101. O PDM de Mucuri subdivide a Macrozona urbana de Itabatã em 3 áreas (Figura 91), sendo elas: urbana, de expansão urbana, e de preservação ambiental.

Figura 91 – Mapa da Macrozona Urbana de Itabatã



Fonte: Plano diretor municipal de Mucuri (2010), editado pela autora.

As três grandes áreas apresentadas estão subdivididas em zonas diversas, com base nos usos e aspectos ambientais. Tais zonas estão indicadas no mapa de zoneamento da sede de Itabata, apresentado na Figura 92, abaixo.

Figura 92 – Mapa de zoneamento do núcleo urbano de Itabata



ITABATÁ - ZONAS PDM

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS	Zonas de Comércio e Serviços	Zonas Urbanas Consolidadas	Zonas de Regularização Urbana	Zonas Especiais de Interesse Ambiental	
— Limite Municipal	ZCS 1	ZUC 1	ZRU 1	ZEIA 1	ZEUA Zona de Expansão Urbana
— Limite de Macrozona	ZCS 2	ZUC 2	ZRU 2	ZEIA 2	ZEMP Zona empresarial
— Rodovia	ZCS 3	ZUC 3		ZEIA 3	ZEIS Zona Especial de Interesse Social
				ZEIA 4	ZEIU Zona Especial de Interesse Urbano

Fonte: PDM Prefeitura Municipal de Mucuri, 2010
Elaboração: própria autora.

O PDM de 2010 ainda não incluía as expansões ao nordeste do distrito. Pela sobreposição do Mapa do PDM com a imagem de satélite, de 2018, observa-se que o distrito está em plena expansão territorial. Muitas áreas estão em processo de loteamento, e são verificadas casas espaçadas nessas novas zonas, evidenciando o processo de especulação imobiliária. Muito além do que se imaginava na década de 1960, quando havia na localidade apenas 5 famílias, na atualidade, Itabatã está se expandindo em áreas que ultrapassam o limite administrativo de Mucuri. Nota-se ao norte que as novas ocupações estão adentrando o município de Nova Viçosa, e isso pode ser questão para estudos futuros.

As fotografias de caracterização do núcleo urbano, apresentadas na Figura 92, mostram a ambiência de diferentes espaços urbanos da sede de Itabatã, diferenciados pelas zonas indicadas no PDM. Atualmente, a sede do distrito de Itabatã se apresenta dividido pela rodovia BR-101, e possui uma dinâmica urbana pouco complexa. Ainda não há um sistema de transporte público, e o saneamento é precário em alguns bairros. É perceptível a escassez de áreas verdes e voltadas ao lazer, sendo que Itabatã não possui qualquer parque municipal. Essa função acaba sendo desempenhada pela vila residencial, denominada “Jardim dos Eucaliptos”, muito utilizada para práticas de atividades físicas.

A antiga lagoa, no bairro “Cidade Nova”, alterou-se consideravelmente. Hoje, sua área caracteriza-se por um terreno alagadiço, que possui a marcação de vias não ocupadas. No entorno imediato do núcleo urbano de Itabatã ainda é marcante a presença das plantações de eucalipto. São raras as edificações que ultrapassam 5 andares, seja nas Zonas de Comércio e Serviços (ZCS), ou nas Zonas Urbanas Consolidadas, exibidas na Figura 92. O sistema de drenagem em alguns bairros é ainda precário, especialmente nas Zonas de Regularização Urbana (ZRU), e na Zona de Expansão Urbana (ZEU). Esses desafios foram considerados desde 2010 no PDM, que apresentou diretrizes na intenção de solucionar tais questões.

A maioria das vias não eram calçadas até 2013, quando um projeto municipal iniciou o calçamento de cerca de 20 ruas e avenidas só em Itabatã, além de outras dezenas nas demais localidades do município. Com isso, foram verificadas obras de pavimentação de ruas nos bairros Gazinelândia, Bela Vista (Figura 93), Triângulo Leal e Cidade Nova. Também ocorreram melhorias em infraestrutura com a inauguração de unidades de saúde em bairros periféricos. Essas obras e reformas demonstram um

cuidado maior com os espaços públicos de Itabátã, e com sua população. No entanto, ainda há muitos desafios, sobretudo com a hegemonia do capitalismo globalizado na Região do Extremo Sul baiano.

Figura 93— Fotografias sequenciais da Rua Sete Lagoas em processo de pavimentação, bairro Bela Vista, Itabátã



Fonte: Street view (Google).



Fonte: Sul Bahia News.



Fonte: própria autora.

Os velhos problemas socioambientais, originados com a monocultura de eucalipto, acarretaram em novos desafios, não só em Mucuri e Itabátã, mas também na região do Extremo Sul da Bahia. A redução da agricultura e a transferência da população rural para as cidades, os graves impactos ambientais, o baixo dinamismo das atividades produtivas na região, dentre outras repercussões negativas, intensificou conflitos territoriais.

Em consequência, organizações políticas e socioambientais têm se articulado na intenção de reduzir os danos causados pelas extensas plantações de eucalipto. Um exemplo é a rede “Alerta Contra o Deserto Verde”, criada no Espírito Santo, em 1999. Também o MST tem se articulado nesse sentido, e em março de 2018, mais de mil trabalhadoras rurais sem-terra ocuparam a entrada da fábrica Suzano Papel e Celulose (Figura 94). A ocupação fez parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra, e segundo informações da notícia:

As mulheres denunciam os problemas relacionados à crise hídrica no município, causados pela produção em grande escala de eucalipto; à pulverização aérea realizada nas áreas da Suzano; os monocultivos; e uso de sementes transgênicas no manejo produtivo. (COMUNICAÇÃO MST, 2018).

Figura 94 – Ocupação da entrada da Suzano pelas trabalhadoras rurais Sem Terra (2018)



Fonte: Comunicação MST.

A escassez de água tornou-se frequente, e tem provocado situações de calamidade no sul da Bahia. Segundo notícias da região, em 2016 os moradores de Itabatã chegaram a ficar mais de 30 dias sem abastecimento de água. A empresa de abastecimento, Embasa, teve que utilizar carros-pipa para fornecer água aos moradores. As escolas também têm sido prejudicadas com a falta de água, que pode estar diretamente relacionada à supressão dos recursos hídricos para a produção industrial. Atualmente, com frequência, a rodovia BR-101 transforma-se em palco de protestos, sendo registrados, na região, muitos conflitos, especialmente por demarcações de terras indígenas, tanto no Sul da Bahia quanto no Norte do Espírito Santo.

Em relação ao núcleo urbano de Itabatã na atualidade, as figuras a seguir mostram que seus espaços são característicos de uma “cidade local”, mas que possui um porte considerável para um lugar que, até poucos anos, era um povoado rural. O comércio é, usualmente, de pequeno a médio porte, e por vezes estende-se à calçada (Figura 95), com exceção dos comércios de grande porte, como os supermercados. Dentre os serviços de maior relevância para uma cidade em crescimento, destacam-se os negócios para aluguel de veículos, bancos, pousadas, hotéis e restaurantes, que tem crescido de modo considerável em Itabatã.

Figura 95 - Calçada no centro comercial de Itabatã



Figura 96 - Córrego na Avenida André São Castro, Itabatã



Figura 97 - Torre de telecomunicação, Itabatã



Fonte: Própria autora.

São encontrados resquícios da mata atlântica e de linhas d'água, tais como córregos (Figura 96), que há muito tempo vêm sendo negligenciados. Atualmente, essas linhas

d'água encontram-se em estado de abandono, sendo degradadas pelo descarte irregular de esgoto. Novos elementos, como a torre de telecomunicação (Figura 97), passaram a se destacar na paisagem, marcando a nova fase de crescimento local.

Hoje, o núcleo urbano de Itabata possui dez bairros, em ordem de formação: Centro; Bela Vista; Gazinelândia; Jardim dos Eucaliptos; Triângulo Leal; Cidade Nova; São José Operário; Cidade Alta, Planalto Verde e Caribe, conforme mapa local apresentado no Anexo II. As edificações apresentam escala reduzida, e até mesmo a rodoviária de Itabata se apresenta modesta (Figura 98); por vezes o terminal é lotado, não conseguindo comportar todos as pessoas.

Figura 98 - Terminal Rodoviário de Itabata, área externa (2019)



Fonte: Própria autora.

Figura 99 – Área interna do Terminal Rodoviário de Itabata (2019)



Fonte: Própria autora.

Na Figura 100, é apresentada a entrada de Itabátã, onde também se encontra o acesso ao terminal rodoviário de Itabátã. E na Figura 101, à direita, é mostrado o local de travessia da rodovia BR-101 com a entrada para o núcleo urbano. Observa-se que o local de encontro entre a ocupação urbana e a BR-101 ocorre de modo precário, sem sinalizações ou mesmo calçamento adequado. Todavia, apesar de serem identificados tantos desafios e precariedades, o distrito tem crescido vertiginosamente, visto que muitas pessoas foram atraídas pelas oportunidades de emprego geradas na região, e investimentos que foram realizados.

Figura 100 – Acesso ao terminal rodoviário, Itabátã



Fonte: Própria autora.

Figura 101 – Entrada de Itabátã, pela rodovia BR-101



Fonte: Própria autora.

Hoje Itabátã é um pequeno aglomerado urbano de muitas peculiaridades, onde escalas “local” e “global” interagem diretamente, refletindo o processo de industrialização do Brasil, bem como de globalização no mundo. O crescimento urbano verificado em Itabátã tem ignorado as características culturais e históricas do distrito, estas que não se encontram registradas em espaços de memória. Por consequência, atualmente pouco se conhece a respeito das origens desse lugar, e sua memória é ainda pouco valorizada. Atualmente, também são raras as manifestações culturais da população, e as festas populares perderam muito de sua importância no contexto urbano.

Entretanto, Itabátã ainda está repleto de experiências sociais, memórias coletivas e espaços simbólicos. Há uma história local, vivenciada e perpetuada pelos moradores mais longevos, e que acompanharam o processo de formação territorial de Itabátã. Portanto, a memória de Itabátã também sobrevive pelos moradores, e são perpetuadas em suas histórias orais, recordações de uma paisagem do passado, mas que ecoa na atualidade.

ENTRE PASSADO E PRESENTE, AS MEMÓRIAS DE ITABATÃ



*Nas histórias de vida
podemos acompanhar as
transformações do espaço urbano;
a relva que cresce livre,
a ponte lançada sobre o córrego,
a divisão dos terrenos,
a primeira venda, o primeiro bazar.
As casas crescem do chão
e vão mudando [...]*

Ecléa Bosi (2003)

5. DO PASSADO AO PRESENTE: MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL EM ITABATÃ

A sociedade que conhece suas origens também compreende mais sobre si mesma, sobre aquilo que é perpetuado por suas gerações. Como ressalta Claval (2002), essa herança "aparelha as pessoas para a vida e lhes fornece conhecimentos indispensáveis para se situar no mundo e ter seu lugar na sociedade" (CLAVAL, 2002, p. 151). Dessa maneira, a comunidade que conhece suas origens, a gênese de seu lugar, pode ter sua identidade fortalecida. E assim, o esforço em identificar e entender a gênese de Itabatã também contribui para estimular, ou ainda fortalecer, a identidade local.

Todavia, nota-se uma tendência contrária ao fortalecimento identitário em Itabatã. As pessoas entrevistadas demonstraram vontade de ignorar o passado, já que o presente se apresenta como um estágio "evoluído". Frequentemente, o passado foi associado aos aspectos rurais tidos como "atrasados", e que, portanto, deveriam ser esquecidos. Para muitas pessoas, o passado representa uma vida muito difícil, e por isso deve ser superado. Além disso, poucos têm conhecimento dos fatos importantes para a história local, e o núcleo fundacional do distrito vem passando por um processo de esquecimento. Muitos espaços simbólicos de Itabatã, identificados a partir de usos e apropriações culturais, carecem de elementos que resgatem a memória local, e infraestrutura adequada. Os primeiros espaços públicos voltados ao encontro e às manifestações culturais foram pouco valorizados pela administração pública, que apenas recentemente, buscou mudar esse cenário.

As mudanças são, muitas vezes, necessárias para o crescimento, e desenvolvimento de uma sociedade. Entretanto, também é importante que se desenvolva uma consciência histórica, não apenas para as cidades, mas para os próprios indivíduos que nela habitam, como no caso de Itabatã, que possui história, cultura e espaços simbólicos, mas que ainda não recebem o devido reconhecimento. Esse é, então, o propósito deste capítulo: reconhecer particularidades na formação territorial de Itabatã, bem como aspectos da cultura local, os espaços simbólicos e as memórias relacionadas a essa modesta localidade.

5.1. ASPECTOS DA HISTÓRIA LOCAL E LINHA DO TEMPO (1960 - 2019)

A narrativa histórica da formação territorial de Itabatã revela um processo comum em que o ser humano transforma o espaço que o circunda, por meio de suas técnicas e instrumentos de trabalho. O maior desafio de Itabatã, hoje, é crescer e ao mesmo tempo se desenvolver, garantindo o bem-estar da população, e o equilíbrio dos ecossistemas.

Nesse sentido, a história de Itabatã, como a história de muitas outras cidades do Brasil, evidencia a visão predatória e extrativista associada às ações antrópicas sobre o meio ambiente. Na história de Itabatã, constata-se a conflituosa relação humano-natureza, que nas últimas décadas vem se intensificando, motivada sobretudo, pela extração dos recursos naturais. Conflitos também foram frequentes entre os próprios seres humanos na formação desse território, pois como afirma Raffestin (1993), esse processo envolve também relações de poder, dominação e dominado.

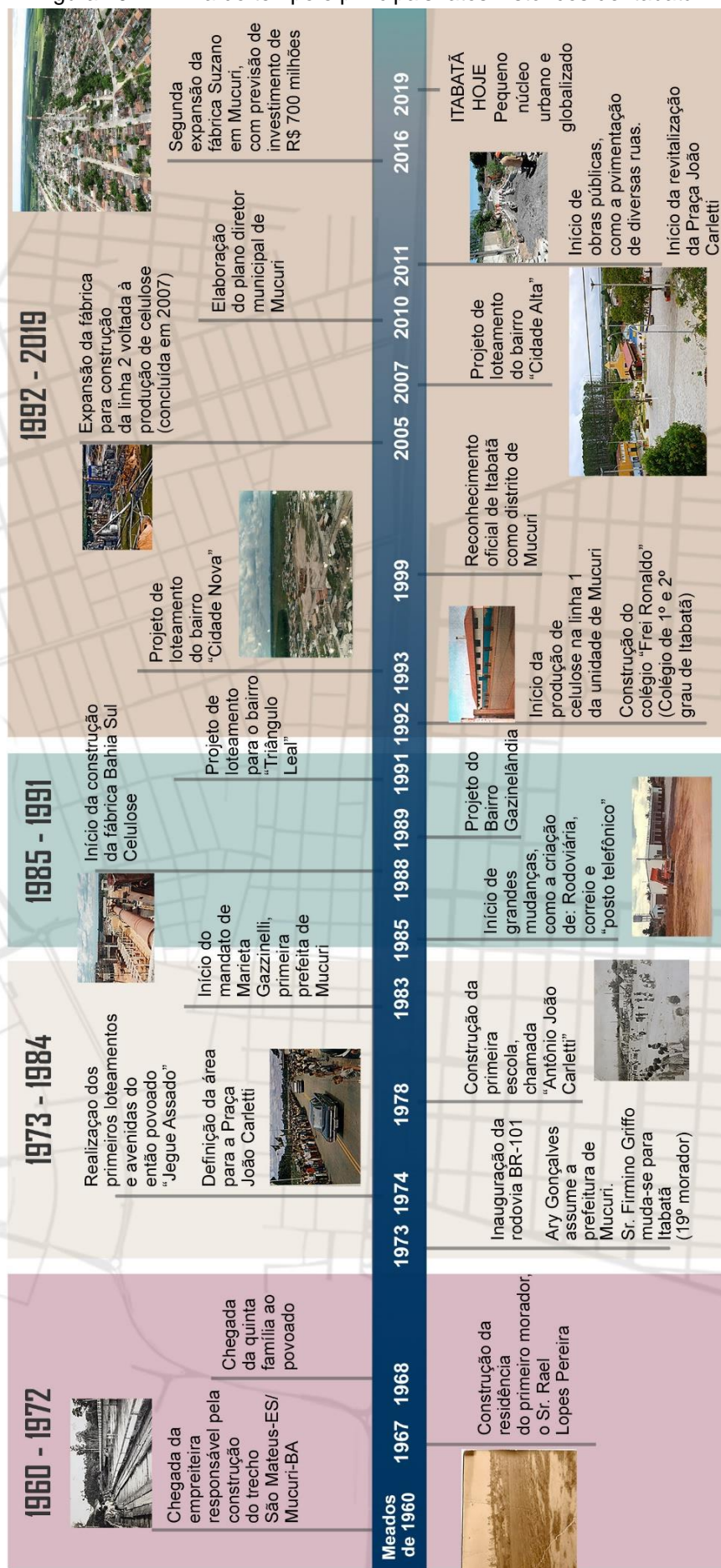
A formação territorial do núcleo urbano de Itabatã foi dividida em quatro períodos, sintetizados na linha do tempo (102), mostrada na página seguinte. Nela é possível identificar os principais eventos dessa narrativa histórica, além dos períodos de maior relevância para a sede do distrito. Nesse sentido, destaca-se o período entre 1992 e 2019, marcado por fatos significativos, como o início da operação da fábrica e o reconhecimento de Itabatã enquanto distrito de Mucuri.

Com a análise dos resultados obtidos, torna-se evidente o aspecto rural que predominava em Itabatã entre as décadas de 1960 e 1980, e que as fases de crescimento local sempre se apoiaram em uma forma de extração de matéria prima, especialmente a madeira. Aliás, este último é um aspecto muito frequente na geografia histórica da região, que desde a colonização pauta-se em um 'desenvolvimento' que explora os recursos naturais.

Boa parte do processo de formação territorial é marcado por forte participação social, e pela colaboração de membros da comunidade, em obras locais. Por vezes, os serviços de execução das obras, matéria prima e equipamentos foram adquiridos por meio da negociação sem um pagamento formalizado, ou seja, com base no escambo de atividades e produtos. Desde a obtenção de infraestrutura básica, como energia elétrica, até a construção de escolas, a troca e negociação de materiais ou mão-de-obra eram comuns até meados de 1990.

Figura 102 - Linha do tempo e principais fatos históricos de Itabátã

LINHA DO TEMPO FORMAÇÃO TERRITORIAL DE ITABATÃ



Elaboração: própria autora.

As atividades produtivas voltadas à indústria, na região, foram iniciadas desde a década de 1970, e acentuadas na década de 1990. Elas repercutiram diretamente na produção do espaço urbano de Itabatã, processo fundamental para se entender também a sociedade. Conforme afirma Milton Santos, “a sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos aos espaços pela sociedade [...]” (SANTOS, 1992, p. 49).

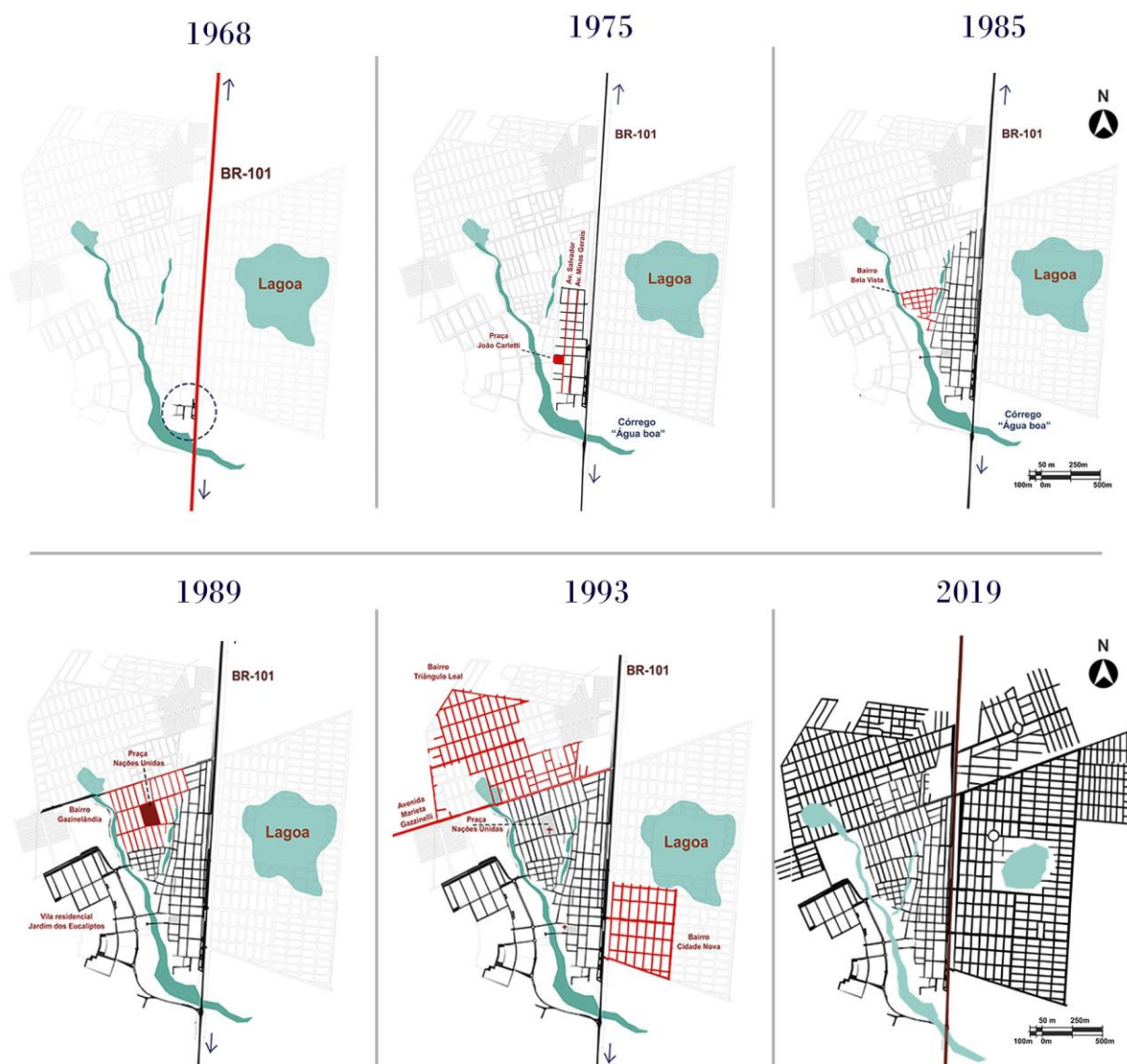
Em Itabatã, as atividades produtivas alteraram-se ao longo do tempo, transformando o povoado rural em um pequeno núcleo urbano, um centro local que, após a instalação de uma multinacional, a Bahia Sul Celulose (atual Suzano S.A.), foi inserido na rede econômica global. Dessa maneira, o solo em Itabatã passou a ser valorizado, o preço dos terrenos aumentou de modo significativo. Conjuntamente, os problemas ambientais, as desigualdades socioeconômicas e os conflitos territoriais também foram acentuados.

Foi destacado nos relatos a falta de crença no crescimento dessa localidade, pois entre as décadas de 1960 e 1970 não havia expectativa de que o povoado cresceria tanto, e de modo tão acelerado. Todavia, de um modo geral, os moradores entrevistados sentem muito orgulho de Itabatã hoje, e enfatizam os novos estabelecimentos e melhorias que foram conquistados. Dentre eles, bancos, supermercados de maior porte, novas escolas municipais e federais, além de instituições de ensino superior. O passado é visto como uma fase difícil, e cada infraestrutura foi uma grande conquista. Por outro lado, também é evidenciada a falta de investimentos pelo poder público, e a precária gestão quanto aos ganhos econômicos do município. Nesse sentido, a insatisfação dos moradores foi muito expressiva, conforme um dos relatos: “[...] pelo dinheiro que corre em Itabatã, no município de Mucuri, isso aqui hoje era pra tá melhor” (NETO, Entrevista, 2018).

As plantas de evolução da malha urbana, em subseqüentes fases (Figura 103), revelam o quanto a sede do distrito se desenvolveu a partir de poucas habitações próximas à linha d’água e à beira da rodovia BR-101, em 1967, chegando à conformação que possui hoje. É nítida a criação de muitos bairros em zonas urbanas de expansão ao norte, sobretudo a partir da década de 1990, período em que a fábrica Bahia Sul Celulose começou a operar suas atividades. É ainda possível perceber que no curto intervalo de 1988 a 1993, as expansões territoriais se intensificaram à medida

que se desenvolveram as atividades da fábrica. Atualmente, em 2019, a escala do distrito ultrapassa os limites municipais de Mucuri, ao norte, atingindo o município de Nova Viçosa, e novos loteamentos crescem de modo acelerado.

Figura 103 - Plantas faseadas do crescimento de Itabatã (1968 - 2019)



Elaboração: própria autora.

É importante considerar que, com a atração de muitas pessoas de outras localidades, grande parte da população atual de Itabatã tenha nascido ou crescido em outras cidades, ou mesmo, regiões. É provável que esse fato, associado ao desconhecimento da história local, tenha causado reflexos negativos na identidade de muitos moradores, que ainda não se veem como integrantes desse território. A falta de valorização da memória e cultura locais também pode contribuir para uma “crise identitária” em Itabatã, que carece de espaços simbólicos e que valorizem a memória do lugar. Mesmo para a autora desta dissertação, que cresceu em Itabatã, foi bastante

complexo investigar acerca desses aspectos, pois não havia reconhecimento de muitos espaços simbólicos e de valor histórico em Itabatã.

Por fim, compreende-se que nem todas as decisões sobre o que é local foram definidas pelos residentes, haja vista a implantação da rodovia BR-101 e da fábrica Suzano Papel e Celulose. Porém, o conhecimento de sua história amplia as possibilidades da população na construção de um futuro mais coerente e em respeito aos elementos naturais e às preexistências. Assim, valorizam-se as heranças culturais e históricas de Itabatã, permitindo, ao longo do tempo, a perpetuação das mesmas no espaço.

5.2. A CULTURA LOCAL E OS ESPAÇOS SIMBÓLICOS

No processo de apreensão do espaço, segundo Bastos (1998) há duas dimensões a serem consideradas, a primeira é a dimensão concreta, representada por aquilo que se vê materializado no espaço, sua funcionalidade e características físicas. Esses aspectos são muito importantes para a pesquisa, e foram enfatizados nos capítulos anteriores. A segunda é a dimensão considerada simbólica, marcada pelas representações e seus significados, estabelecendo relação direta com a cultura. Portanto, apreender o espaço urbano de Itabatã requer uma atenção de ambas dimensões, sendo a simbólica melhor dissertada neste fragmento da dissertação.

O Brasil é um país muito rico culturalmente, sua diversidade é vasta devido a fatores como a grande variedade das tribos indígenas que aqui habitavam, ou à formação de núcleos isolados, sejam eles quilombolas ou de imigrantes europeus (CLAVAL, 1999). Ou seja, a cultura brasileira é diversa e sua formação se deve a muitas outras culturas, que compõem um mosaico cultural. Essa particularidade é muito expressiva em Itabatã devido sua proximidade com culturas de diferentes estados, e também reflete a formação da região Sul da Bahia, onde se encontram os primeiros núcleos de colonização pelos portugueses, estando no contexto da chamada "Costa do Descobrimento".

No âmbito da geografia cultural, a partir das discussões levantadas por Paul Claval, define-se cultura como:

[...] o conjunto de representações sobre as quais repousa a transmissão, de uma geração a outra ou entre parceiros da mesma idade, das sensibilidades, ideias e normas. Ela inclui imagem do meio ambiente próximo e os conhecimentos, práticas e ferramentas que permitem tirar partido dele. (CLAVAL, 2002, p. 142).

Portanto, é possível perceber a forte relação entre cultura e paisagem, sendo esta segunda, o meio pelo qual a primeira se espacializa, ganha materialidade. Dessa maneira, modela-se o que pode ser chamado "paisagem cultural", que segundo Corrêa (1999) é um conjunto de elementos e formas físicas dispostos no espaço e resultantes da ação humana sobre a natureza. Nesse sentido, observa-se em Itabátã uma paisagem cultural muito diversificada, que agrega características culturais e elementos de estados adjacentes. Essa mescla cultural provoca discussões a respeito de identidade, regiões culturais e definição de fronteiras, conforme apresentado ao final do capítulo 3. Neste capítulo, ao dissertar acerca da cultura, é necessária uma abordagem interdisciplinar, na qual história, geografia, antropologia e ciências sociais se convergem.

Nessa perspectiva, elementos e manifestações da cultura local de Itabátã podem ser identificados em espaços simbólicos, especialmente na Praça João Carletti e suas proximidades. A começar pela Capoeira, expressão cultural brasileira que agrega elementos da arte marcial, esporte, cultura popular, dança e música. Essa prática é ensinada de modo oral e gestual, seja na rua ou academia, fomentando relações de sociabilidade e familiaridade entre mestres e aprendizes. O instrumento musical mais importante na Capoeira é o berimbau (Figura 104) que, acompanhado do caxixi, comanda a roda, marcando seu início e fim, e também determina a velocidade e estilo. O grupo atuante em Itabátã é representado pela Associação de Capoeira Arte e Recreação Berimbau de Ouro, criada em 1985 e conhecido como ACARBO, cujo símbolo é apresentado na Figura 105.

Figura 104 - Instrumentos musicais da Capoeira

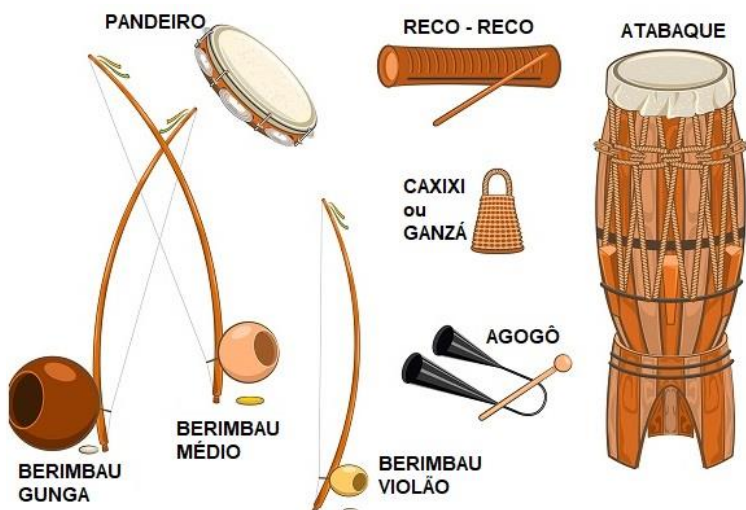


Figura 105 - Símbolo da ACARBO



Fonte: Acarbo.

Figura 106 - Grupo ACARBO de Itabátã, no Berimbau o Mestre de capoeira Jorge Souza (2014)



Fotografia: Manu Dias.

Resgatando as raízes da cultura afro-brasileira, a ACARBO desenvolve um trabalho educacional e sociocultural, atuando em outras regiões e cidades da Bahia, especialmente em Santo Amaro. A associação possui diversos projetos, como o Projeto Resgate Cultural e Social, fomentado pelo Ponto de Cultura do Estado da Bahia. O Grupo ACARBO de Itabátã tem como mestre de capoeira Jorge Souza, apresentado na Figura 106, sendo um grupo de muita história e representatividade na região. Há quase 34 anos a ACARBO organiza eventos que valorizam a cultura da capoeira, como o exemplo na Figura 107, abaixo.

Figura 107 - Roda de capoeira da ACARBO (1996)



Fonte: Jorge Souza (Mestre de capoeira)

A ACARBO ainda realiza viagens para comemorações e encontros culturais, não só pelo estado da Bahia (Figura 108), mas também pelo norte do Espírito Santo, como o evento mostrado na Figura 109, em Conceição da Barra (ES).

Figura 108 – ACARBO comemorando 40 anos de Capoeira Mestre Macaco, Santo Amaro (BA), 2015



Fotografia: Manu Dias.

Figura 109 – 39º batizado e troca de cordéis da ACARBO, Conceição da Barra (ES), 1998



Fonte: Jorge Souza (Mestre de capoeira).

Em Itabatã, as aulas e práticas de capoeira da ACARBO ocorrem no Ponto de Cultura (Figura 110), um espaço institucional próximo à rodovia BR-101, de considerável simbolismo para alguns moradores. Todavia, o grupo também desenvolve práticas de capoeira em espaços públicos locais, tais como escolas (Figura 111), quadras esportivas e praças (Figura 112), principalmente na Praça João Carletti, espaços que se transformam em palco para a manifestação da cultura local.

Figura 110–Ponto de Cultura, espaço da ACARBO em Itabatã



Fotografia: Manu Dias.

Figura 111 - Grupo ACARBO em roda de Capoeira na quadra do Colégio Frei Ronaldo



Fonte: Jorge Souza (Mestre de capoeira).

Além da Capoeira, a Associação também estimula outras práticas, dentre elas o Maculelê (Figura 113), o Jongo (Figura 114), e o Samba de Roda (Figura 115). Também promovem oficinas artísticas, como fabricação de instrumentos, e reforço escolar para crianças e adolescentes.

Figura 112 - Grupo ACARBO praticando capoeira na praça (2012)



Fotografia: Manu Dias.

Figura 113 - Apresentação cultural do Maculelê pela ACARBO, em Itabatã (2011)



Fonte: ACARBO.

Figura 114 - Apresentação cultural do Jongo pela ACARBO, em Itabatã (2011)



Fonte: ACARBO.

Figura 115 - Apresentação cultural da Roda de Samba pela ACARBO, em Itabatã (2011)



Fonte: ACARBO.

A tradicional feira orgânica representa um espaço simbólico local, no qual os moradores podem desfrutar de aromas, sabores e encontros com amigos de Itabatã e demais localidades. A feira acontecia no núcleo fundacional do distrito, e com o tempo, seu local foi, aos poucos, transferido para outros espaços públicos. Atualmente está localizada no Mercado Municipal (Figura 116), amplo espaço coberto onde são vendidos artesanatos e produtos agrícolas locais. Nessa feira é possível encontrar produtos de outras cidades da Bahia e também do Nordeste.

Figura 116 – Fotografias do mercado municipal onde ocorre a feira de Itabatã (2018)



Fonte: própria autora.



Fonte: própria autora.

Nessa importante feira local há também produtos típicos da região do Extremo Sul da Bahia, como a moqueca doce (Figura 117), feita de tapioca com coco, enrolada na folha de bananeira. Essa receita é bastante peculiar, e expressa forte tradição indígena, sendo encontrada apenas nessa região da Bahia. Também há o famoso acarajé (Figura 118), especialidade gastronômica das culinárias africana e afro-brasileira, que pode ser encontrado nas ruas de Itabatã. O acarajé, conhecido no continente africano como *akara*, é um bolinho feito de massa de feijão-fradinho, cebola e sal, e posteriormente é frito em azeite de dendê. Em seu recheio é adicionado o vatapá, caruru, pedaços de tomate pouco maduro, e o camarão seco.

Figura 117 - Moqueca doce de tapioca e produtos derivados da mandioca, vendidos em Itabátã



Fonte: própria autora.

Figura 118 - Acarajé, vendido nas ruas de Itabátã



Fonte: própria autora.

A prática religiosa também é expressiva na cultura de Itabátã, sobretudo pela igreja católica, que desde a década de 1970 organizava festas paroquiais conhecidas pelas quermesses, e as procissões pelas ruas da localidade. Todavia, nas últimas duas décadas essas festividades têm sido adaptadas, ocorrendo em espaços fechados da instituição, e as procissões têm sido moderadas. A famosa festa do padroeiro São José Operário ainda é realizada, usualmente entre o final do mês de abril e início de maio, sendo uma das principais comemorações da comunidade. Essa festa ocorre na área livre da Igreja Matriz, a Praça Nações Unidas, na qual são organizadas barracas com comidas, jogos, e há também música ao vivo.

A Praça Nações Unidas, delimitada em 1988, inclui a Paróquia São José Operário, e o primeiro colégio com ensino médio do distrito, o Colégio Frei Ronaldo. Essa praça pode ser considerada outro espaço simbólico de Itabátã, pois nela ocorreram as principais festividades do distrito a partir da década de 1990, especialmente as festas religiosas. Também a Igreja São Miguel, em frente à Praça João Carletti, configura-se em elemento arquitetônico de referência para práticas religiosas locais. Apesar do considerável tempo de atuação da igreja católica em Itabátã, não há um acervo geral com fotografias que retratem seus festejos. Muitos registros estão dispersos em arquivos pessoais dos moradores, outros arquivos foram perdidos com o tempo, o que prejudicou o levantamento fotográfico acerca das festas religiosas. Fotografias recentes (Figura 119) revelam que as procissões e quermesses ainda são praticadas, porém foram adaptadas aos tempos modernos. Além de serem divulgadas pela *internet*, também estão cada vez mais reclusas, ocorrendo principalmente em espaços fechados.

Figura 119 – Fotografias de procissões religiosas pela igreja católica, Itabátã



Fonte: PASCUM - São José Operário.

Outras duas práticas culturais identificadas foram o jogo de futebol e o rodeio, que apesar de não serem atividades específicas de Itabatã, assim como as anteriores, são práticas que marcam a vida dessa comunidade. O futebol é, para muitos, importante instrumento de manifestação da cultura nacional brasileira, que em Itabatã é bastante valorizado desde a década de 1970. Nessa década, foi formado o primeiro time oficial do distrito, que se manteve atuante ao longo do tempo, como mostra o comparativo das fotografias de décadas passadas (Figura 120). Essa prática foi muito comentada pelos entrevistados, que apresentaram suas fotografias de antigos times locais. Com o passar do tempo, os campos de futebol improvisados foram ocupados por edificações. Atualmente persiste um grande campo de futebol ao ar livre, no bairro Triângulo Leal, muito frequentado aos domingos.

Figura 120 - Fotografias do time de futebol de Itabatã (1977 e 1985)



Fonte: Wesley Lima (morador entrevistado).

O rodeio, por sua vez, é uma atividade competitiva considerada, por muitos, uma prática cultural que representaria o campo, sendo inspirada nos Estados Unidos, e que no Brasil incorporou a música caipira e sertaneja. No entanto, essa é uma questão muito contestada, especialmente por defensores dos animais. Eles apresentam fatos revelando a crueldade dessa prática, visto que as provas colocam touros, cavalos e outros animais em situações de estresse físico e psicológico. São discussões muito pertinentes, que podem contribuir para a reformulação de determinadas práticas culturais consideradas violentas. No município de Mucuri, os rodeios costumam acontecer em espaços livres nas zonas rurais, mas também ocorrem nas zonas urbanas como em Itabatã (Figura 121).

Figura 121 - Fotografias do rodeio, e do local onde ocorre a prática, Itabátã (2018)



Fonte: Diego Ramon.



Fonte: própria autora.

Dentre os espaços simbólicos de Itabátã, cabe lembrar a Praça João Carletti, delimitada na década de 1970 nas proximidades do núcleo fundacional do povoado, e que ainda hoje destaca-se como espaço livre de encontro das pessoas e de manifestação cultural. No seu entorno imediato está a Igreja católica de São Miguel (Figura 122), primeira igreja católica do distrito. Nota-se que a igreja não possui mais a arquitetura original da antiga capela, construída na década de 1970.

A Praça João Carletti é um espaço muito versátil, sendo um local calmo e de contemplação durante o dia, e à noite um espaço movimentado, com atividades diversas, especialmente aos sábados. Devido à revitalização de 2011, a praça recebeu equipamentos de lazer, pavimentação, e mais árvores foram plantadas. Essas melhorias potencializaram o poder atrativo da praça, e ao mesmo tempo, reforçaram o caráter histórico desse espaço, que recebeu também, o monumento em homenagem a Antônio João Carletti (Figura 123).

Figura 122 - Igreja São Miguel, Itabátã (2017)



Fonte: própria autora.

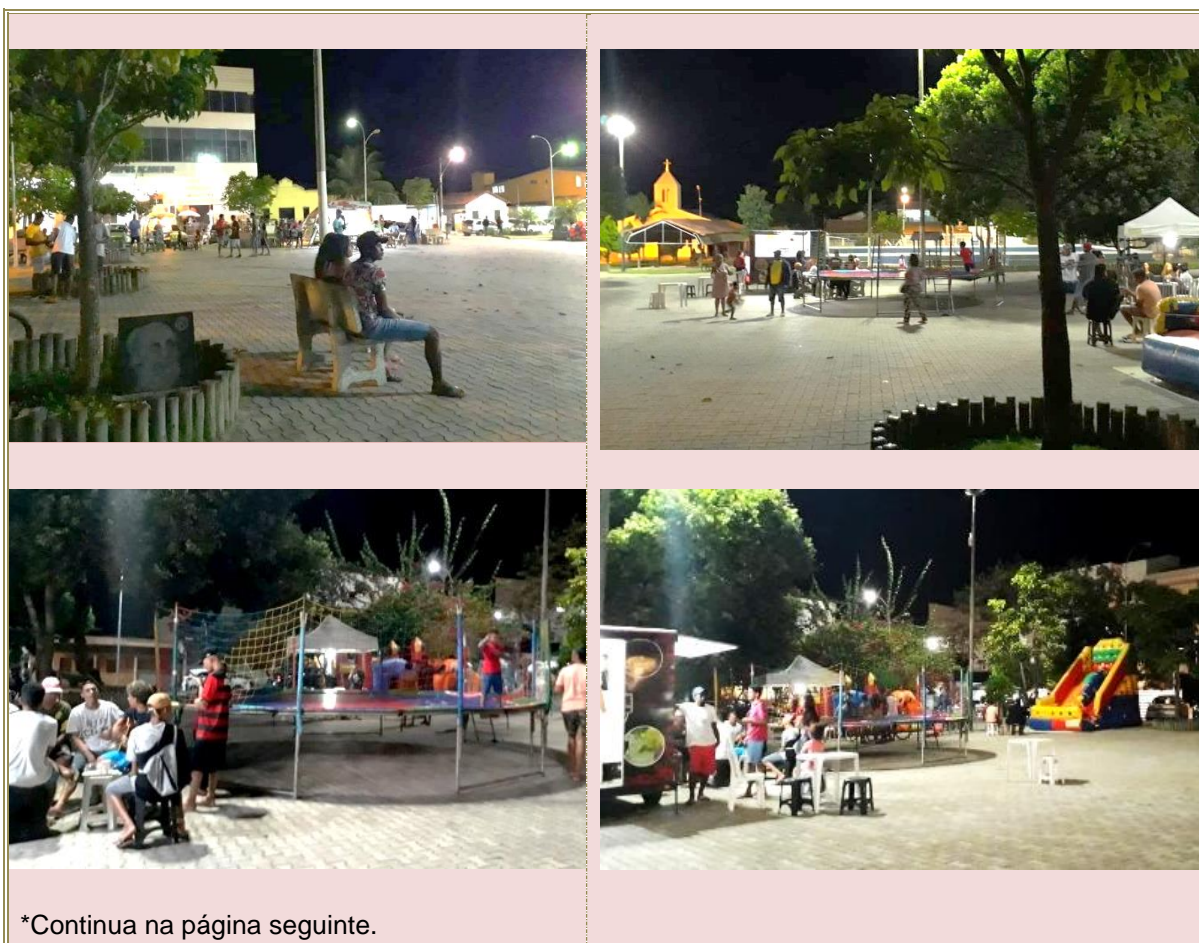
Figura 123 – Equipamentos e áreas de lazer na Praça João Carletti, Itabátã (2019)



Fonte: própria autora.

Além da capoeira, outras práticas e vivências podem ser identificadas na praça João Carletti, como por exemplo as práticas expostas no Quadro 3. Há grupos que ocupam a praça para tocar instrumentos musicais, o que estimula dinamismo e novas experiências nesse espaço público. Os equipamentos instalados após a reforma, como o *playground*, a quadra esportiva, e o jogo de bocha, também são bastante utilizados e contribuem para a atração de pessoas. Outros equipamentos e serviços ocorrem de modo temporário, especialmente nos finais de semana, como os brinquedos infláveis e pula-pula, muito utilizados pelas crianças; e os *food trucks*, caminhões de alimento que atendem no espaço da praça. Os comércios do entorno imediato também utilizam desse espaço público, como apoio, estendendo suas mesas para o interior da praça. Esse espaço simbólico, um dos principais em Itabátã, faz parte da história local. Por isso, sua permanência e renovação, ao longo do tempo, reforça a identidade dessa comunidade e valoriza a memória de Itabátã.

Quadro 3 - Fotografias das práticas socioculturais identificadas na Praça João Carletti, Itabátã (2019)





Fonte: própria autora.

Alguns espaços públicos, apesar de serem mais recentes e modestos, também expressam e preservam cultura e costumes locais, como por exemplo a Biblioteca Municipal de Itabatã, apresentada no capítulo 2. Na Biblioteca, frequentada timidamente por crianças e pessoas idosas, é possível encontrar informações históricas e turísticas do município de Mucuri.

Outro espaço simbólico para os moradores é a “Praça do Pica Fumo”, que por muito tempo foi um descampado onde companhias de circos e parques itinerantes se estabeleciam, por um tempo. Essas estruturas temporárias alteravam a dinâmica desse lugar, estimulando novas vivências e interações sociais, principalmente pelas crianças. Em poucos anos, ao redor da praça surgiram os pequenos comércios e bares. No entanto, práticas inconvenientes, como tráfico de drogas e alcoolismo, passaram a caracterizar esse espaço, que foi marginalizado. Com o tempo, o cenário de marginalização foi sendo alterado, e hoje, a “Praça do Pica Fumo” está reformada, recebeu um coreto, e é muito frequentada por crianças e moradores do entorno. Especialmente no final da tarde, algumas pessoas permanecem no local para observar o movimento da rua.

Figura 124 - Fotografias da “Praça do Pica Fumo” após reforma (2019)



Fonte: própria autora.

É interessante perceber que, apesar de ter se urbanizado, Itabátã ainda preserva antigos costumes de quando era um povoado rural. Isso é evidente, sobretudo, quanto à relação de proximidade entre os moradores e o espaço exterior das residências, a esfera pública. Essa peculiaridade se manifesta nas apropriações e costumes identificados em espaços públicos de Itabátã, que vão recebendo novos significados com o tempo.

Na formação territorial do núcleo urbano de Itabátã foram comuns os extensos vazios urbanos, o que favoreceu as apropriações e os usos espontâneos, especialmente associados ao esporte e recreação infantil. Nesses casos, o vazio mostra sua potencialidade para estimular a criatividade no uso dos espaços públicos. A partir dos exemplos empíricos apresentados no Quadro 4, observa-se que, no núcleo urbano de Itabátã ainda é possível encontrar pessoas sentadas nas calçadas no fim de tarde, por vezes com cadeiras de casa, as crianças brincando nas ruas, dentre outros costumes locais.

Quadro 4 - Apropriações e costumes nos espaços públicos de Itabátã (2019)





Fonte: própria autora.

Portanto, na paisagem e nos espaços públicos de Itabatã estão presentes traços da cultura local, aspectos peculiares de uma comunidade que preserva costumes do passado, mas também agrega práticas da contemporaneidade. Nessa lógica, segundo Claval (2002, p. 146), a paisagem modelada pelo ser humano, e os elementos que a compõem, pode ser considerada uma “vitrine permanente de todo o saber” uma vez que permite a decodificação e transmissão da cultura, seus conhecimentos e símbolos. No entanto, ao mesmo tempo essa paisagem também pode ser entendida como a “matriz da cultura”, pois “carrega a marca das culturas que a formaram”. Ou seja, a paisagem, enquanto espacialização de uma cultura, perpetua tradições, valores e crenças, como uma verdadeira vitrine na qual as heranças são expostas. Ao mesmo tempo, a paisagem também é fonte constante de criação cultural (matriz) fazendo emergir novos elementos, conhecimentos e símbolos.





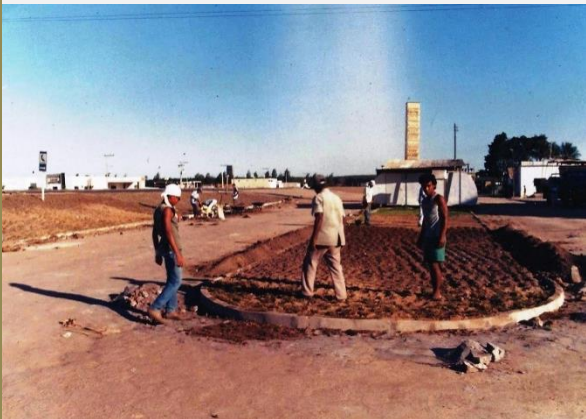

5.3. AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS EM ITABATÃ

A urbanização no distrito de Itabatã ainda está em curso, e ao longo desse crescente processo, transformações foram constatadas, tanto na morfologia urbana, quanto na (re)produção do espaço. Evidenciadas pelas imagens do Quadro 5, essas transformações modificaram os espaços de sociabilidade, as arquiteturas, cursos d’água, elementos urbanos, usos e costumes. Enfim, reformularam a paisagem de um povoado rural, criando a paisagem urbana da atual sede do distrito de Itabatã.

As plantações de eucalipto, iniciadas na década de 1970, por muito tempo marcaram a paisagem da região, bem como de Itabatã. Com a expansão urbana, observa-se desde 2010, a redução das plantações de eucalipto na sede do distrito, todavia tais plantações ainda se fazem muito presentes nas paisagens do município Mucuri.

Desse modo, a partir da década de 1990, a modernização do campo associada à crescente urbanização criaram uma nova paisagem, mais padronizada e urbana. Além disso, emergiram as propagandas, as torres de comunicação, arquiteturas religiosas foram reformuladas, e praças foram revitalizadas; em suma, mudaram-se os tempos e também a estética desses espaços.

Quadro 5 - Imagens comparativas evidenciando as transformações na paisagem de Itabátã

ANTES	DEPOIS
<p>197-</p>  <p><i>Primeiras casas à margem da BR-101</i></p>	<p>2018</p> 
<p>1985</p>  <p><i>Terminal Rodoviário de Itabátã</i></p>	<p>2019</p> 
<p>(s.d.)</p>  <p><i>Trecho da Avenida Espírito Santo</i></p>	<p>2019</p> 

Início década 1980



Núcleo fundacional de Itabata

(s.d.)



Avenida Espírito Santo

1991



Praça João Carletti

199-



Margem da BR-101 (centro)

2017



2017



2013



2017





Elaboração: própria autora.

A igreja São José Operário foi reformada a partir de 2012, recebendo uma nova arquitetura que, no entanto, mantém traços do desenho original. O sino, comum em capelas de cidades pequenas, e que antes marcava o tempo no antigo povoado rural de Itabatã, foi substituído. No entanto, sua representação ainda persiste, pois apesar de reformada e modernizada, na Igreja católica Matriz, ainda se emite o som de um relógio, marcando os horários principais do dia e também das celebrações religiosas.

Com o tempo, as linhas d'água foram se esgotando, lagoas e a boa parte da vegetação nativa, característica de Mata atlântica, desapareceram. Deram lugar às edificações e às plantações de eucalipto, dentre outras mudanças resultantes das demandas do capital industrial. Arquiteturas do passado, como a Escola Antônio João Carletti e a Capela São Miguel, foram completamente modificadas.

Também foram identificadas algumas “rugosidades”, permanências na paisagem, como a Praça João Carletti, e a própria rodovia BR-101, elemento embrionário de Itabatã. Por entre as casas do Centro, não é fácil encontrar uma arquitetura antiga. No entanto, resquícios modestos puderam ser reconhecidos, dentre eles uma pequena casa à margem da rodovia BR-101, apresentada na Figura 125. Essa edificação, feita em adobe, persiste na paisagem, sendo a marca de uma paisagem pretérita de Itabatã.

Figura 125 – Casa com arquitetura original no núcleo fundacional de Itabatã (2018)



Fonte: própria autora.

Portanto, a paisagem singular e modesta de Itabatã apresenta marcas espaciais da formação de seu território. A memória do lugar revela aspectos significativos de uma comunidade e sua cultura. Nessa perspectiva, a paisagem construída e moldada pela ação humana é valorizada como herança cultural, o que reforça a importância da memória coletiva e do enraizamento para a sociedade. As transformações também compõem a história desse lugar e criam as novas paisagens, mais modernas,

refletindo o contexto atual da globalização. A todo o momento, a história é construída e renovada, e com ela também os “espaços sociais”. Logo, o ser humano também é um ser histórico, e essa consciência pode ser evidenciada com a revalorização do passado. Entender o passado, contrapondo-o ao presente, é fundamental na compreensão do espaço urbano. Com isso, pode-se contribuir para melhor apreensão das transformações em andamento, bem como tendências para o futuro de Itabatã.

5.4. AS LEMBRANÇAS DOS MORADORES DE ITABATÃ

A memória social é fundamental para o enraizamento e identidade, como foi dissertado no início deste trabalho. Segundo Ecléa Bosi:

Escutando muitos depoimentos, nós percebemos que os bairros têm não só uma fisionomia como uma biografia. O bairro tem sua infância, juventude, velhice. [...] Nas histórias de vida podemos acompanhar as transformações do espaço urbano; a relva que cresce livre, a ponte lançada sobre o córrego, a divisão dos terrenos, a primeira venda, o primeiro bazar. As casas crescem do chão e vão mudando [...] (BOSI, 2003, p. 73).

Assim, também as cidades têm sua biografia, e ouvi-la de memórias orais é um processo que aguça a imaginação. Passa-se a enxergar no espaço atual o que não existe mais, as paisagens pretéritas. E nesse processo, “a memória dos velhos desdobra e alarga de tal maneira os horizontes da cultura que faz crescer junto com ela o pesquisador e a sociedade onde se insere (BOSI, 2003, p. 69).

Reconhecendo as lembranças dos moradores de Itabatã, neste último subtema busca-se refletir acerca das memórias resgatas pela memória oral. A seguir, alguns dos relatos dos moradores de Itabatã, idosos que veem nessa espacialidade símbolos e significados de um tempo passado. Suas memórias enfatizam a nostalgia de costumes, pessoas, e elementos naturais:

“A maior saudade que nós temos aqui é das matas nativas, porque hoje num existe mais, num adianta, tá só esse eucalipto aí. Então, a gente tem saudade disso aí, num é?! A criação de gado que hoje diminuiu. Naquele tempo tinha muita lavoura de mamão, melancia, melão... os japoneses trabalhou muito com isso aí né? Dava muito emprego a esse pessoal menos qualificado, e hoje, não; hoje, só quem tá trabalhando mais é as pessoas mais qualificadas.” Antônio da Pureza, entrevista, 2018.

“Sabe o quê que eu gostava daqui?! É pra olhar aqueles menino, aquele tanto de menino, aquelas vasilha, aquela bacia de vasilha com as roupa, e descer aqui nessa rua toda vida. Tinha um “correguinho” que passa lá [...]. Aí a gente ía, e esses menino

tomava banho, gente lavava roupa, e era tanta gente [...]. Cada um levava uma coisa. 'Menino, cê leva isso!'. Um levava um vasilho, um levava umas roupa, e eu levava roupa na cabeça. E era assim, e os menino era tudo pequeno, era bom, eu gostava.”
Lídia Souza, entrevista, 2018.

Figura 126 – Colagem fotográfica - Os moradores de Itabátã entrevistados



Fonte: própria autora.

A estreita relação com os moradores de zonas rurais, do interior do distrito, também se expressa nos relatos. Algumas pessoas, como o Sr. Valmir de Souza, moravam em áreas rurais no entorno da sede do distrito de Itabátã. Ele nasceu na localidade e conta que sua primeira lembrança é de 1974/1976, memória que resgata o aspecto rural do povoado na década de 1970:

“Conheci Itabatã com 60 casas; morava distante 7 km, porque era enconstadim do meu território mesmo. E, pra mim chegar de Itabatã,... do meu lugarzim que eu morava até Itabatã, era carreirinho de gado, carreirinho de pé que a gente andava. Atravessa um rio, que era o mucurizinho, que cê tinha que atravessar em cima da pinguela. Quando chegava em Itabatã, cê batia de cera até meio-dia pra vender um saco de farinha. Com muita luta cê conseguia vender um saco de farinha. Todo dia eu tava aí vendendo.” Valmir de Souza, entrevista, 2018.

Um dos poucos saudosismos ao passado é a tranquilidade do lugar, que era considerado pacato e seguro. Para alguns, esses aspectos se mantêm, sendo a característica de Itabatã que mais agrada, a tranquilidade e o fato de ainda ser um lugar pequeno. Todavia, outros moradores reconhecem que o crescimento acelerado e a chegada de muitas pessoas de outras regiões criaram uma dinâmica urbana inexistente no antigo povoado rural. Nesse sentido, tem-se o seguinte relato:

“A gente tem saudade das pessoas; naquele momento a gente tinha mais paz, mais tranquilidade do que hoje, porque antigamente... procê vê, quando eu era mascate [...] antes transportava mercadoria em dois ou três jumento, num tinha perturbação nenhuma. Hoje, tamo dentro de casa com as porta fechada e com medo. Na época, era tranquilidade. No passado daqui era muito bom.” Dionísio do Nascimento, entrevista, 2018.

“Assim, o pessoal era mais amigo, todo mundo conhecia todo mundo, a cidadezinha era pequenininha, entendeu?! Então, a gente sabia quem era quem, um por um, dedo por dedo. Agora hoje não [...].” Wesley Lima, entrevista, 2018.

O medo foi relatado com certa frequência, associado às notícias que ganham maior proporção em uma localidade como essa, especialmente no mundo globalizado, em que a comunicação é praticamente instantânea. Logo, muitos moradores comentaram sobre o medo da crescente violência urbana, que para eles não existia antes quando Itabatã era um povoado rural. Quanto a esse tempo, eles comentam em tom de nostalgia:

“A população também que era muito unida. O povo era daqui mesmo né, a gente saía sem medo. Hoje em dia não; cê tem medo de sair; eu por exemplo, eu tenho.” SOUZA Valdina, entrevista, 2018.

“Eu tenho saudade assim, de uma coisa, que quando eu era criança eu tinha condições de andar daqui de Itabatã até lá em casa na roça, que é pertinho. Então cê andava de olho fechado, sem medo de um marginal, um ladrão. E hoje cê não tem condições de andar mais nem 2 km, né?! Não tem mais condições de andar, porque senão cê é assaltado.” SOUZA Valmir, entrevista, 2018.

Também os rios e os córregos são mencionados com frequência, revelando experiências e vivências sociais do passado:

“Aquele rio que hoje joga esgoto, ali é que a gente tomava banho... lavava roupa, lavava v. asilha. Aquele rio era uma benção, uma beleza”. (Rio que passa ao fundo, e sai na BR-101). Aristé Lima Dos Santos, entrevista, 2018.

“O rio Mucuri que era farturoso, com muitos peixes. Também o córrego Água Boa, onde as pessoas lavavam roupa. Havia também muitos fazendeiros que forneciam alimento.” Carlos de Souza, entrevista, 2018.

“Tinha dois rios que passava aqui em Itabatã, que eram importantes pra população; todo mundo utilizava lavando roupa, vasilha, tomando banho [...]. E hoje, praticamente tá em esgoto, corre esgoto neles. [...] era dois riachos/córregos que era uma maravilha.” Antônio da Pureza, entrevista, 2018.

A Praça João Carletti, local de referência para Itabatã, é lembrada como espaço de manifestação cultural. A Sra. Aristé Dos Santos lembra do Canto de Reis e da festa junina, que eram realizadas nessa praça; porém, na atualidade, não acontecem mais.

Nos relatos é evidenciada a mudança nas relações sociais, visto que o crescimento de Itabatã confere, à localidade, um porte de cidade, uma dimensão urbana que não havia até então. Com isso, cresce o número da população, seja pelos novos nascimentos ou pela chegada de pessoas de outras regiões. Os laços sociais são ampliados, cria-se uma trama mais ampla. Por isso, os entrevistados mencionaram, com frequência, o fato de atualmente não conhecerem mais os moradores, enfatizando uma mudança na base das relações sociais:

“Aquele tempo que a gente não preocupava com filho, filho saía brincando, sumia o dia todo brincando, cê num preocupava né. Hoje, é preocupante, já, a situação.” Aristé Lima Dos Santos, entrevista, 2018.

“Então, poderia dizer que na minha época de infância, eu conhecia todo mundo em Itabatã. Hoje é difícil falar isso.” Paulo Griffo, entrevista, 2018.

“Era um lugarzinho assim, mais pacato, todo mundo conhecia todo mundo né? A gente tinha mais, assim, integração, devido ser pouca gente né?!” Antônio Maciel da Pureza, entrevista, 2018.

Em relação a essas mudanças nas relações sociais, Ecléa Bosi (2003, p. 70) comenta sobre o esforço da memória e sua relação com a coletividade: “[...] o meio urbano afasta as pessoas que já não se visitam, faltam os companheiros que sustentavam as lembranças e já se dispersaram. Daí a importância da coletividade no suporte da memória.” Portanto, valorizar história oral desses moradores é fundamental para a preservação de uma memória coletiva.

Essa coleção de memórias dos moradores mais longevos de Itabatã enriquecem o imaginário acerca do passado, e favorecem a compreensão da paisagem a partir de dimensões pretéritas. Revelam as singulares apropriações e usos pelos moradores, antigos costumes e lugares que marcavam, ou ainda marcam, essa localidade. O resgate dessa memória oral evidencia as peculiaridades de Itabatã, e ainda revelam as raízes locais, reduzindo a “ruptura biográfica” pela qual o distrito passa atualmente. São identidades e memórias individuais que resgatam uma memória coletiva, não apenas das pessoas, mas também do lugar que elas habitam e pertencem. Histórias orais que se inter cruzam e se complementam, compondo esse rico mosaico de lembranças e eventos que recontam a historiografia de Itabatã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



*Tudo aquilo cuja memória
é preservada
não tem o mesmo significado
para a geração presente e
para as gerações futuras.
O valor do passado está ligado
em definitivo
ao sentido que lhe é dado
pelas pessoas de hoje.*

Paul Claval (1999)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho destaca a forma como o ser humano se relaciona com o ambiente natural, ocupando-o e, assim, transformando a paisagem, que emoldura as práticas sociais. Também evidencia a produção do território enquanto um processo de “culturalização” do espaço, e de expressão das atividades produtivas em diferentes contextos espaciais e temporais. Com a abordagem pela geografia histórica percebe-se que, desde o período colonial, a exploração dos recursos naturais no Extremo Sul da Bahia foi sustentada por discursos de desenvolvimento e progresso. Isso se torna evidente desde os relatos dos viajantes do século XIX, até os relatos atuais dos moradores, quanto à história do distrito de Itabátã.

Nesse sentido, a análise da formação territorial de Itabátã, em múltiplas escalas, revela muitos conflitos socioespaciais, que remetem às relações de poder no processo de apossamento e “culturalização” do espaço, processo que no contexto do Extremo Sul da Bahia foi bastante agressivo, desde o período colonial quando a região já apresentava certa “vocação madeireira” (SEI, 2012). E apesar de estar inserido na região do Extremo sul da Bahia, um território cultural diversificado e de grande valor para a história e cultura brasileira, em Itabátã não são muito evidentes suas expressões culturais. Elas existem, porém, são manifestadas nos espaços públicos de forma tímida, com pouco apoio de políticas públicas que possam contribuir para preservar a memória social e cultura do lugar.

Diferente do que foi pensado anteriormente   concretiza o desta pesquisa, a gênese de Itabátã não está ligada às grandes empresas de papel e celulose. Isso porque suas origens remontam a décadas anteriores, quando da abertura da rodovia federal BR-101, em meados de 1960. Todavia, a expansão territorial e a transforma o da dinâmica rural para urbana têm rela o direta com as atividades industriais associadas à monocultura do eucalipto, especialmente após a constru o da Bahia Sul Celulose, iniciada em 1989. Após a instala o da fábrica voltada à produ o de papel e celulose, ocorreram mudanças significativas em Itabátã, visto que se desenvolveu uma nova dinâmica socioeconômica no município, bem como na região.

Percebeu-se, desde o início da década de 1990, um crescimento urbano acelerado, e pautado, sobretudo, por valores do capitalismo global. Os bairros projetados a partir de 1991, pelas imobiliárias, refletiram a valoriza o do solo em Itabátã. Ainda hoje

esses bairros não estão totalmente ocupados, e carecem de infraestrutura básica. A despeito disso, verificam-se novos loteamentos em processo de formação, tanto ao norte como ao leste do distrito, em zonas ainda pouco habitadas. Esse espraiamento territorial, intercalando áreas desocupadas e, ao mesmo tempo, criando novos lotes, expressa a especulação imobiliária em desenvolvimento na sede do distrito.

É evidente a inserção desse pequeno núcleo urbano em uma dinâmica econômica de maior escala que, associada ao processo de globalização, tem influenciado na construção do território de Itabatã. Este vem se reestruturando desde o final da década de 1980, apresentando mudanças na paisagem e nas relações sociais, que afetaram as vivências e a cultura da comunidade local. Com a monocultura do eucalipto, a paisagem da região tornou-se monótona, e muitos recursos naturais estão “sobrecarregados” e degradados.

Portanto, o recente espaço urbano de Itabatã tem sido padronizado, apresentando aspecto impessoal, e desconsiderando os valores históricos e culturais do lugar. Ao mesmo tempo, os raros espaços públicos simbólicos identificados não têm recebido o devido reconhecimento. As transformações na paisagem, associadas ao crescimento acelerado, favoreceram a desvalorização do passado, visto como retrocesso. A busca pelo “novo”, sustentada pelo desenvolvimento do capital a todo custo, fomentou apagamentos e transformações de elementos arquitetônicos. Consequentemente, houve a desvalorização da memória social de Itabatã e, com o tempo, suas permanências espaciais tornaram-se obsoletas.

As formalidades cresceram no local, e foram desenvolvidas instituições educacionais e de saúde, que até a década de 1990 eram bastante precárias. Entretanto, o crescimento econômico não foi acompanhado de um expressivo desenvolvimento social. Assim, mesmo na atualidade, muitas residências e bairros ainda permanecem em condições precárias, sendo numerosos os desafios enfrentados pela comunidade para melhorar a infraestrutura local. Além disso, a falta de organização e atenção por parte da administração pública dificultou a implementação de melhorias em novos loteamentos, que carecem de infraestrutura básica. Logo, as atividades econômicas desenvolvidas com o agronegócio modernizado da silvicultura estabeleceram uma nova dinâmica urbana local.

O rápido crescimento urbano, acelerado pelo capital industrial, também engendrou conflitos e desigualdades socioespaciais. “Estrias espaciais” foram evidenciadas em

um espaço que, de modo rápido, teve que se adaptar às novas demandas da indústria de papel e celulose. Além disso, considerando sua dimensão atual, os moradores de Itabatã passaram a ter uma sensação de insegurança, e medo da violência urbana. Entretanto, não é apenas a urbanização que fomenta tais inseguranças, também as notícias dos crimes e fatos violentos do lugar são amplamente compartilhadas, em detrimento da história e cultura de Itabatã. Apesar disso, ainda é possível identificar o esboço de uma nova tendência, caracterizada pela recente revalorização do passado, processo que ocorre também em outras cidades brasileiras, como afirma Maurício Abreu. Sendo assim, este trabalho identificou essa tendência em Itabatã a partir de 2011, após a revitalização da Praça João Carletti, criada em 1970, dentre outros espaços públicos que fazem parte da memória de Itabatã.

Constatou-se, ainda, que Itabatã passa por uma recente fase de crescimento econômico, com tímido investimento local. Isso porque, desde 2013 foram iniciadas obras significativas na infraestrutura urbana, como a pavimentação de ruas. Desse modo, inicia-se a valorização de bairros até pouco tempo negligenciados, dentre eles o Bela Vista e o Gazinelândia. Entretanto, do ponto de vista cultural, ainda é necessário ampliar, em muito, o reconhecimento de suas manifestações artísticas e culturais. Estas são extremamente relevantes para a identidade e memória coletiva da comunidade. Por isso, mudanças estruturais e novos paradigmas devem ser empregados, para que o espaço urbano de Itabatã manifeste não apenas a lógica do capital, mas também os traços culturais e históricos da comunidade.

Finalmente, percebe-se que há vantagens e desvantagens nesse crescimento econômico e urbano verificado na sede do distrito de Itabatã. Mas seria possível o crescimento constatado sem alterações significativas no espaço? Não seriam as transformações identificadas parte do processo de formação territorial, e de caracterização de Itabatã na atualidade? Quais os possíveis caminhos para um desenvolvimento urbano que valorize não apenas aspectos econômicos, mas também culturais? Essas são apenas algumas das questões que permeiam a discussão do crescimento de pequenos núcleos urbanos na contemporaneidade. Questões desafiadoras, que fomentam estudos futuros acerca do crescimento urbano da sede de Itabatã, e sua posterior conformação enquanto cidade pequena e globalizada.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio de Almeida. Sobre a Memória das Cidades. In: **Revista Território – LAGET/UFRJ**, n 4, Ano III, Jan/Jun. 1998.
- ABREU, Maurício de Almeida. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **Geousp**, 7, Universidade de São Paulo, 2000.
- ABREU, Mauricio de Almeida. Cidades: espacialidades e temporalidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Org) **Dilemas urbanos: Novas abordagens sobre a cidade**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 97-98
- ABREU, Maurício de Almeida. **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. 466 p.
- ALMEIDA, Ceciliano Abel de. Levantamento da Região entre os rios Mucuri e Itaúnas. In: **Estudos em Homenagem a Ceciliano Abel de Almeida**. Vitória: Editora da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1978. p. 21-55.
- ALMEIDA, Thiara Messias de et al. Reorganização socioeconômica no extremo sul da Bahia decorrente da introdução da cultura do eucalipto. **Sociedade e Natureza (Online)**, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 5-18, Dec. 2008.
- ALMEIDA, Thiara Messias de. **Cultivo de eucalipto no extremo sul da Bahia: modificações no uso da terra e socioeconômicas**. 2009. 121f. Dissertação (Mestrado). PRODEMA - Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, 2009.
- ARRUDA, Zuleika Alves. Cidades novas, pequenas e globalizadas – configurações espaciais em áreas de expansão do agronegócio. In: OLIVEIRA, José Aldemir de (Org.). **Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Editora UFAM, 2009. p. 159-166.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe: 1859**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.
- BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. Coordenação de Cultura. **Guia Cultural da Bahia: Extremo Sul**. Vol. 3. Salvador: A Secretaria, 1997.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. Ateliê Editorial, 2003.
- BOTECHIA, Flavia Ribeiro. Persistências da forma urbana: um estudo morfológico sobre o Eixo Maruípe. In: **IX Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo**, Barcelona-Bogotá, jun. 2017. Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori. Universitat Politècnica de Catalunya, 2017.
- BRANDÃO, Carlos. Território & desenvolvimento. **As múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora Uicamp, 2007.

BRAUDEL, Fernand. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. Paris: Armand Colin, 1949.

CARVALHO, Cecília Maria Mourão; COELHO, Adão César (Org.). **Colégio Municipal de Itabatan - Frei Ronaldo: Uma história em construção**. [s.n.] Itabatã - Mucuri, Nov. 2011.

CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de. Construção geográfica do Extremo Sul da Bahia. **Revista de Geografia**, UFPE, v. 3, n. 1, 2013.

CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de. Três décadas de eucalipto no Extremo Sul da Bahia. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, n. 31, p. 55-68, aug. 2012.

CERQUEIRA-NETO, Sebastião P. G de. Extremo Sul da Bahia: integração regional, uma utopia?. **V Simpósio Cidades médias e pequenas da Bahia**. 2016.

CLAVAL, Paul. Campo e perspectivas da geografia cultural. **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 133-186, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 41-53, 1999.

DIAS, Patrícia Chame. Questões iniciais para o estudo das relações campo-cidade na Bahia: processos e indicadores. In: FERLIN, Diva Maria Ferlin Lopes; HENRIQUE, Wendel (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI/Bahia, 2010. (p. 209-225)

D'ICARAHY, Leonardo Dantas. Trabalhadores Rurais e o surgimento do MST na Bahia (1978-1989): uma análise preliminar. **Anais**. 2016

DUARTE, Regina Horta. Olhares estrangeiros: viajantes no vale do rio Mucuri. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 267-288. 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST (1979-1999)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1999.

FERREIRA, Jurandyr Pires et al. (Ed.). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958.

FERREIRA, DAVID B. G. DE M. **Entre contatos, trocas e embates: índios, missionários e outros atores sociais no sul da Bahia (século XIX)**. Out. 2011. 156 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

FRESCA, Tânia Maria, Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator - Revista de Geografia da UFC [Online]** 2010, 9. Set-Dez. (Última consulta em 13 de fevereiro de 2018).

FROCHTENGARTEN, Fernando. "A memória oral no mundo contemporâneo". **Estudos avançados**, São Paulo, Vol. 19, N. 55, Dec. 2005, pp. 367-376.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. A Geografia Histórica e as formas de apreensão do tempo. **Terra Brasilis (Nova Série)** [Online], 2 | 2013.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. (Coleção Geografia e Adjacências). São Paulo: Annablume, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

JACOBS, Jane. (1960). **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões. In FERREIRA, Álvaro, RUA, João e MATTOS, Regina Célia. **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

MAGALHÃES, Clarissa et al. Território Extremo Sul da Bahia - Avanços e limites para um desenvolvimento com coesão social. In: **Anais...** XVI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR). Belo Horizonte, 2015.

MAIA, Doralice Sátyro. Uma cidade em (re)construção: a cidade da Parahyba (Brasil) no século XIX. In: VIII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2006. Cidade do México. **Anais...** Programa Provisional - VIII Colóquio Internacional de Geocrítica - Geografia Histórica e História del Territorio, 2006. v. 1. p. 1-11.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades pequenas como defini-las? Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas. In: OLIVEIRA, José Aldemir de (Org.). **Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. Manaus: Editora UFAM, 2009. p. 138-158.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Instrumentos para ocupação urbana em favor dos referenciais da paisagem. In: IX ENANPUR, Salvador, 2005.

MORAES, Cícero. Notas sobre os limites do Espírito Santo com a Bahia. In: **Estudos em Homenagem a Ceciliano Abel de Almeida**. Vitória: Editora da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1978. p. 56-61.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no 'longo' século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

PARAÍSO, Maria Hilda B. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In: **História dos índios no Brasil**. CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). São Paulo, Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura. FAPESP. 1992. p. 413 – 440.

RAFFESTIN, Claude. (1980). **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

RIBEIRO, Guilherme. Fernand Braudel e as metamorfoses do tempo e do espaço: o conceito de geohistória em La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II (1949

e 1966). **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 21, 2014.

ROCHA, Georges Souto. Problemas Políticos, Sócio-econômicos e Ambientais de Grandes Projetos Energo-intensivos: O caso da Indústria de Celulose e Papel no Extremo Sul da Bahia. **Anais** do I Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2002.

RUBIM, F. A. (1840). **Memorias para servir à História até o anno de 1817**, e breve noticia estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do Reino do Brasil, escriptas em 1818 e publicadas em 1840 por hum capixaba. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 2003.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: Ensaios. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. (1996) **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. (1978) **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SCOTT, Allen j. e STORPER, Michael. The nature of cities: The Scope and Limits of Urban Theory. **International Journal of Urban and Regional Research**, Jan. 2015, Vol.39(1), pp.1-15.

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA/Secretaria da Cultura. **Panorama cultural da Bahia**. Salvador: SEI/SECULT, 2012.

SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Projeções Populacionais para a Bahia 2010-2030**. Salvador: SEI, 2013, Série Estudos Especiais.

SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Bahia em números**, v. 13, Salvador, p. 1-152, 2014.

SILVA, Ligia Maria Tavares da. Trajetórias pela Geografia Histórica. IN: BEZERRA, Amélia Cristina Alves et al. (orgs) **Itinerários Geográficos**. Niterói: Eduff, 2007. p. 71-84.

SILVA, Marcelo Werner da. A Geografia e o estudo do passado. Conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais. **Terra Brasilis (Nova Série) [Online]. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 1, 2012.

SOARES, Lilian Campos et al. Caracterização de Acidentes Rodoviários e as Ações Governamentais para a Redução de Mortes e Lesões no Trânsito. **Revista Transporte y Territorio**/ 19, 2018.

SOJA, Edward. “Algunas consideraciones sobre el concepto de ciudades region globales”. **Ekonomiza Revista Vasca de Economía**, n. 58, 1º Quadrimestre, 2005, p.1-32.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades Pequenas: Perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **GeoTextos**, vol. 5, n. 2, dez 2009. 147-157. Acesso em: 20 Out. 2017.

WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano Von; **Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817**. Tradução de Edgar Sússekkind de Mendonça e Flavio Poppe de Figueiredo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, série 5, v. 1, 1940. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br>

SÍTIOS ELETRÔNICOS:

GODOY, Denyse. Fusão de Suzano e Fibria termina melhor do que começou. **Exame**, 3 dez. 2018. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/negocios/fusao-de-suzano-e-fibria-termina-melhor-do-que-comecou/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

LA TORRE, Wagner Giron De. 2015. <http://www.mst.org.br/2015/02/18/monocultivo-de-eucalipto-parece-uma-floresta-mas-nao-e.html>

SANTOS, Evalcy Venâncio. Entrevista no site: <http://mucuriverdade.blogspot.com/2009/09/itabata-itabatan-itabatam-grafia.html>, 2009.

SANTOS, João Dagoberto dos. <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/22/eucalipto-domina-dois-tercos-das-florestas-plantadas-no-brasil/>

SUZANO. Dados gerais e históricos Suzano Papel e Celulose, 2009. Disponível em: < ri.suzano.com.br>. Acesso em: 22 nov. 2017.

PREFEITURA DE MUCURI. Praça João Carletti é inaugurada em Itabata. 3 out. 2011. Disponível em :<http://prefeiturademucuri.blogspot.com/2011/10/joao-neto-e-frederico-se-apresentam-em.html>

Comunicação MST. <http://www.mst.org.br/2018/03/05/no-extremo-sul-da-bahia-mil-mulheres-sem-terra-ocupam-a-fabrica-de-celulose-da-suzano.html>

Guia Geográfico - <https://www.historia-brasil.com/>

<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/09/moradores-chegam-ficar-ate-30-dias-sem-agua-em-casa-no-sul-da-bahia.html>

<http://mucuriverdade.blogspot.com.br/2009/09/itabata-itabatan-itabatam-grafia.html>

ANEXO I

Entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Tema da entrevista: “História da formação territorial de Itabatã (BA)”

- 1) Pode informar seu nome completo, sua idade e profissão?
- 2) Qual sua cidade de origem e há quanto tempo mora em Itabatã?
- 3) Por que se mudou para essa localidade?
- 4) Qual é a sua primeira lembrança de Itabatã?
- 5) Como era Itabatã antigamente (descrições sobre o espaço físico; onde se localizavam as primeiras ocupações/casas)?
- 6) Acompanhou o processo de formação dos bairros de Itabatã? Como ocorreu e o que mudou?
- 7) O que mais te impressionava antigamente, e o que te hoje impressiona hoje em Itabatã?
- 8) Como Itabatã é percebido hoje? Mudaria ou manteria alguma coisa? O que é agradável ou desagradável?
- 9) Possui alguma saudade de décadas anteriores?

**Questões acerca de aspectos da natureza e cultura, além das mudanças associadas às obras mais impactantes de Itabatã (construção da BR-101 e instalação da fábrica Bahia Sul Celulose). O termo “paisagem” aparece apenas na 10ª pergunta.*

- 10) O que você se recorda da natureza/paisagem natural da região antigamente (ou seja, das matas e rios)?
- 11) Conhece a origem e/ou significado do nome “Itabatã”?
- 12) Com a construção da BR-101, na década de 1960, e posterior inauguração, ocorreram mudanças significativas na região. Acompanhou esse processo? Como ocorreu e o que mudou?
- 13) Alguns dados demonstram que após a implantação da Suzano Papel e Celulose (antiga Bahia Sul Celulose), iniciada em 1989, o município de Mucuri cresceu bastante. Considerando essa afirmação, você considera que houve mudanças na região? Mudanças para melhor ou para pior?
- 14) Existe algum espaço cultural ou de lazer na região que você costuma frequentar? Por que?
- 15) Gostaria de complementar mais alguma informação sobre o crescimento/história de Itabatã?
- 16) Conhece alguém que possa responder a perguntas como essas?

**Roteiro de entrevistas elaborado com base no trabalho de iniciação científica sobre Anchieta, por Ellis Costa e Caio Valli (2010).*

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTA

Eu, FIRMINO GRIFFO RIBEIRO, depois de receber os esclarecimentos referentes aos objetivos da entrevista semiestruturada intitulada "A reconstrução da Geo-história de Itabatã (BA)", conduzida pela pesquisadora **Maiara Dos Santos Dias**, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), **AUTORIZO**, por meio deste termo, a realização de entrevista pela pesquisadora, com gravação de voz, sem custos financeiros a nenhuma parte.

Foi esclarecido pela pesquisadora que a entrevista a ser realizada tem como objetivo apenas a apreensão de aspectos históricos da urbanização de Itabatã, a partir das minhas vivências e memórias pessoais, com relação às modificações que a urbanização trouxe para a região, não havendo na entrevista perguntas que possibilitem a exposição da minha intimidade ou questões que por ventura possam causar constrangimento a minha pessoa ou a terceiros.

Nesse sentido, esta **AUTORIZAÇÃO** foi por mim concedida mediante a exposição dos objetivos, bem como o compromisso da pesquisadora de que os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: livros, revistas científicas, congressos e jornais.

Minha identificação está **AUTORIZADA**, pois conforme esclarecido pelo pesquisador, nenhuma informação pessoal referente à minha intimidade, que por ventura possa causar constrangimento à minha pessoa ou a terceiros, será exposta.

Serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação de minha entrevista.

Itabatã - BA, 06-11-17

Local e data.

Firmino Griffio Ribeiro

Assinatura do participante da pesquisa

Maiara Dias

Assinatura do pesquisador responsável

* Todos os 16 moradores entrevistados assinaram o termo de autorização, conforme os exemplos mostrados neste anexo.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTA

Eu, IEDA CARIBÉ DOS SANTOS, depois de receber os esclarecimentos referentes aos objetivos da entrevista semiestruturada intitulada "A reconstrução da Geo-história de Itabatã (BA)", conduzida pela pesquisadora **Maiara Dos Santos Dias**, mestrande do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), **AUTORIZO**, por meio deste termo, a realização de entrevista pela pesquisadora, com gravação de voz, sem custos financeiros a nenhuma parte.

Foi esclarecido pela pesquisadora que a entrevista a ser realizada tem como objetivo apenas a apreensão de aspectos históricos da urbanização de Itabatã, a partir das minhas vivências e memórias pessoais, com relação às modificações que a urbanização trouxe para a região, não havendo na entrevista perguntas que possibilitem a exposição da minha intimidade ou questões que por ventura possam causar constrangimento a minha pessoa ou a terceiros.

Nesse sentido, esta **AUTORIZAÇÃO** foi por mim concedida mediante a exposição dos objetivos, bem como o compromisso da pesquisadora de que os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: livros, revistas científicas, congressos e jornais.

Minha identificação está **AUTORIZADA**, pois conforme esclarecido pelo pesquisador, nenhuma informação pessoal referente à minha intimidade, que por ventura possa causar constrangimento à minha pessoa ou a terceiros, será exposta.

Serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação de minha entrevista.

Itabatã - BA, 06/11/17

Local e data.

Ieda Caribé dos Santos

Assinatura do participante da pesquisa

Maiara Dias

Assinatura do pesquisador responsável

PESSOAS ENTREVISTADAS

ARAÚJO, José Ribeiro de. Entrevista concedida a Maiara dos Santos Dias. Itabatã, 7 mar. 2018.

BATISTA, Antônio Benedito. Entrevista concedida a Maiara dos Santos Dias. Itabatã, 10 mar. 2018.

GRIFFO, Paulo Alexandre Mattos. Entrevista concedida a Maiara dos Santos Dias. Itabatã, 7 mar. 2018.

LIMA, Wesley Rayol Figueiredo. Entrevista concedida a Maiara dos Santos Dias. Itabatã, 20 ago. 2018.

NASCIMENTO, Dionísio Bento do. Entrevista concedida a Maiara dos Santos Dias. Itabatã, 7 mar. 2018.

NETO, Clemente Souza. Entrevista concedida a Maiara dos Santos Dias. Itabatã, 6 mar. 2018.

PUREZA, Antônio Maciel da. Entrevista concedida a Maiara dos Santos Dias. Itabatã, 8 mar. 2018.

RIBEIRO, Firmino Griffó. Entrevista concedida a Maiara dos Santos Dias. Itabatã, 6 nov. 2017.

SANTOS, Aristé Lima dos. Entrevista concedida a Maiara dos Santos Dias. Itabatã, 6 mar. 2018.

SANTOS, Iêda Caribé dos. Entrevista concedida a Maiara dos Santos Dias. Itabatã, 6 nov. 2017.

SOUZA, Ary Gonçalves de. Entrevista concedida a Maiara dos Santos Dias. Itabatã, 10 mar. 2018.

SOUZA, Carlos Gonçalves de. Entrevista concedida a Maiara dos Santos Dias. Itabatã, 6 mar. 2018.

SOUZA, José Rodrigues de. Entrevista concedida a Maiara dos Santos Dias. Itabatã, 8 mar. 2018.

SOUZA, Lídia Maria da Costa. Entrevista concedida a Maiara dos Santos Dias. Itabatã, 8 mar. 2018.

SOUZA, Valdina Pereira de. Entrevista concedida a Maiara dos Santos Dias. Itabatã, 8 mar. 2018.

SOUZA, Valmir Pereira de. Entrevista concedida a Maiara dos Santos Dias. Itabatã, 7 mar. 2018.

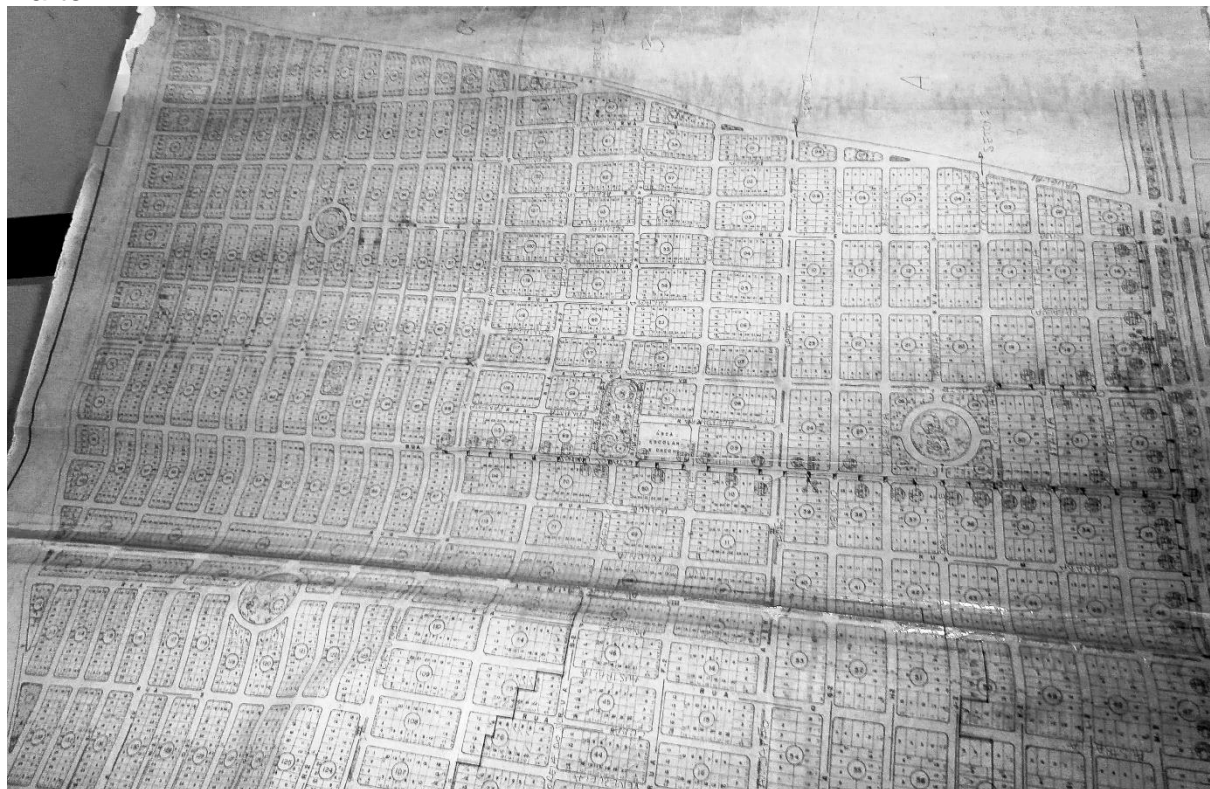
ANEXO II

Mapas de Itabatã

[illegible]

PROJETO DE LOTEAMENTO DO BAIRRO “CIDADE NOVA” (Nov. 1991)

Parte 2



Parte 1



